



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

SEBASTIAN GIRALDO AGUIRRE

LOS RINCONES DE LA GUERRA:

GÉNERO, SEXUALIDAD Y HOMOEROTISMO ENTRE HOMBRES
EXCOMBATIENTES DE LA GUERRILLA DE LAS FARC-EP EN COLOMBIA

OS CANTOS DA GUERRA:

GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOEROTISMO ENTRE HOMENS
EXCOMBATANTES DA GUERRILHA FARC-EP NA COLÔMBIA

CAMPINAS
2024

SEBASTIAN GIRALDO AGUIRRE

LOS RINCONES DE LA GUERRA:

GÉNERO, SEXUALIDAD Y HOMOEROTISMO ENTRE HOMBRES
EXCOMBATIENTES DE LA GUERRILLA DE LAS FARC-EP EN COLOMBIA

OS CANTOS DA GUERRA:

GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOEROTISMO ENTRE HOMENS
EXCOMBATANTES DA GUERRILHA FARC-EP NA COLÔMBIA

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Doutor em
ANTROPOLOGIA SOCIAL.

Orientadora: Maria Filomena Gregori

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO SEBASTIAN
GIRALDO AGUIRRE, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. MARIA FILOMENA
GREGORI.

CAMPINAS
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Paulo
Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

G441r Giraldo Aguirre, Sebastian, 1988-
Los rincones de la guerra : género, sexualidad y homoerotismo entre
hombres excombatientes de la guerrilla de las Farc-ep en Colombia
Sebastian Giraldo Aguirre. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Maria Filomena Gregori.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Minorias sexuais e de gênero. 2. Sexualidade. 3. Masculinidade. 4.
Guerra. 5. Guerrilhas - Colômbia. I. Gregori, Maria Filomena, 1959-. II.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: Os cantos da guerra: gênero, sexualidade e homoerotismo
entre homens excombatentes da guerrilha Farc-ep na Colômbia

Palavras-chave em inglês:

Sexual and gender minorities

Sexuality

Masculinity

War

Guerrillas - Colombia

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

Maria Filomena Gregori [Orientador]

Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho

Isadora Lins França

Gabriel Gallego Montes

Sérgio Luis Carrara

Data de defesa: 04-12-2024

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 5. Igualdade de gênero

ODS: 16. Paz, justiça e instituições eficazes

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4207-2806>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6113274833655095>

-
-

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Profa. Dra. Isadora Lins França

Profa. Dra. Sérgio Luis Carrara

Prof. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho

Prof. Dr. Gabriel Gallego Montes

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

AGRADECIMIENTOS / AGRADECIMENTOS

A Mateo.
Mi *trinchera*.

A mis padres.
A mi familia en Pereira y Cali.
Por sus cuidados inadvertidos y profundos.

A los *ángeles clandestinos*.

A Fabián y Angélica.
À Maca, Guilherme, Adriely e Elis: a família *bixa/TRANSnacional*
Foram um apoio fundamental no Brasil; apoio de risos, festas e bobagens.

A UNICAMP.
À PAGU e PPGAS, a IFCH. À suas bibliotecas.
À Bibia e aos demais professores. Aos colegas da pós-graduação.
Aos professores e professoras das bancas de qualificação e defesa da tese.

Ao povo brasileiro.
Seu apoio à educação, à ciência e às universidades. Seu apoio aos estrangeiros.
Seu samba e sua cerveja.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agredezco especialmente a los hombres que me acompañaron en la pesquisa.
Con sus relatos tanteamos la paz.

*“Hablar de paz era de maricas.
Era mariquearse”.*

Firmante de paz,
ex-integrante de la guerrilla de las FARC-EP.

Resumen:

Esta tesis se propuso rastrear las experiencias homoeróticas y afectivas entre hombres excombatientes de las FARC-EP en el marco del conflicto armado y sus procesos de reincorporación a la vida civil. Para ello, se indagó sobre la construcción de género, en especial, de las masculinidades de estos excombatientes en medio de unos dispositivos de género y de sexualidad configurados en el contexto armado, constituidos principalmente por los mandatos del grupo guerrillero. También, se analizaron las estrategias para el trámite de las prácticas sexuales y de las relaciones sentimentales entre hombres en medio de las regulaciones del grupo armado y de las prácticas de guerra auspiciadas por la lógica militar. Asimismo, se inspeccionaron las violencias intrafilas contra la homosexualidad, explorando el sufrimiento causado por los controles sexuales y estableciendo conexiones entre diversas formas de violencia de género; además, examinó el homoerotismo como una estrategia de guerra. Finalmente, el estudio exploró la fase de reincorporación, concentrándose en los procesos de transformación de la sexualidad de aquellos hombres en su tránsito a la vida civil.

El estudio se realizó por medio de una metodología cualitativa basada en entrevistas y en un ejercicio de escritura colaborativa con los participantes. A partir de esta apuesta, se escribieron una serie de relatos que constituyen la fuente para el análisis de los diferentes temas del estudio. En general, se concluye que el homoerotismo intrafilas es un *rincón de la guerra* que permite comprender otras aristas del conflicto armado en Colombia, y que condensa una serie de paradojas que permiten desentrañar las políticas de género y de sexualidad implicadas en la institucionalidad y en la cotidianidad de la guerra.

Palabras clave: Género, sexualidad, homoerotismo, conflicto armado, Colombia.

Resumo:

Esta tese teve como objetivo investigar as experiências homoeróticas e afetivas entre homens ex-combatentes das FARC-EP no contexto do conflito armado e seus processos de reincorporação à vida civil. Para isso, foram investigadas a construção de gênero, em especial, as masculinidades desses ex-combatentes em meio a dispositivos de gênero e sexualidade configurados no contexto armado, constituídos principalmente pelos mandatos do grupo guerrilheiro. Também foram analisadas as estratégias para o manejo das práticas sexuais e das relações sentimentais entre homens em meio às regulações do grupo armado e às práticas de guerra patrocinadas pela lógica militar. Além disso, foram inspecionadas as violências intrafilas contra a homossexualidade, explorando o sofrimento causado pelos controles sexuais do grupo guerrilheiro e estabelecendo conexões entre diversas formas de violência de gênero; além disso, examinou-se o homoerotismo como uma estratégia de guerra. Finalmente, o estudo explorou a fase de reincorporação, concentrando-se nos processos de transformação da sexualidade desses homens em sua transição para a vida civil.

O estudo foi realizado através de uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas e um exercício de escrita colaborativa com os participantes. A partir dessa proposta, foram escritas uma série de histórias que constituem a fonte para a análise dos diferentes temas do estudo. Em geral, conclui-se que o homoerotismo intrafilas é um canto da guerra que permite compreender outras facetas do conflito armado na Colômbia, e que condensa uma série de paradoxos que permitem desvelar as políticas de gênero e sexualidade implicadas na institucionalidade e na cotidianidade da guerra.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, homoerotismo, conflito armado, Colômbia.

Abstract:

This thesis aimed to trace the homoerotic and affective experiences among male ex-combatants of the FARC-EP within the framework of the armed conflict and their processes of reintegration into civilian life. To achieve this, it investigated the construction of gender, particularly the masculinities of these ex-combatants amidst gender and sexuality devices configured in the armed context, mainly constituted by the mandates of the guerrilla group. Additionally, it analyzed the strategies for managing sexual practices and sentimental relationships among men within the regulations of the armed group and the war practices endorsed by military logic. Furthermore, it examined the intrafile violence against homosexuality, exploring the suffering caused by sexual controls and establishing connections between various forms of gender violence; it also studied homoeroticism as a war strategy. Finally, the study explored the phase of reintegration, focusing on the processes of transformation of the sexuality of these men in their transition to civilian life.

The study was conducted through a qualitative methodology based on interviews and a collaborative writing exercise with the participants. From this approach, a series of narratives were written that constitute the source for the analysis of the different themes of the study. In general, it concludes that intrafile homoeroticism is a *corner of the war* that allows for understanding other facets of the armed conflict in Colombia, and that it condenses a series of paradoxes that reveal the gender and sexuality policies involved in the institutional framework and daily life of the war.

Keywords: Gender, sexuality, homoeroticism, armed conflict, Colombia.

Tabla de contenidos

Introducción.....	12
El rumor como acto fundacional de un tema de investigación.....	12
Desenmarañando el silencio: excombatientes, (homo)sexualidad y masculinidad en el marco del conflicto armado en Colombia.	16
Escritura colaborativa: una apuesta metodológica y narrativa para rastrear el homoerotismo en la guerra.....	26
Los rincones de la guerra. Reflexiones epistemológicas y <i>queer</i> sobre temas y poblaciones poco estudiadas en el conflicto armado en Colombia	34
Estructura de la tesis	39
Capítulo 1. Marañas de género, masculinidad y heterosexualidad en el conflicto armado en Colombia. El caso de las FARC-EP	42
Breve contextualización histórica sobre el conflicto armado en Colombia.....	43
Maraña de género: Plebiscito, conflicto armado y dispositivos de poder.....	47
<i>El Canalla</i>	52
<i>Las Socias</i>	55
Maraña de masculinidad: tecnología de género y grupo armado	61
Maraña de heterosexualidad: el espanto de la homosexualidad en los contextos militares	67
Capítulo 2. Semblantes del homoerotismo entre hombres al interior de las guerrillas78	
<i>El duende</i>	80
<i>Cruising guerrillero</i>	84
<i>Care Barbie</i>	88
<i>Las duchas</i>	91
Imaginación antropológica del homoerotismo y los límites de la sexualidad: herramientas teóricas para estudiar los encuentros sexuales entre miembros de grupos armados	96
Circuitos homoeróticos guerrilleros: jerarquías militares, virilidad, encubrimientos y geografías sexuales de la guerra	98
Capítulo 3. Amores revolucionarios. Enamoramientos y relaciones sentimentales entre camaradas	111
<i>La escuela</i>	116
<i>Rojo amanecer</i>	122
<i>El tropel de las sirenas</i>	130
Intimidación entre hombres guerrilleros: Emociones, controles, secretos, rituales y colectividad	138
Capítulo 4. Violencia y homoerotismo intrafilas	148

<i>Entre bandos contrarios</i>	151
<i>Usted me da la calma que la vida me quitó</i>	153
Homosexualidad: Terror y sufrimiento en las filas guerrilleras.....	160
Más allá de la homofobia. Circularidad de la violencia: género, sexualidad y homoerotismo	167
Inteligencia militar homoerótica.....	174
Puntadas sobre la escritura de la violencia.....	180
Capítulo 5. El doble clóset: la sexualidad y la guerra. Precariedad y políticas sexuales de reincorporación	183
Breve historia de los procesos de desarme, desmovilización y reintegración (DDR) en Colombia y su incorporación de la perspectiva de género y LGBT	184
<i>Entre hombres y Grindr</i>	188
<i>Cuando vuelva a caminar</i>	192
<i>El accidente</i>	195
<i>Como un videojuego</i>	198
Primeros ligues, ilusiones y decepciones. Políticas sexuales en los procesos de reincorporación.....	202
Redes de apoyo y comunidades afectivas: familia, amistades, organizaciones políticas y amantes.....	211
Enfermedades y precariedad en los procesos de reincorporación	217
Trazos de esperanza: incertidumbre, ilusiones y reincorporación.....	221
Reflexiones finales	228
Referencias bibliográficas	235

Introducción

El rumor como acto fundacional de un tema de investigación

Con el sudor escurriéndose por todo el cuerpo rastreando la sexualidad en el marco del conflicto armado, transcurrió mi trabajo de campo en La Dorada (Caldas), un municipio “caliente”¹ incrustado en el centro del país en la rivera del río Magdalena, el principal afluente de Colombia. “Caliente” por su clima y por sus altos índices de violencia armada, pues es una de las principales ciudades de una región que ha sido históricamente disputada por las guerrillas, los grupos paramilitares y el Estado.

En esa época, durante los años 2016 y 2018, estaba vinculado como profesor en la Universidad de Caldas -una universidad pública y de provincia en Colombia- y hacía parte de un grupo de investigación que planteó una pesquisa sobre los procesos de victimización por asuntos sexuales y de género, concentrándose en la población LGBT y trabajadoras sexuales². La guerra había desaparecido a muchos, había silenciado a otros y había arrinconado rastros sobre ella, aún más, cuando se trataba de sujetos como los “maricas, las machorras y las putas”. La búsqueda de información en las oficinas gubernamentales como la alcaldía, la policía o la Unidad de Víctimas (una instancia del gobierno nacional) fueron en vano, en sus registros no aparecían las víctimas LGBT, mucho menos los trabajadores sexuales. Cuando nos sentábamos a revisar la prensa, terminábamos recolectando noticias para otros intereses de estudio, pues en aquellos periódicos no publicaban noticias al respecto. Cuando escuchábamos las historias emblemáticas de los pueblos sobre el conflicto armado como las tomas guerrilleras, las masacres o las crónicas de acontecimientos que habían marcado a la comunidad, en ninguna de ellas se hacía referencia a aquellas poblaciones. En

¹ El uso de comillas y de letras cursivas a lo largo del documento se organizó de la siguiente forma: las comillas para palabras o frases coloquiales de Colombia y para expresiones que fueron usadas por las personas interlocutoras. Las letras cursivas se usan para conceptos, nombres de documentos, nombres de grupos u organizaciones, y palabras en otros idiomas.

² Algunas publicaciones de la investigación son: *Victimización y sobrevivencia de mujeres y hombres considerados homosexuales en el marco del conflicto armado en Colombia*. Cadernos Pagu, (58). *Regulación y victimización del homoerotismo entre hombres en contextos de conflicto armado en Colombia*. Debate Feminista, 60. Y la cartilla *Sobreviviendo a pesar de la limpieza. Memorias de personas LGBT en el marco del conflicto armado en Caldas 1985-2015*, que se puede encontrar en el siguiente link: https://www.academia.edu/38231985/Victimas_LGBT_conflicto_armado_Caldas_2018.pdf

los únicos resquicios en los que aún había rastros de esa violencia eran en las palabras, en los cuerpos y en el mundo onírico de algunos pocos, muy pocos.

En las visitas al pueblo hubo un dato que siempre me inquietó: en medio de los testimonios de las víctimas, de las y los líderes sociales y de las personalidades políticas emergían repetidamente, sin haberlo preguntado, historias sobre combatientes de los grupos guerrilleros y paramilitares implicados en historias sexuales o sentimentales con otros hombres.

“Al comandante también le gustaba la güevonada³. Un día invitó a un amigo del barrio a montarse en la moto y lo llevó más abajo de los corrales y ahí se lo comió⁴. Él hacía con él lo que quería. Los manes⁵ por miedo o no sé si era por gusto, o por algo que tenían escondido, lo hacían” (Nicolás, entrevista personal, agosto, 2017).

“A él –el comandante– le gustaban mucho los menores de edad, aparte de eso era como gay. Cuando estaba con un joven, si le daba la oportunidad de voltearlo⁶, lo hacía. Entonces tuve un cuento con él” (Alberto, entrevista personal, agosto, 2017).

Otros rumores que se murmuraban entre algunos “gais” del pueblo, era que varios de ellos fueron invitados a las fiestas privadas de los comandantes, supuestamente porque eran amigos de las mujeres “más chimbitas” -más bonitas- del pueblo. Según ellos, durante estas reuniones en medio de las altas dosis de licor y de drogas, ocurrían encuentros sexuales entre hombres en los que terminaban participando algunos combatientes.

A partir de estas narraciones empecé a cuestionarme sobre los sentidos y significados de la (homo)sexualidad en los contextos bélicos, ya que su involucramiento no se relacionaba solamente con la victimización -como podría pensarse en principio-, sino que se fragmentaba en varios derroteros de deseo, sentimientos, ansiedades, instrumentalización y complicidad

³ Alusión a que también le gustaba tener prácticas sexuales con hombres.

⁴ “Se lo comió”: tuvieron sexo. “Comer” es una palabra coloquial en Colombia para referirse a tener sexo. En Brasil: “transar”.

⁵ Man/manes: hombre, hombres. Colombianismo, expresión tomada del inglés *man*.

⁶ “Volverlo gay”, “mariquearlo”.

con la lógica armada. Estos relatos se convirtieron en el “acto fundacional” de mi investigación doctoral. Cuando los escuchaba, me impresionaba la naturalidad de la narración y el lugar que ocupaban estos acontecimientos en la memoria colectiva de los pobladores del pueblo. La participación de combatientes en prácticas sexuales o su involucramiento en relaciones sentimentales con otros hombres no era, entonces, un asunto desconocido en la zona, todo lo contrario: eran rumores que lidiaban con el silencio imperante de la guerra.

En palabras de Veena Das, “el rumor ocupa una región del lenguaje que tiene el potencial de hacernos experimentar acontecimientos, y que va más allá de señalarlos como algo externo, sino que los produce durante el acto mismo de su enunciación” (Das, 2006, p. 95). El rumor sobre los “paras” (paramilitares) o “guerrillos” (guerrilleros) maricas⁷, por tanto, no solo era un detalle anecdótico del que se quería “chismosear”, era un acto que en sí mismo producía la *homosexualidad de los combatientes* y que, al mismo tiempo, evidenciaba la vinculación de la (homo)sexualidad con la violencia armada.

Castaño y Ruiz (2019), en su investigación en Tumaco (región del pacífico colombiano), plantean:

“cuando se trabaja en contextos de guerra prolongada, el proceso de construcción de un corpus de información empírica se torna complejo en la medida que gran parte del material se expresa – en un contexto de tensión relacional o de desconfianza intersubjetiva – a través de comentarios, secretos, “chismes”. Estos registros del testimonio, inverificables por su propia naturaleza, operan performativamente en las dinámicas sociales, y, en definitiva, en la construcción de sentidos comunes y ritualidades diarias que evidencian la cristalización de relaciones sociales fundadas en el miedo y la violencia (p. 25-26)”.

Esos materiales expresados en comentarios, secretos y “chismes” sobre integrantes o excombatientes de grupos armados con experiencias homoeróticas, también me hicieron pensar sobre las distintas resonancias del rumor. El rumor de la violencia y el rumor de la

⁷ Sobre la palabra “marica”, en la tesis me adhiero a la reflexión de Guillermo Correo en su libro *Locas de pueblo. Maricas mayores en los municipios de Antioquia*: “... en este texto marica o loca no representan una ofensa, un insulto o una herida, aunque estos enunciados se pronunciaron en el mundo social muchas veces con esa intención. Marica o loca, por el contrario, son palabras encarnadas en clave de resistencia y bofetada; son los nombres de la violencia social revertidos en arma, teatro y furia. Marica y loca son palabras habitadas con potencia y gracia, son lugares corporales con singularidad e insistencia” (p. 20).

sexualidad. El rumor sobre los “guerrillos o paras cacaños” no solo era efecto del terror de la violencia, también era producto del mantenimiento de un dispositivo de sexualidad que se asume como rígido: la heterosexualidad.

Posteriormente a la participación en ese proyecto de investigación aparecieron otras referencias que enriquecieron mis cuestionamientos iniciales y que me impulsaron a complementarlos con otro tema: los procesos de transformación de la sexualidad de la población excombatiente en el tránsito a la vida civil. Uno de esos referentes fueron algunos encuentros con el partido *Comunes*⁸ en los años 2018 y 2019, periodo en el cual la antigua guerrilla de las FARC-EP ya estaba constituida como partido político legal, en los cuales se abordaron temas sobre diversidad sexual y sobre masculinidades. Otro referente fue una serie de conversaciones con personas implicadas en el trabajo institucional con población excombatiente. Y, por último, algunas alusiones periodísticas sobre la “salida del closet” y el tránsito de género de algunas excombatientes en las cárceles o después de su desvinculación al grupo armado. Todos estos referentes fueron fundamentales para interesarme, también, en los procesos de reincorporación y su relación con la sexualidad.

Cuando se investiga sobre las vidas de las personas excombatientes se hace un énfasis en su tránsito de guerrero a civil, dejando de lado otros tránsitos, otros desplazamientos y otras movilidades que también están inmersas en ese proceso. Los cambios de territorio -de lo rural a lo urbano-, las transiciones de la ilegalidad a la legalidad o los cambios de orden económico, también hacen parte de esa transicionalidad, así como las transformaciones de sus relaciones más íntimas, como sus relaciones familiares, sus relaciones de camaradería, sus relaciones sentimentales, como también las maneras de tramitar su sexualidad.

A partir de estos antecedentes, la presente tesis se propuso **rastrear las trayectorias de vida de hombres excombatientes de grupos guerrilleros, y sus vinculaciones con las prácticas sexuales y las relaciones sentimentales con otros varones en el marco del conflicto armado y en sus procesos de reincorporación a la vida civil. Para ello, se inspeccionó sobre la construcción de género, en especial, de las masculinidades de estos excombatientes y la relación con su sexualidad en medio del dispositivo de género configurado en el escenario armado, constituido, principalmente, por los mandatos del**

⁸ El partido Comunes se conformó por exintegrantes de las FARC-EP en agosto del año 2017, tras la firma del Acuerdo de Paz en noviembre del año 2016.

grupo armado y por el contexto cultural de los territorios en disputa. También, se indagaron las estrategias para el trámite y agencia de las prácticas sexuales y relaciones sentimentales entre hombres en medio del dispositivo decretado por el grupo armado y por unas prácticas de guerra auspiciadas por las lógicas del conflicto. Finalmente, el estudio exploró la fase de reincorporación, concentrándose en los procesos de transformación de la sexualidad de aquellos hombres en su tránsito a la vida civil.

Desenmarañando el silencio: excombatientes, (homo)sexualidad y masculinidad en el marco del conflicto armado en Colombia.

En la presente investigación el silencio es comprendido como una maraña, como un fenómeno que no es aislado, que tampoco es una circunstancia de unos cuantos sujetos o de un grupo en particular, ni como una disposición de un organismo gubernamental o una institución, sino como una realidad compuesta por todas ellas. En este sentido, no es que no hayan (ex)combatientes con relacionamientos sexuales o sentimentales con otros hombres, sino que hay un entorno de ocultación en el que participan la guerra y la heteronormatividad, y en el que convergen el Estado, los grupos armados, las comunidades y los sujetos mismos.

Al comprender el silencio como una maraña, ese silencio es polifacético, es multidimensional y versátil. Ese silencio es un verbo, es un adjetivo; es una causa y a la vez es un efecto, es mudo o -a veces- escandaloso. El silencio, el silenciamiento o lo silencioso dejan de diferenciarse por cuestiones gramaticales, para ser comprendidos como engranajes producidos por el poder y la dominación, al igual que por la resistencia y la agencia.

El silencio -y su análisis- es peculiar en la presente investigación y por tanto cobra otros sentidos, porque esa maraña esta compuesta por tres referentes que, por si solos, son silenciosos o silenciados y que al articularse generan un profundo entramado; estamos hablando de la guerra, la sexualidad y la masculinidad. La guerra está confabulada con el silencio: el secreto de la institucionalidad militar, el acallamiento como amenaza perpetua y los traumas emocionales de las víctimas y los combatientes, son algunos referentes que demuestran esa alianza. La sexualidad, por su parte, a pesar de estar atravesada por un dispositivo sexual contemporáneo abocado a la palabra y a la revelación (Foucault 2012), todavía se sumerge en circuitos de intriga y ocultamiento o de constreñimiento. Además, de

la mano del psicoanálisis -y también de la antropología- debemos recordar que la sexualidad está intrincada en circuitos de fantasía y de deseo que no necesariamente pasan por la palabra⁹.

Por último, la masculinidad está inmersa en una ambivalencia: mientras en unos contextos es una virilidad avasallante y bulliciosa que necesita resaltar su presencia, en otros escenarios se sumerge en la ausencia y en el sigilo, como en los asuntos emocionales y psicológicos. Al respecto, Núñez Noriega (2007) señala:

El silencio es uno de los medios que los varones utilizan para ejercer poder y reafirmar una poética de la masculinidad (Gal 1991; Sattel 1993). Mediante el silencio y la inexpresividad, los hombres señalan los límites de la discusión y aseguran sus posiciones de poder (...) El silencio es, sin embargo, una práctica performativa que reactiva la masculinidad y permite de nuevo alienarse a la propia dinámica emotiva (Núñez Noriega 2007, p. 200).

El silencio de los hombres, en este caso, de los excombatientes, no solo conllevan marcas de victimización, sino que implican mecanismos de protección de su propia masculinidad. De esa manera, la masculinidad se engrana a esa maraña del silencio.

Después de descubrir ese “acto fundacional” para mi proyecto de investigación: los rumores sobre los relacionamientos sexuales y afectivos de algunos (ex)combatientes con otros hombres, me propuse realizar una indagación más detallada sobre el tema que no solo implicó un ejercicio académico, sino también un rastreamiento de mi historia personal. A partir de este proceso seguí corroborando que si bien la (homo)sexualidad generalmente está sometida al ocultamiento y, por tanto, al silenciamiento, en medio de la guerra ese dispositivo tiene sus propias lógicas e intensidades. El silenciamiento es sepulcral, se quiere borrar cualquier rastro de ella: el soldado calla, el guerrillero calla, el paramilitar calla, las víctimas callan. El excombatiente cuenta muchas cosas sobre la guerra, pero muy poco sobre los asomos de la homosexualidad en medio de ella.

⁹ Sobre el tema, Maria Filomena Gregori, precisamente, plantea que “al lidiar con la sexualidad en sus expresiones eróticas estamos ante experiencias que movilizan fantasías y fantasmas” (Gregori, 2008, p. 588). Esas fantasías no son opuestas a la realidad, más bien son constitutivas de ella; por tal motivo, son relevantes para la antropología, pues mediante ellas podemos explorar las normas de la sexualidad y del género.

Desde mis años de pregrado (*graduação*) en la universidad, y más estudiando sociología, he tenido cercanía con movimientos políticos que simpatizaban, de una u otra forma, con grupos armados guerrilleros. En el año 2006 ingresé a la Universidad de Caldas, una época agitada políticamente debido a los dos periodos de gobierno de Álvaro Uribe Vélez y sus políticas contrainsurgentes (2002-2006 y 2006-2010), en la cual las universidades públicas y los movimientos de izquierda recibieron una fuerte estigmatización. En ningún momento hice parte de alguna organización estudiantil o algún movimiento político, pero tenía relaciones, algunas muy cercanas, con simpatizantes de diferentes bandos, todos alineados a facciones de izquierda. A pesar de esa presencia latente de lo político, muchas cosas pasaron desapercibidas; tal vez la inocencia, la inmadurez o la ceguera -intencional o no- frente algunas situaciones, no me dejaron ver la proximidad que tuve con algunas personas o grupos que eran condescendientes con la lucha armada o, incluso, con participantes activos(as) de ella.

Pasados los años universitarios como estudiante de pregrado, seguí tejiendo relaciones de amistad y profesionales con integrantes de movimientos políticos de izquierda. Era otra época, ya estábamos en un escenario de negociación con la guerrilla de las FARC-EP, lo cual establecía otro panorama político en el país. Este nuevo contexto brindaba una apertura, no solo en el ámbito político, sino también de las relaciones más íntimas, como las de amistad y las profesionales, para hablar con menos rodeos sobre la participación y nexos -profundos o reducidos- con movimientos armados en el pasado. El escenario transicional, entonces, no solo había brindado transformaciones políticas a grande escala en el país, sino que había repercutido también en las relaciones sociales más íntimas. Poco a poco varias personas conocidas fueron “saliendo del closet armado”, poco a poco me fui dando cuenta de los nexos de uno y otra, me fui dando cuenta que el conflicto armado estuvo más cerca de lo que yo me imaginaba, estuvo presente en mis vínculos más íntimos. Me fui dando cuenta que, de una u otra forma, también hacía parte de él; no solo como un ciudadano o un sociólogo preocupado por la situación del país, sino como colega, como amigo o como “parcero”¹⁰ de algunos de sus guerreros.

Cuando me propuse iniciar la búsqueda de posibles excombatientes que estuvieran dispuestos a compartir sus testimonios sobre sus experiencias sexuales o sentimentales con

¹⁰ *Parcero* o *parce* son vocablos colombianos para referirse a un amigo.

otros hombres en medio de su participación en un grupo armado, partí de una confianza: que debido a mi cercanía con algunos exintegrantes de estos grupos iba a tener un acceso fácil a ellos, que me los iban a presentar o que me iban a ayudar con sus redes de contacto. Esa predicción, que me había ideado ilusoriamente, no funcionó como pensaba. Los antecedentes o las características de los hombres que buscaba no eran fáciles de encontrar, así las personas hubieran participado en aquellos movimientos políticos; además, las andanzas sexuales -aún más las homosexuales- permanecen en la dimensión personal de sus camaradas.

Por otro lado, en los últimos años, estoy haciendo referencia a la segunda mitad de los 2000 y a la década del 2010, un amplio campo de acción laboral para las Ciencias Sociales en Colombia ha estado relacionado con el conflicto armado, el proceso transicional y la construcción de paz. Este campo lo componen instituciones del Estado, organismos internacionales, ONG's y organizaciones sociales. Muchas personas conocidas han estado inmersas en trabajos con estos organismos en instancias administrativas o en labores de intervención social, algunas temporalmente y otras de forma más permanente. Estoy rodeado de un circuito de relaciones personales, académicas y políticas atravesadas por el afecto y el colegaje, todas ellas ancladas al tema de la paz.

Ese circuito de relaciones me brindaba tranquilidad cuando pensaba en la búsqueda de participantes para el estudio, asumía ingenuamente que entre tantos contactos iba a ser fácil localizar aquellos hombres, aún más porque hay personajes inmersos en organismos de trabajo directo con excombatientes. Contrario a lo esperado, este grupo de personas me brindó muy pocos contactos. Cuando hablaba con ellos o ellas sobre el tema de investigación surgía la misma reacción: “muy interesante, pero va ser muy difícil encontrar a aquellos hombres”. Después de esa sentencia, que algunas veces se decía con otras palabras, se manifestaba otra frase para brindar alguna esperanza: “si llego a saber de algo, le digo”. Ante estas circunstancias, no tenía más opciones y me aferraba a esa esperanza. Siempre estaba a la espera de algún contacto o por lo menos de alguna señal de que mi petición no hubiera sido dejada en el olvido.

Solo por mencionar un caso. Una amiga era funcionaria de un organismo gubernamental y hacía parte del equipo de la región del Magdalena Medio, una zona que, como se escribió páginas atrás, históricamente ha sido afectada por el accionar de grupos guerrilleros y paramilitares. Acudí a ella, como siempre, con la esperanza de tener buenas

noticias. A cada contacto le otorgaba una esperanza distinta, algunos por su especialidad profesional, a otros por la institución de la que hacían parte y a otros por su ubicación geográfica. En la conversación con ella, le dije que sabía de varias historias sexuales entre hombres guerrilleros o paramilitares en esa región y como una sentencia me respondió en tono burlón: “pero comen callados¹¹”, lo cual no fue un buen augurio. Sin embargo, ella se propuso a buscar a un conocido y a pensar en otros posibles contactos.

A pesar de tener un intercambio de mensajes cotidiano con ella, un mes después reinicié la conversación sobre mi investigación y sin tantos titubeos me escribió: “Parce, no hemos podido. Es como si estuvieran bajo tierra”. “Comer callado”, “estar bajo la tierra” y otras frases parecidas son refranes que no niegan el hecho, más bien confirman que existe; confirman un escenario de sexualidad entre hombres en los grupos armados, pero que están bajo corazas y encubrimientos. Esas corazas no son simples desenlaces de la guerra, son mecanismos que también acumulan el dolor y el sufrimiento producidos por ella.

Por otra parte, en las redes sociales de internet en esa época (2019-2020), principalmente en Facebook, también estaba inmerso en un circuito de relaciones personales y académicas, en el cual había un grupo amplio de personas que están involucradas profesional o políticamente en temas de conflicto armado y construcción de paz. Algunas de ellas eran personas que conocía personalmente y otras no; con algunas tenía una interacción más constante y a otras simplemente les seguía sus publicaciones. Este medio me permitió conocer a personas que, si no fuera por un espacio digital, seguramente no habría tenido ninguna referencia de ellas: personas de otras regiones, políticos y académicos reconocidos nacionalmente, líderes y lideresas sociales, y miembros de organizaciones políticas. Este escenario me brindaba otro aliento de tranquilidad a la hora emprender la búsqueda de hombres que podrían participar en mi investigación.

En medio de esta heterogeneidad de perfiles me enfoqué en cuatro: en los contactos maricas/gais que habían militado en movimientos políticos de izquierda, en miembros del partido político *Comunes*, en académicos y académicas que habían trabajado temas sobre género y conflicto armado, y en personas que habían trabajado en instituciones relacionadas con la construcción de paz. Cada vez que escribía, me invadía el miedo, asumía que iba a

¹¹ Frase que hace alusión a tener prácticas sexuales, pero no contárselas a nadie. En términos coloquiales, en algunas regiones de Colombia, como se mencionó anteriormente, la palabra “comer” alude a tener sexo.

recibir respuestas parecidas a las que ya me había acostumbrado. Esa sensación de ansiedad y preocupación combinada con ciertas dosis de ilusión se convirtió en un sentimiento persistente cada vez que emprendía la tarea de buscar participantes para el estudio. Las respuestas de los contactos vinculados laboralmente en asuntos de paz siguieron el mismo formato: “muy interesante, pero va ser muy difícil encontrar a aquellos hombres”, “si llego a saber de algo, le digo”. Algunos de ellos hicieron alusión, incluso, a cuestiones de ética profesional o de reglamentos institucionales para dar información al respecto.

Las y los colegas (académicos) a los que les hablé sobre el proyecto de investigación también me insistieron en la complejidad de llegar a aquellos hombres, me brindaron el nombre de otros(as) investigadores(as) que no conocía y que tenían conocimiento de algunas historias. Una de ellas hizo alusión a una historia que ha sido difundida en algunos medios de comunicación sobre un exguerrillero que tuvo una relación sentimental con una mujer trans en la cárcel. Otras y otros colegas, recordando sus visitas a los ETCR¹², hicieron ejercicios de *flashback* para rememorar algunos testimonios o para lograr entrever algunos indicios de homosexualidad en las palabras o en los cuerpos de los excombatientes. La mayoría no me brindaron información relevante, más allá de algunas historias sin mucho sustento. Si la homosexualidad se pudo esconder de la guerra, seguramente era porque está bien escondida y seguiría estándolo. Un colega hasta se atrevió a insinuarme que desistiera del tema de investigación.

Con los miembros del partido *Comunes*, las respuestas tomaron varios rumbos. Muchos de ellos y de ellas son personas que se vincularon a las FARC cuando se conformó como partido político, es decir, que no hicieron parte de ella cuando estaban en armas. Debido a esta condición, son personas que, a pesar de estar en el movimiento político, no conocían muchas dinámicas del pasado de la organización. Otros hicieron parte del grupo guerrillero en armas, algunos “en el monte” y otros como milicianos en áreas urbanas.

¹² Los Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación son aquellas áreas de ubicación temporal creadas en Colombia por el gobierno colombiano para los ex-militantes de las FARC-EP. Son centros poblacionales dentro de los cuales los excombatientes de la extinta guerrilla se han organizado para cumplir con una fase de asentamiento de modo que agilizan lo pactado dentro del acuerdo de paz. En los ETCR se realizan actividades de capacitación y reincorporación temprana con las cuales se pretende facilitar las fases iniciales de adaptación de los miembros de las FARC-EP a la vida civil (tomado de: <http://www.reincorporacion.gov.co/es/reincorporacion/paginas/los-etcr.aspx>).

Este grupo de personas y los contactos gais/ maricas que han militado en movimientos políticos de izquierda sí aludieron a personas que me podían ayudar, lo que se convirtió en un indicio de que la búsqueda podía tomar otros rumbos. Eran personas de otras regiones del país, algunos de ellos eran contactos que ya tenía en mi Facebook y otros no. No hablo mucho de ellos y de ellas, no especifico sus historias o sus perfiles debido a la situación política del país, debido al proceso de persecución que está afrontando la población excombatiente. Según cifras de Indepaz (Instituto de estudios para el desarrollo y la paz), han sido asesinados 433 firmantes de paz desde el 2017 hasta octubre del 2024.

Este escenario político, además de ser una crisis humanitaria, también fue otra circunstancia que tuvo una repercusión directa en el estudio: si hemos estado hablando de un permanente ocultamiento de los excombatientes por asuntos sexuales y de género, ahora se le sumaba un contexto de persecución política por parte de grupos narco-paramilitares y de los sectores de la ultraderecha del país. Por tanto, no solo son hombres que estaban escondiendo su homosexualidad, son hombres que esconden sus cuerpos porque los están matando.

En las primeras conversaciones, algunos de ellos tuvieron ciertos recelos, al fin y al cabo, yo era un desconocido que los buscaba por las redes sociales, un espacio de por sí no muy confiable y seguro. Para otros, era ese perfil poco notable en su Facebook. Más allá de la desconfianza por asuntos políticos, algunos integrantes del partido también tenían una reticencia debido a la ola de estudiantes e investigadores que por esa época estaban al acecho de los excombatientes, eran los “nuevos *otros*” de las Ciencias Sociales en Colombia. Para afrontar estas situaciones, tuve que recurrir a mantos de legitimidad de mi recorrido académico o político para generar confianza, aludiendo a los grados académicos, al historial investigativo y a los contactos de amistad y profesionales.

Estas historias, justamente, me recuerdan los planteamientos de Katherin Verdery en su libro *My Life as a Spy. Investigations in a Secret Police File* (2018), en el que reflexiona sobre su trabajo de campo en Rumania mientras el país estaba bajo una dictadura, y en el que fue catalogada como una espía, dándose cuenta que el gobierno tenía un amplio expediente sobre ella; a lo largo de las páginas fue catalogada como una agente de la CIA, como un agitadora húngara y como una amiga de los disidentes políticos.

La figura del investigador, en este caso del antropólogo como espía puede ser más común de lo que pensamos, su labor de indagación podría confundirse con otras labores de espionaje o vigilancia propias de algunos contextos políticos, por eso podría considerarse como un sospechoso. Esta desconfianza, según la autora, se intensifica en los espacios relacionados con el Estado y las instituciones. Por ello, tal vez, mis búsquedas, mis preguntas y mis atrevimientos pudieron generar recelos, aún más porque estaba indagando sobre miembros de grupos armados o sobre la guerra, pues el espionaje, la vigilancia y la sospecha son propios de ella.

Luego de lidiar con tantas reticencias y evasivas, recibí varias respuestas que se convirtieron en los nuevos horizontes del estudio:

“Sí claro, he tenido relaciones sexuales, insinuaciones, romances, hechos heréticos de una tomada¹³, en fin, las que tengo en cualquier otro grupo social. Pero, no sé, ¿me gustaría saber hasta dónde va la investigación? ¿Qué se puede decir y qué no? Entenderás que es algo muy complejo de salir a luz por el costo político que esto puede crear”.

“Voy a revisar quién puedo ponerte en contacto. Hay algunos excombatientes que vivieron su homosexualidad de alguna manera en FARC, que en este caso podrían ayudar mucho”

Frases como: “de alguna manera”, “¿qué se puede decir y qué no?”, “es algo muy complejo de salir a luz por el costo político que esto puede crear” son, sin duda, referencias al carácter encriptado en el cual se encuentran estas historias y estos testimonios. Son alusiones al circuito de ocultamiento del que tanto me he referido en las anteriores páginas. Desde ese momento comencé a darme cuenta que por más que intentara escudriñar esas realidades, había una premisa fundamental: “qué se podrá decir y qué no”, no solo por una lealtad de los excombatientes al grupo, sino porque eran asuntos que podían afectar el bienestar de quién habla o de los personajes involucrados en sus historias. Además, la guerra que sirve de telón de fondo para esas historias, no ha dejado de existir, sigue latente.

Lo anterior, nos permite reconocer otra arista del silencio: el silencio por una lealtad a un grupo. Sobre el tema, Pollak (1989) en su ensayo *Memoria, olvido, silencio*, debate sobre

¹³ Reunión o fiesta con bebidas alcohólicas.

hasta qué punto una situación ambigua y posible de generar malentendidos también puede llevar al silencio, evitando generar resentimientos o algunas disputas. Bajo esta perspectiva, el silencio no es solo un ocultamiento individual, sino un ocultamiento como miembro de un grupo, es una postura para proteger a una organización o a un colectivo; es un silencio que no es meramente psicológico, sino político y estratégico. En este caso, el silencio de los excombatientes tenía sus propias intensidades, pues se debía tener en cuenta el grado de adhesión de grupo que tenían -o tienen- los grupos guerrilleros.

A partir del largo transcurso de búsquedas iniciales y exploratorias que he narrado, pareciera que los excombatientes que se vincularon sexual o sentimentalmente con otros hombres no existieran, ni para el manto del Estado ni para los grupos armados, incluso pareciera que no existirían ni siquiera para sí mismos. Desde esos primeros años de la investigación comprobé que los silencios no solo iban a estar presentes en el inicio de la investigación, sino que iba a ser una condición transversal que atravesaría todas sus etapas. En este punto es necesario aclarar que el silencio tampoco es el objeto de estudio de la presente investigación, es más bien una condición y un recurso metodológico transversal que, como se ha descrito ampliamente, ha marcado los asuntos sobre la (homo)sexualidad inmersa en el conflicto armado.

Esta condición, las resonancias del silencio, no fue un precedente determinante para desistir del estudio y echarlo a la basura; todo lo contrario, toda esta experiencia relatada fue una evidencia sobre los rastros de la homosexualidad en la guerra. Nitzan Shoshan (2016), en su etnografía con grupos neonazis en Alemania, plantea que los obstáculos metodológicos, que son válidos y diversos en los estudios de la violencia, no son suficientes para justificar la desestimación de ciertos temas.

¿Cómo escuchar esos silencios? ¿Cómo interpretarlos? ¿Cómo determinar cuándo son opresivos y cuándo constituyen una forma de agencia? Son algunas de las preguntas que se formulaba Kimberly Theidon (2012) en su trabajo con las mujeres víctimas del conflicto armado en Perú. La radiografía del silencio presentada en las páginas anteriores re-actualiza esas mismas preguntas, pero con otro acento: la masculinidad y la (homo)sexualidad. En general, el silencio y sus resonancias implican unos retos metodológicos para cualquier investigación; sin embargo, los sentidos de esos silencios y sus interpretaciones toman diferentes perspectivas de acuerdo a las características de cada estudio.

La disposición contemporánea respecto a la sexualidad de ser hablada y divulgada es comprendida, a partir de los planteamientos de Foucault (2012), como un precepto histórico de un dispositivo sexual específico. A pesar de esa postura a confesar, se debe considerar que algunos asuntos de la sexualidad siguen -y seguirán- estando en el formato del ocultamiento y del silencio, no solo como efecto de una normatividad sexual, sino como una condición misma de la ficción de la sexualidad, de sus fantasías y sus fantasmas. Lo anterior es un punto de partida epistemológico y metodológico fundamental para el presente estudio: ¿de qué manera esa disposición contemporánea a la divulgación de la sexualidad ha atravesado la investigación en su conjunto?

Esa disposición del dispositivo sexual contemporáneo genera un desafío en la presente investigación: la discusión sobre la conveniencia investigativa y política de desenterrar ciertos silencios, una advertencia que ha sido enfatizada por Veena Das. En palabras de la autora:

Yo misma he encontrado que se trata de una tarea muy complicada, pues cuando usamos imagería semejante a la de romper el silencio, podemos terminar por usar nuestra capacidad de “desenterrar” hechos ocultos como una arma. Incluso la idea de que deberíamos recuperar las narrativas de la violencia resulta problemática cuando advertimos que tales narrativas solo pueden ser relatadas a menos que podamos ver la relación entre dolor y lenguaje que ha desarrollado una cultura (Das, 1996).

Desentrañar los silencios sobre el homoerotismo o la homosexualidad en las filas guerrilleras, no se puede convertir en una empresa depredadora, que colonice y devaste, sino un ejercicio que esclarezca y dilucide la arquitectura de la violencia, del deseo, del sufrimiento y de la sobrevivencia, que brinde luces y acompañe a los mártires o poseedores de ese silencio. Se debe tener la pericia para reconocer que, a veces, esos silencios son la base primordial del sosiego de un sujeto o de un pueblo que edificó su porvenir a partir de él. Convertirnos en peritos de una suerte de dialéctica del silencio.

Escritura colaborativa: una apuesta metodológica y narrativa para rastrear el homoerotismo en la guerra

Luego de ese arduo camino narrado páginas atrás, finalmente me pude contactar directamente con algunos excombatientes de las FARC-EP que habían tenido historias sexuales y sentimentales con otros hombres. El trabajo con ellos inició en el segundo semestre del 2020 y fue la principal fuente metodológica para la presente investigación.

En este punto, es necesario aclarar que solo trabajé con hombres y solo me interesé en el homoerotismo entre ellos, no entre mujeres. Las FARC-EP, a diferencia de otras guerrillas del país y del mundo, tuvo un alto componente de mujeres, entre el 20 y el 30% de sus filas; razón por la cual fue un contexto propicio para el homoerotismo entre mujeres. Hace unos años planteaba que sobresale un androcentrismo o una centralidad en los hombres en los estudios *queer*; premisa que se reproduce en los estudios sobre el conflicto armado en Colombia (Giraldo 2018). Ante la concepción de que “la guerra es de los hombres” existe una mayor atención en las transgresiones sexuales y de género en las que ellos están implicados. A lo largo de la investigación reproduje esta posición. Sin embargo, en tono de disculpa, argumento varias razones por las cuales el homoerotismo entre mujeres no fue objeto de estudio de la tesis. Primero, debido a una posicionalidad como investigador; como hombre marica, a partir de mi historia personal, me he interesado en trazar una trayectoria investigativa en torno a la sexualidad entre hombres. Segundo, me interesé en el homoerotismo entre hombres debido a sus implicaciones en los contextos militares, escenarios profundamente masculinizados. Otra razón fue la dificultad para conseguir interlocutores para el estudio; si fue complicado llegar a hombres que contaran sus historias, la búsqueda de mujeres aún es más difícil debido a los dispositivos de género y de sexualidad de los grupos armados.

Por otra parte, también es importante recalcar que la presente tesis solo se acercó a un grupo implicado en el conflicto armado en Colombia, a la guerrilla de las FARC-EP, dejando de lado otros agentes como otras guerrillas, grupos paramilitares, bandas criminales y narcotraficantes, y las fuerzas militares del Estado. De manera que las propuestas analíticas, conceptuales y epistemológicas desarrolladas a lo largo de la tesis podrían tener ciertas limitaciones y sesgos debido a las particularidades históricas y políticas de este grupo guerrillero.

Volviendo a los hombres con los que realicé la investigación, al primero de ellos lo conocí gracias a la información de diferentes contactos, tanto del ámbito académico como de organizaciones de izquierda. Y ese personaje se convirtió en un agente clave para todo el trabajo de campo, pues fue quien me presentó al resto de participantes con los que trabajé a lo largo de la investigación. El hecho de que varias referencias hayan aludido a la misma persona demuestra que evidentemente es un tema del cual pocos quieren hablar, tan pocos, que ya se conocen entre sí y son conocidos en diferentes contextos; así como el pequeño grupo de investigadores que trabajamos sobre estos temas. Él no solo ha participado en esta investigación, también lo ha hecho en otras y esa condición se repite en otros participantes. Esta situación revela, además, que se están conociendo solo algunas versiones -las mismas- sobre una realidad que tiene muchas aristas y que tal vez ellos no hayan vivido o no quieran hablar.

Ellos hicieron parte de la guerrilla del FARC-EP, la mayoría cuando estaban en armas, algunos como soldados en las montañas y otros como milicianos en los pueblos o ciudades. Otros ingresaron a la organización cuando ya estaba en el proceso de negociación de los Acuerdos de Paz o cuando se estaba constituyendo como partido político (*Comunes*). Estos últimos también hicieron parte de la investigación debido al interés por el proceso de reincorporación. Sus estancias en el grupo guerrillero varían, algunos estuvieron cinco años y otros alcanzaron a estar casi veinte. No se detallan los perfiles de los personajes ni tampoco los nombres de los pueblos o las ciudades debido a la situación de estigmatización y persecución que, como se dijo páginas atrás, está afrontando actualmente la población excombatiente en Colombia. Además, al brindar esa información también podrían ser reconocidos por parte de sus camaradas, del partido o de la ARN (Agencia para la Reincorporación y la Normalización)¹⁴, y algunas informaciones que se revelan en sus historias tal vez tengan repercusiones personales y políticas en esas instancias.

Los encuentros iniciales se realizaron el segundo semestre del 2020 de manera digital debido a la pandemia, por vía *Google Meet* o a veces por *WahtsApp Video*. Regularmente me

¹⁴ La Agencia para la Reincorporación y la Normalización (ARN), antes Agencia Colombiana para la Reintegración (ACR), es la entidad encargada de coordinar, asesorar y ejecutar, en alianza con otras entidades públicas y privadas, la reintegración social y económica de las personas desmovilizadas de los grupos armados organizados al margen de la ley.

hablaban desde sus casas, algunos aprovechando que los habían dejado solos -pues no podían hablar de ciertas cosas delante de su familia-, y otros delatando sin tanto rodeos algunas informaciones. Esa digitalidad me permitió una suerte de refugio para iniciar el proceso investigativo y para romper el hielo con algunos -tal vez para ellos también-, y para sortear esa sospecha de espía de la que hablé páginas atrás.

A partir del segundo semestre del 2021 comencé a encontrarme con ellos presencialmente y con otros interlocutores que participaron en la investigación. En los primeros encuentros cara a cara, con los del primer grupo, hubo cierta espontaneidad, pues ya había una confianza, nos habíamos visto varias veces y me habían contado asuntos muy íntimos de sus vidas, conmigo habían salido de un doble closet: su sexualidad y su condición de excombatiente. También hubo extrañezas, quería saber cómo eran sus cuerpos -en los encuentros digitales apenas veía sus rostros y a veces partes de sus torsos-, conocer sus formas de caminar, las maneras de moverse en las calles, las marcas en sus cuerpos, quería descubrir otros indicios de la guerra más allá de sus testimonios.

Visité los pueblos y ciudades donde ellos viven. Algunos me hicieron un tour y me llevaron a los lugares turísticos y emblemáticos, mientras otros, debido a su situación de discapacidad producto de la guerra, me citaron en los centros comerciales que eran más adecuados y cómodos para ellos. También conocí las casas de varios, a veces fui debido a sus condiciones de salud, otras veces porque era lo más práctico y otras porque, tal vez, querían que conociera esa parte de sus vidas. Esos viajes no solo fueron aprovechados para la interacción con este grupo de hombres, sino también para estar de frente con ciertas geografías de la guerra. Al estar con ellos o con mis amigos que me recibieron en diferentes ciudades, varias veces me indicaron lugares, calles, cementerios o esquinas en los que había ocurrido algo relacionado con el conflicto armado.

Si bien los encuentros con los excombatientes o miembros del partido *Comunes* eran extensos, podían ser tardes enteras acompañadas de comida o de música y cerveza, las principales estrategias del trabajo investigativo fueron dos: la entrevista y lo que llamaré *escritura colaborativa*. En las entrevistas, tanto digitales como presenciales, conversamos sobre su convivencia en la guerrilla o el partido político, profundizando en las experiencias sexuales y sentimentales. No hubo un guión estructurado ni un número determinado de

preguntas o encuentros, con cada uno la conversación fue tomando su propio rumbo. Estas entrevistas no fueron grabadas, ni por tanto transcritas, solo se tomaron apuntes.

Después, se emprendió la escritura de sus historias. Con los apuntes de las entrevistas iniciales, redacté los primeros borradores de unos relatos. Esos borradores fueron compartidos con cada uno en encuentros posteriores, con el objetivo que lo comentara y lo complementara. En esas reuniones, regularmente les compartía el texto impreso, una copia para ellos y otro para mi, para poder seguir una lectura conjunta. Les preguntaba sobre quién leía y casi siempre me pedían que yo lo hiciera, querían escuchar su historia, su vida. En ese ejercicio recordaban otras situaciones, borraban algunas frases, cambiaban palabras, proponían los nombres para los personajes, entre otras informaciones. Todas estas modificaciones e informaciones yo las escribía en mi copia impresa y con esos comentarios completé la escritura de cada relato. En esta escritura, que estoy llamando *escritura colaborativa*, convergen el lenguaje de los excombatientes o miembros del partido, la jerga de la guerra y de su sexualidad con los formatos académicos y literarios que me atreví a realizar como investigador.

En síntesis, en la presente tesis se tejó una apuesta escritural particular: por un lado, en forma de relatos con un estilo más literario y, por otro, una escritura colaborativa en donde los protagonistas de las historias también participaron en la redacción del escrito. ¿Por qué me atreví a realizar esta apuesta de escritura?

Los contextos transicionales-o posguerra como eran llamados en el siglo XX-, son periodos de emergencias y transformaciones, y podrían considerarse, también, como contextos de transiciones epistemológicas, metodológicas y teóricas para las Ciencias Sociales. Así como la guerra implicó unas formas de estudiar la realidad, con sus limitaciones y sus horrores, los escenarios transicionales abren otras posibilidades para pensar esas realidades, para escribirlas.

James Clifford, en su texto “Sobre el surrealismo etnográfico” (1995) analiza el periodo posterior a la I Guerra Mundial y señala la emergencia y consolidación del surrealismo en el arte y sus implicaciones en la etnografía y antropología de la época, subrayando la importancia de darle cabida a otros registros tachados por la ciencias moderna, como lo mítico, lo ónirico y lo simbólico y sus interlocuciones con la etnología y la sociología de Francia en esos tiempos. Podríamos suponer una misma reflexión respecto al periodo

histórico que atraviesa Colombia: ¿de qué manera la “posguerra” -entre comillas porque el país sigue enfrentando un conflicto con otros grupos armados- o la “promesa transicional” (Castillejo 2018) implica unos desafíos de hacer antropología -y otras ciencias sociales-?. Frente a esta discusión me concentraré en algo puntual: la escritura.

Clifford y Marcus en su libro clásico *Writing Culture* (2010) consideran que los problemas centrales de la antropología se deben trabajar mediante las innovaciones en la escritura etnográfica. Los relatos, tal vez, no son estrictamente este tipo de escritura, pues no son producto de una etnografía -como es considerada clásicamente-; sin embargo, son una apuesta que pretende suscitar discusiones epistemológicas, metodológicas, teóricas y políticas, no sé si para la antropología en general, pero sí, tal vez, para los estudios sobre el conflicto armado, el escenarios transicional y la construcción de paz en Colombia, en especial, los estudios de género y sexualidad inmersos en ellos.

Esta labor, la discusión sobre la escritura, implica realizar un ejercicio más reflexivo sobre acto de escribir, del acto de relatar en medio de los silencios y del bullicio de la guerra. Uno de esos actos de reflexión se refiere a unos *marcos sociales de la escritura*, es decir, unos contextos históricos y políticos en los cuales es posible escribir lo que se escribe. Así como se habla de unos marcos sociales del testimonio, podríamos plantear bajo la misma lógica unos *marcos sociales de la escritura*.

La noción de marcos sociales del testimonio se refiere a los lugares y condiciones de producción del testimonio, a unos contextos históricos, políticos y geográficos que permiten o inhiben la posibilidad de que algo se cuente, de que algo sea testimoniado (Pollak, 1989; Aranguren, 2010). Partiendo de esta premisa, debo enfatizar que la producción de los testimonios y la escritura de los relatos de esta investigación se enmarca en el proceso transicional, es posterior a los Acuerdos de Paz entre el gobierno y la guerrilla de las FARC-EP del 2016. El trabajo de toda la tesis surge en este contexto.

Los testimonios y la escritura sobre los relacionamientos sexuales y sentimentales entre hombres combatientes no hubieran sido posibles en otro contexto, en otra época del conflicto armado en Colombia. Los vacíos al respecto en los innumerables informes son una evidencia de ello. Si ocho años después de los Acuerdos, aún es difícil llegar estos hombres, que hablen sobre el tema o que se puede escribir al respecto, en el pasado era más complejo. Por ello, podríamos plantear la idea de unas *escrituras transicionales*, unas grafías que son

posibles en un contexto político transicional -un marco social-, unas escrituras que podrían remediar ciertos silencios.

Esas *escrituras transicionales* podrían implicar un proceso de interpelación a los formatos y lógicas canónicas para retratar el conflicto armado. Alejandro Castillejo, uno de los antropólogos colombianos que más ha discutido sobre los dilemas de los escenarios transicionales, plantea que en estos contextos se establecen ciertos “órdenes narrativos” para contar la guerra (2014).

El testimonio es uno de los formatos canónicos en los órdenes transicionales recientes, no solo en Colombia, también en otros contextos. La antropología, a diferencia de otras disciplinas de las Ciencias Sociales, se ha destacado por su capacidad de contar historias. La escritura etnográfica consolidada en el siglo XX, se destaca por esa cualidad, pero con la centralidad en el testimonio, dejamos que la creatividad e imaginación descansen en lo testimoniado, en esos renglones transcritos en el informe, bien sea de investigación o de un organismo institucional. El horror de la guerra, junto a lo bello -sí puede decirse así- de la sobrevivencia pueden contarse en otras escrituras. Podemos volver a ser contadores de historias, no solo replicadores de citas transcritas. El testimonio puede transformarse, no solo es válido en su versión transcrita.

Recurrentemente se aduce que el testimonio es un mecanismo para “dar voz a las víctimas”, pero el uso que hacemos de él, de esa transcripción, se torna tan repetitivo y tan normativo que termina cayendo a una mecanización de lo testimoniado, a un ejercicio mecánico de cita y paráfrasis donde “esa voz” de la víctima termina desvaneciéndose. Al explorar otros formatos con los testimonios, no solo se les “da voz” a las víctimas, también se les da imaginación y se podría brindar otros porvenires. La literatura, el cine y la música en Colombia, como en otros contextos transicionales lo han demostrado, por qué no hacerlo desde las Ciencias Sociales. El informe de la Comisión de la Verdad (2022) es un buen ejemplo de ello, pues crearon otros formatos y otros dispositivos para emprender otras polifonías de los testimonios.

La transcripción también merece una reflexión. Al transcribir, lo recalca Bourdieu en su texto “Comprender”, se pierde mucha información: entonaciones, silencios, volumen, interrupciones (1999), pero también, quisiera remarcarlo, se pierde encanto para contar historias. Al superar la mera transcripción, se puede mantener la fascinación de la historia, la

conexión con ella. Al leer algo transcrito se aburre el lector; y más, cuando se cae a una mecánica de cita y análisis, cita y análisis, como si el “académico” terminara siendo un traductor teórico de lo narrado, como si el testimonio por sí mismo no tuviera esa capacidad. La transcripción es nociva para contar historias. Es paradójico, pero quisiera compartir una cita, una transcripción, que reseña el carácter disruptivo que puede contener una escritura que problematiza la transcripción, la cita y el testimonio:

La etnografía no es solo un trabajo de descripción y la escritura una cita verosímil de lo estudiado. En ella creamos artefactos sexo-políticos, pequeñas máquinas epistémicas, que intentan mostrar un mundo, pero también *desviar* su descripción hegemónica, dilucidar sus invisibilidades y exclusiones, proponer otras perspectivas (Parrini 2022, p. 290).

La transcripción es un elemento que obstruye la imaginación y la creatividad, o simplemente es una pieza que salva la tarea del investigador que está escribiendo. Al ver un testimonio transcrito, se nubla la posibilidad de escribirlo de otra forma; al verlo así, palabra por palabra, surge la disculpa para no intentar escribirlo de otra forma. Insisto, no es quitarle la palabra o la autoría al testimoniante, es pensar que su testimonio puede escribirse de otras formas más allá de la simple transcripción; tal vez en esas otras formas se encuentren otros rincones u otras difusiones que no estaban previstas, ni por la víctima ni por el investigador. La transcripción castra -un término profundo y psicoanalítico- la capacidad de escritura, imaginación y creatividad, que son las mejores cualidades para contar historias.

La transcripción, implícitamente, contiene una entrevista o conversación que fue grabada. Como se escribió páginas atrás, las conversaciones, los encuentros y las entrevistas que tuve con el grupo de hombres protagonistas de los relatos no fueron grabadas. Tomé notas en frente de ellos, como también después de esos encuentros. Apuntes que fueron la base para la escritura de los primeros borradores. La decisión de no grabar obedeció principalmente a un asunto político: al secreto en el que estaban envueltas sus historias, aún más cuando son historias que involucran transgresiones a las políticas del grupo armado o del partido político.

Nicolás Espinosa, antropólogo que ha estudiado profundamente el conflicto en zonas donde históricamente las FARC-EP tuvo presencia y legitimidad frente a la población civil, señala que frente a la grabadora se asume un discurso distinto, diferenciando un discurso

oficial/público y uno privado; con la grabadora generalmente solo se puede registrar el primero. El autor, además, plantea que al grabar se deja huella de algunas informaciones que requieren prudencia (Espinosa 2009). Esa noción de “dejar huella”, me lleva a pensar en varias cuestiones. Por un lado, a una huella que puede convertirse en material probatorio de lo dicho y que puede tener implicaciones letales para quién lo dijo. Y, también, podría ser una huella que queda para el futuro, es un discurso que queda grabado en un dispositivo, que se ha materializado; lo solamente dicho tiene menos transcendencia a futuro que lo grabado, o por lo menos así lo asumen aquellos que brindan un testimonio. Además, lo grabado -pero también lo escrito- puede convertirse en un espejo que no se quiere ver del pasado violento. No solo al grabar se “deja huella”, también en otros procedimientos que se hacen con los testimonios quedan huellas, pero la grabación sí es un rastro más expuesto al acecho de los contextos de violencia armada.

Al ratrear otras perspectivas u otros ángulos del conflicto, como los relacionamientos sexuales y sentimentales homoeróticos intrafilas, parece necesario, entonces, trazar otros tipos de narrativas, de escribir y representar esa guerra; como el caso de los relatos de la presente tesis. María Victoria Uribe ha planteado la noción de *antropología de la inhumanidad* en sus reflexiones sobre la crueldad, las masacres y, en general, sobre la violencia en Colombia; en una de sus frases plantea: “Las atrocidades de nuestro siglo ocurren en medio de la ausencia de un lenguaje que pueda darles sentido (2004, p. 7).” Si bien la idea de la autora sobre el lenguaje es más amplia y no se reduce a lo escrito, podríamos presentir que al escribir de otras formas, tal vez, se pueda darle otros sentidos a la historia de la violencia, se pueda indagar otros ángulos, otras perspectivas y otras apuestas al estudio de la guerra.

María del Rosario Acosta (2022), en sus reflexiones sobre la escucha en el contexto transicional colombiano, ha planteado la urgencia de ampliar los regímenes de lo audible, un argumento que podría calcarse, tal cual, con la escritura: *ampliar los regímenes de lo escribible*.

Así, el reto no es únicamente ampliar el régimen de lo visible y de lo audible, para que sean más cuerpos y más voces las que comiencen a intervenir, dar forma y transformar el espacio de lo político, complejizando con ello también la narrativa sobre el conflicto y sus múltiples formas de violencia. Más allá de ello, se hace necesario alterar los criterios que han

determinado de antemano qué merece o no hacerse visible, qué merece o no hacerse audible (Acosta 2022).

¿Cuáles son los criterios que han determinado qué merece ser escrito o cómo debe escribirse sobre la guerra? Necesitamos *ampliar los regímenes de lo escribible*; decir, escribir, difundir de muchas formas la atrocidad de la guerra en Colombia. Pareciera que no han sido suficiente las formas de difusión, tanto de los medios de comunicación, del CNMH (Centro Nacional de Memoria Histórica), como de la academia o de la acción humanitaria; necesitamos escribirlo, decirlo, ilustrarlo de muchas formas, aprovechar que todavía la imaginación no ha sido cooptada por el aturdimiento o la desesperanza de la guerra. Por ello me atreví a este tipo de escritura, a estos relatos, a esta escritura colaborativa.

Los rincones de la guerra. Reflexiones epistemológicas y *queer* sobre temas y poblaciones poco estudiadas en el conflicto armado en Colombia

En la vasta investigación sobre el conflicto armado en Colombia todavía hay temas o poblaciones sobre las cuales se ha rastreado poco, como el caso de la homosexualidad en los grupos guerrilleros y paramilitares. El país tiene una larga historia en el campo de estudios sobre el conflicto armado, para varios/as autores/as (Jaramillo 2014, Vera 2015), este campo emergió en 1962 con la publicación del libro *La Violencia en Colombia* (Guzmán, Borda y Umaña 1962). María Victoria Uribe, junto a Rodrigo Parrini, realizan un panorama general sobre esa trayectoria:

En Colombia la violencia ha sido casi un sinónimo del largo conflicto armado, un tema explorado por investigadores de variadas disciplinas, desde hace varias décadas. A raíz del interés suscitado por la complejidad y duración del conflicto armado colombiano, se conformó un campo disciplinar denominado “violentología”, que estableció parámetros teóricos y empíricos para el análisis de los acontecimientos violentos de mediados y finales del siglo pasado, y cuyos investigadores fueron fundamentalmente historiadores, abogados, sociólogos y politólogo. El interés por las víctimas y por la memoria surgió posteriormente,

a raíz de la expedición de la Ley de Justicia y Paz y de la creación del Centro Nacional de Memoria Histórica (Uribe y Parrini 2020, p. 15).¹⁵

Se creería que, debido a tantos años, tantas disciplinas, tantas perspectivas y tantos/as investigadores/as dedicados a este campo de estudios, no debería haber vacíos. Si bien la noción de totalidad o de saturación en la investigación ha sido ampliamente cuestionada, debido a que los temas y los escenarios se van transformando y, por tanto, son susceptibles de otros análisis, quiero hacer énfasis en las cuestiones sobre las cuales persisten vacíos investigativos: ¿Por qué ocurre esto? ¿Cuáles son los dispositivos políticos y epistemológicos que conllevan esta situación? ¿Por qué en miles o, tal vez, millones de páginas escritas sobre el conflicto armado en Colombia, todavía no se ha escrito sobre ciertos temas o poblaciones?

Las epistemologías feministas y *queer* han insistido en advertir los sesgos que producen las perspectivas androcéntricas y heterocéntricas en el proceso de construcción de conocimiento científico. Sara Ahmed (2006) con su propuesta de una orientación *straight* (que en inglés vincula dos acepciones: lo recto y lo heterosexual), recalca las implicaciones epistemológicas y políticas de esas orientaciones, nos invita a cuestionar: ¿qué objetos aparecen y cuáles no en esas *orientaciones* de los enfoques científicos tradicionales? Una epistemología heterosexual es recta y en lo recto solo se alcanza lo que está en esa orientación, nada más. No hay posibilidad de cambiar ángulos, de orientar otras perspectivas. Es una epistemología sin espacios para las curvas, para los recovecos, para lo “volteado”. Lo “volteado”, así les decían a los hombres homosexuales en algunas regiones de Colombia. Una epistemología *queer*, siguiendo a la autora, implicaría una “política de desorientación” que pone a su alcance otros objetos, que podrían parecer torcidos o “volteados”.

La guerra se ha figurado como un escenario emblemáticamente heterosexual y masculinizado, las construcciones materiales, discursivas y simbólicas sobre ella se configuran a partir de fundamentos heteronormados, binarios, patriarcales y machistas (CNMH 2015; Hagen 2017). Seguramente por ello, los estudios sobre las poblaciones que ahora son reconocidas como “LGBTQ+” en el marco del conflicto armado estuvieron

¹⁵ La Ley de Justicia y Paz fue promulgada en el año 2005 y la creación del Centro Nacional de Memoria Histórica en el 2011.

arrinconadas por mucho tiempo y surgieron apenas en los años 2000, varias décadas después de la emergencia y consolidación de los estudios sobre la violencia en el país.

Los estudios rectos de la llamada “violentología¹⁶” -que por cierto tienen un predominio masculino-, con su marcado estructuralismo y sus abordajes macrosociales, no se interesaron por variados temas y sectores poblacionales. Incluso, los abordajes posteriores a la Ley de Justicia y Paz, interesados en las víctimas y la memoria, y que ya estaban marcados por una discusión sobre el posestructuralismo en las Ciencias Sociales y por el enfoque poblacional profundizado por la constitución del 91, también han desatendido ciertas aristas de investigación.

María Victoria Uribe y Rodrigo Parrini en el libro *La Violencia y su sombra*, plantean la noción de *sombra* para aludir a esas opacidades o penumbras que produce la violencia en su ejercicio, y que tienen una repercusión en los estudios sobre ella. Por tal razón, en términos epistemológicos y metodológicos proponen un ejercicio de angulación o de oblicuidad para su estudio. En sus palabras:

Si persistimos en mirar la violencia de frente quizá veremos una imagen impactante, pero borrosa, distorsionada por la angustia o por el deseo. Si la miramos de lado, desde encima o a ras de suelo, podremos ver sus múltiples sombras y cómo estas se desplazan y cambian y quizá, solo así, podamos entender su verdadera naturaleza (Uribe y Parrini 2020: 19).

Más allá de las implicaciones epistemológicas de esta noción de sombra -que para mí tiene sesgo de totalidad-, es una figura que, a mi parecer, no es apropiada para rastrear la homosexualidad de la guerra o de los grupos armados, porque por más que se ausculte ese tema, que se realice un ejercicio de angulación o de oblicuidad, seguirá habiendo cosas que no vamos a conocer, como lo aprendí en el transcurso de esta investigación. Yo quisiera, más

¹⁶ En 1987, el entonces presidente Virgilio Barco, convocaba con el objetivo de identificar las causas, y realizar un diagnóstico de la violencia en el país, a un grupo de 10 académicos notables para realizar dicha investigación. Resultado de la indagación, se publica el informe *Colombia: violencia y democracia*. Este trabajo investigativo representa el nacimiento de una línea de investigación, que será denominada *violentología*, y sus investigadores *violentólogos*. Los hallazgos de este grupo de investigadores, plantearon que la violencia en Colombia respondía a unas causas objetivas, como la falta de posibilidades de participación política o la exclusión social, además de plantear que no era una violencia, eran violencias en plural. Dentro de este grupo de investigadores encontramos los nombres de Gonzalo Sánchez, Jaime Arocha, Álvaro Camacho, Darío Fajardo, Álvaro Guzmán, Malcolm Deas, María Victoria Uribe, Eduardo Pizarro y Daniel Pécaut, entre otros.

bien, plantear la noción de *rincones de la guerra* para aludir a esos vacíos que aún persisten en los estudios sobre el conflicto armado en Colombia, ya que los rincones por más que se rastreen, seguirán guardando algo; no basta con rastrearlos desde diferentes ángulos, siguen conservando polvo.

Cuando pienso en la noción de *rincón*, pienso en la acción de limpiar la casa y barrer los rincones. Barrer un rincón es difícil, requiere de angulaciones y de “orientaciones” diferentes de la escoba; también hay que pasar la escoba varias veces para sacar el mayor polvo posible; pero, por más que se barra el rincón, se sabe que quedó polvo; un polvo que se ve y otro que no. El rincón, generalmente, es un ángulo de 90 grados, un ángulo “recto”, justamente la misma noción planteada por Ahmed (2006)¹⁷. Y lo interesante y paradójico, es que para auscultar esa rectitud no son útiles los instrumentos o direcciones rectas, sino que se requiere de herramientas y orientaciones flexibles, de angulaciones y torceduras que alcancen a donde no llega esa rectitud. Por eso, tal vez, la epistemología *queer*, así como otras epistemologías “torcidas” como las decoloniales, tullidas, afrocentradas o feministas sean herramientas propicias para rastrear los *rincones de la guerra*.

Esta premisa, el hecho de quedar polvo en el rincón, se puede articular con la noción de “Ojo de Dios” planteada por Donna Haraway (1995), como algo que “todo lo ve y todo lo conoce”, una premisa sobre la cual se ha amparado el conocimiento científico. Se debe partir del hecho que no se conocerá todo sobre el conflicto armado en Colombia; a pesar que cada vez se conozca más, no se podrá llegar a ciertos rincones. En el caso de esta investigación algunos rincones se perpetúan por varias razones: por la vigilancia de la guerra y de los grupos armados que aún perduran, por la vigilancia del partido político y de los camaradas, porque los excombatientes participantes me confesaron que no me contaron algunas cosas, o porque me compartieron algunas historias, pero me solicitaron que no escribiéramos sobre ellas. Otros rincones se conservan porque son asuntos que no les interesan a los agentes involucrados en el mantra transicional (Estado, organismos internacionales, organizaciones sociales, academia), o porque no me interesan a mi como investigador. Habrá polvo que seguirá incrustado en esos rincones, y más cuando estudiamos la guerra y la sexualidad.

¹⁷ Si bien la traducción de “ángulo recto” en inglés es: right angle”, quiero hacer énfasis en la noción de “recto” que se articula con la idea de “*straight*” de la autora.

Esos rincones no están ensombrecidos, no es que no se vieran porque estaban tapados, siempre han estado ahí, sino que arrinconados. Como el caso de la homosexualidad en los grupos armados; no es que no hubiera existido, siempre estuvo ahí, algunas veces en sus propias narices, los guerrilleros rasos o los comandantes sabían de ella, pero fue algo que quisieron arrinconar. Incluso, los propios investigadores hemos sido cómplices de esos arrinconamientos, al estar fascinados por lo que ocurría en los centros del conflicto, nos olvidamos de este y de muchos otros rincones. ¿Qué se arrincona? Lo que estorba, lo que se posterga, lo que no se considerapreciado o importante. Pero los rincones siempre han estado ahí, expectantes y receptores de lo que se consideran residuos de la guerra, por ello, tal vez, reservan informaciones relevantes y extraordinarias para ampliar la comprensión del conflicto armado.

La investigación sobre las poblaciones LGBTQ+ en el marco del conflicto armado ha auscultado ese arrinconamiento y, efectivamente, se ha conocido no solo sobre ella, sino sobre otras dimensiones del conflicto, evidenciando cómo esos rincones retienen cuestiones inusitadas que no habían sido consideradas como parte integral del conflicto. Un ejemplo de ello, es la premisa de que los grupos armados no solo imponían un orden político o económico, sino también un orden moral que implicaba un orden de género y sexual sobre las poblaciones, argumento expuesto en el informe “Aniquilar la diferencia” del CNHM (2015). Casos como estos revelan que para una comprensión más abarcante, pero no total del conflicto, es necesario introducir otras perspectivas -otras orientaciones-, otras poblaciones y otros temas. En este caso, pensar cómo las reflexiones maricas o *queer*, reflexiones desorientadas de las epistemologías tradicionales, pueden contribuir a la comprensión del conflicto armado en Colombia y a sus apuestas de superación de la violencia y de construcción de paz (Garcés-Amaya 2023; Ritholtz *et al.* 2023).

Así como se han logrado comprender otras aristas sobre el conflicto armado, en los estudios sobre las poblaciones LGBTQ+ se perpetúan algunos arrinconamientos. Hasta ahora se ha indagado principalmente sobre las víctimas y continúa habiendo algo recóndito: la población (ex)combatiente, ¿por qué ese arrinconamiento? Para indagar esta situación podemos reconocer dos temporalidades: durante el conflicto y posterior a él. Durante las guerras, el arrinconamiento de la homosexualidad es acentuado, las dinámicas e ideologías -tanto de derecha como de izquierda- inmersas en la confrontación convirtieron la

homosexualidad como un enemigo común, como un enemigo de todos, por ello está profundamente arrinconada (sobre esto se profundizará en el capítulo 2).

En cuanto al periodo posterior, al transicional, ese arrinconamiento es producto del aparato transicional mismo, ¿qué le interesa inspeccionar, intervenir o reparar? En esos intereses no solo se determina qué será atendido, sino qué podrá ser objeto de investigaciones, no solo judiciales, sino también académicas, delimitando lo que puede conocerse y lo que puede estudiarse. Ese aparato transicional, por tanto, tiene repercusiones epistemológicas para el devenir de los estudios sobre el conflicto armado, la transicionalidad y la construcción de paz.

Desde ahora, desde la primera década de la puesta en marcha del accidentado proceso transicional en Colombia, debemos advertir los límites -intencionados o no- de este proceso. Para el caso de mi interés, se deben vigilar los asuntos relacionados con la (homo)sexualidad, las poblaciones LGBTQ+ y la población (ex)combatiente, pues la empresa transicional no alcanzará o no querrá llegar a ciertos rincones; los antecedentes de otros procesos transicionales son prueba de ello¹⁸. Pero, a pesar de estos vaticinios, es pertinente seguir auscultando los rincones, esos recovecos de la guerra arrinconados por los dispositivos de género y de sexualidad de los grupos armados, de las comunidades, del Estado y del aparato transicional; rastrearlos con instrumentos torcidos y “volteados”, “desorientar” la empresa de los estudios sobre el conflicto armado y sobre escenario transicional en el país; una tarea que se emprende en la presente tesis.

Estructura de la tesis

Después de relatar los episodios a partir de los cuales fui descubriendo y consolidando el tema de la tesis y el camino arduo para encontrar a sus participantes -y las implicaciones teóricas, metodológicas y políticas de ese proceso para la investigación-, y de plantear la apuesta metodológica del estudio y las reflexiones epistemológicas implícitas en el estudio de las disidencias sexuales en el conflicto armado en Colombia; ahora, describiré la estructura de la tesis.

¹⁸ En otros procesos transicionales de América Latina, como los de Argentina (ver Theumer *et al.*, 2020), Brasil (ver Green y Quinalha, 2014), El Salvador (ver Palevi, 2016), Chile y Perú, las comisiones de la verdad oficiales no adelantaron procesos sobre poblaciones homosexuales o LGBT, esta tarea la emprendieron años después organizaciones de la sociedad civil.

En el primer capítulo se presentan las discusiones teóricas introductorias sobre las nociones de género, masculinidades y heterosexualidad en el marco de los contextos bélicos, como elementos claves para el desarrollo de la tesis. Se aborda la relación entre género y guerra, sosteniendo que los conflictos armados pueden ser considerados como dispositivos de género y de sexualidad. Luego, se exploran los estudios de género de los hombres y las masculinidades en escenarios bélicos y sus implicaciones para el análisis de la guerrilla de las FARC-EP. Finalmente, se discute sobre la heterosexualidad, como norma, en la institucionalidad de la guerra y de los grupos armados, haciendo hincapié en los discursos sobre la homosexualidad dentro de contextos militares, los movimientos de izquierda y de la guerrilla de las FARC-EP, debates que son cruciales para el desarrollo de los capítulos posteriores.

El segundo capítulo se concentra en los encuentros sexuales homoeróticos intrafilas y retrata otros ángulos de los dispositivos sexuales de la guerra. Se detallan algunos elementos implicados en la gestión y represión de esos encuentros, asuntos como: las jerarquías militares, la virilidad, los encubrimientos y las geografías, entre otras cuestiones que participaron en las interacciones eróticas entre guerrilleros. Por su parte, en el capítulo 3 se discute sobre los involucramientos afectivos/amorosos entre camaradas. Se indaga por escenarios que transgreden o ponen en tensión de otras maneras los controles de género y sexuales del grupo armado, al describir y analizar situaciones de enamoramiento y emparejamiento entre hombres guerrilleros.

Aunque la violencia está presente en toda la tesis, en el capítulo 4 me concentro en las dinámicas de las violencias intrafilas dirigidas contra la homosexualidad. Se examinan los registros de terror y sufrimiento generados por los distintos controles sexuales en las filas. También, se plantea una circularidad entre diferentes violencias de orden de género y sexuales, noción que permite comprender las violencias contra la homosexualidad como un elemento imbricado con las políticas del grupo guerrillero y de la guerra más amplias. Además, se aborda el uso del homoerotismo como una estrategia de guerra, intentando superar una perspectiva meramente victimizante sobre él.

Finalmente, en el capítulo 5 se abordan los procesos de reincorporación de algunos protagonistas de los relatos, haciendo énfasis en temas de sexualidad. A lo largo de sus historias, se evidencian los desafíos y las estrategias desplegadas para emprender una vida

sexual y sentimental con otros hombres, para conocer los circuitos homoeróticos de las ciudades y para asumir su sexualidad en sus familias y redes más cercanas, entre otras situaciones. Se revela que su proceso de reincorporación acumula exploraciones envueltas de afectos y deseo, pero también de frustraciones y precariedades que hacen del proceso de reincorporación un camino lleno de paradojas y contradicciones. Para cerrar, se reflexiona sobre los trazos de incertidumbre y de esperanza para sus vidas y, de paso, para el escenario transicional colombiano en su conjunto.

A lo largo de los capítulos se introducen otros apartados que son fundamentales para la composición de la tesis. En medio de ellos se encontrarán los relatos escritos con los excombatientes y los miembros del partido *Comunes*, se desglosan de dos a cuatro relatos de acuerdo a los temas que se abordan en cada capítulo. También se incluyen algunas reflexiones sobre el ejercicio de “escritura colaborativa” y sus vinculaciones con los temas que se van tratando. Y, para el público extranjero, en el capítulo 1 y 5 se encontrarán unos apartados iniciales que brindan una contextualización histórica muy general sobre el conflicto armado en Colombia y los procesos de DDR adelantados en el país.

Capítulo 1

Marañas de género, masculinidad y heterosexualidad en el conflicto armado en Colombia. El caso de las FARC-EP

En el partido y la jota me dijeron que debía inscribirme
e ingresar al servicio militar. No estuve de acuerdo.
Luego insistieron que era necesario para que la revolución triunfara
en el año decisivo de la política de la rebelión popular* y bla-bla-bla-bla.
Lo seguí pensando varias semanas. Luego me fui a inscribir no tan convencido.
En la fila, con una hilera de futuros pelaos como yo, me arrepentí.
No quería ser militar ni por el partido ni por la revolución ni por nadie.
Le dije al médico que vivía con mi abuela y que no deseaba dejarla sola.
El médico me miró incrédulo, luego le hice un gesto bien maricón
con las manos en las caderas. En segundos miró convencido
y les dijo a unos pelaos asistentes que yo no podía ingresar
al Ejército de Chile por ser homosexual. En ese momento miré al techo
y conté hasta veinte para no morir de vergüenza. Respiré profundo y me fui.
- **Juan Pablo Sutherland. Papelucho gay en dictadura.**

El objetivo de este capítulo es introducir las discusiones teóricas en torno al género, las masculinidades y la heterosexualidad, como premisas transversales para el desarrollo del resto de la tesis. Antes de emprender esa tarea, se esboza una breve contextualización histórica del conflicto armado en Colombia (este ejercicio se realiza principalmente para los lectores extranjeros). Después de ese trazo histórico, el capítulo está compuesto por cuatro partes. Primero, se presenta la discusión sobre la articulación entre género y guerra, y se argumenta las razones por las cuales las guerras -o el conflicto armado- se pueden considerar como un dispositivo de género y sexual. Luego se este antecedente conceptual, se presentan dos relatos: El Canalla y Las Socias. El primero es una historia a partir de la cual se trazan algunos debates sobre las masculinidades militares y el segundo sobre la institucionalización de la heterosexualidad en el grupo guerrillero.

Más adelante, se expone los planteamientos sobre los estudios de género de los hombres y las masculinidades en los contextos de guerra y sobre la implicación de esas discusiones en las filas de las FARC-EP. Y, por último, se realiza un debate sobre la heterosexualidad, sobre cómo está articulada, como norma, con la institucionalidad de la guerra y de los grupos armados. Se realiza un énfasis en los discursos frente a la homosexualidad en los contextos

militares, en los movimientos de izquierda y en la guerrilla de las FARC-EP, discusiones que son fundamentales para las tramas del resto de los capítulos.

Breve contextualización histórica sobre el conflicto armado en Colombia

El conflicto armado en Colombia es una confrontación política y militar con más de 60 años de historia. Su origen se remonta a la violencia bipartidista de los años 40 y 50 del siglo XX entre el Partido Liberal y el Partido Conservador, especialmente recrudecido después del 9 de abril de 1948, día en que fue asesinado el caudillo liberal Jorge Eliecer Gaitán. Con Gaitán muerto, se intensifica un ciclo de violencias que se había reactivado a raíz de la derrota sufrida por el liberalismo en las elecciones presidenciales de 1946, y que da inicio al periodo conocido como la Violencia. El asesinato de Gaitán, caudillo y ya líder indiscutido del partido liberal, genera la respuesta violenta de los liberales en todo el país, y al tiempo que el aparato militar y armado del Estado es copado por los liberales, surge del seno del conservadurismo la organización de cuadrillas de los que fueron conocidos como pájaros, que no eran más que grupos de conservadores armados, que

impusieron a sangre y fuego la “pacificación”, que nunca fue pacífica, ni nunca consiguió tal paz. En ese contexto surgen las columnas de marcha, conformada por campesinas y campesinos liberales desplazados por la violencia conservadora, y que en busca de nuevas tierras para cultivar, cubrían grandes distancias en los departamentos del Cauca, Tolima, Huila y Valle del Cauca, donde fue especialmente cruda la violencia. Estas columnas de marcha se constituirán posteriormente en guerrillas liberales, en las que también habrá presencia de campesinos comunistas, y que posteriormente tras la directriz de los directorios liberales a los limpios (guerrillas liberales) de romper relaciones con los comunes (comunistas), se verán separados y enfrentados. Ya para 1953, siendo presidente Laureano Gómez, y ante su incapacidad para pacificar el país, las fuerzas militares dan un golpe de Estado y asume la presidencia de facto el General Gustavo Rojas Pinilla. Ante la iniciativa de

Rojas Pinilla de convocar una Asamblea Nacional Constituyente para ser reelegido presidente para el periodo 1958-1962, los partidos, la iglesia y los empresarios del país mediante un paro obligaron la renuncia anticipada del Rojas Pinilla en 1957, y depositaron el poder ejecutivo en manos de una junta militar. Un año después, en la ciudad de Benidorm, España, los dirigentes del partido Liberal Alberto Lleras Camargo, y del partido Conservador Laureano Gómez, firmaron el Frente Nacional (1958-1974), un acuerdo para turnarse la presidencia del país cada cuatro años. En ese contexto de cierre democrático, o democracia limitada, se da el surgimiento de guerrillas como las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo -FARC-EP- (1964), el Ejército de Liberación Nacional -ELN- (1964), Ejército Popular de Liberación -EPL- (1967) y el Movimiento 19 de abril -M-19- (1970), todos con particularidades en su origen y causas de surgimiento, que lejos de algunos planteamientos académicos, sí tuvieron profundas raíces en las condiciones reales-materiales del país. Posteriormente, en los años 80, se conformaron grupos paramilitares, auspiciados por algunas élites políticas y económicas del país, así

como de las nacientes elites del narcotráfico en especial en el noroccidente del país. Así, el surgimiento del paramilitarismo está ligado históricamente al auge y fortalecimiento del narcotráfico, que se configuró como una de sus principales fuentes de financiamiento, al tiempo que penetraban también en las estructuras económicas de las insurgencias. Durante esa misma década se dan los primeros acercamientos y Acuerdos de Paz con la guerrilla de las FARC. En 1984, en La Uribe, departamento del Meta, esta insurgencia y el gobierno del entonces presidente Belisario Betancur firmaron un Acuerdo de Cese al fuego, en el que además se consolidaba la posibilidad de transición de la guerrilla a ser un partido político. Fue así que nació la Unión Patriótica -UP-, como la expresión de un sector amplio de la sociedad civil, que incluía a la insurgencia, con el objetivo de sentar las bases para el posible desarme de la guerrilla y su tránsito a la política legal. Pero dicho tránsito nunca se dio. La UP fue exterminada, bajo la complicidad del Estado como lo ha determinado la Corte Interamericana de Derechos Humanos, siendo asesinados por fuerzas paramilitares coludidas con fuerzas militares, alrededor de 6000 de sus

militantes, incluyendo dos candidatos presidenciales: Jaime Pardo Leal y Bernardo Jaramillo Ossa. Se cerró así, por aquella vez, la posibilidad de paz y de tránsito a la vida política legal.

En 1990, y a raíz del Acuerdo de Paz que hicieron el M-19, el EPL, el PRT y el Quintín Lame, con el gobierno de Cesar Gaviria, sumado a expresiones de movimientos sociales como la Séptima papeleta, se establece la convocatoria para realizar una Asamblea Nacional Constituyente en 1991, en la que participan los recién desmovilizados agrupados bajo la bandera de la Alianza Democrática M-19, partido que naciera de los Acuerdos de Paz de 1990, y cuyo candidato presidencial, Carlos Pizarro, fue asesinado en plena campaña electoral el 26 de abril de ese mismo año.

El año de la Constituyente, la Coordinadora Guerrillera Simon Bolívar - CGSM- toman la embajada de Venezuela en Bogotá, con la intención de forzar un acercamiento para un posible dialogo y negociación. Este se pacta para mitad de año en la ciudad de Caracas, sede que deberá moverse a Tlaxcala, al año siguiente, dada la inestabilidad política del país. Pero este proceso de dialogo tampoco prosperó, y será hasta finales de la década,

bajo la presidencia de Andrés Pastrana, que se dará de nuevo un acercamiento en lo que se conoció como la zona “del despeje”, ubicada en San Vicente del Caguán, y que para inicio del año 2002 también fracasaría como resultado de las voluntades de ambas partes de avanzar en una negociación real, al tiempo de que se desarrollaban acciones armadas que iban en contra de lo planteado en el proceso de dialogo-negociación.

En medio de este periodo, se efectuó la negociación y desmovilización de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) entre los años 2005 y 2006, que era la reunión de varios grupos paramilitares dispersos en varias regiones del país.

Será hasta entrada la década de 2010, cuando después de duros golpes a la insurgencia de las FARC, como la muerte natural de su máximo comandante Pedro Antonio Marín -Manuel Marulanda Vélez-, la muerte de Raúl Reyes en un bombardeo en territorio ecuatoriano, o la muerte bajo siete toneladas de dinamita de Jorge Briceño -El Mono Jojoy-, las FARC vuelvan a entrar en un proceso de acercamiento al dialogo-negociación con el Estado colombiano.

El artífice, de parte de la insurgencia, de este nuevo acercamiento

fue el entonces máximo comandante de las FARC Alfonso Cano, quien a pesar de expresar sus deseos de una salida negociada al conflicto, fue asesinado desarmado, por las fuerzas militares el 4 de noviembre de 2011, en el municipio de Suarez, Cauca, cuando ya se presentaban serios avances para un posible proceso de Acuerdo.

El mismo año del asesinato de Cano, se promulga la ley 1448 de 2011, la ley de víctimas. De acuerdo con las cifras de la Unidad de Víctimas, partiendo desde el año 1985, en Colombia se encuentran registradas 9.572.044 víctimas (septiembre, 2023), es decir, aproximadamente el 18% de la población del país. En ese mismo periodo, se considera que ha habido 12.566.243 eventos victimizantes, los de mayor prevalencia son el desplazamiento forzado (9.796.927), la amenaza (701.536) y la desaparición forzada (206.803). Respecto

a asuntos más relacionados con el tema del presente estudio, se han registrado 40.709 eventos de violencia sexual y 5.627 víctimas LGBT.

El acuerdo más reciente con la antigua guerrilla de las FARC-EP, negociado en La Habana (Cuba) desde el 2012 y firmado en noviembre de 2016 en Bogotá, se constituye en el contexto político y social en el cual se desarrolla la presente investigación. Algunas de sus disposiciones e instancias son fundamentales para articular los objetivos del estudio, como lo son la implementación de la perspectiva de género -tanto para recabar sobre los impactos del conflicto como para promover el proceso transicional- y la constitución de algunos organismos como la Agencia para la Reincorporación y la Normalización, la Comisión de la Verdad y la Justicia Especial para la Paz.

Maraña de género: Plebiscito, conflicto armado y dispositivos de poder

Para introducir y profundizar en la perspectiva de género del Acuerdo de Paz, y sus repercusiones para el desarrollo de la presente investigación, es necesario aludir a un acontecimiento: el Plebiscito del 2 de octubre del 2016. Este Plebiscito fue una iniciativa propuesta por el gobierno de aquella época para que la ciudadanía votara si estaba de acuerdo con los Acuerdos pactados con la guerrilla de las FARC-EP; la contienda se reducía a votar “Sí” o “No”. En los resultados, por un margen muy pequeño, venció la opción del “No”, razón por la cual el gobierno y el grupo guerrillero tuvieron que re-negociar el acuerdo con los sectores políticos que promovieron esa opción, que eran liderados por los seguidores políticos del expresidente Álvaro Uribe, por el partido conservador y las iglesias cristianas - los sectores políticos de derecha del país-. Después de ese periodo de re-negociación, se firmó un nuevo texto el 24 de noviembre del mismo año.

Uno de los argumentos más difundidos y estratégicamente planteados por los sectores promotores del “No” fue que el acuerdo promovía la *ideología de género*, un discurso con ecos internacionales, pero que fue empleado puntualmente en esta contienda política (Viveros y Rodríguez, 2017). Dentro de esos argumentos, el estigma y el ataque a la diversidad sexual y de género fue uno de los más destacados, se decía, entre sus querellas que los acuerdos iban a “homosexualizar el país” y que se iba a “adoctrinar a la niñez y juventud en torno a la diversidad sexual”. Sumado a lo anterior, Manuel Roberto Escobar (2020)¹⁹, argumenta que el Plebiscito no solo se figuró como una pérdida de la heterosexualidad, también como una pérdida de masculinidad para la ciudadanía colombiana. Debido a estos antecedentes, la agenda de género de los Acuerdos, como dice un argot popular: “nació chueca”, esos discursos zanjaron profundos obstáculos para incorporar la perspectiva de género, en especial lo relacionado con la agenda LGBTQ+, en el proceso de implementación y en el proceso transicional en su conjunto.

Este antecedente es una muestra explícita de cómo el género es algo que incomoda (Ahmed, 2018), y más si se está haciendo referencias a temas sobre diversidad sexual. El

¹⁹ Este planteamiento fue propuesto por Escobar en el Conversatorio: “*Masculinidades, paz y posconflicto en Colombia*”, el día 20 de abril del 2021. Estos conversatorios fueron una iniciativa de un grupo de estudios llamado Masculinidades -Fricciones, fugas y fisuras conformado por varios investigadores de los estudios de género de los hombres y las masculinidades en América Latina, principalmente de México, Colombia y Chile. La grabación se encuentra en el siguiente link:

<https://www.facebook.com/masculinidades.friccionesfugasfisuras/videos/107791384769511>

Plebiscito, como acontecimiento histórico del país, se puede comprender a partir del concepto de “pánico moral” propuesto por Jeffrey Weeks (2017) para el estudio de las sexualidades. Según el autor, en la historia se establecen periodos de miedo y ansiedad social generalizados, en los que los sujetos que no cumplen con las reglas heteronormativas pueden ser tomados como símbolos de degeneración social y, en consecuencia, ser objeto de campañas que ofrecen reestablecer la estabilidad o el rumbo perdido. Este tipo de campañas o de “pánicos” demuestran, siguiendo a Mohanty (2020), las formas como el nacionalismo, el populismo y el fundamentalismo religioso se relacionan con una heterosexualidad compulsiva y conforman un cierto nacionalismo de género con marcados *usos políticos de la homofobia*²⁰ (Serrano 2014).

Sin embargo, como lo sustenta Currier (2010) para los casos del sur de África, la homofobia no se debe tratar simplemente como un síntoma de un gobierno autoritario o de esfuerzos fallidos de democratización, porque estas posturas desconsideran la amplitud de los contornos de género y de sexualidad implícitos en esas políticas, fuera de que pasan por alto las consecuencias materiales o simbólicas del discurso homofóbico para los disidentes sexuales. Siguiendo esas premisas: primero, el discurso homofóbico del Plebiscito no se puede reseñar simplemente como una política puntual contra la población LGBTQ+ o las disidencias sexuales y de género, sino que debe considerarse como una apuesta política más amplia que ha pretendido consolidar un dispositivo de género y sexual en el país y en el mundo. Segundo, es pertinente pensar las consecuencias que pudo tener el Plebiscito para los procesos políticos y subjetivos de las poblaciones disidentes de género y sexuales en el país, en especial respecto a este estudio, para la población excombatiente.

La centralidad que tuvo la discusión sobre género y diversidad sexual en el Plebiscito no está desarticulada con el tema de investigación de esta tesis, todo lo contrario, está profundamente enmarañado. Para la presente investigación el Plebiscito se considera un punto de inflexión (*turning point*), porque es un acontecimiento que, además de revelar cómo

²⁰ Al respecto, José Fernando Serrano (2014) advierte que se debe tener cuidado con la noción de *homofobia*, de emplearse como una categoría explicativa general, más bien propone que debe contextualizarse. Para ello plantea el término *Usos políticos de la homofobia*, para subrayar que esos usos varían de acuerdo con los tipos de conflictos, los actores involucrados, las estrategias de los actores en disputa. Siguiendo al autor, es necesario -y más para la presente tesis- considerar que esos usos también son distintos en contextos de paz que en contextos de guerra.

las discusiones sobre género están enlazadas capilarmente con las dinámicas políticas estructurales de un país, evidencia paradigmáticamente que el conflicto armado ha estado vinculado de manera profunda con cuestiones de género. El Plebiscito se convierte, así, en una bisagra a partir de la cual se justifica la indagación de las formas cómo las cuestiones de género se entretajeron con en el trámite del conflicto y cómo esos aspectos se están desarrollando en el proceso transicional; división que se atiende a lo largo de la tesis. En este capítulo comenzaremos a analizar la primera parte de la bisagra: las formas cómo las cuestiones de género se entretajeron con en el trámite del conflicto.

Debido a las diferentes fenómenos conflictivos del siglo XX a lo largo del mundo, un gran número de estudios han resaltado la articulación entre género y guerra (Moser & Clark 2001; Goldstein 2003; Ní Aoláin *et al.* 2018). En términos históricos, a pesar de la promulgación de protocolos de protección a la población civil después de la segunda guerra mundial, fue apenas hasta la década de 1990 cuando se emprendió la incorporación de la perspectiva de género en el estudio y la atención humanitaria de los conflictos armados (Serrano, 2013)²¹. El interés sobre el tema aumentó, considerablemente, a partir de la Resolución 1325 de la Organización de las Naciones Unidas²² (2000), en la cual se solicitó a los Estados que incorporaran la perspectiva de género –en especial, las necesidades de mujeres y niñas– en la atención a los conflictos armados y en los procesos de posconflicto.

De la vasta producción sobre la articulación entre género y guerra, quisiera destacar dos postulados que se complementan: que el género y la guerra son co-constituyentes (Goldstein, 2003) y que, por tanto, el carácter genérico de la guerra no es un asunto liminal,

²¹ Para el caso particular de Colombia, se pueden encontrar algunas referencias a finales de la década de 1980 sobre el reconocimiento de las violencias de género en el marco del conflicto. El informe *Colombia: violencia y democracia* presentado en 1988, sostiene que “la violencia tiene múltiples expresiones que no excluyen, pero sí sobrepasan, la dimensión política” (1988, 17). Los autores señalan la existencia de la violencia política y otras expresiones de violencia como el crimen organizado, la violencia doméstica y la violencia étnica (Vera, 2015, p. 250). Para esa época, lo que se denomina hoy como “violencia de género” se etiquetaba como “violencia doméstica”.

²² Siguiendo a Hagen (2016: 318): “Si bien la UNSCR 1325 dirige la atención a la inseguridad basada en el género en entornos relacionados con conflictos, también refuerza un discurso de género limitado. Esto crea categorías estrechas de quiénes son más vulnerables a la violencia debido a su género. Estas categorías limitantes, destinadas a proteger a todas las mujeres, pueden, en última instancia, crear entornos aún más inseguros para ciertas mujeres que soportan opresiones entrecruzadas debido a su orientación sexual e identidad de género”. La autora apenas está haciendo referencia a las mujeres, pero estos mismos argumentos se pueden ligar a otras categorías o sujetos, cuestionarnos si el discurso de género de la ONU -o de las demás instancias multilaterales- están implicando la agenda LGBTQ+/Queer o el tema de las masculinidades; y si sí las están considerando, de qué formas lo están haciendo.

sino que es un elemento que la produce, que la regula y que la sostiene (Moser & Clark, 2001). Destaco estas dos premisas, porque se articulan con uno de los postulados fundamentales planteados por Centro Nacional de Memoria Histórica para el análisis del conflicto armado en Colombia. Según los planteamientos del CNMH (2015, 2017) -que también fueron recogidos posteriormente por la Comisión de la Verdad (2022)-, los escenarios armados no solo son disputas por un orden político o económico, sino también por un orden moral, en el que están articulados el género y la sexualidad. En otras palabras, la manifestación de la violencia en los contextos de guerra no surge únicamente por una lógica bélica o militar, también participan otros elementos que la incentivan, apaciguan o simplemente aparecen en el engranaje de la violencia, entre ellos, el género y la sexualidad.

Bajo esa misma lógica, también quisiera referenciar otro antecedente, porque me parece que amplía y profundiza esa noción que liga el género y los escenarios armados. Núñez-Noriega y Espinoza (2016), en su estudio sobre el narcotráfico en México proponen considerar el narcotráfico como un dispositivo de sexo-género, que produce sujetos, identidades, relaciones y unas prácticas determinadas. Analizando el mismo contexto, el narcotráfico en México, José Ricardo Gutiérrez (2022) complementa que es un dispositivo que también produce unos discursos, valores y tecnologías que, en su conjunto, crean orientaciones morales, éticas y políticas que resultan funcionales al soporte de una economía criminal. A partir de estas premisas, el conflicto armado colombiano, como también los escenarios armados y las guerras en general, se podrían comprender bajo esta misma idea: como un dispositivo de sexo-género.

Partiendo de todos esos postulados anteriores, así como de otros autores y autoras colombianos que han investigado sobre temas LGBTQ+/Queer en el conflicto armado (Albarracín y Rincón 2013; Prada et al., 2012, Serrano-Amaya 2013, 2017, 2018, CNMH, 2015, 2017, 2018, 2019; Bouvier 2016; Hagen 2017; Thylin, 2018, 2019; Caribe Afirmativo 2019, 2020, 2021, 2021b; Bello 2023), he planteado repetidamente junto a otros colegas (Giraldo 2018, 2020, 2023; Giraldo y Gallego 2020, 2022; Gallego y Giraldo 2023) que el conflicto armado se constituye en un dispositivo de género y sexual heterosexual. Quiero volver a remarcar esta premisa en esta tesis porque es una idea que sustenta teóricamente la investigación y a partir de la cual se desglosan las diferentes categorías de análisis.

La noción de dispositivo es retomada de los planteamientos de Foucault y Agamben. Al respecto, Agamben (2011), en un ejercicio exegético sobre las propuestas foucaultianas frente a esta noción, subraya que el dispositivo alude a un conjunto heterogéneo compuesto por los discursos, las instituciones, las decisiones reglamentarias, las leyes, las medidas administrativas, los enunciados científicos, las proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas. Esa formación -o conjunto- tiene una función estratégica y dominante en las relaciones de poder, para darles una dirección, bloquearlas, estabilizarlas o utilizarlas (Foucault 1994).

El hablar del conflicto armado como un dispositivo de género y sexual heterosexual, entonces, se refiere a un conjunto discursos, instituciones, normas, proposiciones morales y políticas (Agamben 2011; Gutiérrez 2022), como también de sujetos, identidades, relaciones y prácticas (Núñez-Noriega y Espinoza 2016) amparados en la heterosexualidad -y sus suplementos: binarismo, cisgenerismo y machismo- como estandarte dominante y estratégico para el trámite de la guerra. Los grupos armados -legales e ilegales-, sus integrantes y las comunidades de los territorios más afectados por el conflicto, así como el Estado, las organizaciones sociales y los organismos humanitarios incorporan, padecen y reproducen esos dispositivos.

En el presente capítulo quisiera introducir, a través de los relatos del *Canalla* y de *Las Socias*, dos aristas centrales de ese dispositivo: las masculinidades militarizadas²³ y la institucionalización de la heterosexualidad, haciendo énfasis en la guerrilla de las FARC. Planteo que es una introducción, porque son dos dimensiones que se abordarán a lo largo de la tesis, y porque lo planteado en esta primera parte servirá de base para los análisis de los posteriores capítulos.

²³ Sobre esta categoría de estudio, me parece relevante subrayar un planteamiento de Mara Viveros (2018) sobre la importancia de una doble mirada en los estudios feministas y de género sobre hombres y masculinidades. Primero, considerando la masculinidad como un tema de estudio legítimo en cuanto es un elemento de la estructura de género. Y segundo, considerando los cuerpos de aquellos que disfrutaban de las ventajas patriarcales, en dirección a una crítica de su participación y responsabilidad en este ordenamiento de género.

El Canalla²⁴

El “Canalla” era el chacho. Era ese hombre que, por sus atributos físicos, su palabrería y su posición en la jerarquía de la guerrilla les llamaba la atención a muchas camaradas. Entre sus admiradores, se colaba uno que otro hombre, como el caso de Fabián.

El Canalla era un sinvergüenza, era insolente en su trato con las mujeres. Sabía jugar con sus dotes, se aprovechaba de ellos para moverse de un ligue a otro y para servirse de servicios militares: para que le ayudaran, para que lo acompañaran, para delegar, para mandar. Con tal de estar cerca de él, muchas guerrilleras y algunos camaradas obedecían sus caprichos. Era de esos hombres que, con tal de alimentar su ego y su hombría, se dejaba admirar por otros hombres. Sabía que no solo era por sus destrezas militares o su sumario político dentro de la organización, sino por su belleza. Pero no le importaba, pues alguno, quizá, podría lograr lo que varios habían fantaseado.

En la tropa hablaban mucho de él, era el personaje de varias historias de amor, algunas reales y otras no tanto. Se decía que era perro, su historial de amantes y novias era largo. Entre el chisme, algunos camaradas rumoraban que sí caía, que entre tanta virilidad y tanta fanfarronería se le “mojaba la canoa”. Se decía que había tenido cuentos con manes²⁵, no cuentos sentimentales o rollos parecidos, solo aventuras sexuales.

²⁴ Este relato lo escribí con Fabián.

²⁵ “Manes” o “man” es una alusión a hombres usada en Colombia, haciendo uso del inglés “man/men”.

Estaban celebrando el aniversario de la organización, el Secretariado²⁶ había mandado a reunir a gran parte de sus filas en la zona de despeje del Caguán²⁷. No los había reunido un plan militar, sino un festejo político, de reuniones y asambleas; de discusiones sobre el porvenir de la organización.

Fabián no recuerda si fue por casualidad o porque movió algunas fichas, pero le tocó compartir caleta con el Canalla. No era una carpa encerrada como las acostumbradas, sino un toldillo improvisado debido a la cantidad de camaradas que se encontraban en la conmemoración. Había algo en la mirada del Canalla que complacía la admiración de los hombres, esa mirada cómplice era la esperanza de la que se aferraba Fabián para lograr algo ese día. Cuando armaron la carpa, Fabián pudo comprobar lo que muchas decían: ese man tenía un encanto especial: Su cuerpo, su aliento y sus dotes para conversar formaban una atmosfera atrayente. Una cosa era tenerlo de lejos o verlo hablando en las asambleas, y otra era tenerlo cerca; era más encantador.

Para esa noche estaban preparada una fiesta, había varias intervenciones musicales de los propios camaradas, pistas de baile, comida y licor. Este escenario era una ocasión propicia para los

²⁶ La organización militar de las FARC-EP era una estructura jerárquica comandada por el Secretariado del Estado Mayor Central, integrado por 5 titulares y 2 suplentes. Luego, en esa jerarquía, presidía el Estado Mayor Central, un organismo más amplio, que lo conformaban entre 25 y 30 miembros.

²⁷ Los diálogos de paz en el Caguán fueron un proceso de negociación entre las FARC-EP y el gobierno del presidente Andrés Pastrana, entre los años 1998 y 2002. El proceso estuvo acompañado por otros Estados, por organismos multilaterales y por organizaciones sociales, tanto nacionales como internacionales. Para llevar a cabo la negociación, se acordó crear una zona desmilitarizada, llamada “zona de distensión”. Esta circunscripción ubicada en el sur del país y con aproximadamente 42.000 km², estuvo conformada por los municipios de San Vicente del Caguán (del departamento de Caquetá), La Macarena, Villa Hermosa, La Uribe y Mesetas (del departamento del Meta). A lo largo de los cuatro años, la negociación estuvo atravesada por diferentes incidentes de orden político y militar que llevaron a que se rompieran los diálogos el 20 de febrero del 2002. A partir de esa fecha, se ordenó a las fuerzas militares colombianas retomar la “zona de distensión”.

planes de Fabián, podría lograr lo que otros no habían conseguido. La fiesta encubre y enceguece; la bulla de la música, la embriaguez y la oscuridad de la noche camuflan muchas historias, miradas que van y vienen, risas que insinúan y manoseos que consienten. Esa noche el control de la guerrilla se relajaba y la inspección juzgadora de los camaradas se descarriaba. Era una oportunidad excepcional.

La fiesta fue un derroche de alegría y tranquilidad, sobre todo de tranquilidad. La mayoría de las tropas que venían de otras regiones hacía mucho tiempo no tenían esa zozobra de ser emboscados en cualquier momento. Habían tenido fiestas en sus campamentos, pero atravesadas por la amenaza constante de la guerra. Ese día, en el Caguán, estaban protegidos por su enemigo, por el propio Estado.

El Canalla no desapareció del radar de Fabián, bailó con una y otra, estuvo desplegando sus dotes de “Don Juan”. Con el paso de las horas, se veía un poco ebrio, vaticinando la ida a la caleta. Desde ese momento Fabián no le quitó los ojos de encima. La espera no fue tortuosa, pues Fabián sabía que iba a compartir caleta con él, que iba a tener su cuerpo cerca e iba a percibir su aliento, aunque estuviera pasado de alcohol.

El Canalla empezó a dar señales que se iba acostar, no podía dejar que la embriaguez lo venciera, no podía dar un mal ejemplo ante sus superiores. Fabián sentía un cosquilleo en todo su cuerpo, el deseo y el miedo se apoderaban de él desde la punta de sus pies.

Cuando Fabián llegó a la caleta, el Canalla ya estaba acostado en su colchoneta, había caído rendido. Estaba volteado en “cucharita”. Fabián se acostó a su lado y empezó a demostrar señales para incitar un encuentro: se movió de un lado para el otro, se volteó varias veces y respiró profundo. Ante la quietud de su

camarada, Fabián hasta estornudó. Era una de “esas oportunidades que se dan muy pocas en la vida”, no se podía desaprovechar.

Con el ruido del estornudo, el Canalla se volteó boca arriba. Fabián se atrevió y empezó a deslizar su mano sobre la cintura de su camarada y luego bajó un poco más sin recibir ningún rechazo. Siguió su rumbo: comenzó a desabotonar el pantalón y metió su mano hasta encontrarse con su miembro, que estaba erecto. Con esa dureza en la mano, Fabián se dio cuenta de la tímida condescendencia de su compañero. A pesar de llegar hasta esta instancia, no pasó nada más esa noche. El Canalla no se inmutó. Tampoco se podía hacer mucho, pues estaban en un toldillo transparente, había mucha iluminación y los rancheros ya estaban comenzando hacer la guardia. La “güevonada” con el Canalla siguió por un tiempo, pero nunca pasó nada, nunca se volvió a dar una oportunidad como la de esa noche.

Las Socias²⁸

Alejandro tuvo muchas socias en la guerrilla, en los años que estuvo en las filas se ennovió con más de una decena de camaradas. La primera fue Marta.

A cuarenta y ocho horas de terminar el despeje del Caguán, con la incertidumbre sobre los traslados y sobre cómo se iban desplegar las tropas, Marta le propuso a Alejandro que fueran socios. Aquella tarde estaban moviendo todo el material médico y sellaron el compromiso con un beso delante de un grupo de camaradas.

²⁸ Este relato lo construí con Alejandro.

Desde su ingreso a la guerrilla, en 1998, no había tenido ninguna compañera. Marta estaba en la misma unidad y habían compartido muchas actividades los últimos meses, pero Alejandro no la pretendía porque ella tenía novio y era un mando medio, había que respetar la jerarquía.

Duraron casi un año. Peleaban y volvían, peleaban y volvían, así se tornó la relación. Marta lo celaba mucho. Se dejaron porque a ella la mandaron para otra unidad. Para Alejandro fue muy duro la separación, “pero órdenes son órdenes”. El mandato militar prevalecía sobre el amor.

Marta le mandaba cartas, lociones y bolsas plásticas para que no se le mojara la ropa en las misiones. Alejandro también le enviaba cartas y galletas. Alejandro recuerda un “chiro” que recibió con la palabra “Marta” bordada. Esos pedazos de tela se usaban para limpiar y brillar el fusil. El fusil era una pieza valiosa en la vida guerrillera, lo cargaban todo el tiempo y los acompañaba hasta para dormir; se convertía en otra parte de su cuerpo. Alejandro guardó el “chiro” por casi 12 años, junto a otros que otras camaradas también habían bordado con su nombre.

Otra socia fue Rosa, una joven recién ingresada a la guerrilla y que le asignaron a Alejandro para que fuera su tutor. Una tarde, mientras rajaban leña, ella se le encimó, lo besó y lo abrazó apretándolo con mucha fuerza, con ese estrujón ella le demostró las ganas que tenía de juntarse con él. Alejandro aceptó sin muchos reparos, en ese momento no tenía compañera y la estaba haciendo falta con quien tener sexo. Desde el siguiente día estaban durmiendo juntos sin ni siquiera pedir permiso, en la unidad en la que estaban ese atrevimiento no generaba ningún castigo.

Alejandro recuerda mucho ese noviazgo porque fue muy violento. Rosa era una mujer muy posesiva y se tenía que hacer lo que ella dijera. Peleaban mucho, ella lo cacheteaba sin que nadie

se diera cuenta. Alejandro un día le contestó para defenderse y Rosa le puso el arma en el pecho y “lo cerrojó”.

“A este hijeuputa lo voy a matar”, le dijo.

Alejandro agarró el arma, tiró a Rosa al piso y le pegó tres puños en la cara. Nunca había golpeado a una mujer. Ese día terminaron la relación.

La relación con Marta, Rosa y las demás socias lo hacían sentir seguro de que no sospecharan sobre su homosexualidad. Los primeros encuentros sexuales en su vida habían sido con hombres. Antes de ingresar a la guerrilla sentía que era como gay, se fijaba en sus vecinos y compañeros de estudio. Se mantuvo resguardado en las relaciones con sus socias, algunas decían que era como marica porque no se atrevía a decirles nada, ellas siempre eran las que tenían que dar el primer paso.

A Alejandro nunca le dejaron de gustar los hombres y nunca descartó la posibilidad de tener aventuras sexuales en la guerrilla. Alejandro se masturbaba pensando en manes cuando estaba sin novia o cuando ellas estaban lejos por alguna misión, o a veces cuando tenía sexo con ellas se imaginaba teniendo uno al lado, haciendo un trío. Morboseaba los hombres de las películas o de las revistas que veían en los campamentos, también a los de las fotos de las etiquetas de la ropa interior.

Se cuidaba mucho de mirar a sus camaradas para no suscitar chismes. Entre cuchicheos había escuchado que a algunos camaradas los habían fusilado o que se habían suicidado porque los habían pillado. Otras versiones decían que los licenciaban y los mandaban para su casa.

Otra socia fue Luisa, era radista, se encargaba de las comunicaciones con otras divisiones. El comandante de su unidad había desertado y sospechaban que ella lo había ayudado. Las sospechas se debían a que Luisa era una mujer osada y que no se

callaba frente a las cosas que no le gustaban. Debido a esa deserción la trasladaron a otra unidad, a la misma de Alejandro, para alejarla de sus camaradas más cercanos y para tenerla más vigilada.

Alejandro, en esta ocasión, fue el que se atrevió a decirle que “tuvieran algo”, pero le puso una condición: decirlo al comandante, no quería algo a escondidas. Luisa era muy posesiva, peleaban mucho. Sobre esos problemas no hablaban con nadie, ni siquiera con sus superiores, que algunas veces intervenían en los asuntos de pareja de sus unidades. Duraron casi cuatro años.

En el último año, Luisa quedó en embarazo y se lo ocultó a Alejandro hasta el séptimo mes. Ella le contaba todo sobre su vida, pero eso lo calló. La barriga no creció mucho porque era un secreto, así lo suponían en la guerrilla. Luisa decidió contárselo porque ya había varias sospechas en el grupo. Luego de la confesión, Alejandro les encontró sentido a varios episodios: a Luisa le habían crecido los senos y la sentía rara cuando tenían sexo, el calor de su cuerpo y su lubricación eran distintos.

Alejandro sugirió que era mejor comunicarlo al comando, pero ella se resistió. Alejandro guardó el secreto. Alejandro comenzó a sentir náuseas, cuando se subía algún carro se mareaba y le daban ganas de vomitar.

Con la zozobra de ser pillados y la incertidumbre sobre el destino del embarazo, comenzaron a fantasear con su bebé. Alejandro comenzó a ilusionarse con la idea de ser papá, soñaba con una niña, jugando con ella, alzándola y dándole de comer. Pensaron en nombres para ponerle, si era niña le pondrían Leyllidy, de Leidy y Yideth, o si era niño Christopher. También idearon planes para tenerlo y mandarlo para donde un familiar. Por cuestiones de la guerra, no podían tener bebés en los campamentos.

Cerca al octavo mes de embarazo lo comunicaron a la unidad, era muy difícil seguir ocultándolo. Los tuvieron dos semanas sin ninguna respuesta, si les iban a dar permiso o si habría un consejo de guerra o alguna represalia.

Una noche como a las dos de la madrugada, mientras Alejandro estaba de guardia, se llevaron a Luisa encañonada, la pasaron por su lado. Se la llevaron para para otra unidad cercana y le provocaron un aborto. Debido al estado avanzado del embarazo, le indujeron un legrado. El procedimiento se complicó y tuvieron que rajar su vientre para sacarle la criatura. Una camarada que estuvo en la intervención, le dijo a Alejandro que era un niño.

Luisa estuvo más de una semana en recuperación en otro campamento, la querían tener alejada de Alejandro. Debido a la gravedad de la intervención, la sacaron a una casa civil y allí estuvo un año en recuperación.

Alejandro aún considera que es papá. Se imagina que si su hijo estuviera vivo, estaría ahora acompañándolo. Con un rostro entristecido decía: “tuviera yo mi chino”. Alejandro no tiene ningún rencor con el comandante o con la camarada que realizó el aborto, aunque sigue lamentándose porque no le pudo hacer ningún luto a su hijo, porque no lo dejaron ni nacer.

Tres meses después de la ausencia de Luisa, Alejandro se metió con otra camarada, con La Negra. Alejandro se sentía solo y comenzó a echarse las miradas con ella. Una tarde decidieron hablar sobre ese coqueteo y consideraron que Alejandro ya estaba soltero porque Luisa llevaba mucho tiempo por fuera. En la guerrilla las relaciones entre socios cambiaban frecuentemente por los traslados y los imprevistos de la guerra.

La Negra también era radista y fue la última socia que tuvo en la guerrilla. Con ella fue distinto, no peleaban y se entendían

muy bien. Compraban los implementos de aseo juntos: shampo, jabón, peines, espejos. Ambos eran muy detallistas, se llevaban flores que se encontraban en las trochas y escribían sus nombres en los tallos de los árboles. Ella le regaló buzos, lociones y a veces le daba un plato de comida de más a escondidas del comandante. La relación con La Negra duró casi tres años hasta que la trasladaron a otra región. Mientras seguían en las filas, se siguieron hablando por radio. Después del Acuerdo de Paz, Alejandro aún se comunica con ella.

Maraña de masculinidad: tecnología de género y grupo armado²⁹

Santiago Insausti (2020), en su estudio sobre los grupos homosexuales y su relación con los movimientos de izquierda en Argentina y Brasil en la década de los setenta, plantea que el concepto de “hombre nuevo”, desarrollado por el Che Guevara (1977 [1965]) en *El socialismo y el hombre en Cuba*, exigía una transformación moral del militante como paso previo a la redefinición de lo humano en el socialismo; esa noción está estrictamente relacionada con la construcción de cierto tipo de masculinidad. Según el Ché Guevara, la moral revolucionaria implicaba una movilidad tanto intelectual como física, que conjugaba el ascetismo, la disposición al trabajo, la conciencia del deber, la disciplina y el estar dispuesto a sacrificarse (Goosses, 2001); algunas características con los cuales se puede tipificar al Canalla y a Alejandro. A estas premisas se le sumaban las dotes de “Don Juan” del primero, su elocuencia al hablar, su mirada segura, su corporalidad y su mando se articulaban a esa moral guerrillera y hacían de él una figura sobresaliente en el grupo. El Canalla, con su virilidad y su autoridad, encarnaba la figura ideal de un guerrillero.

En su trabajo con excombatientes de las guerrillas y los grupos paramilitares en Colombia, Andrea Neira ha descrito que para algunos hombres de las FARC-EP, la revolución significó hacerse “un hombre de verdad”. Según sus interlocutores, separarse de un proyecto político electoral y asumir las armas, significó un nivel de madurez en su construcción como hombres, en contraposición a quienes no alcanzaban la hombría y “jugaban” como “niños” a las elecciones y a la democracia participativa (Neira 2021). Por su parte, Goosses (2001) en sus reflexiones sobre la guerrilla sandinista en Nicaragua también describe que el camino para llegar a ser guerrillero era como un desarrollo hacia la masculinidad, insiste que el mito del guerrillero era un ideal de masculinidad, tal vez el mito que perseguía el Canalla.

Los grupos armados, en ese sentido, fueron actores protagonistas en la implementación del dispositivo de género en los territorios, las comunidades y, principalmente, en sus filas. Neira ha formulado, tomando los planteamientos de De Lauretis

²⁹ Una parte considerable de este apartado se encuentra publicado en el capítulo: “*Homoerotismo armado: sexualidad, masculinidad y violencia en relatos de excombatientes en Colombia*”, del libro “*Encrucijadas del género y la diversidad sexual. Tomo 1: Complejidades corporales, interseccionalidad y diversidad sexual*”. CIEG-UNAM, 2023.

(1987), que los grupos armados se pueden considerar como una tecnología de género, principalmente masculinizante (Neira y Castillo 2020; Neira, 2021); esa tecnología se ampara en unas representaciones y prácticas asumidas como masculinas, que son el modelo a seguir para cualquier combatiente, así sea mujer. A partir de sus investigaciones sobre los conflictos armados en Perú y en Colombia, la antropóloga Kimberly Theidon (2009) ha propuesto la noción de “economía política de la masculinidad” para reflexionar sobre la construcción de ciertas formas de masculinidad en los grupos armados guerrilleros y paramilitares, insistiendo que esas formas no son un aspecto accidental del militarismo, sino que son esenciales para su mantenimiento.

A pesar de los anteriores planteamientos, la participación de los hombres en las guerras o en los escenarios armados la asumimos tan evidente o tan obvia, que muchas veces no la rastreamos; las tenemos en las narices, pero esa proximidad no nos deja verla claramente. Prevalece una cierta relación naturalizada entre masculinidad y violencia (Connell 2011). Requerimos, por tanto, alejarla, hacer un ejercicio de extrañamiento sobre la masculinidad en el conflicto armado, y así inspeccionarla y desenmascararla. Mostrar las posibilidades, los límites y las contradicciones de las masculinidades en la guerra. Para emprender esta tarea se requiere de acercamientos y posturas que amplíen las perspectivas sobre los estudios de género de los hombres y las masculinidades³⁰ en contextos armados, que superen unas fronteras tanto epistémicas, como teóricas y políticas, a partir de las cuales se piensa y se administra este tema en los conflictos armados y, de paso, en los periodos transicionales.

En general, se pueden reconocer tres tipos de acercamientos investigativos sobre los estudios de género de los hombres y las masculinidades en el marco de conflictos armados: sobre los (ex)combatientes -que es en el que profundizaremos-, los estudios sobre los efectos de la guerra en los cuerpos e identidades de los varones víctimas (Tovar y Pavajeau 2010;

³⁰ Para este tema retomo la propuesta de Guillermo Núñez Noriega (2016b) sobre el objeto de investigación de los estudios de género de los varones y las masculinidades. En sus palabras, el objeto “no son los hombres o las masculinidades en sí mismos o de manera aislada, sino las dinámicas socioculturales y de poder (androcéntricas y/o heterosexistas) que pretenden la inscripción del género “hombre” o “masculino” y su reproducción/resistencia/transformación en los humanos biológicamente machos o socialmente “hombres” (en sus cuerpos, identidades, subjetividades, prácticas, relaciones, productos), y en la organización social toda (Núñez Noriega 2016: 11-12). Este planteamiento me permite pensar las maneras como la masculinidad y el género están articulados, tanto en los sujetos combatientes, como también en las políticas del grupo armado y en el escenario armado en su conjunto.

Dolan 2018; Schulz 2018; Vargas, 2018; Giraldo y Gallego 2020; Gallego 2023); y, por último, sobre la implicación de los hombres y las masculinidades en los procesos transicionales (Duncanson 2009; Theidon 2009; Connell 2014; Dietrich 2015; Hamber 2016; Holland & Rabrenovic 2018; Myrtilinen 2019; Sosa y Arias 2020; Muñoz 2021³¹; Riley 2022). Estas tres agendas demuestran la pluralidad de temas y poblaciones implícitas en este campo, así como los retos que implica esta agenda de estudios.

Para emprender la tarea de indagar sobre los (ex)combatientes, se debe partir de la premisa que el estudio de los grupos armados y de sus integrantes son una oportunidad, entre otras, para reflexionar sobre las posibilidades, los límites y las contradicciones de los estudios de género de los hombres y las masculinidades en las guerras. En palabras de Neira y Castillo (2020):

“Estudiar las masculinidades en el conflicto armado y las formas en las cuales, dentro de los grupos armados, se producen modos particulares de ser hombre, recurriendo a los relatos de los actores armados, constituye la posibilidad de pluralizar las verdades que configuran una especie de zona gris (...) proponemos entonces la zona gris como el intersticio entre la dupla víctima/victimario, un espacio para explorar las realidades particulares, las experiencias, las narraciones, e incluso los silencios, como una oportunidad para transitar hacia un correlato distinto del conflicto armado y la guerra” (Neira y Castillo 2020, pp. 125).

En Colombia, en los últimos años, ha habido un aumento en el interés por este tema después del Acuerdo de Paz con las FARC-EP (Ospina 2017; Camelo 2020; Neira y Castillo 2020; Neira 2021; Rojas 2020; Sosa y Arias 2020). En aquellos estudios se está coloreando esa zona gris de la que hablan las autoras, se está intentando hurgar en otros rincones y otros relatos de la guerra. Esas zonas grises que pretenden indagar sobre las implicaciones de los hombres en la guerra, no quieren excusarlos, más bien quieren delatar sus vinculaciones, algunas evidentes y otras más soterradas, en la gestión de la guerra; la están inspeccionando, la están desenmascarando.

Para emprender esta inspección y desenmascaramiento, a través de los relatos, quisiera iniciar subrayando algunas generalidades sobre los hombres y las masculinidades en

³¹ El trabajo de Darío Muñoz (2021) es sobre el caso colombiano, acercándose a las narrativas de varones líderes sociales y constructores de paz. Fue un trabajo realizado también en PAGU/IFCH – UNICAMP.

los contextos militares. En dichos escenarios, siguiendo al investigador colombiano Darío Muñoz, se configuran unas *masculinidades guerreras*, en las cuales se radicalizan unas características asociadas comúnmente a ser hombre; esas masculinidades no solo se concretan en unos cuerpos, sino en los marcos institucionales de los grupos armados. A factores como la virilidad, el control de las emociones, la autonomía y el dominio sobre los otros (Muñoz, 2011), se le suman otros elementos como la agresividad, invulnerabilidad, resistencia, fuerza e insensibilidad; este conjunto de características ha sido ampliamente descritas en el campo de los estudios militares a lo largo del mundo (Ahlbäck & Kivimäki 2008; Hinojosa 2010; Dietrich 2012; Basham 2016; Duncanson 2015; Mizinova 2019; Partis-Jennings 2019; Riley 2019, 2022).

Los hombres en los grupos armados requieren desplegar un performance³² para ser legitimados y valorados en las filas, emprender una postura en la que juegan estratégicamente con esas cualidades descritas atrás intentando alcanzar esos mandatos de masculinidad (Segato 2010)³³ militar o guerrillera. El Canalla, por ejemplo, con su palabrería, su galanteo, así como con su rudeza y discurso político, encarnaba esas figuras de masculinidad. La audiencia de ese performance, como lo señalan Theidon y Betancourt (2006), no solo está compuesta por las mujeres de las filas, que buscan a esos destacables hombres como parejas en la economía de la guerra, sino también por los demás camaradas con quienes luchan por un lugar dentro de la jerarquía del grupo armado. Incluso, como se puede reconocer en el relato del Canalla, esos “demás hombres” no solo luchan por posiciones de mando o réditos de masculinidad, también desean los cuerpos de sus camaradas.

Para continuar con el ejercicio de inspección y desenmascaramiento del involucramiento de los hombres en la guerra, haciendo énfasis en los grupos guerrilleros, quisiera remarcar una premisa que ha destacado Darío Muñoz (2011; 2021): considerar la pluralidad -a veces divergente- del involucramiento de los hombres y sus relaciones de

³² Varios autores y autoras (Ehrmantraut 2013; CNMH 2014; Aranguren 2011) aluden a esa noción de “performance” para reflexionar sobre esas (a)puestas en escena de los hombres en filas militares, tanto en las dinámicas de guerra como en la cotidianidad de los grupos. Los elementos centrales de la teoría de la performatividad, siguiendo a Butler (2007), son el poder, la iteración, lo ilusorio y su carácter productivo. Los dispositivos de género de los grupos armados, en ese sentido, emplean su autoridad para suscitar actos repetitivos e ilusorios de lo que se asume como masculino o como masculinidad y, así, producir unas ideas y unas prácticas de ser hombre dentro de las filas.

³³ Sobre este concepto se profundizará en los capítulos 2 y 4.

género en el conflicto armado. Hay varias diferencias que se deben tener en cuenta, unas relacionadas con lo militar y otras con marcadores sociales más generales. Dentro de las diferencias que no están estrictamente relacionados con lo militar, se deben considerar los asuntos étnico/raciales, regionales, el lugar de procedencia –bien sea este rural o urbano–, el acceso o nivel educación y la edad de los hombres en filas.

En algunos relatos presentados más adelante en la tesis, por ejemplo, se pueden entrever una correlación entre el componente rural/urbano y educativo, dos aspectos que marcaban las formas de asumir la relación entre su militancia y su masculinidad. Aquellos que estaban en contextos urbanos, regularmente tenían mayores niveles de educación. En los relatos como sobre miembros milicianos, se revela que aquellos que estaban en las ciudades tenían otros grados de incorporación de esos dispositivos masculinizantes guerrilleros; tenían apuestas corporales que podrían ser leídas como femeninas dentro de la guerrilla como contexturas delgadas, cabello largo, aretes/piercing o vestimentas apretadas y coloridas propias del punk. Incluso, fueron ellos, los de contextos urbanos y de niveles educativos más altos, los que tuvieron menos trabas para tener prácticas sexuales con otros hombres.

Otro asunto que es sobresaliente en los relatos es la edad. Las apuestas por las críticas y transformaciones a esos dispositivos masculinizantes guerrilleros fueron protagonizadas por los más menores, tanto así que todos los protagonistas de los relatos eran jóvenes -o aún se pueden considerar así- cuando ocurrieron los hechos que se narran. Esas historias corroboran algunas transgresiones, no solo por sus infracciones sexuales, sino por una serie de apuestas corporales, como las descritas anteriormente, y de discursos sobre lo que era ser un hombre guerrillero. Por ejemplo, en los últimos años de la guerrilla, en la época de los Diálogos de Paz, hubo equipos de formación sobre perspectiva de género y diversidad sexual en las filas conformados principalmente por mujeres y jóvenes.

Respecto a cuestiones relacionadas con lo militar sobre el involucramiento de los hombres y sus relaciones de género en el conflicto armado, se deben considerar varios elementos: las diferencias entre grupos armados -entre paramilitares, guerrillas y ejército- (Garay 2014; Ochoa 2015; Neira y Castillo 2020; Neira 2021), el rango o la jerarquía en las filas, el frente al que pertenecían y la formación o la militancia política previa. La historia del Canalla es una muestra del caso de las jerarquías, así como otras historias posteriores. El Canalla tenía un mayor campo de maniobra sobre su masculinidad debido a su mando medio

dentro de la guerrilla, otros de rangos más bajos no podían tener esa facilidad para ir o estar con una u otra camarada, ni para condescender las miradas de algunos camaradas intrépidos. Ese rango, también, le brindaba una cierta seguridad a la hora de figurar como el modelo de “hombre guerrillero”.

Respecto a los frentes, algunas referencias de los participantes de la tesis, así como de excombatientes en otros estudios, han manifestado algunas disparidades en los dispositivos de género y sexuales dependiendo del líder del comando. Algunos comandantes eran más laxos y otros más radicales a la hora de inspeccionar los mandatos de feminidad y masculinidad, o las relaciones de emparejamiento y sexuales. Algunos, por ejemplo, fueron más laxos frente casos de homosexualidad masculina, se hacían los de la vista gorda o dialogaban con el implicado, incluso algunas veces hicieron uso estratégico de esos camaradas -sobre esto se profundizará en el capítulo 2 y 4-.

Concentrándonos en la guerrilla de las FARC-EP, hay otra diferencia que es remarcada por los propios camaradas: entre el guerrillero de campamento -montaña, selva- y el miliciano. En el estudio de Neira y Castillo, para algunos de sus interlocutores el “guerrillero real” fue quién tuvo experiencia en combate y vivió en la selva, distinguible del urbano e incluso de quienes ejercieron trabajo político y organizativo en las zonas rurales; desde su perspectiva esto constituye una diferencia nodal (Neira y Castillo 2020: 135). Los “urbanos”, como se denominan en el relato “La Escuela”, son considerados como menos guerrilleros, como menos hombres, por eso hay que separarlos los unos de los otros. En ese relato se evidencia cómo se marcaba una geografía que en principio obedecía a otras causas, como el control de la información militar y el emparejamiento, pero que terminaba creando también una geografía de género y de masculinidad: los más hombres a un lado y los menos hombres en otro.

Para terminar, me parece importante considerar las transformaciones de lo que significaba ser un hombre guerrillero en términos históricos. Generalmente, cuando se reflexiona sobre la masculinidad militarizada se alude a ella como si fuese algo a-histórico, como una configuración que ha permanecido con ciertas características en lo largo de los tiempos. Es fundamental remarcar que esa masculinidad también cambia con el tiempo, como cualquier referencia sobre ser hombre o sobre lo masculino (Connell 2016). Esa masculinidad cambia, la militar, de acuerdo a contextos políticos, doctrinas militares y periodos de la

confrontación bélica. Para el caso de la guerrilla de las FARC-EP, por ejemplo, la masculinidad guerrillera en los años 60 y 70 era una -la del “hombre nuevo” guevarista-, otra en la intensificación del conflicto en las décadas de los 90 y 2000, y otra en el tránsito a la negociación a los acuerdos de paz. Es importante reconocer que el marco temporal y político de los hombres -y sus masculinidades- que participaron en la presente tesis se enmarca en la última etapa, a partir de las dinámicas y transformaciones de ese periodo fue posible rastrear sus historias.

Las anteriores referencias demuestran, entonces, que los acercamientos a los estudios de género de los hombres y las masculinidades en los grupos armados, en este caso, en las FARC-EP, son una arista provechosa para comprender los dispositivos de género de la guerra; una agenda que a veces pareciera que está arrinconada en los estudios sobre el conflicto armado en el país. Si bien en este apartado se dieron unas pinceladas generales sobre el tema, a lo largo de la tesis se profundizará y se coloreará esas zonas grises de las que hablaban Neira y Castillo (2020). La historia del Canalla y Las Socias, así como los demás relatos de los próximos capítulos, son los lienzos para esa tarea.

Maraña de heterosexualidad: el espanto de la homosexualidad en los contextos militares

La segunda arista del conflicto armado como un dispositivo de género y sexual es la institucionalización de la heterosexualidad. Para introducir este tema voy a remitirme a una experiencia de campo. En unos de los talleres que realicé con personas funcionarias de la ARN, en el momento final de preguntas o comentarios intervino un excombatiente que había pertenecido a la guerrilla de las FARC-EP. Él estaba en ese equipo de trabajo, que en su mayoría eran profesionales reintegradores, porque era un caso ejemplar de reincorporación. En esos talleres se presentaron ideas generales sobre la perspectiva de género y la diversidad sexual, y sobre los retos de trabajar estas agendas en los procesos de DDR (desarme, desmovilización y reintegración). En su intervención, el participante, un hombre de unos 45 años, declaró que en los últimos años de la guerrilla, cuando estaban en el proceso de negociación con el gobierno, algunos camaradas pregonaban entre burla y charla que: “hablar de paz era de maricas, era mariquearse”.

Esa frase, que pareciera un simple chiste de un grupo de camaradas, tiene profundos hilos analíticos: ¿si la paz es de maricas, entonces la guerra es de heterosexuales? ¿Si hablar

de paz es mariquearse, entonces hablar de guerra es heterosexualizarse? ¿Es hacerse hombres, como se discutió en el apartado anterior? Otra pregunta que podría plantearse es: ¿Si la paz es marica o *queer*/cuir, entonces la guerra es *straight*, es recta? Esta pregunta se relaciona con la noción de rincones de la guerra presentada en la introducción, insistiendo que es con herramientas torcidas/*queer* que se auscultan esos rincones; en ese sentido, es con herramientas de paz o pacíficas que barremos esos rincones de la guerra.

Ese juicio desapercibido de unos camaradas es una profunda evidencia que la guerra se ha figurado como un escenario emblemáticamente heterosexual, que las construcciones materiales y simbólicas de su institucionalidad se erigen bajo unos fundamentos heteronormados (Hagen, 2017), y esta premisa genera unos juicios sobre los y las excombatientes.

El grupo armado, como tecnología de género y pieza central del conflicto, se encarga de difundir esos dispositivos heterosexuales, principalmente en sus filas, pero también en los territorios donde presumen su control. A los discursos y características asociadas a ser hombre en los contextos militares -descritas en el apartado anterior-, se le suman otros dos elementos fundamentales: la heterosexualidad y la homofobia (Belkin & Levitt 2001; Brown & Ayres 2004; Croce, 2021; Atuk, 2021; Aciksoz 2024). Respecto a las FARC-EP, por ejemplo, estos componentes fueron vertebradores de la construcción de la subjetividad masculina fariana (Neira y Castillo 2020); situación que se evidencia en el caso de Alejandro que, por unos rumores sobre el destino y los castigos a los homosexuales en las filas, decidió emprender una vida de relacionamientos con mujeres a lo largo de su estancia en la guerrilla.

La formación, difusión e incorporación de ese dispositivo heterosexual no era resultado solamente de momentos puntuales como, por ejemplo, las escuelas de formación o periodos de entrenamiento, sino que se realizaban por medio de un proceso continuo e institucional en la cotidianidad del grupo (Medina 2008; Aranguren 2011; Castellanos 2011). El caso de Alejandro y de las historias de los demás protagonistas de los relatos evidencian esta situación. Los cuerpos militares, en este caso los cuerpos guerrilleros, no solo eran formados para la guerra, también se inmiscuían en un proceso de género y sexual que podríamos llamar de heterosexualización, que no se reducía simplemente a una prohibición de la homosexualidad, sino que implicaba unos marcos más amplios: relacionamientos entre

camaradas, emparejamiento -como los casos de Alejandro-, estructuras de mando, jerarquías, funciones militares, geografías en los campamentos, entre otros.

La heterosexualidad al naturalizarse, no la asumimos como un procedimiento, por ello, un ejercicio de desnaturalización implicaría recordarla y asumirla como un proceso permanente e incisivo que, en este caso, el grupo armado se encarga de enfatizar. A lo largo de la tesis se emprende ese ejercicio de desnaturalización. Bajo esa perspectiva, así como como Plummer (1995) o Weeks (2017) hablan de homosexualidad contextual para aludir a prácticas sexuales entre hombres o entre mujeres en contextos de un alto componente de homosociabilidad, también se podría plantear una “heterosexualidad contextual” en los contextos militares; en el caso de Alejandro, por ejemplo, él decidió sostener relaciones con socias para sobrevivir en las filas guerrilleras. En esa heterosexualidad contextual el embarazo y la reproducción eran prohibidos -cuestión que es contraria a la mayoría de los contextos en los cuales la heterosexualidad tiene una profunda articulación con la reproducción y la natalidad-, por eso se establecían unas políticas sexuales de control las cuales podían convertirse en violencias sexuales y reproductivas, como la que vivió Leidy que fue obligada a abortar, quedando con graves repercusiones de salud³⁴.

La heterosexualidad como discurso, como práctica y como cotidianidad se difumina en medio de uniformes toscos, mandos, normas tácitas, chistes, rituales militares y relacionamientos entre socios y socias, creando una ilusoria compatibilidad con la lógica de la guerra. Ese conjunto de formatos establece diferentes posiciones de los grupos armados frente a la homosexualidad, algunas de esas posiciones se armonizan y otras son paradójicamente antagónicas, mientras algunas suprimen la presencia de la homosexualidad en las filas, otras presumen una presencia latente de ella.

Una posición de los grupos armados ha sido la invisibilización o negación de la homosexualidad, tanto así que ni siquiera se alcanza a imaginar la presencia de homosexuales en las filas. Sobre este tema, en un artículo junto a un colega, discutimos:

³⁴ No profundizo en este tema, en las violencias sexuales/reproductivas enmarcadas en el aborto y los procedimientos de control de los embarazos en las guerrillas porque no es mi objeto de estudio. Para indagar más sobre el tema buscar: Coral (2019), Landinez (2022), Doncel *et al.* (2023). Sin embargo, en el capítulo 4 se amplía un poco más el análisis.

Núñez y Espinoza, plantean que las disciplinas criminológicas y jurídicas —a las que sumaríamos los estudios sobre violencia armada en Colombia o sobre la guerra en general— no se imaginan que hombres con deseos homosexuales sean capaces de participar o de dirigir organizaciones criminales, ya que asumen que estas tareas exigen un despliegue “natural” y “excesivo” de “hombría”, supuestamente solo presente en varones con deseos heterosexuales (Núñez y Espinoza 2016: 104). Esta suposición tiene profundas repercusiones teóricas, epistemológicas y metodológicas, como también políticas, a la hora de reflexionar sobre las implicaciones del género y la sexualidad en los contextos armados (Gallego y Giraldo 2023, pp. 18)

La heterosexualidad como dispositivo -como se advirtió en el apartado sobre los rincones de la guerra de la introducción- enmarca, nubla y arrincona unos temas, poblaciones o escenarios; lo que esté por fuera de ese marco³⁵ queda en un limbo institucional y de reconocimiento. Sin embargo, ese limbo, justamente, permite menores o nulas vigilancia de esa misma institucionalidad, proporcionando posibilidades para permanecer en las filas o para transgredir preceptos normativos de ellas.

Un refrán popular pregona que: “de lo que no se habla no existe”. En esta posición, la de la invisibilización y negación, pareciera que la homosexualidad es una palabra o una categoría que ni siquiera se pudiera nombrar, el solo hecho de mencionarla o deletrearla es una contaminación o abominación discursiva. Es curioso este fenómeno, porque no es solo por parte de la propia institucionalidad de la guerra, también por los propios victimarios. Por ejemplo, en los informes sobre victimización de poblaciones LGBT (CNMH 2015, 2017; Caribe Afirmativo 2019, 2020, 2021), los agresores casi nunca aceptan que su móvil fue la homosexualidad o la identidad de género de la víctima -para los casos de personas trans-, sino que lo justifican con otras razones: drogadicción, economías ilegales, pertenencia a otro bando, entre otras.

Otra posición de los grupos armados frente a la homosexualidad fue el control, una postura que subrepticamente presume su presencia. Sobre este tema quisiera iniciar

³⁵ De acuerdo a Butler, en su libro “Marcos de guerra. Vidas lloradas” (2010), los marcos o la acción de enmarcar produce unos efectos epistemológicos, que terminan teniendo, también, profundas consecuencias políticas y de gestión de la vida. Los marcos crean unos procesos de inteligibilidad, aprehensión y reconocimiento de unas vidas o de unos fenómenos sociales. Lo que está por fuera de esos marcos, muchas veces no es catalogado como real y, por tanto, no es sometido a ningún tipo de análisis o de atención humanitaria.

refiriéndome a los juicios históricos sobre ella en el marco de las confrontaciones armadas, en las dictaduras y en las tensiones frente al comunismo en América Latina. La homosexualidad o “los homosexuales” han recibido señalamientos y estigmas por las diferentes facciones, tanto de derecha como de izquierda; paradójicamente en algo que podrían darse la mano ha sido en su rechazo a la homosexualidad. No obstante, como lo advierten Leite y Dimenstein (2013), no se puede considerar como si el tratamiento fuese equivalente, cada facción ha tenido unos niveles y unas intensidades frente a los estigmas y violencias contra estas poblaciones.

Al homosexual lo estigmatizaban en ambas facciones: los de derecha en las dictaduras los tildaban de izquierdistas y subversivos políticos y de la moral católica, mientras que los de la izquierda los consideraban burgueses o asuntos pequeño-burgueses (Leite y Dimenstein 2013). Todo mundo quiere zafarse de la homosexualidad: los guerrilleros decían que era un vicio burgués, los militares decían que la vida en la montaña en las guerrillas producía homosexualismo (Comisión de la Verdad 2022), Estados Unidos a través de la Escuela de las Américas establecía que los homosexuales eran una amenaza de izquierda, para los militares los LGBTQ+ eran asociados a las guerrillas, dentro de las guerrillas decían que los gays eran infiltrados del ejército. En fin, todos estos alegatos demuestran que la homosexualidad se convirtió en un comodín para las diferentes facciones en la guerra, se acomodaba para los argumentos políticos de unos y otros.

Respecto a los movimientos de izquierda, en específico, los registros históricos sobre el estigma y persecución a las personas homosexuales, siguiendo a Green (2003), se remontan al ascenso de Stalin en Rusia, periodo a partir del cual la homosexualidad comenzó a ser asociada con la clase alta y a la decadencia de la burguesía, y ese argumento permeó el movimiento comunista internacional. Los movimientos comunistas en América Latina pro soviéticos, pro chinos e inspirados por la revolución cubana compartieron ese punto de vista, argumentando que la homosexualidad no podía existir dentro de la verdadera clase trabajadora (Daniel 1982; Green 2003).

Los controles y discursos frente a la homosexualidad por parte de los movimientos de izquierda de la región, y por tanto de las guerrillas, se han manifestado a través de posiciones morales, rumores, normas tácitas, decisiones de mandos y reglamentos. A lo largo

de la revisión de literatura sobre el tema, encontré las siguientes posiciones (Daniel 1982; Green 2003, 2012; Leite y Dimenstein 2013; Cosse 2014; Insausti 2020):

- La homosexualidad es un asunto burgués, una decadencia de la burguesía.
- Siguiendo los postulados de la medicina higienista, era considerada una degeneración física y por tanto, una condición patológica.
- Una parte importante de la izquierda veía en el homosexual una aberración contrarrevolucionaria producto de la degradación moral de las últimas etapas del capitalismo, que desaparecería en la sociedad liberada.
- Siguiendo los lineamientos de la iglesia, que tenía conexión con muchos grupos a partir de la teología de la liberación, consideraban la homosexualidad como una inmoralidad.
- La homosexualidad desplazaba las representaciones de la masculinidad revolucionaria, importante pilar de la identidad militante.
- Asociaban la homosexualidad y el activismo homófilo con las influencias intervencionistas norteamericanas.
- Frente a esto, la sexualidad marica, representada como escandalosa y desmedida, era interpretada –al igual que el uso de drogas recreativas– como producto de un hedonismo burgués más centrado en el propio placer que en el compromiso colectivo (Insausti 2020).
- Lo importante es la lucha de clases, las otras luchas, como las de género o sexuales, son subsidiarias y pueden desvirtuar la lucha.
- Las organizaciones de izquierda entronizaron los valores familiares y la heterosexualidad como forma de contrarrestar las acusaciones de inmoralidad y descontrol sexual lanzadas por las fuerzas represivas y la ultraderecha.
- Se relacionaba la homosexualidad con un “descontrol sexual”, que debilitaba o amenazaba las organizaciones, aduciendo razones de seguridad, de orden interno o moral.
- El “homosexual” como un problema de seguridad porque podrían ser objeto de chantaje por parte de las fuerzas de seguridad de la dictadura.

- La figura del homosexual como peligroso para las organizaciones armadas, como agente “contaminador”, bien sea instigando a la homosexualidad a otros miembros de las filas o como transmisor de enfermedades (ITS/VIH).

Este conjunto de juicios revela que la homosexualidad y los homosexuales fueron o son una figura problemática para los grupos guerrilleros, la diversidad argumentativa de esos juicios, de posturas morales, políticas, médicas, higienistas y religiosas delatan los enmarañamientos que se tejen entre los dispositivos de género y sexuales, y unas ideologías políticas más amplias o estructurales.

A pesar de esas posiciones frente a la homosexualidad y a los homosexuales, sobresale una paradoja: varios líderes de los movimientos homosexuales de América Latina, que se han convertido en hitos históricos, surgieron justamente de movimientos de izquierda y comunistas, y algunos fueron expulsados. Apenas voy a nombrar algunos personajes destacados de la literatura -que son justamente los que cito en los diferentes epígrafes a lo largo de la tesis-: Néstor Perlongher, Pedro Lemebel y Reinaldo Arenas (seguro se me escapan muchos más). En general, fueron personajes que consideraban la revolución sexual como indisoluble de la revolución social y apostaron por una alianza con las organizaciones de izquierda (Insausti 2020). León Zuleta, uno de los personajes más importantes de la historia de los movimientos homosexuales y LGBTQ+ en Colombia, es un ejemplo de esta situación³⁶. El caso de Zuleta es paradigmático para esta tesis no solo por su historia con el partido comunista, sino porque también se vincula con el conflicto armado en el país; él fue asesinado por grupos paramilitares a comienzos de la década de 1990.

En la guerrilla de las FARC-EP las posiciones frente a la homosexualidad son ambiguas, si bien las diferentes versiones frente a ella coinciden respecto a una idea de prohibición, no es claro ni unificado un ordenamiento frente a ella. Varios líderes del movimiento, ahora en la vida civil, consideran que no hubo una política de estigma o criminalización frente a la homosexualidad. A pesar que esos argumentos pueden ser

³⁶ León Zuleta es pionero del movimiento LGBT en Colombia. Entre 1977 y 1979 creó y editó la revista “El Otro”, la primera publicación periódica que promovía el reconocimiento de los derechos de los homosexuales en Colombia. En 1979, junto a Manuel Velandia y Guillermo Cortés, fundó el Movimiento de Liberación Homosexual (MLH) y en 1983 organizaron la primera marcha del orgullo/gay/LGBT en el país, en Bogotá. León Zuleta ingresó a la Juventud Comunista (JUCO) mientras cursaba sus estudios de bachillerato y fue expulsado del partido a los 19 años, cuando declaró su homosexualidad.

debatibles, porque que son producto de un proceso de borramiento e higienismo transicional, en términos formales no hay un reglamento puntual al respecto en sus estatutos. El hecho de que no hubiera un artículo o instrumento escrito, no desestima los efectos normativos frente a la homosexualidad, esos controles se dejaron para otros formatos encubiertos, como los rumores, el voz a voz, las historias sobre otros camaradas y la zozobra del consejo de guerra, formatos que calaron hondo en la institucionalidad del grupo guerrillero y en los cuerpos de sus integrantes.

Las situaciones respecto a casos de camaradas que se reconocían como gais o que eran pillados en las filas son variadas, los protagonistas de los relatos de la tesis y los demás agentes consultados a lo largo de la investigación, como los funcionarios de la ARN y otros excombatientes, refirieron algunas de ellas. Se encuentran casos de escaparse de las filas, lo que implicaba un riesgo porque podían ser perseguidos por la organización. Otros casos de traslados -o desplazamiento forzado-, los retiraban de los campamentos de las montañas o de la selva y los ponían en funciones políticas en los pueblos o ciudades. Casos de “no sabemos que pasó con él, si se salió de la organización o lo sacaron”. Y casos de suicidio, de camaradas que después de ser pillados decidían matarse. En otros estudios, se encuentran casos en los cuales eran convidados u obligados a corregir su sexualidad y su masculinidad, y sobre la pérdida de autoridad frente a a las filas en casos de homosexualidad por parte de mandos medios y altos (Caicedo 2018). Sobre estas referencias se profundiza en el capítulo 4.

El caso más sonado en la opinión pública es el de los asesinatos a camaradas homosexuales en consejos de guerra. Si bien ninguno de mis interlocutores admite que le tocó presenciar un consejo de guerra por esta razón, sí confirma que era uno de los rumores más sonados en las filas. Más allá de la pregunta sobre la veracidad o no de estos actos, desde una lógica jurídica, vale la pena recordar las reflexiones sobre el rumor descritas en la introducción; de cómo el rumor, siguiendo a Veena Das (2006), tiene la capacidad de hacernos experimentar acontecimientos, de producirlos durante el acto mismo de su enunciación. Como lo fueron los consejos de guerra como mayor acto de sanción contra la homosexualidad en las filas guerrilleras.

Es tanta la conmoción sobre los consejos de guerra contra homosexuales que han emergido discursos -y rumores- para justificar esa práctica en las filas guerrilleras. Según uno de mis interlocutores, esa práctica comenzó a emplearse por cuestiones de seguridad,

porque los que declaraban su homosexualidad o se dejaban pillar estratégicamente eran infiltrados del ejército. La historia se remonta a trabajos de inteligencia por parte de las fuerzas militares del Estado y de contrainteligencia de la guerrilla. Según esas versiones, el trabajo de inteligencia del ejército descubrió que las personas que admitían su homosexualidad en las filas guerrilleras o que eran pilladas eran licenciadas, es decir, eran expulsadas del grupo sin mayores contratiempos o repercusiones, a diferencia de otros casos de desertión en los cuales sí habían procesos de persecución y amenazas. Debido a esta información, supuestamente, el ejército comenzó a usar la homosexualidad como justificación para el retiro de sus infiltrados de los campamentos insurgentes. Posteriormente, el trabajo de contrainteligencia de la guerrilla descubrió ese *modus operandi* y comenzó a señalar de infiltrados a todo aquel que dijera que era homosexual y por eso lo llevaban a consejo de guerra. En esta serie de argumentos se evidencia otra posición de los grupos armados frente a la homosexualidad: como un elemento para usos estratégicos de las labores militares.

Para terminar, otra posición es la de la homosexualidad como una amenaza. Existe una incidencia material y espectral de la homosexualidad en los contextos militares: como una amenaza latente en un escenario permanente de homosociabilidad. Los escenarios militares constituyen una convivencia permanente y mayoritariamente entre hombres, son escenarios que ofrecen un alto componente de homosociabilidad (Figuerola, 2005; Duncanson, 2009; Atuk, 2021). Núñez y Espinoza (2016), señalan que los grupos armados permiten un *male bonding*, en otras palabras, un vínculo o relaciones personales cercanas entre hombres en el que el secreto, la lealtad y la disciplina permiten una contención y una cercanía emocional sin poner el riesgo la hombría misma.

Ehrmantraut (2013), en su análisis sobre el ejército argentino en la guerra de Las Malvinas, argumenta que una de las funciones de las políticas de género de los ejércitos es, precisamente, preservar ese orden homosocial y mantenerlo fuera del campo de lo homoerótico, porque se presume, en últimas, que son contextos propicios para la erotización (Basham 2016; Croce 2021). Esta situación de los contextos militares, revela, de acuerdo a Connell (1995), cómo el orden patriarcal prohíbe ciertas formas de emoción, afecto y placer que él mismo incentiva produciendo instituciones homosociales; en estos casos en específico, en torno a la prohibición a los encuentros sexuales o al afecto homosexual.

A pesar que las FARC-EP, a diferencia de otras guerrillas a lo largo del mundo, tuvo un numeroso componente de mujeres en sus filas, hubo una mayoría de hombres (entre el 70 y 80%), lo cual implicó una cotidianidad y una cercanía corporal y emocional entre ellos. Tanto control y prohibición descritos en las historias narradas páginas atrás o a lo largo de los relatos de la tesis comprueban la amenaza permanente del espectro de la homosexualidad: Ese fantasma que rondaba en las imaginerías de Alejandro cuando se masturba o tenía sexo con sus socias, o que deambuló en las miradas entre Fabián y El Canalla y que llegó a meterse en su caleta. El espectro de la homosexualidad acecha, por eso hay que resguardar la heterosexualidad en los contextos militares.

Neira y Castillo (2020) comparten que en su trabajo de campo escucharon expresiones como: “imagínese un montón de manes sin mujeres”, ese interlocutor argumentaba que la presencia de las mujeres fue fundamental para que los “hombres no se mariquearan”. Estas frases coloquiales también me recordaron otros refranes que les escuché al grupo de hombres con los que escribí los relatos que evidencian ese fantasma de la homosexualidad en los campamentos guerrilleros. Dichos como: “esa pose no la paga el seguro” para cuando un hombre se agachaba o “estaba en cuatro”, u otro que es muy atinado para los escenarios armados: “cualquier hueco es trinchera”, para aludir a cualquier orificio corporal para tener algún acto sexual penetrativo. Las trincheras protegían en los enfrentamientos y bombardeos, en ese sentido, entonces ¿el culo o la boca de otro camarada se convertían en trincheras de protección o salvación en medio de las situaciones de guerra?

Todas estas posiciones frente a la homosexualidad de los grupos armados y en los contextos militares; esos ejercicios de invisibilización, negación, control, reglamentación, de uso estratégico en la inteligencia militar y de ser considerada como una amenaza, demuestran la complejidad y las paradojas de las políticas sexuales del conflicto armado. A partir de estas premisas, se podría plantear la noción de *usos políticos de la homosexualidad*³⁷, para aludir a las diferentes lógicas, sentidos y direcciones que le conceden los grupos armados y la institucionalidad militar a la homosexualidad, usos que implican unos discursos y unas dinámicas cotidianas, de autoridad y de violencia, que, en su conjunto, se enmarañan al dispositivo de género y sexual de las guerras.

³⁷ Sobre esta noción de “usos políticos de la homosexualidad” y sobre varias de esas posiciones descritas páginas atrás, se profundizará en el capítulo 4.

Al rastrear y desentrañar ese dispositivo de “heterosexualidad” del conflicto armado, se revela, entonces, que no debemos estudiar la homosexualidad como algo separado o como algo excepcional de la realidad social, en este caso, como algo excepcional de la guerra. Más bien, como se puede advertir en las últimas paginas, considerar que la homosexualidad está articulada profundamente con esa realidad, con el conflicto armado; una tarea que se emprenderá en los próximos capítulos.

Capítulo 2

Semblantes del homoerotismo entre hombres al interior de las guerrillas

Ya no sé si el cielo existe. Al menos allá arriba, claro, porque aquí abajo he tenido momentos realmente celestiales. Como ayer por la tarde, cuando descubrí el cuerpo desnudo del capitán completamente enjabonado, sus músculos brillando, salpicados por el agua de la quebrada, la verga estirando al máximo la tela de su calzoncillo.
¡Eso era algo caído del cielo!

(...) Cae una bomba justo en el momento en que nos venimos. Mi capitán de verga dura se queda abrazado a mi cuerpo y reanuda el movimiento hasta que nos venimos de nuevo. Después de hacer el amor quedamos tirados en el piso de nuestro pedazo de agujero.
Mirándonos sin vernos, hablándonos sin palabras

- Jorge Enrique Botero. Espérame en el cielo capitán.

Los escenarios de violencia armada construyen varios tipos de corazas: unas materiales para la protección de los cuerpos y otras simbólicas para proteger la institucionalidad de la propia violencia. Uno de los bienes o capitales simbólicos más preciados es el honor y el prestigio militar, por lo tanto, hay que protegerlo, hay que acorazarlo; y la heterosexualidad -como se planteó en el capítulo anterior- es uno de los componentes vertebrales de esa coraza. Sin embargo, los siguientes relatos evidencian el asomo de otras prácticas u otros formatos de la sexualidad al interior de la guerrilla; los detalles de algunas escenas delatan las maneras como se juega con dicho precepto, son registros que retratan otros ángulos de los dispositivos sexuales de la guerra.

Los informes del Centro Nacional de Memoria Histórica en Colombia y de algunos investigadores han advertido sobre prácticas homoeróticas, relaciones sentimentales y hechos sexuales victimizantes entre hombres en los grupos armados ilegales; sin embargo, han insistido en el poco conocimiento que se tiene al respecto (CNMH 2015, 2017; Thylin 2018, 2019). La autoridad del escenario armado, por un lado, y la potestad de un dispositivo

sexual heteronormado, por otro, han camuflado los rastros de homoerotismo y de homosexualidad en el conflicto armado³⁸, aún más si es por parte de sus combatientes.

El objetivo del presente capítulo es profundizar en los encuentros homoeróticos entre hombres del grupo guerrillero. Para ello, en un primer momento se presentan cuatro relatos. Luego, se exponen las premisas teóricas a partir de las cuales se emprende la reflexión: la imaginación antropológica del homoerotismo y los límites de la sexualidad; no solo para el análisis de los encuentros, sino también para la escritura sobre ellos. Y, por último, se plantea una discusión sobre los diferentes elementos que se implican en la gestión y cohibición de los encuentros homoeróticos intrafilas, se detalla cómo las jerarquías militares, la virilidad, los encubrimientos y la configuración de ciertas geografías, entre otras cuestiones, participaron en las interacciones eróticas entre guerrilleros.

Las guerras, los grupos armados y sus integrantes se representan bajo unos dispositivos de género y sexualidad que se asumen como rígidos, amparados en unos performances masculinos, viriles y una predisposición a la heterosexualidad; sin embargo, en los *rincones de la guerra* se delatan manifestaciones que los transgreden.

³⁸ Es necesario considerar por separado las nociones de “homosexualidad” y “homoerotismo” en el marco del conflicto armado. Por una parte, la homosexualidad es un componente articulador del dispositivo de poder de la guerra, como se detalló en el capítulo anterior, a partir de ella se establecen y difunden una serie de discursos por parte de los grupos armados y las propias comunidades para el control moral y social. Esta noción, al ser un componente de la dimensión normativa se articula, por tanto, con la victimización. Por su parte, el homoerotismo se puede comprender como aquellos escenarios o interacciones que, si bien no están del todo desarticulados con el control normativo y con la victimización, también implican otros derroteros como el deseo, el placer, las emociones y los sentimientos.

El duende³⁹

Al despertar, Felipe abrió la carpa y le pareció ver los restos de una fogata. Al principio no prestó mucha atención; podía ser una imagen de la somnolencia. Las carpas eran compartimentos en los que los guerrilleros dormían, mientras otros, los de la guardia, custodiaban el campamento. Ya más despierto, con el frío de la montaña golpeándole el cuerpo, Felipe comprobó que la fogata no era un delirio, las brasas negras y grisáceas se veían con claridad. Recordaba fugazmente la fogata en la madrugada, había visto los destellos, pero el sueño le había ganado y ni el arrume de las maderas o el chirrido de los troncos lo habían incomodado.

En la jornada de la mañana, al reunirse con sus camaradas, les comentó lo sucedido y ellos, con malicia, se idearon que había sido un duende, que las fogatas en medio de las montañas eran una señal de las andanzas de estos espectros. Les preguntó sobre la hoguera a quienes habían hecho guardia y ellos le confirmaron que no habían prendido nada, que ni siquiera habían visto fuego en el transcurso de la noche.

Felipe era cobarde para ese tipo de historias. Notaba el aire de embuste del grupo al hablar del duende, pero algo en él le hacía imaginar que el duende podía ser cierto. Entonces aprovechó la situación y en medio del grupo, sin ningún reparo, le dijo a uno de sus compañeros: “como usted se inventó esta historia, le va tocar darme caleta esta noche”.

El ambiente en los campamentos era tan viril que ninguno sospechó el coqueteo que se filtraba en esa frase. Para los demás fue una frase cualquiera, pero para Felipe y su compañero era un coqueteo en frente de sus camaradas.

³⁹ Este relato lo escribí con Felipe.

La tirada de perros⁴⁰ se camuflaba en medio de las armas, de los uniformes toscos y de la hombría guerrillera; la estrategia militar de los códigos y de los lenguajes cifrados también podía ser tergiversada; no solo para objetivos militares, sino para incitar los encuentros entre guerrilleros. Había sido un mensaje declaratorio de las ganas que Felipe le tenía al inventor de duendes.

La insinuación no había sido en vano. Ya antes había tanteado el terreno. Las miradas y la actitud de su compañero le habían revelado que algo podía ocurrir entre los dos. A Felipe le encantaban sus labios rojos y carnosos, y su bigote entre castaño y negro. Los bigotes eran su fijación.

El posible encuentro había que apresurarlo, su compañero era un carguero y en pocos días seguía su rumbo. Los cargueros llevaban remesas a los diferentes frentes guerrilleros de la región, transportaban comida, municiones y armas. El carguero “mirón” llevaba su carga en mulas. La geografía agreste donde se encontraba el campamento exigía este tipo de tracción. Estaban en un hueco, al que se demoraban para llegar un día entero si era de bajada, si era de subida se demoraban medio día más.

Llegó la noche y con ella la posibilidad de la entrada de Felipe en la caleta del carguero. El descanso y el sueño en la montaña llegaban temprano, tipo ocho de la noche. El comandante del grupo había programado las guardias, cada una de dos horas, y al carguero le había tocado de dos a cuatro de la madrugada. Como el grupo era tan pequeño, solo diez personas, las guardias eran individuales. Al ver que todos los camaradas se habían refugiado en sus caletas, Felipe, sin ningún reparo, buscó la carpa del que le había alentado y aceptado su propuesta con las miradas y entró para protegerse del duende.

⁴⁰ “Tirada de perros”: coqueteo, flirtear.

Empezaron con un juego de manos y de risas, la timidez confundida con la ansiedad del momento agitó sus respiraciones y dieron paso al roce de sus torsos y sus miembros. Los besos y la desnudez fueron llegando poco a poco. El desenfreno fue tal, que alcanzaron varios orgasmos en la noche. Lo hicieron “como si nunca fuera a volver a pasar”. Tenían que aprovechar que se habían dado las condiciones. No sabían cuándo podrían volver a verse o cuándo volverían a tener la confabulación de la noche y del bosque.

El miedo a ser descubiertos se confundía con su deseo: esa mezcla era el componente más estremecedor. La dosis de prohibición y lujuria hicieron de esa noche una velada especial. El ruido de las montañas y la oscuridad se convirtieron en sus cómplices; nadie los veía, el ruido de sus gemidos se perdía en el viento. El calor de sus cuerpos era la mejor compañía. A las dos de la mañana, como se había programado, el carguero salió a iniciar su guardia.

A pesar que Felipe llevaba menos de un año en la guerrilla, sabía las consecuencias que le podría traer este encuentro, si los pillaban los conducirían a un juicio de guerra; “los maricas” no eran bienvenidos en el grupo. Pero esa noche, Felipe no sabe por qué, hubo un complot del cual no quedaron indicios, solo sus secreciones empapadas en prendas militares.

Un duende, pero no asustador. El duende auspiciador y escolta del encuentro entre dos amantes.

Tres semanas después el carguero regresó al campamento. Su ausencia había sido un alivio para la seguridad de Felipe. Esa misma ausencia le generaba más calentura.

Ese día, sin muchas señales, se sabía el destino de la noche, la poca estancia del carguero, que se regresaba al día siguiente, era el indicio fehaciente de otra velada. Esa figura que había habitado

en sus fantasías en los últimos días, estaba presente y había que aprovecharlo.

A Felipe le encargaron la guardia de ocho a diez de la noche con entrega al carguero. Aprovechó la entrega para convencerlo de que fueran a su carpa.

El encuentro tuvo otros matices: menos horas, menos orgasmos, más temor de ser pillados. Mientras Felipe y su amante hacían de las suyas, el grupo se quedó sin guardia, o la guardia común de un camarada rondando y cuidando el sueño de los demás había cambiado, ahora eran dos hombres desnudos y encerrados y entregados a su éxtasis.

Al día siguiente, el carguero siguió su rumbo.

Días después a Felipe le encomendaron una misión en otro territorio y se lo llevaron de ese hueco. Sus rumbos se separaron y para Felipe fue una fortuna: “si hubiéramos seguido, tal vez nos hubieran pillado”. Los compañeros del grupo quedaron “sanos”, no se dieron cuenta, o por lo menos no lo insinuaron.

Esa fue la única historia sexual de Felipe con otro hombre en sus veinte años en la guerrilla: dos encuentros con un carguero; un hombre de labios gruesos y un bigote que le hacían vibrar su cuerpo.

Nunca más volvieron a verse, las misiones y los agrupamientos de la vida guerrillera nunca los volvió a juntar.

El carguero nunca desapareció de los recuerdos de Felipe. Cuando estaba “en la mala” y se sentía “llevado”⁴¹ en el monte, lo rememoraba. Le daba tristeza y nostalgia, pero eran sensaciones blandas, táctiles, y eso era mejor que miles de otras angustias en el monte.

⁴¹ “En la mala” y “llevado”: estar mal, en un mal momento, día o temporada.

Cruising guerrillero⁴²

Era fin de semana, a lo lejos se escuchaba una guitarra y el tarareo de un grupo de “improvisados cantantes”. César estaba con su camarada tomando café y fumando cigarrillo. El camarada le dijo: “quiero echar río”. De acuerdo a las normas del grupo, podían bañarse hasta dos veces al día. No era extraño bajar al río en horas de la tarde. Pidieron permiso a sus superiores y sumaron al grupo a varios más.

Ya en el río, César y el camarada se distanciaron del grupo, se quitaron la ropa y se metieron al agua en “calzones”. “Sería rico quitarse la ropa interior”, le dijo el camarada. César se sonrojó, la tirada de perros lo puso ansioso. “Descúidese y se los quito”.

No podían alejarse. Todos siempre vivían en el fantasma de la desertión. Escaparse del grupo era una práctica común que había aumentado gracias a las políticas contrainsurgentes de los últimos gobiernos.

El coqueteo y las ganas continuaron.

Debajo del agua, donde los ojos de sus acompañantes no podían llegar, empezaron a manosearse y a “morsearse”. Se sumergían y en los pocos segundos de aire tocaban al otro.

“Quíteselos”, “bájese y me lo chupa”, le decía el camarada.

Lo intentaron, pero el miedo se apoderó de César. “Estamos dando mucha papaya, nos van a pillar”.

Pararon el juego porque las voces de los demás compañeros se acercaron. Les dijeron que ya era hora de irse. Habían pasado el tiempo de permiso. Todos salieron del río y se vistieron.

Mientras esto sucedía, el camarada de César se acercó a un compañero y le habló entre susurros: iba a acompañar a César al monte, porque éste estaba estreñado.

⁴² Este relato lo escribí con César.

Lo orden militar era que nunca anduvieran solos, debían tener la compañía de otro, incluso para aquellos imprevistos. César y su camarada tomaron otro camino.

La petición no tenía otro fin que seguir con sus andanzas. Al llevar pocos metros de caminata, el camarada se da cuenta que se la había caído algo, “se me cayó la guerrillerita”, expresó, razón por la cual tuvieron que devolverse y buscar entre los arbustos. La “guerrillerita” era una pañoleta que usaban los guerrilleros y que cumplía varias funciones, principalmente servía para protegerse del sol y para secarse el sudor. El camarada la llevaba en la pantaloneta, pero en medio del manoseo se le había caído. Por fortuna, la encontraron rápido. En la búsqueda del trapo, el camarada siguió insinuándose, le tocaba las nalgas a César y se atrevió a darle un beso, le confiesa que había quedado con muchas ganas, que quería “meterlo en la boca”, para referirse a que quería hacerle sexo oral.

El camarada le insinuó que podían hacer algo más rapidito. César accedió y se metieron en un matorral. César se agachó para mamárselo a su camarada y luego cambiaron de papeles. La adrenalina y el miedo acentuaban el goce. César estaba pendiente que no se viera nada o si venía alguien. El camarada notó la actitud de alarma y le alegó: “usted no está acá, vámonos”. César le contestó “no, aprovechemos” y se entregó a la calentura. Cogiéndolo del pecho y diciéndole “usted tiene un pecho rico, venga le hago el beso negro”.

“¿usted se unta la boca de negro o qué?” Le contestó el camarada.

César se sonroja por la ingenuidad que acababa de descubrir. “Si quiere, se deja y le enseño”.

El camarada entendió y le dijo “el culo no está pa’eso”.

“Tampoco estaba para penetrarlo y vea ... ¿por qué no podría besarse?”

El camarada pensó un momento, luego dijo: “ya me limpié en el río, deme pues esa lección”.

César comenzó a masajear el trasero de su amante, a acariciarlo, a darle besos en sus nalgas y luego le besó el ano.

De repente, escucharon una voz. Pararon en seco y se subieron rápido los pantalones. Aguzaron la mirada y descubrieron que venía otro grupo de camaradas a bañarse.

“El camarada estaba haciendo”, dijo César.

El grupo les alzó la cabeza y siguió para el río.

“Hay que seguir lo que empezamos” dijo el camarada cuando volvieron a quedar solos.

Caminaron hasta otro matorral desde donde alcanzaban a ver una parte del río.

“Tocó rapidín”, se dijeron y se carcajearon.

César pidió al camarada que lo penetrara. El camarada no sabía cómo, era su primera vez y le daba susto lastimarlo.

Al rato, en la torpeza, el camarada dijo “quedé con ganas de desarrollarme”. Se refería a la eyaculación. Entenderlo fue para César una vuelta sobre el placer.

Decidieron volver al campamento. Pero las ganas no se iban.

A César le habían encargado la tarea de hacer ejercicios de alfabetización con los hijos de la familia que vivía en la finca más cercana al campamento. Ya había bajado varias veces. La casa quedaba a veinte minutos caminando. Justo al regresar del río le ordenaron que fuera a seguir con su encargo. César pidió que lo dejaran ir con el camarada. Las entrañas le temblaban. El mando del grupo aceptó la propuesta y les pidió que volvieran para la hora de la comida entre 4:30 y 5:30 de la tarde.

Iban a arrancar cuando, a última hora, los mandaron con otro compañero. Los tres emprendieron la caminata. A mitad de la trocha, el acompañante les dijo que le habían encomendado otra tarea y se desvió por otro camino.

El destino parecía a favor de su calentura.

¿Quiere terminar lo que empezamos?, le dijo el camarada a César.

Se resguardaron en un árbol y reanudaron lo que habían dejado a medias. El camarada le hizo el beso negro a César. Era el momento para volver a intentar penetrarlo. César le dijo que se tranquilizara, que se dejara llevar, que lo metiera despacio, sin afán, y que ya luego él le decía cuando podía moverse. Luego de unos minutos de acomodo, César empezó a mover al camarada. Estaban en plena acción, excitados, cuando les apareció un perro. El animal era indicio de que alguien podía estar cerca. Pararon en seco, abrumados. Se subieron los pantalones y corrieron hacia su destino.

En la casa había otro grupo de guerrilleros esperándolos. César y el camarada no sabían de aquella visita. Eran compañeros que iban para el campamento y el plan era que ellos dos fueran sus guías. César y el camarada estaban agitados, con sus rostros rojizos y su cuerpo bañado en sudor. Les reclamaron: ¿Cuál fue la demora? Ya íbamos a hacer informe”. El informe era un formato que usaban para denunciar comportamientos que desatendieran las normas del grupo armado. Era un mecanismo usado entre los mismos guerrilleros rasos. En medio del agite y la sorpresa, se inventaron que César había parado a fumar y que por eso se habían demorado.

Con el paso de los minutos la excitación se fue aplacando. Empiezan a realizar sus tareas, pero se siguieron sintiendo azarados. César preparó su lección con los niños, mientras el

camarada recorrió la casa y los visitantes se quedaron por ahí merodeando. César notó que el camarada estaba como incómodo y que ocultaba con una mano un pedazo de su pantalón. El camarada logra acercarse y le confiesa que había mojado su pantalón, que se había “desarrollado” y que por eso se estaba tapando, que le parecía que olía a semen, que qué hacía. Al escuchar a su compañero, César se da cuenta que también estaba mojado, también había eyaculado. Se habían mojado sin tener un orgasmo, el trajín y la adrenalina de bajar corriendo y el roce de sus miembros con los pantalones había producido la secreción. Al camarada se le notaba más la mancha. César le sugiere que se fuera a limpiar con algo húmedo, que fuera al tanque o al baño de la casa. El paso de los minutos, la turbación por la visita inesperada de sus compañeros y las tareas de cada uno en la casa, el uno por un lado y el otro por otro, permitió que se enfriara la excitación. César se pudo concentrar en su tarea, en enseñar a leer y a escribir, y a darse cuenta que dieron mucha papaya, que casi los pillan dos veces en una misma tarde.

Care Barbie⁴³⁴⁴

El niño consentido, así se sentía El Flaco. Desde muy joven se había ganado la confianza de altos mandos de la guerrilla. Su buen trabajo y su lealtad al grupo eran reconocidos. También tenía pericia para ganarse a la gente, sabía que a un jefe de la estructura le gustaba el pan con brevas y a otro los mariscos, entonces cada vez que subía de la ciudad, les llevaba.

A ellos les confesó que le gustaban los hombres y no tuvieron ninguna retaliación contra él. Uno de ellos le admitió que lo intuía,

⁴³ Este relato lo construí con “El Flaco”.

⁴⁴ Alusión a la muñeca Barbie.

que no era una noticia que lo tomara por sorpresa, que debido a su forma de ser se le había pasado por la cabeza que fuera gay. El otro le ofreció protección, le aseguró que nadie podía atacarlo, que todas las filas lo debían respetar.

El Flaco tenía muy claro que nunca podía defraudar esa buena fe, por eso siempre controlaba sus miradas y su comportamiento frente a los camaradas. Se contuvo de cualquier tipo de insinuación, por más que le gustara alguien, no quería que surgiera ningún tipo de rumor. Debido a esa precaución, tampoco se percataba de las insinuaciones de algunos de sus camaradas. No se le pasó por la cabeza que Care Barbie le estaba coqueteando desde su llegada al campamento. Pensaba que sus regalos y el trato diferencial que tenía con él eran órdenes que venían de arriba; que en parte era cierto, pero no era la única razón.

El Flaco había subido a la montaña a quedarse unos días, acostumbraba a hacerlo cada dos o tres meses como parte de sus funciones dentro de las filas, llevando informaciones y recibiendo instrucciones para sus labores en la ciudad.

Care Barbie era el jefe de finanzas del frente, una posición importante en la jerarquía del grupo. Su apodo se debía a su belleza, tenía ojos claros y un rostro con facciones finas que contrastaba con la barba y la rudeza del estilo guerrillero. Además, como la mayoría de sus camaradas, tenía un cuerpo atlético con los músculos marcados. Al Flaco le encantaba su trasero y ver como se le marcaba en su ropaje militar, también se fijaba en su boina y como se la ponía de medio de lado. Y había algo que le fascinaba: su amabilidad.

Terminando la tarde, Care Barbie le dijo al Flaco, o le dio la orden, que esa noche tenía que compartir caleta con él. Al ver que la carpa estaba alejada de las otras, de un grupo de casi

cincuenta personas, El Flaco comenzó a intuir las intenciones de su camarada.

Antes de irse a la caleta, Care Barbie le propuso que compraran unas cervezas. La logística para comprar cualquier cosa, y más en horas de la noche, implicaba muchos reacomodos del reglamento guerrillero. Se montaron en una camioneta con rumbo a la tienda de la vereda. Nadie los acompañó, ni las motos del esquema de seguridad que regularmente escoltaban este tipo de trayectos, solo iban ellos dos. Era una maniobra que desde la lógica militar era muy riesgosa. El Flaco al calcular la osadía de la compra de esas cervezas, confirmó más sus sospechas.

Al subirse a la camioneta, Care Barbie se quitó el arma para conducir más cómodo y se la puso entre las piernas al Flaco. Una de las instrucciones más insistentes del grupo era que nunca podían quitarse su dotación, se hacía solo para dormir. Al descargar el arma y al volverla a tomar al regreso no le tocó ni un milímetro de sus muslos; por más que fuera evidente su encerrona, el cortejo tenía que mantenerse en sus ojos y en sus palabras, no podía trasladarse ni a la punta de sus dedos hasta que estuvieran resguardados en la carpa.

Al volver al campamento, no recibieron ningún tipo de represalia. La quietud y el ruido de la selva amparaba las caletas individuales del resto de camaradas, solo la de ellos era para dos. La excusa de que la carpa estuviera alejada de las demás, según Care Barbie, era que quería protegerlo, entre menos contacto tuviera un miliciano con la tropa era más conveniente para la inteligencia guerrillera.

Para relajar el ambiente en la caleta, se tomaron las cervezas. El licor les dio el atrevimiento final para pasar a lo que estaban postergando todo el día. El Flaco interrumpió la conversación y lo besó. La reacción inmediata fue pedirle disculpas,

pero su compañero le susurró que no tenía que hacerlo, que él también estaba esperando ese momento.

Care Barbie le insinuó que le hiciera sexo oral y luego que se dejara penetrar.

El Flaco se sintió bien, a pesar que solo fue “hágalo, déjeselo hacer y ya”. Durmieron arrunchados y a la madrugada volvieron a tener sexo antes de que comenzará la agenda del día.

Al salir de la carpa, todo volvió a ser como siempre, como si nada hubiera pasado. La relación entre ellos dos no cambió. El resto de la estancia del Flaco no volvieron a compartir carpa, no hablaron más de lo necesario, no compartieron ningún espacio que no fuera parte de sus tareas. Las visitas posteriores del Flaco al campamento también fueron así, con esa misma actitud.

Por más que al Flaco siempre le había gustado Care Barbie y que, sin imaginárselo, había pasado una noche con él, nunca se le pasó por la cabeza que se volviera a repetir o que iba haber más cercanía entre ellos. Tampoco se creó ilusiones sentimentales, sabía que en el contexto guerrillero no podía tener ningún futuro ese tipo de relaciones. Era un experto y fiel conocedor de su doctrina.

Las duchas⁴⁵

Después de haberse firmado el Acuerdo de Paz en Cartagena, el 26 de septiembre del 2016, la negociación estuvo en vilo; el triunfo del “NO” en el plebiscito del 2 de octubre implicó una re-negociación que terminó en noviembre del mismo año. Durante esos meses, David visitaba casi todos los fines de semana una Zona Veredal Transitoria de Reincorporación (ZVTN)⁴⁶ que apenas estaba en

⁴⁵ Este relato lo escribí con David.

⁴⁶ Las Zonas Veredales Transitorias de Normalización (ZVTN) fueron espacios creados en virtud de los Acuerdos de paz entre el gobierno y las FARC-EP en

construcción. Esas zonas fueron dispuestas para los procesos de desmovilización y reincorporación a la vida civil de las y los excombatientes de las FARC-EP. David hacía procesos de formación con los camaradas, promovía actividades de alfabetización y formación política, y también acompañaba la realización de actividades culturales.

La primera mañana de su estancia, David se percató que la hora del baño era caótica, que la montonera de compañeros y el afán no permitían un baño tranquilo, además que tenían que esperar mucho por una ducha, tiempo que podría ser aprovechado para otras labores. Al día siguiente, David se levantó más temprano para evitar el tumulto, como a las 5 de la mañana. Los baños apenas estaban en construcción, el lugar para bañarse era una alberca improvisada marcada en dos cuadrados, como si fueran a hacer dos duchas, cercada por pocos ladrillos en el suelo y unos plásticos que simulaban las paredes

Su plan funcionó, no había nadie cuando llegó a bañarse. David comenzó a echarse agua con una taza reusada de cualquier producto de la cocina o de aseo, y a los pocos minutos sintió que otro camarada llegó a bañarse, que también se había adelantado a los demás. Escuchó que entró a la ducha de al lado. El compañero estaba a menos de un metro, pero separados por un pedazo negro y grueso de plástico que impedía la vista. David solo sentía el ruido de sus movimientos y del agua cuando la recogía en una ponchera y se la echaba. David acostumbraba a enjabonarse todo el cuerpo y luego enjuagarse, se estaba lavando la cara con los ojos cerrados y empieza a buscar el jabón a ciegas, tantea el muro en el que

2016, para la concentración, desmovilización y reincorporación a la vida civil de los Excombatientes de las FARC-EP.

recordaba que había dejado el jabón y lo tumbó. Al tratar de cogerlo, todavía a tientas, se tropieza y el plástico se vino abajo.

Al caer la pared improvisada y con jabón en su rostro amenazando con irritar sus ojos, David ve la silueta de su camarada. Quedaron frente a frente con sus cuerpos al descubierto, no tenían ropa interior, ambos estaban totalmente desnudos. A pesar de la irritación, David empieza a detallar a su compañero. El rostro era común al de muchos guerrilleros, David aduce que había un prototipo en sus rostros, los peinados, la barba, y los gestos. El camarada estaría entre los 28 o 30 años, tenía unos ojos gatunos, esos ojos que entremezclan un gris y un verde en su aura. Le llamó mucho la atención su boca, tenía el labio superior muy delgado escondido en un bigote como de charro mexicano, que contrastaba con su labio inferior, que era muy grueso, carnudo, de esos que dan ganas de besar. Se fijó, también, en unas manchas rosadas y rojas que tenía en su cuerpo, más en su espalda y sus hombros, marcas que eran comunes en los cuerpos expuestos al sol.

A pesar de la conmoción del imprevisto, no corrieron a taparse, ni siquiera a cubrir sus miembros. Tampoco intentaron poner de nuevo al plástico. Para romper el shock de la situación se saludaron con un “camarada” correspondido y siguieron bañándose. David sintió vergüenza, esa sensación de mirar o no mirar alrededor, de suponer que no hay nadie al lado. Al subir la mirada se da cuenta que ambos se estaban enjabonando la verga y que el camarada la tenía parada, que se estaba sobando sin mucho pudor. Incluso, se da cuenta que lo estaba mirando y que quería que David su sumara al juego. David empezó a sobarse y consiguió rápidamente que su miembro demostrara su entrega al juego.

Continuaron con su baño, mirándose, sacando agua y echándosela en sus cuerpos sin emitir ninguna palabra. En una de las agachadas, David se da cuenta que la erección de su camarada

estaba en su máximo esplendor, que su pene estaba a punto de explotar. En algún momento, la manera de enjabonarse comenzó a cambiar, el toque de sus miembros y el apretujamiento empezó a ser distinto, se estaban masturbando. David se tomó un atrevimiento y con su lengua chuzando un cachete le hace señas al camarada, quería mamárselo. El camarada se sonrió, entre una mezcla de timidez y nerviosismo. David se pasó al cuadro de su compañero y comenzaron a enjabonarse mutuamente. David no se quería quedar con las ganas y se agachó. El bajar, al camarada se le empezó a bajar, mientras su miembro se languidecía, se vino, su semen salió confundiéndose con el blanco de la espuma del jabón. David se paró y continuó masturbándose, su compañero esperó hasta que también se viniera.

Al terminar, David se aseguró de limpiar muy bien, echó suficiente agua en los ladrillos y en el piso para que no quedara ningún rastro. “Salí a lavarme y quedé más sucio”, le dijo el camarada. David se ríe y la reclama: ¿Cuál sucio? Antes quedamos limpios, nos bañamos. Su compañero le respondió: “pero le deja la mente a uno sucia” y se fue.

Horas después, cuando ya habían iniciado las tareas del día, David estaba en la biblioteca y sintió que lo estaban mirando, al voltear se da cuenta que era el bigotudo de la ducha, se reconocieron y se rieron. El camarada estaba vestido con el camuflado. Ese camuflado excitaba a David; el verde y la marcación de ciertas partes del cuerpo le gustaban mucho, además de la rudeza que representaba esos trajes. Así vestido, le sobresalían las nalgas al camarada. A pesar de esos cruces de miradas, durante esa estancia en la ZVTN no se volvieron a encontrar.

Semanas después, David volvió a esa zona veredal a socializar el trabajo político y de formación que venía realizando los

últimos meses. Una de las mañanas, bien temprano, como estaba acostumbrado, fue al baño. La construcción ya estaba mejorada, habían hecho una fila de duchas y otra de inodoros. David solo había entrado a orinar y sintió que alguien entró a bañarse. Era el camarada. Le coqueteó y al salir de la ducha con la toalla amarrada y su pene sobresaliendo, le dijo: “ahora hablamos”. Nunca más se volvieron a ver.

Imaginación antropológica del homoerotismo y los límites de la sexualidad: herramientas teóricas para estudiar los encuentros sexuales entre miembros de grupos armados

Para emprender al análisis sobre el homoerotismo en las filas guerrilleras partiré de dos postulados: la imaginación antropológica del homoerotismo y los límites de la sexualidad. La noción de imaginación antropológica la retomo del autor Guillermo Núñez-Noriega:

Mi interés (...) es estimular la imaginación antropológica para pensar las experiencias homoeróticas y la representación que de ellos hacemos. Me interesa abrir una ventana que nos permita asomarnos a la antropología de las experiencias homoeróticas para cuestionar su tendencia a privilegiar solo la versión del discurso dominante; un discurso que termina por silenciar otras maneras de significar y llevar a cabo estos eventos eróticos dentro de una misma cultura (2007, p. 277).

Los eventos homoeróticos entre guerrilleros o miembros de otros grupos armados están cargados de rumores, premisas, prejuicios, exotismos y morbos que limitan una imaginación antropológica sobre ellos. Haré referencia a tres ámbitos donde se evidencian esos prejuicios. La institucionalidad militar, por ejemplo, produce un negacionismo y unos encubrimientos que obstaculizan cualquier tipo de acercamiento al homoerotismo en las filas. Otra situación tiene que ver con que los estudios sobre homoerotismo masculino se concentran en el acto sexual, dejando de lado los escenarios, circunstancias y condiciones que también constituyen el contexto homoerótico; esta focalización nubla las interpretaciones e imaginaciones sobre él. Y, por último, mencionaré una posición mediática sobre este tipo de encuentros sexuales: en la opinión pública solo se alude a los presuntos consejos de guerra o asesinatos cuando a un guerrillero le “descubrían” su homosexualidad, y se desestiman una serie de situaciones o arreglos que emergieron en torno al homoerotismo en la guerrilla. Estas tres referencias inciden profundamente en la imaginación antropológica sobre esos hechos, son posiciones que empobrecen y limitan su potencial analítico y político.

En cuanto a la segunda premisa: los límites de la sexualidad, retomo los argumentos de Maria Filomena Gregori. La autora, a partir de los referentes teóricos sobre placer y peligro propuestos por Carol Vance (1984), plantea:

Propongo llamar a esa zona tensa entre placer y peligro como los “límites de la sexualidad”. Estos indican un proceso social bastante complejo relativo a la ampliación o restricción de las normatividades sexuales y, en particular, a la creación de ámbitos de mayor tolerancia y nuevas normas que van siendo impuestas (...) La mayor contribución de la antropología consiste en señalar que esa frontera es delimitada por jerarquías, al considerar la multiplicidad de sociedades y culturas, algo que también se da por la negociación de sentidos y significados. Esto lleva, por su parte, a la expansión, restricción o desplazamiento de las prácticas sexuales concebidas como aceptables, más allá de aquellas que son tomadas como objeto de persecución, discriminación, de cuidados médicos castigo criminal” (2010, p. 22).

Si bien las consideraciones de Gregori fueron formuladas en torno a la escena BDSM en la ciudad de São Paulo, son proposiciones que también pueden ser articuladas a los contextos de guerra. Los *límites de la sexualidad de la guerra* podrían ser considerados como aquellos escenarios y escenas en los cuales se tensionan, transgreden y reafirman los dispositivos de género y sexuales de los grupos armados. En ese sentido, el homoerotismo se podría considerar propiamente como uno de esos límites, como una práctica que está en las fronteras de esos dispositivos, que se aventura entre los pliegues del placer y el peligro, desafiando y sometiendo a la norma. A lo largo del análisis de del capítulo se detallará cómo emerge, se despliega y se retrae el homoerotismo ante el estatuto de la guerra.

Partiendo de estas dos premisas teóricas, quisiera plantear una reflexión sobre la escritura y las políticas sexuales. Sobre la escritura de los *límites de la sexualidad* y sus vinculaciones para una *imaginación antropológica del homoerotismo*. Parece paradójico o defraudador, que mientras estamos estudiando transgresiones sexuales, escribamos de una forma cuadrada o acartonada, propia de cierta academia. Más bien, se deben apostar por escrituras que transgredan, que sean una proyección de esos mundos transgresores que estamos estudiando. Rodrigo Parrini (2022) se pregunta si es posible pensar en una antropología y un trabajo etnográfico no heterocentros y, de ser así, ¿qué escritura podríamos imaginar y practicar con una lengua que lee el mundo desde la heteronormatividad? Para el caso de este estudio, en un mundo “hiper-heteronormado” como los contextos militares y la guerra. Sobre esto, y para enfatizar en la apuesta por otro tipo de escrituras, quisiera traer una cita de Micheal Taussig:

- Para mí, la finalidad del trabajo de campo es hacer textos que, en sí mismos, como formas de escritura, combatan. No son únicamente información o datos, el mismo texto tiene que contener en sí otra visión. Otra, pongamos, cosmovisión. Y, si no tiene eso, es un fallo. Y, para mí, la antropología como sensibilidad, pongamos, cultural —por falta de otra manera de expresarme— debe acoplarse con la retórica, con la poesía y la escritura. Es otro artefacto, en el sentido antropológico. Producimos artefactos que son, en sí, líricos, o que cambian la ruta de los ojos, del escritor tanto como del lector (Entrevista a Taussig. Montesinos y González, 2018: 143)

David Halperin, subraya que lo *queer* más allá de una transgresión social o sexual, emerge a partir de una relación de oposición a la norma, se constituye como una resistencia a ella (Halperin, 2019). La escritura *queer*, si se pudiera catalogar así, o en este caso, la escritura de una investigación que involucra dicha perspectiva, podría sobreponerse a unas normas editoriales o académicas, o a unos “órdenes narrativos” del mantra transicional, y resistir a ellas. Así como los protagonistas de los relatos se oponían a ciertas normas del grupo armado y resistían a ellas por medio de sus andanzas sexuales, la escritura de esas historias puede entretejer esa tensión con la norma, con lo “normal”.

A partir de estos antecedentes, los relatos y sus posteriores análisis son, entonces, una apuesta por fomentar esa imaginación antropológica. El tipo de escritura de los relatos, su formato y su carácter colaborativo, es en sí mismo una apuesta imaginativa. El análisis de las próximas páginas, también, intenta superar una lectura estrictamente dominante y victimizante, dándole cabida a otros registros como la fantasía, el placer y el deseo. El homoerotismo hundido en los rincones de la guerra requiere de imaginaciones, sino seguirá sumido en ese arrinconamiento, en esos rumores, tal como se insinuó desde la introducción.

Circuitos homoeróticos guerrilleros: jerarquías militares, virilidad, encubrimientos y geografías sexuales de la guerra

El homoerotismo se integra de formas paradójicas en la cotidianidad e institucionalidad de los grupos armados. Mientras hay una prohibición a la homosexualidad en términos normativos, hay una laxitud frente a ciertos escenarios homoeróticos. Los controles variaron

de acuerdo a los grupos armados, el Centro Nacional de Memoria Histórica, en su informe *Aniquilar la diferencia* (2015), plantea una hipótesis: los grupos guerrilleros fueron más vigilantes de la homosexualidad dentro de sus filas y fueron más laxos en las comunidades, mientras que los grupos paramilitares ejercieron más control en la población que en sus propios miembros. Ese control más latente de los grupos guerrilleros en su interior se debe a temas de su institucionalidad: a su estructura jerárquica, la preminencia de lo colectivo y al aislamiento de sus frentes en la selva y en las montañas. Pese a esas condiciones, los encuentros eróticos y sexuales entre camaradas se agenciaron en medio de circuitos integrados por jerarquías militares, dispositivos de masculinidad, secretos, encubrimientos, y ciertas arquitecturas y geografías.

Un asunto sobresaliente en la maraña del homoerotismo entre hombres en las guerrillas es la jerarquía militar. El poder seduce y es seducido. En los relatos, las posiciones de mando de Care Barbie o del Canalla (capítulo 1) son un ejemplo de ello. La práctica homoerótica no es simplemente una transgresión, es también, en ciertas circunstancias, un privilegio de poder. En principio es un privilegio propio de la masculinidad, la sexualidad entre hombres tiene otras interpretaciones y otros controles que los dirigidos a los encuentros sexuales entre mujeres. En los contextos armados, puede figurarse como una fuga del “incontrolable” deseo sexual masculino o puede ser un mecanismo para feminizar o castigar al otro; por eso, los demás camaradas o el propio grupo armado se pueden hacer “los de la vista gorda”⁴⁷, porque es algo que se puede excusar.

El homoerotismo es un privilegio de las jerarquías en diferentes escenarios como los militares, eclesiales, laborales, deportivos, entre otros. En las jerarquías militares, los comandantes o los que ocupan lugares superiores en el mando pueden aprovechar su posición; pueden “mariquearse un poquito” o “por raticos”⁴⁸. Desde su posición pueden jugar con el homoerotismo, pueden brincararlo, voltearlo, recrearlo, pueden hacer travesuras con la transgresión. Care Barbie, el “Canalla” y el “Comandante eleno” (capítulo 4) aprovecharon su mando para coquetear, para conseguir amantes. Nadie se metía con ellos, no los confrontaban directamente, ni sus camaradas ni la comunidad. Sí podría haber rumores o chismes al respecto, pero nadie se atrevía a encararlos. El homoerotismo, en ese sentido, deja

⁴⁷ Fingir no ver algo. Hacerse el despistado.

⁴⁸ Ratico: diminutivo de rato. Rato: Poco tiempo.

de instalarse estrictamente en nociones de subordinación y a veces comparte posiciones de mando.

Los encuentros sexuales, como lo apuntan varios autores (Medina 2008; Ehrmantraut 2013), son un mecanismo para remarcar las jerarquías en las instituciones homosociales, como las militares. El que moraliza, transgrede; situación que demuestra la estrecha relación entre sexualidad, poder y órdenes militares. Esa jerarquía, entre más alta sea, más consolida su impenetrabilidad simbólica (Ehrmantraut 2013) y física. Sobre los altos mandos se habla poco, no se penetra -escudriñar- en sus vidas, mucho menos en sus asuntos sexuales, y cuando acceden a encuentros sexuales con otros hombres corroboran su mando y su impenetrabilidad. Care Barbie fue así, dirigió el encuentro con su amante.

Otro de los circuitos recreados en el homoerotismo en los grupos armados son las figuraciones de masculinidad, esos encuentros no son simplemente escenas de trasgresión o quebramientos de los mandatos militares, también son escenarios donde la virilidad militar se reafirma y se performa. En los contextos homoeróticos la virilidad es uno de los bienes más preciados o más fantasiados, es un performance que reproducen muchos hombres para conseguir parejas sexuales; este argumento ha sido ampliamente planteado en los estudios sobre homoerotismo entre hombres (Perlongher 1993; García 2004; Braz 2010; Ramírez 2014; Nuñez-Noriega 2015; Barreto 2020; Pazos y Giraldo 2020; Caraballo 2021). En la búsqueda de un encuentro sexual, muchas veces, se quiere asegurar un encuentro entre “machos”; en la guerra -de algún modo- ese requisito ya estaba garantizado, pues la teatralidad de lo viril es permanente.

Recuerdo que, en las conversaciones con los protagonistas de los relatos, todos hicieron referencia sobre su atracción de la virilidad de sus camaradas. Siempre aludieron a su gusto por ver a sus amantes con los ropajes militares, decían que los hacía ver más atractivos, además que las marcaba sus músculos y sus nalgas. Ese uniforme tosco y “macho”, de alguna forma, se “mariquiaba”, se prestaba para producir marcaciones homoeróticas. También fue reiterada la referencia a la barba, que era común en las filas guerrilleras, y a los rostros toscos como referencias eróticas. A esas alusiones algunas veces se les sumaba otros referentes guerrilleros como la boina, la pipa o el cigarrillo.

La figura de Care Barbie o del camarada de “Las duchas” se puede designar a lo que en Colombia llamamos como “cacorro”, como esos hombres socialmente reconocidos como

heterosexuales, que desde posiciones (hiper)masculinas tienen encuentros sexuales con otros hombres -supuestamente- solo desde la posición de activo y con marcadores muy acentuados sobre su virilidad, sin perder su rédito de masculinidad y heterosexualidad. Mateo Pazos-Cárdenas (2024), en su investigación sobre homoerotismo entre hombres negros del pacífico sur colombiano alude igualmente a esas características sobre los hombres “cacorros”, y agrega que debido a esas particularidades sus prácticas sexuales tienen una relación intrínseca con el secreto y, a veces, con la violencia y la homofobia; condiciones que en el marco de la guerra se acuentúan aún más.

En otros estudios sobre el conflicto armado se ha descrito esa figura del “cacorro” como “el hombre que le gusta el culo, pero sin tocar, sin besar, sin acariciar” (Thylin 2019, p. 455), o como ese hombre que pregona: “soy tan macho que penetro todo lo que se me atraviese” (Caribe Afirmativo 2019, p.120). Según los testimonios de excombatientes en otros estudios (Payne 2016; Thilyn 2019), en los grupos armados hubo muchos hombres “cacorros”, hipótesis que ha sido remarcada en los distintos informes del CNMH y Caribe Afirmativo citados reiteradamente y que se puede confirmar con las historias de algunos relatos, principalmente de las parejas de los protagonistas. Lo importante, en últimas, era que se cumpliera con la causa insurgente o contrainsurgente, esa tarea creaba marcos de tolerancia para que esos hombres no fueran estigmatizados (Dietrich 2015).

Si bien esas sentencias de “pero sin tocar, sin besar, sin acariciar” u otras locuciones para proteger la virilidad de guerrilleros o paramilitares inmersos en encuentros sexuales con otros hombres han sido detalladas en los estudios citados, y son expresiones ampliamente referenciadas en las investigaciones sobre homoerotismo masculino en general, ¿qué asigura que en el encuentro sexual fue estrictamente así? ¿Cómo corroborarlo ante el impedimento etnográfico de estar en medio de las relaciones sexuales de los sujetos? Más allá de la veracidad de esas menciones, esas frases funcionan más bien como dispositivos discursivos para proteger la figura de la masculinidad militar. Debemos intuir o por lo menos imaginar que esos encuentros sexuales son más flexibles. Las figuraciones del activo/pasivo en el homoerotismo, que sobrepasa el acto sexual y se amplía a representaciones más amplias sobre la masculinidad, se resquebrajan en el acto sexual (Núñez-Noriega 2007; França 2010; Hendriks 2018; Parrini 2018; Passamani 2018; Pazos 2023), y los escenarios militares no son la excepción. No podemos dejar que el binarismo activo/pasivo se convierta en una barrera

teórica o metodológica para reconocer la multiplicidad de experiencias en los encuentros eróticos entre hombres (Parrini, 2018), y nos limite la imaginación antropológica (Núñez-Noriega 2007).

Los escenas sexuales de los relatos y las tramas de las historias a lo largo de la tesis revelan la pluralidad y complejidad de la relación entre sexualidad y masculinidad en las filas guerrilleras. Podría parecer contradictorio o paradójico que las figuras de los hombres militares, que las representamos tan compactas o rígidas en relación con su sexualidad, están llenas de pliegues y fisuras, son más fluidas que los sistemas clasificatorios basados en la orientación sexual y las identidades de género u otros sistemas conceptuales que insisten en encasillar el deseo. Los hombres y las masculinidades militarizadas no son ajenas al deseo por otros hombres. El homoerotismo no es algo “contrario” a la masculinidad, como ampliamente se difunde; el homoerotismo hace parte integral de ella, a pesar que sea segregado a lugares liminares; es la sombra, es la parte trasera de ella (Gallego y Giraldo 2023). Sin embargo, esa presencia del homoerotismo varía de acuerdo a determinados contextos, en algunos se hace más latente que en otros. Los espacios militares, por su homosociabilidad, colectividad y cercanías corporales es un escenario donde se hace más presumible.

A partir de estas discusiones sobre las jerarquías militares y las masculinidades militarizadas y su relación con la sexualidad entre hombres, se puede revelar, entonces, que el homoerotismo no es un elemento antagónico de las instituciones militares, sino un elemento encubierto por los dispositivos sexuales propios de ellas. El homoerotismo es posible mientras no traspase unos límites y, a veces, hasta es incentivado por algunos rituales, y por la jerarquía e inteligencia militar (Belkin & Levitt 2001; Basham 2016, Atuk 2021; Croce 2021). El homoerotismo en las instituciones y contextos militares se enmaraña en situaciones de camaradería, complicidad masculina, protección, homosociabilidad, como también de placer y deseo.

Otros circuitos agenciados en los encuentros sexuales entre camaradas fueron los encubrimientos. Debido al control cotidiano y colectivo sobre la sexualidad en la guerrilla, el homoerotismo emergía en profundos circuitos de silencios, ocultamiento, postergación y secretos. En cuanto a los secretos, a la intriga de la guerra se le suma la intriga de las historias sexuales o sentimentales de sus guerreros. El homoerotismo era una reserva bien guardada,

tanto en la oficialidad del grupo, como en la individualidad de sus combatientes. No era un asunto que solamente implicaba a los involucrados de los encuentros sexuales, algunas veces también comprometía la camaradería militar; sus camaradas se volvían cómplices de esa confidencia⁴⁹. Las noticias sobre relacionamientos sexuales o afectivos, cuando eran contra las normas, no transitaban libremente como en otros contextos, pues aun estando en el susurro, tenían que atender el control del grupo armado y de la guerra. Esa noción de secreto se articula, precisamente, con los procedimientos de la guerra; en la guerra se habla de códigos, de informaciones privadas, de estrategias, de escondites, nociones que, de alguna forma, también son accionadas en los encuentros homoeróticos. El secreto de la lógica militar se sintoniza con el secreto del homoerotismo entre combatientes.

Esa complicidad entre la guerra, la sexualidad y la masculinidad implícita en el secreto, se confabula no solo para proteger a los implicados en los encuentros sexuales, sino también para consolidar el dispositivo de género y sexual del grupo armado y para configurar unas dinámicas de guerra -como se profundizará en el capítulo 4-; es decir, ese sigilo se vuelve cómplice del mandato homofóbico y de violencia de los escenarios armados. Esta condición de secreto o de reserva tiene, además, implicaciones de orden epistemológico y metodológico para este campo de estudio, pues son antecedentes transversales de esos escenarios sociales y, por tanto, tiene una repercusión directa para su acercamiento investigativo, como se planteó en la introducción de la tesis.

El encubrimiento del homoerotismo implicaba, también, la conspiración de formas de ligue que se escaparan de la vigilancia del grupo armado, de las y los camaradas y de las comunidades. Las miradas, el coqueteo y las frases sueltas en los relatos de “El duende” y “Cruising guerrillero” son ejemplo de ello. Los escenarios armados o de violencia tienen una repercusión en las dinámicas de encuentro sexual y de emparejamiento, particularmente de las poblaciones LGBTQ+. Asuntos como zonas de reunión, horas de encuentro, espacios de fiesta y esparcimiento o lugares para tener sexo se alteran, también temas como el anonimato

⁴⁹ Caicedo (2018) hizo algunas referencias al respecto en su tesis de maestría (dissertação) “Mujeres Farianas: Orden institucional y relaciones de género (1998-2016)”. Recogió el siguiente relato: “Santiago (en entrevista) recuerda que una noche, mientras pagaba guardia escuchó murmullos y ruidos en la carpa del “peruano” en la cual dormía con otro guerrillero; al acercarse con la linterna, ambos guerrilleros intentaron acomodarse para fingir que no pasaba nada. En distintas ocasiones Santiago se dio cuenta que ambos sostenían una relación pero siempre se ocultó ante el resto del campamento para evitar desdenes y señalamientos (Caicedo-Bohorquez, 2018, p. 153)”.

y la suspicacia son altamente maquinados; en medio de la estratagema de la guerra, emergen y se filtran conspiraciones sexuales. Este tema ha sido ampliamente remarcado en diferentes publicaciones del Centro Nacional de Memoria Histórica (CNHM, 2015, 2017, 2018) y en diferentes informes presentados por organizaciones sociales a la Comisión de la Verdad (Caribe Afirmativo 2020, 2021). En México, Salvador Cruz (2015) también ha señalado esta situación, evidenciando unos cambios en las dinámicas y estrategias para el ligue entre la población gay en sus estudios sobre Ciudad Juárez. Las anteriores referencias aluden principalmente a la población víctima en aquellos escenarios armados; sin embargo, a partir de los relatos y de otras historias dispersas en esos mismos informes, nos damos cuenta que los miembros de los grupos armados también tenían que poner en marcha ese juego de estrategias.

Otro registro implicado en esa maraña del secreto y el encubrimiento, es la intervención de figuras fantasmagóricas, como la del relato “El Duende”. El dispositivo sexual del grupo armado, la norma, no solo produce realidades concretas, también produce imagerías y fantasías. El duende, que servía de disculpa para que Felipe y el carguero pasaran la noche juntos en la misma carpa, era un mecanismo espectral que jugaba con el dispositivo sexual del grupo; el duende emerge en la frontera, en esos límites de la norma⁵⁰. Autoras y autores en Colombia han señalado, justamente, la intervención de la hechicería en el conflicto armado, plantean que es un escenario privilegiado para la intervención de lo brujesco (Uribe, 2003). Entre las razones para acudir a estas figuras, según Lozano (2009), se encuentran: darle un orden simbólico al contexto armado, darle sentido al sufrimiento, así como la búsqueda de protección y de éxito militar -protección que consiguieron Felipe y el carguero-. El duende apareció como figura para lidiar con la condena a la homosexualidad y, de paso, para favorecerla.

Por otra parte, la maraña de secretos y encubrimientos del homoerotismo en las filas crea una suerte de *geografías sexuales de la guerra*, una espacialidad del deseo (Perlongher 1993), en ellas convergía una contradicción fundamental: una prohibición a la

⁵⁰ Sobre este tema, Guillermo Núñez Noriega también recogió un testimonio en las filas del zapatismo en México, en su libro “Vidas Vulnerables. Hombres indígenas, diversidad sexual y VIH-Sida” (2009): “En las noches en veces hablaban de fantasmas, de que se aparecía gente, así y todos juntos y me daba miedo y a muchos daba miedo, porque eran cosas de verdad que contaban (...) el comandante yo creo que no creía, pero le gustaba estar allí y luego también contaba historias. En esas veces me gustaba sentarme enseguida de él. Se daba cuenta que tenía miedo y de adrede contaba historias (p. 256)”.

homosexualidad y el deseo entre hombres. Las contradicciones propias del dispositivo sexual del conflicto armado erigieron espacios para su transgresión, lugares como las caletas, las duchas o baños, las zonas de fumar, las fiestas, al igual que los ríos, los árboles y los caminos en medio del “monte” o de la selva. Estas geografías pueden considerarse como unas heterotopías⁵¹ (Foucault, 1999) de la guerra.

En esas *geografías homoeróticas de la guerra*, los sujetos, a la vez que conspiran e idean unos emprendimientos para sus interacciones sexuales, también crean una suerte de *mapas de segurança* (Mason 2002; Saggese 2009; Passamani 2015) para custodiar ese deseo. La noción de *mapas de segurança* -o *mapas de seguridad* en español-, es remarcada por Guilherme Passamani para aludir a “las maneras en que los sujetos controlan y administran estratégicamente sus conductas homosexuales, de acuerdo con los territorios sociales que integra y circula (Passamani, 2015, p. 112)⁵². Los protagonistas de los relatos idearon sus propias geografías para protegerse, pero también para darle rienda suelta a su sexualidad.

El espacio público y privado en un campamento y en un proyecto tan profundamente colectivo como la guerrilla, tenía sus propios matices, sus propias fronteras. Esa predominancia de lo público tenía repercusiones en la percepción del espacio en las geografías guerrilleras. El espacio público es un proyecto eminentemente heterosexualizante; no es simplemente un lugar físico, sino ideológico (Ahmed 2006); según los planteamientos José Antonio Langarita (2015) a partir de sus estudios sobre la práctica del *cruising* en España, desde el diseño arquitectónico hasta la organización de las relaciones están implícitas en ese proyecto. Los campamentos, las arquitecturas y las geografías guerrilleras se configuraba acentuadamente a partir del dispositivo de género y sexual heterosexual del grupo armado; por ello, la práctica sexual entre hombre tenía que buscar esos escondites, los “rincones” de esas geografías.

⁵¹ La heterotopia, concepto propuesto por Foucault (1999), es un tipo de espacio en el que convergen regularidades y discontinuidades, y que abre la posibilidad de emerger nuevos espacios con sus propias lógicas, un espacio otro. Según el autor, uno de los principios de esta noción son las heterotopías de contradicción o espacios contradictorios, en donde se yuxtaponen en un solo lugar físico varios espacios que son diferentes entre sí.

⁵² La noción de *mapas de segurança* usadas por el autor es retomada de Gail Mason (2002) que, a partir de su pesquisa con mujeres lesbianas en Australia en los años 1990, la define como “una matriz de atributos y relaciones en constante mutación – personalizada, aunque compartida – que los individuos emplean para circular en el espacio público y privado”.

El relato “Cruising guerrillero” nos permite discutir sobre esas geografías. El *cruising* se define, comúnmente, como una práctica sexual en lugares públicos y entre desconocidos (Langerita, 2015; Guimarães, 2017), pero en este caso no se cumplía con estas premisas, ya que fue en una zona de dominio guerrillero -el campamento- y entre camaradas. Tal vez no es el nombre más apropiado para el relato o, tal vez, fue un *cruising* propio de la guerra. César y su compañero eran camaradas, sí, pero no conocían mucho sobre la vida del otro, no se podía saber según las políticas del grupo. Y la selva, con su vastedad y frondosidad, desdibujaba la circunscripción de lo público y lo privado del campamento. Los protagonistas tenían la selva a su disposición; el río, los árboles y los caminos eran lugares apropiados para su calentura.

Un referente relevante en esas *geografías homoeróticas de la guerra* fue la fiesta, fue un escenario propicio para amparar secretos sexuales; en ella, las normas se suspenden o se relajan, hasta en los propios contextos militares. La diversión, la algarabía y el licor se confabulan para respaldar aventuras que en otras circunstancias no se podrían efectuar. En un festejo en medio de un campamento guerrillero (“El Canalla, capítulo 1) o en el bar de un pueblo azotado por la violencia (“Entre bandos contrarios”, capítulo 4) no solo se relajaba la institucionalidad del grupo, también las vigilancias de las y los camaradas, y los comportamientos de los implicados.

Sobre los escenarios festivos y el conflicto armado en Colombia, Gallego (2020) señala que los bares y las cantinas en las regiones más cruentas de conflicto se constituían como “bombas de tiempo” que en cualquier momento podían explotar, debido, principalmente, a la confluencia de diferentes actores armados en sus instalaciones. Siguiendo al autor, esas “bombas de tiempo” albergaban historias de amor, romances y vinculaciones a grupos armados, pero también espionajes, intercambios de información, desertiones y huidas (Gallego 2020). Por estas circunstancias, en esos lugares surgían ciertos pactos de silencio: “Lo que ocurría allí, se quedaba allí, nadie comentaba”. Bajo ese pacto se reservaban infidelidades, amoríos y trasgresiones a los dispositivos sexuales del grupo armado y de la comunidad.

El consumo de licor implicado en estos escenarios festivos está relacionado con los emprendimientos de transgresiones sexuales homoeróticas. Care Barbie, arriesgó las medidas de seguridad para buscar licor, tal vez no solo para amenizar la noche con El Flaco, sino para

relajar su disposición para el encuentro sexual. Varios autores (Bronfman y Minello 1995; Toro Alfonso 2002; Núñez-Noriega 2007) han señalado la incidencia del uso del licor -como de otras drogas- en la interacción homoerótica entre hombres, aludiendo que es un uso frecuente y alto, principalmente, en aquellos hombres que tienen problemas subjetivos y emocionales con este tipo de prácticas sexuales. Para soportar y tramitar su deseo, muchos hombres necesitan unos tragos, como Care Barbie que no le importó incumplir las reglas de seguridad y fue a comprar unas cervezas para tomárselas en el el encierro de una carpa, o el “comandante eleno” (capítulo 4) que debido a su borrachera no le importó coquetearle insistentemente a “La Diosa”, a pesar de la presencia de sus guardaespaldas y de los demás asistentes del bar.

Otro lugar relevante en las geografías homoeróticas guerrilleras fueron las duchas y los baños. El momento de la ducha era la oportunidad para ver los torso desnudos de sus compañeros y las pronunciaciones en sus calzoncillos; la desnudez y la humedad podría tornarse en instantes eróticos para uno que otro camarada. La vergüenza, el cuidado de las miradas -que no bajaran o se “voltearan” mucho- y las posibles tensiones sexuales generaban ansiedades individuales y colectivas en esos espacios. En los campamentos en el monte, generalmente los baños se ingenieban en la propia selva o montañas, en sus ríos y árboles como se referencia en el relato “Cruising guerrillero”. En otros campamentos o en los AETCR, como el caso del relato de “Las duchas”, podía haber baños y duchas improvisadas, que podían suscitar cierta privacidad o escondite para encuentros sexuales.

Los baños públicos han sido uno de esos lugares más remarcados en la historia de la homosexualidad masculina del siglo XX (Weinberg & Williams 1975), fueron -y aún siguen siendo- un espacio para encuentros sexuales anónimos entre hombres; y los campamentos guerrilleros no fueron ajenos a esa historia. Sheila Cavanagh (2010), en su libro *“Queering bathrooms. Gender, sexuality and hygienic imaginations”*, plantea que los baños públicos forman una parte crucial de la comprensión moderna del sexo y el género, que son lugares que albergan lo transgresor y actúan como depósitos del dispositivo sexual contemporáneo. Y una de las cualidades de los baños, a diferencia de otros lugares para encuentros homoeróticos, es que pasan inadvertidos para la mayoría de la población como lugares para este tipo de interacciones (Cruz 2019), como pasaba en las filas guerrilleras.

Para terminar, el lugar más referenciado en esas *geografías homoeróticas de la guerra* fue la caleta. La caleta o carpa, además de ser un lugar de descanso, también era un lugar de protección y de secreto, así como de fantasía y deseo, era de los pocos lugares de privacidad que tenían en medio de un contexto eminentemente colectivo y comunitario. La caleta a veces era para una persona, otras para dos o a veces para varios. Cuando era para uno, se aprovechaba para una sexualidad individual, en ella se podía fantasear más allá de los muros impuestos de la guerra; en ella, por ejemplo, Alejandro se masturbaba pensando en hombres (Relato “Las socias”, capítulo 1). Cuando era para dos, se aprovechaba para encuentros sexuales heterosexuales, regularmente con el beneplácito de los mandos. Cuando eran encuentros entre hombres, había que asegurarse de que la carpa estuviera lejos de las demás, hacerlo en silencio y que no se moviera mucho. A pesar que no se podía ver lo que estaba pasando adentro, la vigilancia de la guerra siempre acechaba.

A partir de las reflexiones presentadas en las páginas anteriores vislumbramos, entonces, que los deseos, las ansiedades y las angustias, así como la lujuria y las pasiones tejidas en la guerra y por la guerra tejen marañas en las cuales se imbrica la vida de los combatientes y la institucionalidad del grupo. El homoerotismo en contextos de guerra reproduce algunas características propias de ella: el lenguaje cifrado, el secreto, el escondite, la jerarquía militar y la violencia -sobre esta última se profundizará en el capítulo 4-. En medio de la adversidad del conflicto armado, el sexo podía convertirse en una ocasión para regocijar los embates de la guerra; pero, esa mismo acto sexual podría ser una condena o una cruz que se cargaba a costas permanentemente en sus vidas. La contradicción entre la vida y la muerte del homoerotismo en la guerra es uno de los escenarios complejos en los cuales se puede seguir descifrando algunos rincones de los escenarios armados.

A partir de todo este análisis de los encuentros homoeróticos entre guerrilleros, quisiera plantear una consideración final: la focalización de los temas de sexualidad de los contextos bélicos en la victimización. Esta focalización se convierte en otro mecanismo que limita la *imaginación antropológica sobre el homoerotismo* y sobre la sexualidad, en general, de los contextos de guerra. Incluso, es un mecanismo que produce unos *rincones -unas políticas de arrinconamiento-* sobre ciertas realidades, prácticas y figuraciones relacionadas con el género y la sexualidad enmarañadas en los conflictos.

Cuando se habla sobre sexualidad en el marco de la guerra, en su mayoría, se alude a temas de victimización, ignorando otros sentidos en los cuales también se imbrica la sexualidad en los escenarios armados, como los presentados en este capítulo. Generalmente, nos acercamos a ella desde ese ángulo, desde el poder, la dominación, la victimización y la restricción; y dejamos de lado otras perspectivas como el deseo, el placer, las emociones o las relaciones sentimentales que siguen -por supuesto- estando minadas por los dispositivos de poder de la guerra, pero que, en últimas, presentan otros derroteros, panoramas y posibilidades de vida en medio de las armas.

Para mi interés investigativo, una perspectiva abstraída en la victimización obstruye el acercamiento a las y los excombatientes, pues su posición de “victimarios” los excluye, supuestamente, de cualquier indicio de infracción al dispositivo heterosexual. Se debe remarcar, entonces, que la homosexualidad y el homoerostismo también se infiltra en las filas armadas, que los grupos armados -muchas veces haciéndose los de la vista gorda- se sirven de ellos para la administración de la guerra; que los combatientes, incluso, gestionan la guerra desde su sexualidad. Además, esa misma mirada victimizante pareciera que cegara la victimización que enfrentó la propia población (ex)combatiente por asuntos sexuales o de género en los grupos armados o en los procesos de reincorporación (estos dos últimos puntos se abordarán en el capítulo 4). Por otra parte, ese encuadramiento obstruye, también, otros derroteros de la sexualidad implicada en los escenarios armados, asuntos como las fantasías⁵³ sexuales, el erotismo, los fetiches, el coqueteo, la arrechera⁵⁴; en fin, toda una serie de elementos que también hacen parte de la cotidianidad del conflicto armado.

Las historias sexuales en medio de la guerra, como los relatos del presente capítulo, pueden parecer asuntos sin importancia para un enfoque concentrado en la victimización - como también para ciertos sectores políticos o académicos-. Este enfoque, en algunas

⁵³ Las fantasías tienen una importancia para la investigación antropológica, Maria Filomena Gregoria plantea: “as fantasias são relevantes para a reflexão antropológica e não só para as ciências do espírito ou da mente porque elas expõem a contingência das normas de sexualidade e gênero. Esse esforço é relevante para pensar, de um lado, sobre a realidade ou, e outros termos, para indagar sobre as normas que são definidas socialmente como constitutivas do real” (Gregori, 2008, p. 588).

⁵⁴ *Arrechera*, ser/estar *arrecho* es una denominación colombiana para referirse a la actitud para animar y desplegar un encuentro erótico. En un artículo con Mateo Pazos, planteábamos que: “Ser arrecho está relacionado con la categoría *putaria* que trabaja Barreto (2020) en su análisis sobre las orgías en Río de Janeiro, como un elemento articulador de estas que también va más allá de tener un cuerpo “adecuado” o “bonito” y que implica que usted debe ser *puto* para tener éxito en estos espacios de intercambio sexual” (Pazos y Giraldo 2020: 178).

instancias, está atento principalmente de los acontecimientos impactantes, cayendo a veces a una cierta “pornografía del horror” o “pornografía de la violencia” (Theidon 2006; Castillejo 2009; Osorio 2013). Las gramáticas sobre el conflicto armado, si bien deben resaltar la violencia y sus efectos, no pueden caer a una espectacularización de la guerra y hacer unos usos políticos de ella. Las gramáticas de la guerra también pueden componer e imaginar otros formatos donde las tramas de la vida sobrepasen las tramas de la muerte.

La crítica sobre un enfoque victimizante no aboga por un planteamiento estrictamente no-victimizante de la sexualidad, en una suerte de binarismo -que sería, por cierto, una apuesta simplista-, más bien quiere advertir que es un enfoque que obstruye la comprensión sobre los complejos enmarañamientos de la sexualidad en los escenarios armados. No es simplemente una bisagra entre enfoque victimizante/enfoque no-victimizante u otras dicotomías como: víctima/victimario, prohibido/permitido, guerra/paz o bueno/malo; son asuntos más enmarañados. El homoerotismo en los contextos armados a veces es una fuga del control de la táctica militar y otras veces es una maniobra propia de ella; esa ambivalencia de la guerra es justamente una de tantas paradojas poco inspeccionadas del conflicto armado en Colombia.

Capítulo 3

Amores revolucionarios. Enamoramientos y relaciones sentimentales entre camaradas

Y te prometo no reírme más de tus boleros.
La letra ésa que me dijiste... es muy linda.
A mí me gusta cuando dice "... Y pienso si tu también estarás recordando,
cariño... los sueños tristes de este amor extraño...", ¿verdad que es divino?
-Manuel Puig. El beso de la mujer araña.

Claro que no, príncipe extraño y desconocido. ¿Por qué desconocido?
Porque no sé nada de ti, solo sé que te llamas Carlos y hoy estás de cumpleaños.
¿y qué quieres saber? No todo, porque sé que no puedes contar todo.
Pero al menos regálame un secreto. Algo que nunca le hayas contado a nadie,
replicó la Loca del Frente zambulléndose en el vaso.
-Pedro Lemebel. Tengo miedo torero.

La miré, y ella me dijo sonriendo: "Ahí le traje esa florecita". Esa flor la guardé
siempre junto a mí, seca y apretada en unas hojas de cuaderno, envuelta en una
bayetilla roja y perdida hoy en algún filo de la cordillera Oriental, enterrada con
mi equipo.
-Manuel Bolívar. "Todo es Agua".
**Agua Corriente. Relatos de no ficción de excombatientes para la
reconciliación**

Recuerdo una escena cuando visité a Mario en su pueblo, el protagonista del primer relato de este capítulo. Nos encontramos en la plaza principal y nos fuimos para una panadería cercana que sirvió para romper el hielo del primer encuentro físico. Luego, buscamos un lugar para leer el borrador de ese relato, historia que ya me había contado en encuentros digitales previos, y decidimos hacerlo en una mesa abandonada en medio de un parque. Mientras yo leía el relato veía muchas reacciones en su rostro. Al comienzo me preocupé, pero no quise confrontarlo. Cuando terminé de leer, en medio de mucha zozobra y unos segundos de silencio, Mario me confesó que le había encantado el escrito, que había sentido muchas emociones, nostalgias y hasta erotismo al escucharlo.

Pasada la impresión, Mario sacó una libreta de su bolso y buscó entre sus páginas hasta que encontró lo que me quería mostrar: un dibujo. Era la figura de un hombre mirando hacia el horizonte y su amante recostado en su hombro. Me confesó que era un dibujo que había hecho unos días después de llegar de la Escuela, que lo había pintado para retener el

recuerdo del guerrillero, del cual ni siquiera recordaba su nombre. El dibujo estaba acompañado de una frase, una consigna tan personal que ni siquiera le solicité a Mario si la podía copiar, solo la escuché. La frase aludía a los sentimientos por la lucha social y cómo en medio de los caminos de esa batalla se encuentran personas que le ratifican esa convicción. La primera versión de ese dibujo la modificó, pues creía que era una silueta muy evidente, las facciones del rostro podrían estar muy definidas y le rondaba el miedo que si alguien del grupo lo veía podría descifrar quiénes eran, en especial, qué camarada de la montaña era. Para encubrir a su amante, Mario trazó hojarascas alrededor de las siluetas, le dio más sombras al boceto y borró algunas facciones que eran las más características de su compañero, rebajó las cejas, cambió su nariz y le puso barba, un rasgo que muchos guerrilleros tenían.

La historia de ese dibujo me impresionó profundamente pues condensa los embates que tuvieron que sobrepasar los sentimientos entre dos hombres en un grupo guerrillero. En la versión de Mario, esos sentimientos se retrataron en unos dibujos ensombrecidos y unas frases perdidas en una libreta para poder sobrevivir a la vigilancia de la guerra. Era una historia que estaba consignada allí. No se la contó a nadie por mucho tiempo y ahora, en otro periodo político del país, se la ha contado a dos o tres personas. Tampoco era una historia que estuviera consignada en una correspondencia de cartas, correos electrónicos o mensajes de celular, pues nunca volvió a tener contacto ni a tener ninguna noticia del guerrillero. Así como el coronel, el personaje principal del libro de Gabriel García Márquez que leían en el búnker, estuvo a la espera por muchos años de recibir alguna epístola sobre la notificación de su pensión como veterano de guerra, Mario y, tal vez el Guerrillero, también quedaron a la espera de alguna misiva, de saber algo sobre el otro.

Esta historia del dibujo me permite reflexionar sobre las emociones, tanto mías como investigador como de los participantes, implicadas en los relatos presentados a lo largo de la tesis, de los relatos tanto como productos escritos como sobre su proceso de escritura. El relato, como producto, se constituye en una herramienta discursiva y también reflexiva que implica un proceso de interpelaciones emocionales. Al no ser simplemente una transcripción, hay otro tipo de inmersiones en el testimonio, se sumerge en él para encontrar otros sentidos a lo acontecido, otros horizontes al horror del conflicto armado. Al partir de un testimonio inicial, pero luego releerlo, deformarlo, instigarlo y transformarlo; el ejercicio reflexivo es

más profundo. Se teje una relación distinta con lo escrito, en esas letras no están depositadas simplemente unas experiencias, sino una apuesta para resignificarlas y revalorarlas.

Por su parte, el relato como proceso, como “escritura colaborativa”, conlleva confluencias emocionales del investigador y de los participantes, tanto por separado como de la compenetración entre ellos. Generalmente, las víctimas o los excombatientes brindan su testimonio y no vuelven a tener una relación con él. Lo narrado, tal vez, desencadena una conmoción por un tiempo, pero no se vuelve a enfrentar con eso que se dijo. Con la escritura colaborativa, el excombatiente volvió a tener una relación con su testimonio, lo escuchó y lo re-escribió.

Recuerdo las reacciones de todos ellos, no solo de Mario, cuando escucharon los borradores de los relatos: sus cuerpos se crisparon, sus rostros se pusieron rojos o hicieron gestos de extrañeza, a veces se sonrieron y otras veces sus miradas se perdieron en la mera escucha; me dijeron que sintieron aflicción, emoción y hasta algunas veces se erotizaron. Uno de ellos me confesó que tiene los relatos, los primeros borradores, en su mesa de noche, los guarda en un lugar íntimo y especial, que los lee de vez en cuando y que algunas veces quisiera que aconteciera de nuevo alguna de esas historias. Una vez me reveló que los estaba leyendo en el bus hacía su trabajo y que se bajó en un parque para buscar sexo. Otro participante me dijo: “Mi vida es un libro abierto y con usted estoy pasando las páginas”. Pilar Riaño, justamente, plantea que la recuperación de la memoria, como proceso social, no solo puede abrir las puertas a un proceso creativo, sino una apertura a enfrentar y reconocer sentimientos y emociones (Riaño, 2000), tal como se evidencia en las referencias anteriores.

Esos sentimientos y reacciones, además de revelar el carácter emocional de la investigación, también fueron decisivas para el proceso de escritura, pues a partir de esas reacciones se emprendió la re-escritura de los relatos: se rememoraron otras cosas, se recordaron detalles, se perfilaron tramas y hasta se incorporaron otros formatos. Al conocer otros momentos reflexivos de los participantes con su testimonio, no solo con lo dicho, sino también con lo escuchado y lo escrito, se pueden entrever otras implicaciones emocionales y otros procesos personales de los participantes. Si bien nunca podremos saber o acompañar la totalidad del proceso reflexivo y emocional de los sujetos, estas formas colaborativas permiten otros relacionamientos emocionales entre investigador y participantes, tal vez, menos extractivistas.

Por mi parte, la implicación de escribir los relatos significó dilemas emocionales y éticos inéditos como investigador. Estaba acostumbrado a otra versión del proceso, a la versión mecanizada del testimonio, de transcribir, copiar y analizar. El hecho de simplemente reproducir el testimonio también genera una cierta automatización escritural en la cual la relación emocional con lo narrado a veces también se torna mecánica, la interpelación es distinta. Para el caso de esta investigación, la relación cambia. El ejercicio de prestar más atención a sus historias al no ser grabadas, tomar unos apuntes, componer una trama, así como ver y escuchar sus reacciones, y aperturar mi escritura -ese ejercicio que se arroga como solitario y egoísta- a sus comentarios y aportes, suscitó otros vínculos afectivos y éticos con lo escrito y con los participantes. A la hora de escribir, estaba -literalmente- en mis manos la oportunidad y la responsabilidad de narrar esas historias no contadas de la guerra.

En este punto recuerdo una reflexión de Franklin Gil, en el prólogo del libro *Locas de pueblo* de Guillermo Correa, aún más en este capítulo donde narró historias de amor:

“El autor se identifica en la escritura con las personas con las que trabajó, al apostarle a una escritura mestiza donde entreteje literatura, teoría, política y mucho amor; muchos afectos pueden ser conectados en cada una de las historias construidas de estos personajes olvidados, marginales y aparentemente silenciosos, mimetizados, escondidos” (Gil 2022, p. 13).

En los momentos de componer los relatos: de rayar, borrar e de idear una trama, recuerdo momentos de escozor con los sucesos de violencia. También hubo momentos de empatía, al fin y al cabo, no eran historias de “unos otros” totalmente ajenos, ya que compartíamos algunas experiencias de homofobia. Igualmente, hubo sonrojo y risas con los rumbos de las historias, así como en otros momentos sentí erotismo al ahondar y escribir algunos acontecimientos. También recuerdo que se me ha quebrado la voz y he sentido ansiedad en mi cuerpo en momentos en que he leído los relatos en público. Al respecto, Veena Das (1997) justamente ha planteado el relato etnográfico como un cuerpo de escritura, como un artefacto por medio del cual nos involucramos y también prestamos nuestros cuerpos al dolor y sufrimiento de los otros. El trámite de esos horrores de la guerra, tan necesarios para los(as) investigadores(as) y demás personal que trabaja con ella, siento que lo solventé, también, por medio de la escritura de estos relatos.

Las emociones, entonces, fueron fundamentales para el trámite de la investigación, las de ellos y las mías; fueron fundamentales para la escritura, para romper con ciertos rumores y silencios sobre el homoerotismo en las filas. A través de la empatía emocional que construí con ellos, logré acercarme no solo a sus historias sexuales, sino a sus historias afectivas con otros hombres. El objetivo del presente capítulo es, precisamente, analizar esas relaciones de enamoramiento y emparejamiento entre hombres guerrilleros. Para ello, luego de esta reflexión introductoria, se presentan tres relatos; y posteriormente se realiza un análisis sobre la intimidad entre hombres guerrilleros, profundizando en los controles institucionales, los rituales y la comunicación amorosa en el grupo, así como en la predominancia de los sentimientos por lucha revolucionaria sobre otros apegos.

*La escuela*⁵⁵

“Llegaron los urbanos”, se escuchaba entre cuchicheos.

Ese día comenzaba una escuela política en medio de las llanuras del suroriente del país. Era el inicio de varias semanas en las que se juntaban guerrilleros, milicianos y clandestinos. Había cierta apatía por los urbanos, se notaba que recibían mejores tratos que los propios guerrilleros, además su visita interrumpía la cotidianidad del campamento, alterando las responsabilidades militares, la comida y el reparto de caletas para dormir.

Cuando los “urbanos” llegaban a un campamento, había una división para compartir la caleta: de a dos personas y urbanos y guerrilleros separados. Este reparto era principalmente por seguridad, en la intimidad de la caleta se podrían contar informaciones que no podían difundirse de un grupo a otro. También se pretendía evitar relaciones sexuales u amorosas, los “urbanos” se marcharían del campamento y el enamoramiento era una de las principales causas de deserción, de traslados o de incumplimiento del reglamento guerrillero.

A Mario le asignaron compartir la caleta con un “guerrillero”, cuando la suma era impar se podían hacer excepciones. Contó con suerte, le asignaron el camarada al que le había “echado el ojo” desde que llegó al campamento, iba a tener su cuerpo muy cerca y por muchas horas a su lado.

La primera noche el ambiente se sentía tenso, encerrados en la carpa no sabían qué hacer ni de qué hablar. Ante esa incertidumbre, El Guerrillero invitó a Mario a fumarse un cigarrillo. Se fueron para una alejada de las demás caletas. El ambiente seguía raro, lleno de timidez y de risas estúpidas, no sabían qué hacer, de qué hablar. El Guerrillero alzó un tronco

⁵⁵ Este relato lo construí con Mario.

tirado en el piso para sentarse y al levantarse sus caras se chocaron, la mirada tan cercana y el roce de la piel sirvió para romper el hielo. La conversación tomó otro rumbo.

¿Por qué está acá? ¿Cuándo ingresó? Fueron las preguntas iniciales. Al sentir empatía, los temas se fueron tornando más íntimos. El Guerrillero le expresa a Mario que era “care niño”, para referirse a sus facciones delicadas y a su apariencia joven, casi infantil. Entrado en esa confianza, también le preguntó si tenía esposa. A esa pregunta osada, pero en la que Mario intuía cierta pretensión, respondió: “no me interesa tener esposa”.

“Estamos como en las mismas”, replicó el Guerrillero.

El Guerrillero le contó que siempre lo habían querido “asociar”, en la jerga guerrillera, con una camarada, pero que no le interesaba.

Mario se relajó y le confesó a su compañero que era bisexual. Una confidencia que intrigó mucho al Guerrillero que con una profunda curiosidad le interpeló:

“¿Qué se siente al besar un hombre? ¿Al sentir su olor? ¿Qué se siente al estar desnudos?

A lo largo de la preguntadera, el Guerrillero no hablaba nada sobre él. Se veía nervioso, incómodo, como si quisiera expresar algo y no fuera capaz. “Estoy corto”, decía reconociendo que no sabía hablar. Después de varios minutos de titubeos, el Guerrillero se desata:

“Quisiera tener un socio”, confesó.

Con ese veredicto, que confirmaba las sospechas de Mario, el encuentro se fue tornando cada vez más entrañable. Habían revelado informaciones que no compartían fácilmente, Mario lo hacía en sus círculos más cercanos de amistad y el Guerrillero no se lo había contado a nadie.

Con la certeza de que hablaban entre semejantes, decidieron darle otro paso a la noche. Todavía había varias personas rondando. Para no toparse con ellos decidieron ir al búnker a leer un rato. El Guerrillero tenía bajo su cuidado unos libros, varios de ellos usados para la formación política guerrillera. Mario identificó varios títulos: “El coronel no tiene quién le escriba”, “Juan Salvador Gaviota” y “El principito”. Con sus risitas y sus coqueteos propusieron que cada uno escogiera un libro, para ver si coincidían. El Guerrillero escogió el de Gabriel García Márquez. Mario no era muy amante a “Gabo”, pero la situación lo ameritaba, decidieron leer ese libro.

Mario percibió un rostro de pena en su compañero, se imaginó que tal vez no sabía leer. El Guerrillero, enfrentando su vergüenza, le confesó que sí sabía leer, pero que no muy bien, que prefería que le leyera. Con las primeras páginas, el Guerrillero le confiesa que le gustaba como leía, que le endulzaba el oído.

“Me hace brincar el tímpano”, le dijo. Un piropo poco convencional, pero acorde a la velada literaria.

Continuaron hablando sobre sus vidas y descubrieron que tenían algo común: habían crecido en el campo en medio de una vida campesina, un lazo que los unió un poco más. Durante la noche hubo muchas preguntas del Guerrillero, su curiosidad sobre el sexo entre hombres implicaba cuestionamientos ingenuos y otros que suponían un doble sentido, intentando conquistar a su acompañante. Después de la tertulia, volvieron a la caleta. Ya era tarde y el Guerrillero tenía guardia a la madrugada.

Al llegar a la carpa se acostaron y no se insinuó ningún acercamiento, estaban cansados. A la madrugada, el Guerrillero se despertó puntualmente y se levantó a hacer su guardia. Mario entredormido, vio que el Guerrillero se quitó su camiseta y alcanzó a ver su torso desnudo y brillante, con unos músculos marcados, tal

como se imaginaba. El bochorno de la región hacía que se sudara hasta en esas horas. El Guerrillero se dio cuenta de las miradas, se sonrojó y lo invitó hacer guardia, pero Mario no aceptó, debían ser cautelosos.

Al día siguiente, no se cruzaron en la mañana ni en la tarde. A Mario le dio rabia, le parecía miserable que después de compartir tanto tiempo y asuntos personales, el Guerrillero no se apareciera ni siquiera para saludarlo. Aunque para Mario era comprensible, entendía que sería muy difícil para su compañero afrontar por primera vez un acercamiento con otro hombre, y más en medio de sus camaradas y sus superiores. En la noche apareció el Guerrillero, al fin y al cabo, tenían que seguir compartiendo caleta.

“Menos mal no fue hacer guardia conmigo, me distraía” introdujo el Guerrillero.

Con esa frase rompió el enojo de Mario. Esa noche el Guerrillero no tenía guardia. Cuando se acostaron no rompieron el distanciamiento que les imponía la atracción y el miedo. A la media noche, el Guerrillero le puso un brazo encima. Mario pensó que lo había echo dormido, pero luego lo haló y lo abrazó. Al acercarse, se rozaron sus narices y se dieron un beso, tan solo juntaron labios. Ese beso despertó el miedo, les daba pavor que los pillaran.

Para calmar un poco la ansiedad, el Guerrillero lo tranquilizó diciéndole que la caleta era la más lejana de todas, que no los iban a escuchar.

“¿Qué ruido se hace con un beso?”

La actitud serena del Guerrillero calmó a Mario y durmieron arrunchados⁵⁶. Para Mario fue bonito ver la salida del sol al abrigo de su compañero. Aunque para el Guerrillero no fue lo mismo,

⁵⁶ Acostarse y abrazarse en pareja.

cuando despertó y se vio entrelazado con su camarada, saltó y se levantó asustado.

Esa misma mañana mandaron al Guerrillero hacer labores a otros campamentos por varios días. A pesar que Mario estaba concentrado en la escuela, a ratos pensaba en su compañero. A los tres días, tal como se había estipulado por el comando del campamento, volvió el Guerrillero. Al encontrarse, sus ojos denotaron alegría, ambos habían extrañado las conversaciones y el calor de sus cuerpos.

En la noche, como se había hecho costumbre, estuvieron tertuliano, fumando cigarrillo y leyendo el libro que habían escogido desde el primer encuentro. El Guerrillero llegó con muchas preguntas y con algunas confesiones. Le confesó que nunca había echo algo con un hombre porque estaba en la guerrilla desde los 15 años, que por eso no sabía casi nada. Le preguntó sobre sexo oral y “qué se sentía al estar dos penes cerca”. Para preguntar sobre la penetración, dijo que “qué se sentía al poner el pene atrás”. La conversación estuvo marcada por la vergüenza y la voz entrecortada. El Guerrillero nunca había preguntado sobre estas cosas, solo se asomaban en su imaginación. La serie de cuestionamientos terminó con un veredicto: “tocará ver qué se siente”.

La frase fue un vaticinio. Esa noche se sentía otra disposición por parte del Guerrillero, su mirada y su cuerpo lo demostraban. Se fueron para la caleta, para ese lugar que se había convertido en la guarida de su secreto. El Guerrillero al acomodarse para dormir, desnudó sus nalgas, quería probar “qué se sentía”. El temor que fueran pillados no dejó que fluyera bien el encuentro, pero las ganas y la pasión fueron suficientes para combatirlo. Tuvieron sexo en mucho silencio y con la precaución de que no se viera nada.

Al amanecer, el Guerrillero se levantó con una actitud de “pasar la página”. La pasión había quedado atrás, era un nuevo día y no se podía dejar rastro de lo que pasó, ni siquiera en sus miradas, en sus gestos o en la complicidad corporal que asoma entre dos amantes.

Al finalizar el día, Mario no aguantó y lo incriminó: “¿ni un saludo o es que quedó asustado?” La respuesta del Guerrillero no fue la esperada, no se relacionaba con la actitud de menosprecio que Mario estaba imaginando, le confesó que le había gustado mucho y que no quería enredarse.

“Usted se va para la ciudad” le recordó con un tono de tristeza.

Ante esa querella, Mario le propuso que pidieran un cambio de caleta ante los superiores. Por varias horas el Guerrillero se veía desesperado, iba de un lado a otro, sus ojos se notaban inquietos. En una de las jornadas pedagógicas, en medio de los camaradas, se las ingenió y le hizo señas a Mario para que no solicitara el cambio.

La escuela supuestamente duraba dos semanas, pero se alargó, duró veintitrés días. Siguieron compartiendo las noches, el búnker, el tinto, la lectura y, por supuesto, la caleta. No todos los días tenían sexo, pero la seguridad y la ilusión de que al acabar el día iban a estar juntos, hizo que fueran unos días especiales. Por momentos, tanto Mario como el Guerrillero se tornaban pensativos, de que fuera “rico que siguiera pasando”.

La escuela terminó, Mario dejó el campamento y volvió a sus labores en la ciudad.

Rojo amanecer⁵⁷

En la primera reunión de su nueva célula, Javier se encontró a Pablo, un camarada que había visto en varios eventos políticos en la ciudad. En las milicias y en la guerrilla en general, los miembros muchas veces no sabían quiénes eran sus camaradas ni a qué estructura pertenecían. A Javier no le parecía feo, aunque no le gustaba porque era ese tipo de personas que no le interesaba caer bien con las demás personas. En las primeras reuniones, siguió viendo a Pablo como una camarada cualquiera.

A los dos meses, al tener más confianza con su nuevo equipo, Javier les propuso para uno los puntos de la reunión la situación de las mujeres y las diversidades sexuales en la guerrilla. Al salir al descanso, Pablo se le acercó y le confesó que ese tema le parecía importante y le susurró: “yo soy uno de los interesados”. A Javier le pareció, por el tono y los gestos con que había dicho la frase, que había sido un coqueteo. En las decisiones finales, el líder de la célula le da la instrucción a Pablo de trabajar al mando de Javier.

Al salir de la reunión, que se hacía en la oficina de un sindicato, Javier invitó a su nuevo subalterno: ¿Polita⁵⁸ o miedo?”.

“¿Colita?” Le preguntó Pablo.

“Primero polita, luego colita”. Le respondió con risas Javier.

Se fueron para un bar cercano. Llevaban dos cervezas cuando vieron entrar a sus camaradas, el líder con su novia. Todos se sentaron juntos. A la tercera pola Javier se fue para el baño y se quedó en el orinal. A los pocos segundos llegó Pablo, se metió al inodoro y dejó la puerta entreabierta para inquietar a su

⁵⁷ Este relato lo escribí con Javier.

⁵⁸ Cerveza. “Polita” es un diminutivo de “Pola”, palabra para referirse a la cerveza en algunas regiones de Colombia.

acompañante. Javier se estaba lavando las manos y Pablo le haló la camisa y lo besó.

“no me gusta que me besen así de la nada”, Javier le alegó, “mucho menos si trabajamos juntos”.

En la tertulia con sus camaradas, el líder volvió a hablar del tema de la diversidad sexual y Pablo, con sus ojos desesperados y patadas debajo de la mesa, le hizo entender a Javier que nadie sabía sobre sus gustos.

El beso del baño no se repitió hasta varias semanas después que tuvieron un evento comunitario. Javier vivía en un pueblo cercano a la ciudad y no podía quedarse hasta muy tarde porque se quedaba sin transporte. Cuando se pasaba de las 9:00 o 10:00 de la noche, tenía que buscar quién lo hospedara. Esa noche, la programación del evento se retrasó y Pablo, al notar su preocupación, le ofreció que podía dormir en su casa.

En el bus hacia su apartamento, Pablo le hizo varias advertencias: que sus padres no sabían de su cuento, que si estaban despiertos dijeran que era un amigo de la universidad y que no podía quedarse en su cuarto, sino en el sofá. Al llegar, los papás ya estaban dormidos. Pablo lo invitó a dormir con él, en la misma cama. A pesar del frío, se desnudaron y quedaron solo con la ropa interior de pijama.

Javier se acostó a la izquierda, “siempre conservo la izquierda” decía. Los dos se movían y se volteaban para acomodarse lo mejor posible para conciliar el sueño. En esos movimientos, sintieron que los dos “la tenían parada”. Pablo se atrevió a tocarlo y le puso la mano en su estómago, tanteando la erección de su compañero. Con un susurro nervioso le advierte: “nadie se puede enterar”. Javier, con ironía le reclamó que todo el mundo sabía, que él era el único que creía que no. Pablo se enfureció con esa respuesta, pero aprovechó para declarar:

“cuando me emputo soy como el toro y el toro emputado cornea, pero yo quiero ser más como el torero de ese toro”. Javier no pudo ocultar con su rostro que la tauromaquia lo sacaba de quicio, pero antes de que emitiera cualquier juicio, Pablo se adelantó y le propuso: “Olvidémonos de los toreros y dejemos tanto cuento, métamelo y ya”.

A las 4:30 de la mañana sonó el reloj despertador del papá y Javier seguía en la habitación, al sentir que nadie se paraba se fue para el sofá. Javier se hizo el dormido hasta que los padres salieron para el trabajo. Al quedar solos, Javier se levantó y pidió una toalla para bañarse. Pablo se le metió en la ducha.

“Yo no repito”, le dijo Javier.

“Hagamos un acuerdo: comámonos y ya”, le propuso Pablo y se agachó a su verga para convencerlo.

Perdieron la noción del tiempo, habían entrado al baño como a las 8:00 de la mañana y ya era cerca del medio día. Al salir de la casa, se dieron un beso y se pidieron los números celulares. En su vida miliciana no se intercambiaban número y otras informaciones.

En la noche Pablo llamó: “no sé si es que me gustó su verga, su leche o como me dio, pero quería escucharlo”. Javier terminó la llamada diciéndole: “Hagámosle a ver qué” y así pactaron el acuerdo de solo comerse.

Las primeras semanas del pacto se encontraban en las reuniones de la célula. Las llamadas eran generalmente para asuntos políticos, sin tutear, ni ninguna muestra de cariño. Pablo era una persona muy tosca. Para tener sexo buscaban lugares públicos. Un día lo hicieron en el baño de la oficina donde se reunía la célula, que quedaba un piso abajo. Para no causar ninguna sospecha, retornaron a la reunión separados y con largos minutos de diferencia.

Al terminar la reunión, Javier se fue a tomar unas cervezas con una camarada y le contó sobre la relación que estaba teniendo con Pablo. Tenía confianza en ella porque se conocían hace varios años y se habían contado sobre sus rollos sexuales, ella también se había acostado con otras mujeres. Javier recibe una llamada: “Se ve lindo”, le dijo Pablo.

“¿Dónde está y voy le doy un beso?” le contestó Javier.

Pablo estaba en el mismo bar. Al llegar a la mesa, Pablo lo abrazó y le presentó a su mejor amigo. “Este man solo me habla de usted”, dijo el recién conocido.

Se regresaron para la mesa, su camarada confidente le insiste que Pablo no era tan machito, que se le notaba que estaba tragado, que era evidente su nerviosismo cuando él se le acercaba. Con ese empuje, Javier decide devolverse y al ver que Pablo estaba solo, le dio un beso y remató con una frase: “Dejemos la güevonada, hagámosle”.

“¿Me está pidiendo el cuadre⁵⁹?”, le preguntó Pablo.

“A ver qué surge”, le insistió Javier. Y así cerraron un nuevo acuerdo.

Un fin de semana, aprovechando que sus padres estaban fuera de la ciudad, Pablo convidó a Javier al apartamento. Pablo preparó la mesa con una vela en el centro y dos platos bien servidos. Antes de empezar a comer y con las manos temblorosas, Pablo sacó una carta: “Tanto tiempo viéndote y ahogándome con el gusto, ahora te veo y me ahogo con tu verga y ya estamos juntos”. Javier se sorprendió y lo besó. Se notaba un ambiente diferente, la morbosidad y la inocencia estaba pasando a otra etapa. A Pablo se le alcanzaron aguar los ojos.

⁵⁹ “Cuadre”: ser novios.

“Eres lo más contrario a los manes con los que he salido. En su proceso de salir del capullo, usted no es una mariposa, sino una polilla”, le dijo Javier.

“Por feo”, le cuestiona Pablo.

“No, por sigiloso. Se guardan bien”.

“Marica esto va ser bien bonito”, susurró Pablo.

“Hagamos que sea bonito”.

Desde ese día las llamadas cambiaron, se hablaban todos los días, sin la excusa de que era para trabajos políticos. Se encontraban antes o después de las clases y así transcurrieron varias semanas, sin nadie saber sobre su noviazgo.

En una reunión habitual de la célula, Pablo solicitó hablar sobre un tema al final de la agenda. Nadie sabía de qué quería hablar, ni siquiera Javier. Luego de los informes y de programar las tareas políticas, llegó el momento de darle la palabra a Pablo que sin titubear declaró: “Javier y yo estamos juntos, llevábamos cuatro meses”. Todo el grupo quedó sorprendido, sobretodo Javier. Para alivianar la situación, la camarada, la que había seguido la historia de los dos, exclamó: “¡Qué lindo, parche familiar!”.

Después de confesarlo a la célula, la relación comenzó a cambiar. La rutina se tornó aburrida, el tiempo que compartían ya no tenían la magia de los primeros meses. Javier empezó a reconocer varios comportamientos que le disgustaban: En la calle no se tocaban ni un dedo, en la casa de Pablo tenían que estar muy cautelosos, se preguntaban si los guardias del conjunto sospechaban y le contaran a sus padres. “Donde mi papá me pille me da en la jeta⁶⁰, nos da en la jeta”, decía Pablo. Javier ya no quería seguir bajo la etiqueta de ser “el amigo de la universidad”.

⁶⁰ Jeta: boca.

La pasión también había rebajado. Pablo le propuso que buscaran otros lugares para estar juntos y para tener sexo, que no fuera su casa. Iban a bibliotecas, a los baños de los bares y cuando había dinero, iban a moteles. En el trabajo político también empezaron a tener tensiones. Pablo no le entregaba informes de sus labores, parecía que su tarea en la militancia estaba quieta. Empezaron a distanciarse, solo se veían en las reuniones políticas y para acostarse.

En el calendario de la célula se acercaba una escuela política, un evento que se realizaba en un campamento guerrillero. La orden era que Pablo iría y Javier no. Javier empezó hacerse películas en la cabeza y pensó que esa decisión se debía al líder de la célula, que era por el hecho de que eran pareja. En la reunión de esa semana, le preguntó al camarada en mando y él le confesó que esa orden se debía a un correo que había enviado Pablo, declarando que Javier no debía ir a la escuela porque no hacía trabajo político en las universidades. Indignado con esa información, Javier fue inmediatamente a interpelar a Pablo, quien le justificó que no quería que se llenara de más cosas, que lo notaba muy estresado y ocupado.

Justo cuando estaba en esa discusión, Javier recibió una llamada de su amiga confidente. “Si está con Pablo, no diga que nada, no diga que soy yo. Dígame sus coordenadas: “¿Más allá sur?” “No, más allá norte”, respondió Javier. Su amiga tenía más información relacionada con el correo. Según ella, Pablo no quería que él fuera al campamento porque iba otro camarada, un man con el que antes había tenido algo.

Las tres semanas de la escuela Javier no tuvo ninguna comunicación con Pablo, no se podía. Su camarada confidente le trajo noticias: Que Pablo había pasado una noche con ese man y que otro camarada los había visto besándose.

Javier confrontó a Pablo sobre esa información y él le negó todo.

En la siguiente reunión de la célula, Javier estaba subiendo a la oficina y un piso antes el líder tenía a Pablo agarrado del cuello. “Que le cuente él”, decía con furor el líder. “Dígale que está cruzando información con otra gente, que le está pasando información a ese mansito. Dígale en la cara, dígale que se está comiendo al hippie ese”. El líder no aguantó y le pegó un golpe en la cara.

El terminar la reunión, Javier invitó a todos los miembros de la célula a un café para limar asperezas y aclarar lo que estaba pasando. Pablo volvió a asegurar que no pasaba nada entre el hippie y él. Ante tantos contratiempos Pablo pidió que lo cambiaran de célula. Javier, en el fondo, estaba de acuerdo con él, pensaba que por el bien de la relación era mejor separar caminos en la militancia. Pero la solicitud no fue atendida.

A pesar de tantos problemas, siguieron juntos. Al cumplir nueve meses de noviazgo, Javier invitó a cenar Pablo, le parecía una fecha especial para conmemorar y para intentar recomponer la relación. Pablo no llegó a la cita, se inventó que habían ido a visitar a su familia fuera de la ciudad. Pero un amigo de Javier vio ese mismo día a Pablo y le tomó fotos. El fin de semana siguiente, Javier lo volvió a invitar a cenar, le mostró las fotos y con rabia mezclada con tristeza le alegó que no lo dijera mentiras, que estaba seguro que no era la primera vez que se inventaba ese tipo de historias.

Al acabarse el semestre de la universidad al final de año, cada uno buscó trabajo para ganar algo de dinero. Al no poder pasar mucho tiempo juntos, se idearon una dinámica de enviarse mensajes, fotografías desnudos y jugar con insignias: “Hágase

pasar por ESMAD⁶¹, y yo le meto mi papa bomba⁶²”. Se mandaban fotos que implicaban vestuario y tiempo para su elaboración. En una foto del pene con una cinta roja, Javier le escribió: “aquí está su rojo amanecer”. En otra imagen, Pablo diseñó un tipo de capucha en su abdomen y el pene era como los ojos: “Venga hagamos un tropel⁶³”.

A mediados de diciembre era el cumpleaños de Javier, Pablo ni siquiera lo llamó o le escribió. Varias noches, Javier motivó algún encuentro, pero Pablo sacaba excusas, que tenía una cita médica o que no iba a estar en la tienda donde trabajaba.

El 31 de diciembre, aprovechando la nostalgia y los sentimientos que suscitan ese día, Javier se cansó: “me lo voy a cagar el fin de año”. A las nueve de la noche le habló: “Llamo para desearte un feliz año y que sigas tu camino. Ya no vamos”. Era una decisión que Javier quería tomar hace muchos días, pero no había sido capaz.

En febrero, un camarada cercano a Javier le pidió que se tomaran un café, que quería contarle algo. Al llegar a la cita, su compañero llegó con un sobre con material político, eran conversaciones privadas de Pablo, de su chat de Facebook. Pablo había escrito que estaba cansado de Javier, que era muy riguroso y que procedía de maneras muy arcaicas en el trabajo político. Entre las copias también había otros chats con otros hombres entre noviembre y diciembre. Conversaciones con un médico, otra de una culeada⁶⁴ en la bodega del trabajo y otra en una de las fechas que le había inventado excusas. Ante la veracidad de ese material, Javier le pidió a su camarada quedarse con las copias.

⁶¹ ESMAD: Escuadrón móvil antidisturbios, unidad de la policía.

⁶² Papa bomba: artefacto explosivo artesanal.

⁶³ Tropel: Enfrentamiento contra las fuerzas policiales, comúnmente en movilizaciones sociales o actos de protesta.

⁶⁴ Culeada: acto sexual.

Ese material le causó mucho dolor, aunque también le género desconfianza de su célula, de saber que ese tipo de informaciones privadas se filtraban en el grupo.

En la próxima reunión, a la salida, le pidió a Pablo que conversaran. Se fueron para una panadería y le mostró las hojas. Pablo se puso muy nervioso y, entre titubeos, no supo qué decir ante tanta información y cuestionamientos. “A partir de ahora solo somos estrictamente camaradas”, le sentenció Javier.

Desde ese día, solo se cruzaron en el trabajo político. Javier, entre chismes, se enteró que Pablo se había encargado de hablar mal de él.

Varios años después, Pablo le escribió: “¿Quiere volver a metérmelo? como usted me culeaba nadie más me ha culeado en la vida”. “Conmigo no es”, le respondió Javier con resentimiento. No iba a volver a caer solo por una calentura.

El tropel de las sirenas⁶⁵

Rafael no conocía el mar, gracias a su militancia tuvo una oportunidad para conocerlo. Fue en un Cabildo Nacional en Cartagena, una numerosa reunión de organizaciones sociales, barriales, campesinas, juveniles y universitarias de todo el país. Rafael hacía trabajo político en su barrio y en su pueblo. La delegación de su departamento⁶⁶ eran aproximadamente cuarenta personas.

En el receso de la primera mañana del Cabildo, Rafael buscó una zona despejada para fumarse un cigarrillo y se encontró con un camarada, con Marco. Lo conocía de su trabajo político en su misma región y sabía que también era clandestino. Fuera de ello,

⁶⁵ Este relato lo construí con Rafael.

⁶⁶ Departamento: Estado. División político-administrativa en Colombia.

también lo había “pisteadado”, le parecía atractivo. Era un hombre un poco diferente a los demás camaradas, su pinta era un poco aburguesada, contrastaba con las pintas hippies o punketas que eran comunes en los grupos de clandestinos urbanos.

El camarada le pidió una fumada y Rafael burlándose le recriminó:

“Acá en la calle, acosador”.

Marco se tornó nervioso, sus manos y el titubeo al hablar lo delataron. Intentaba tutear, pero no le salía bien. Para sobrellevar la vergüenza, no continuaron con el torpe coqueteo y hablaron sobre la estadía.

A Rafael lo habían hospedado en un hotel, mientras a la mayoría de organizaciones, como la de su camarada, las habían acomodado en un coliseo, les tocaba dormir en carpas. Marco se quejó de esas condiciones y aparentó que tenía un dolor de espalda. Aprovechó la confianza que estaba empezando a sentir en las miradas de su compañero y le pidió que si se podía quedar en su cuarto. Rafael estaba compartiendo habitación con otras cuatro personas, pero tenía una cama doble solo para él. No dudó y aceptó la propuesta, no quería desaprovechar esa oportunidad. La única condición fue que no le dijera a nadie.

Al terminar la jornada del primer día, Rafael acompañó a su camarada por la maleta hasta el Coliseo y aprovechó para saludar a varios compañeros. Se fueron para el hotel casi a la media noche. Como Marco no estaba registrado, se idearon un plan en el camino.

A los pocos minutos de entrar en la habitación, Rafael salió y le inventó al recepcionista que había regado algo, que necesitaba una escoba. Asumía que así el empleado tendría que irse y dejaba sola la entrada. El recepcionista le explicó que los servicios del hotel cubrían esos altercados, pero Rafael insistió tanto que

consiguió que se fuera por un rato y así pudiera entrar su camarada a escondidas.

Los compañeros de cuarto no habían llegado, estaban aprovechando las noches caribeñas de la ciudad. Al acostarse no hubo ninguna insinuación, solo querían descansar. En la madrugada, Rafael sintió que le halaron el brazo, como buscando un abrazo, y arrunchó a su camarada. Más tarde, Rafael estaba durmiendo boca arriba, una posición en la que casi siempre roncaba. Marco lo despertó:

“Está roncando”, se lo dijo tocándole el pene.

Rafael jadeó entre dormido y le alegó: “pero ese no ronca”.

En la mañana, el arreglo de todos los ocupantes de la habitación para ir al Cabildo fue caótico, solo había un baño y había que usarlo lo más rápido posible. En su turno, Marco dejó la toalla y gritó para que se la pasaran. Rafael entreabrió la puerta para tirársela y alcanzó a verlo desnudo fuera de la ducha; sintió que ese coqueteo y esas casualidades estaban llenando de encanto su viaje.

Antes de tomar el transporte para el Cabildo, se fumaron un cigarrillo. Rafael con una inocente timidez le preguntó por la cama, pero Marco lo ignoró, solo le admitió que “la arrunchada había estado rica”.

Los primeros días del Cabildo fueron rutinarios; la programación, las tertulias y el cansancio hizo que los días pasaran sin novedades. El acercamiento de Rafael y Marco de la primera noche no varió mucho: compartían habitación con los demás, dormían juntos y se arrunchaban con cautela. Se fueron conociendo cada vez más su cuerpo: al vestirse, al entrar a la ducha y por las miradas que cada vez se tomaban más confianza.

Al final de la semana, estaba programada una tarde libre. Muchas personas participantes del Cabildo ya se habían volado al

mar, pero otras, como Rafael, habían cumplido rigurosamente la programación. Su formación guerrillera de cumplir órdenes y atender un calendario había sido bien aprendida. La tarde libre terminaba a las 5:00 pm y continuaba una programación cultural.

Después de almorzar, Rafael y su delegación se fueron a caminar alrededor de la playa. También fue Marco, que ya parecía otro miembro del grupo. Los dos iban separados de los demás.

Entraron a la playa y dejaron a sus acompañantes atrás. Rafael recordó que el día que llegaron a Cartagena y vio por primera vez el mar, se la aguaron los ojos al ver la majestuosidad del agua. Al pisar la arena y sentir el aroma fresco de la brisa, le dieron ganas de salir corriendo y chispear el mar, de jugar a tirarle agua en la cara su compañero, de sentarse y abrir sus piernas para sentir las olas.

Con sus ojos brillosos de la emoción, se sentaron en la orilla y hablaron de su trabajo clandestino, aprovechando que no tenían a nadie alrededor. Al ver a su compañero hablando de esos temas junto al mar, a Rafael lo asaltó el deseo.

“¿A usted le gustan los manes?”, le preguntó a su camarada.

Marco se extrañó del cambio de tema y después de unos segundos de asombro, le respondió: “lo que sea”, así cortante, sin mencionar nada más.

Para sobrepasar la tensión de la conversación, Marco se quitó los calzones.

“Que rico sentir la arena en las güevas⁶⁷ y en las nalgas, ¿no?” Y convidó a su compañero a que lo siguiera.

Para Rafael era una experiencia nueva, le encantó esa sensación y más al lado de su camarada. Cuando el calor de la arena dejó de ser excitante, se metieron desnudos al mar.

⁶⁷ Güevas: expresión colombiana para referirse a los testículos.

Marco se zambullía en el agua, sacaba su torso y sus nalgas a la orilla, como una sirena. Rafael no aguantó y le tocó sus nalgas.

“Uy “camarada”, ¿qué pasó?”, reaccionó Marco.

Rafael interrumpió el cortejo y le recordó que en ese viaje no podían usar esa palabra.

Marco le tomó la mano y le hizo tantear bajo las olas su verga parada. Rafael se sumergió e intentó chupársela, pero la opacidad y el sabor salado del agua lo hicieron desistir. Decidieron seguir jugando, zambulléndose y enrollando sus piernas, sintiendo la desnudez del otro.

“Usted se imagina los dos en overol y con una gaseada⁶⁸”, le dijo Rafael. El overol era la prenda que usaban en los enfrentamientos contra la policía, en los tropeles, un overol como de mecánico y casi siempre negro.

Con esa frase excitó a su compañero y el juego se tornó más ardiente.

“Paremos, paremos”, Rafael vio que sus acompañantes se estaban yendo.

Marco respiró profundo y esperó unos segundos para reconfortarse de la calentura. Le confesó que ya se había venido y tenía que esperar unos minutos para que se le bajara. Al salir del agua, los demás ya estaban lejos.

Cuando llegaron a la habitación, los compañeros ya se habían ido para los actos culturales. Rafael entró al baño y al salir su compañero se había puesto una camiseta en la cara, simulando las capuchas que se ponían en los enfrentamientos contra la policía.

“¿Qué tal si lo hacemos así, como en un tropel?”, le propuso.

Rafael buscó rápidamente entre sus ropas, sacó la primera camiseta que encontró y se encapuchó también. El verde oliva de la

⁶⁸ Someter a la acción de gases lacrimógenos.

camiseta del camarada contrastaba con el blanco de la de Rafael. Los dos encapuchados se fueron para la ducha a formar su tropel y terminar lo que habían empezado en el mar.

Su tropel terminó a tiempo, estaban pendientes de cumplir con el horario. Mientras se vestían, Marco le confesó que le estaba gustando ese amorío, que se estaba “enculando”.

“Solo estamos culeando⁶⁹ rico, no más”, le refutó Rafael.

En la actividad cultural apenas se toparon hasta el final. Rafael vio a su compañero sentado en una acera con una compañera entre sus piernas, otra camarada clandestina. A pesar de la distancia, se notaba que Marco estaba angustiado, estaba cabizbajo y con señales de desesperación.

Rafael no lo perdió de vista. En una de las volteadas a mirarlo vio que Marcó estaba llorando. Mientras la compañera se paró a buscar ayuda, Rafael aprovechó para acercarse y preguntarle qué le pasaba.

Marco, en una retahíla, le admitió que tenía novia, que era la mujer que estaba con él, que lo que estaba pasando esa semana entre ellos no podía ser, que esa noche no se iba a quedar en el hotel, pero que quería estar otra vez con él, solo una. Después de desahogar todas esas explicaciones, se le notó un poco de tranquilidad en su rostro. Rafael no sabía que Marco tenía pareja, lo tomó por sorpresa.

Al ver que la novia se acercaba, Rafael se retiró y deambuló un rato para tramitar esa noticia. Por suerte, se encontró a una de sus amigas más cercanas, con la que no había conversado en toda la semana. La historia de Marco empezó a perseguirlo. Su amiga, sin preguntárselo, le contó que se había besado con la novia de él, que mientras Marco se había ido para el hotel, ellas se habían quedado todos los días en las carpas. Rafael, sumándose a la

⁶⁹ Tener sexo.

historia, le reveló a su amiga su propia historia. Ambos, Marco y su novia, “tenían su guardado”⁷⁰. Los cuatro que resultaron involucrados en ese embrollo: todos eran clandestinos y guardaban sus propias reservas sexuales.

Con tantas noticias y emociones juntas, Rafael decidió irse temprano para el hotel. Paró un taxi y percibió que estaban abriendo la puerta del otro lado, era Marco.

“Sí, claro. Me voy con usted”, le alegó.

Faltando una cuadra para llegar al hotel, Marco le pidió al conductor que parara y se bajó. Rafael ni intentó detenerlo, estaban pasando muchas cosas inesperadas esa noche y una más no le sorprendía.

Rafael aún estaba en la recepción del hotel esperando que le entregaran las llaves de la habitación y su compañero llegó caminando con dos condones en la mano, sin mucho estupor. Marco, sin ningún prelude le justificó que su relación era abierta, pero que ella no sabía que también le gustaban los hombres y que quería que fuera su última noche juntos.

Al llegar al cuarto, se percataron que no había llegado nadie. Marco lo tiró a la cama y le balbuceó que quería mamárselo, no lo había hecho en toda la semana. Cuando ya estaba bajándole los pantalones, la puerta comenzó abrirse. Rafael reaccionó empujando a Marco y metiéndose al baño. Cogió su cepillo y simuló que estaba lavándose los dientes. El susto no se le bajó ni con el agua que tenía en su boca. Miró hacía fuera y vio que habían dejado los condones encima de la cama.

Habían entrado dos compañeros, que solo habían ido por unas cosas y se regresaban para seguir de fiesta. Una de ellas entró al baño y entre susurros le admitió a Rafael que la habitación olía a sexo, pero que al menos estaban usando condón. Al irse los

⁷⁰ Secreto.

visitantes, Rafael le confesó a Marco que se habían dado cuenta. La noticia le cayó fatal, fue como si se hubiera roto su clandestinidad. Lo miró estupefacto, se puso la camiseta, guardó los condones en su bolso y le preguntó que si podía dormir en la habitación. Rafael le señaló la cama auxiliar.

El día siguiente era el viaje de regreso. Por problemas logísticos le pidieron a Rafael que viajara con la delegación de Marco. Al subirse al bus se dio cuenta que el puesto que le habían asignado era justo al lado de Marco y su novia. Rafael salió a fumarse un cigarrillo y ella se fue detrás de él. La compañera tenía sed y no encontró una tienda cerca. Rafael tenía unas gaseosas y otras comidas en su mochila, subió al bus para traerle algo y Marco se atrevió a hablarle:

“Así anoche no nos hubiéramos entrepiernado, hoy nos tocó cerca”.

“En la militancia vamos a seguir estando cerca”, le respondió con rabia Rafael y se bajó a llevarle el refrigerio a su compañera.

Cuando el bus arrancó, Marco ya estaba dormido y así se la pasó todo el trayecto. Rafael y su novia se fueron hablando todo el tiempo, con la zozobra de que en algún momento ella le hiciera algún reclamo.

Meses después, en la militancia, Marco se burló de un joven por su voz aguda y por su amaneramiento. Rafael se enojó y lo enfrentó. Ese día se terminó el encanto. Marco se alejó de la vida política y la última vez que Rafael lo vio fue en la marcha del orgullo, la de junio. Marco ahora es abiertamente gay.

Intimidad entre hombres guerrilleros: Emociones, controles, secretos, rituales y colectividad

¿El amor qué tiene que ver con la guerra? Cuando se escribe sobre la guerra o cuando se escribe sobre combatientes, se escribe sobre el terror y el sufrimiento, no se logra ni siquiera imaginar o escribir sobre las relaciones sentimentales que emergen en medio de ese escenario. Con este argumento no pretendo desconocer las consecuencias fatales y el horror del conflicto armado, no estoy desconociendo los repertorios de victimización ni los efectos en los procesos de sobrevivencia de las víctimas descritos en distintos informes (CNMH 2015, 2017, 2018, 2019; Comisión de la Verdad 2022); más bien quiero complejizar el análisis y plantear que por medio de las tragas y los enamoramientos se pueden indagar otros *rincones de la guerra*.

A pesar que desde la década de los noventa del siglo pasado al amor se consolidó como una categoría de estudio (Giddens 1993; Beck & Beck-Gernsheim 1995; Illouz 1997; Luhmann 1998), y que varias autoras y autores han insistido en su potencialidad para pensar lo social, subrayando su dimensión política (Goldman 1910; Povinelli 2006; Hooks 2000, 2004); históricamente ha habido un desprestigio sobre el “amor” en las Ciencias Sociales. Ese desprestigio se corrobora, justamente, en la vasta producción investigativa sobre el conflicto armado en Colombia, como también en los estudios sobre la homosexualidad masculina.

En los estudios e informes sobre el conflicto armado se ha explorado poco sobre las relaciones de enamoramiento o de pareja entre los miembros de los grupos armados (Aguilar 2013; Aguilera 2013; González y Maldonado 2016; Caicedo 2018), mucho menos el emparejamiento entre hombres (Gallego y Giraldo 2023) o entre mujeres. Un tema a destacar al respecto, planteado en el informe *La Guerra Inscrita en el Cuerpo* (CNHM 2017), fue el enamoramiento como modalidad de seducción y reclutamiento por parte de los grupos armados insurgentes y paramilitares en el país (sobre esto se profundizará en el capítulo 4).

Por su parte, en los estudios sobre homosexualidad masculina -y en los estudios queer en general- sobresale también un escaso acercamiento al enamoramiento entre hombres (Jankowiak and Nelson 2021; Halperin 2019). Lo que resulta paradójico, pues es un campo de investigación que se enmarca en los estudios sobre género y sexualidad. Las pocas

referencias sobre estos temas se encuentran en la literatura⁷¹ -y los posteriores estudios literarios sobre ella- y en los estudios históricos. Desde otras disciplinas, como la antropología y la sociología, los estudios sobre homoerotismo masculino se concentran principalmente en asuntos sexuales (Núñez-Noriega 2007; Marentes 2019).

Cuando pensamos o imaginamos los enamoramientos entre hombres en los grupos armados, tal vez, también lo reducimos al sexo, dejando de lado las relaciones íntimas y sentimentales que se tejen en las interacciones entre camaradas. Las anteriores historias, la de la Escuela militar, la del noviazgo entre dos hombres de una misma célula y la de la traga⁷² entre dos camaradas en un Cabildo en Cartagena evidencian las múltiples formas en las cuales emergieron sentimientos e interacciones amorosas entre guerrilleros. Las reflexiones sobre ellas, en el presente capítulo, se abordarán desde dos premisas conceptuales y contextuales: primero, desde los planteamientos sobre la intimidad entre hombres del antropólogo mexicano Guillermo Núñez Noriega; y segundo, desde las condiciones para las relaciones amorosas de los contextos militares, en este caso, de un grupo guerrillero.

Núñez Noriega, en sus estudios sobre el homoerotismo entre hombres en el norte de México, insiste que la centralidad en el acto sexual es un obstáculo teórico-metodológico para reconocer que en la intimidad entre hombres se integran varios componente. Por una parte, una serie de significados, exploraciones, atrevimientos y transgresiones identitarias. Y por otra, se establecen relaciones de amistad, camaradería y compadrazgos que superan una visión reducida al noviazgo o a la pareja moderna. Además, el amor entre hombres se entrelaza en medio de otros sentimientos o valoraciones que no se adscriben necesariamente a lo instituido en el marco heterosexual (Núñez-Noriega 2007).

Dentro de esas relaciones de intimidad entre hombres, incluso, puedo aludir a la relación que yo construí con ellos. Gracias a esa intimidad pude acercarme a ciertos *rincones* de sus vidas y de la guerra, pude atravesar los rumores y los silencios sobre el homoerotismo

⁷¹ Es destacable, así como paradójico, el hecho de que varios libros o autores representativos en la historia de la literatura *queer* latinoamericana aborden el tema del enamoramiento con militantes de guerrillas o movimientos revolucionarios. Libros como: *El beso de la mujer araña* (1976, Manuel Puig), *Antes que anochezca* (1992, Reinaldo Arenas) y *Tengo miedo torero* (2001, Pedro Lemebel). Libros y autores, que justamente, integro a la tesis, principalmente como epígrafes. Insisto en la noción de paradójico, no solamente por ser relaciones inmersas en contextos profundamente machistas y heterosexuales, sino porque fueron escenas descritas por la literatura desde los años setenta, pero que en las ciencias sociales, cuarenta años después, apenas estamos rastreando.

⁷² Pasión o enamoramiento puntual y de corto tiempo.

en las filas. La intimidad masculina, entonces, no solo fue una herramienta teórica o un objeto a estudiar, sino también un proceso que constituí con este grupo hombres en el marco de la investigación.

En cuanto a la segunda premisa, en los contextos militares -como también de los territorios en conflicto-, las condiciones sociales para las relaciones amorosas están suscritas a unos órdenes morales y políticos de los grupos armados, como también a unos dispositivos de género y sexuales, que establecen unas normas y controles explícitos e implícitos sobre sus miembros y sobre las comunidades. Esos ordenamientos se establecen por dinámicas y objetivos militares, y por asuntos ideológicos de los grupos, en este caso, por asuntos relacionados con la lucha revolucionaria. Sin embargo, en medio de esas circunstancias y controles militares, también se agencian unas formas particulares de las relaciones amorosas que se adecuan a los avatares de la guerra, se gestan unas elecciones, duraciones, prácticas, rituales, comunicaciones y otras manifestaciones. A continuación, se detallará algunas de ellas.

Uno de los temas más sobresalientes es el control. Además de inspeccionar la sexualidad (como se discutió ampliamente en el segundo capítulo), también se controlaban las relaciones amorosas. Esa inspección llegaba hasta los espacios más íntimos de sus vidas, implicaban directamente o subrepticamente asuntos relacionados con el enamoramiento entre camaradas, debido a que era un asunto que podría convertirse en una amenaza para el orden militar guerrillero (Aguilar 2013; Aguilera 2013; Caicedo 2018). Varios autores, justamente, han señalado ese carácter del amor, como una amenaza para el orden social, por ello debe controlarse (Goode 1959; Gregg 2006).

Los horizontes de expectativa sobre el enamoramiento en las guerrillas estaban supeditados a los controles propios de cada grupo armado, a veces del frente guerrillero o del comandante en específico, y a las condiciones propias de la guerra. Había una vigilancia sobre el emparejamiento, en las historias de Carlos en el primer capítulo sobre sus noviazgos con camaradas mujeres se evidencia ampliamente esas condiciones. Cuando una pareja heterosexual quería establecer un noviazgo tenía que solicitar un permiso ante los superiores, para que dieran un visto bueno de la unión y permitirles compartir la carpa; también había que informar cuando las relaciones terminaban. Esos controles sobre el emparejamiento se

dirigían no solo a las relaciones entre miembros del grupo, también en la prohibición a establecer relaciones con la población civil (Medina, 2008; Aguilera 2013).

Desatender los requisitos del grupo podría generar represalias que no solo implicaban asuntos militares, sino líos de amores o desamores, de ilusiones sentimentales que le daban respiros a la vida en medio de la guerra. Sobre este asunto, Natalia Padovani (2015) en su estudio en las penitenciarias de mujeres en São Paulo y en Barcelona, argumenta cómo el “amor” se convierte en un objeto privilegiado de la gestión de la vida en este tipo de contextos; sus interlocutoras, algunas con relacionamientos lésbicos y vinculadas con el PCC -un grupo de crimen organizado en Brasil-, manifestaban que los vínculos amorosos les brindaban perspectivas de hogar y acogimiento, así como sostenes materiales y emocionales para soportar la pena. Cuestiones que, precisamente, se evidencian de maneras implícitas en las historias, principalmente en las del primer capítulo.

Uno de los controles en la Escuela fue la separación entre “urbanos” y “guerrilleros” para compartir carpa, clasificación que obedecía a unas razones militares: no compartir información entre cada bando y evitar los enamoramientos entre guerrilleros y milicianos. Las relaciones amorosas heterosexuales en el grupo guerrillero, a pesar de estar bajo una vigilancia, gozaban de un privilegio para sus interacciones: una promoción, unos lugares, unos horarios, mientras los encuentros homoeróticos o las posibles vinculaciones amorosas entre hombres o entre mujeres quedaban en el ostracismo.

¿Cómo se gestan relaciones amorosas entre varones en contextos donde el dispositivo heterosexual es más radical, como el caso de los grupos armados o las guerrillas? A partir de los planteamientos sobre la intimidad entre varones de Núñez-Noriega (2007), en los cuales se procura ampliar el espectro de análisis más allá del acto sexual, podemos rastrear otras cotidianidades de la vida guerrillera. Sobre el tema, Heidi Riley (2022) en su estudio sobre ejércitos insurgentes en Nepal, sugiere una focalización en las “prácticas cotidianas” para usarlas como lentes para examinar las masculinidades -y sus transformaciones- en estos grupos. Prestar atención en asuntos como: pasar mucho tiempo juntos, compartir carpa, conocer sus cuerpos desnudos en los ríos o en las duchas; situaciones que precisamente han sido descritas en los diferentes relatos a lo largo de la tesis, podrían ser esas referencias cotidianas que refiere el autor. Por ello, como argumenta el Núñez-Noriega (2007), la intimidad entre los varones no necesariamente es el resultado de una orientación homosexual

específica y estable, sino de unas expresiones, dinámicas o coyunturas propias de cada contexto.

Las políticas de la intimidad masculina dentro de las instituciones militares o grupos armados ilegales tienen sus propias paradojas, son contextos que propician una intimidad entre sus miembros, y a la vez instituyen unos modelos de masculinidad ruda y tosca. Pero, parece que en ese tipo de intimidad, en la intimidad militar, no se cuestiona la hombría, antes se reifica. O no, tal vez por ello se requieren de burlas, ritos y prácticas de masculinización que reafirmen la virilidad y heterosexualidad de esos hombres de tropa. Esa intimidad entonces, que es real, fáctica y duradera, requiere de espectros que impongan la hombría y la heterosexualidad, que resulta tan amenazada.

Mario y el Guerrillero, así como muchos otros hombres guerrilleros, idearon maneras de lidiar la vida guerrillera en las montañas y en los embates del conflicto por medio de relaciones cotidianas e íntimas con sus camaradas. El estandarte de la masculinidad militar o guerrillera, al instigarlo a través de una política de la intimidad masculina propia de esos contextos, se fractura y se llena de fisuras. La intimidad entre camaradas es una cercanía corporal y emocional que tensiona profundamente las políticas corporales y emocionales de las instituciones militares; pero no se puede reducir a una suspicacia del posible homoerotismo, creyendo que esa intimidad solo produce quebramientos en términos sexuales.

Los controles sobre las relaciones amorosas en el contexto guerrillero, no son estrictamente restrictivos, también producen otras formas de establecer y configurar los vínculos. Las relaciones amorosas entre camaradas agencian ciertas particularidades que se articulan a unas condiciones materiales e ideológicas propias de la vida guerrillera, y a las lógicas militares, en general. Temas como la elección de pareja, las temporalidades, la comunicación, ciertas prácticas o ritos amorosos, así como la entrega a la causa política, incidían profundamente en la configuración de las interacciones amorosas entre camaradas.

La ecología de la elección de pareja -noción propuesta por Eva Illouz (1997)- se supeditaba a las funciones y jerarquías militares, a los ideales revolucionarios y a la heterosexualidad, asuntos que restringían la libre elección de pareja -una de las características, según Giddens (1993), de las relaciones amorosas en las últimas décadas-. Las relaciones entre Rafael y Marco, y entre Javier y Pablo, al fin y al cabo, eran entre

miembros con un mismo status dentro de la estructura, por más que Javier estuviera al mando de su novio, los dos eran subordinados del líder de la célula. Esa horizontalidad, sin ser remarcada por ellos, incidió en su interés inicial por establecer un vínculo con su amante y por conservarlo por varios días o varios meses, no dejarlo solo como un encuentro de un día.

Otra particularidad de las relaciones amorosas dentro de la guerrilla era que tenían otro régimen de intimidad. Eran relaciones auspiciadas y vigiladas por las jerarquías militares; incluso, algunas veces, el comandante intervenía en los problemas de pareja, bien fuera por solicitud de los involucrados o por decisión propia del mando. Fuera de ello, todo el grupo sabía quiénes eran pareja, sabían sobre el inicio y la terminación de las relaciones. El caso de Javier y Pablo es un buen ejemplo de ello. Sin ser una petición de Javier, su camarada consiguió los chats privados de Pablo o el líder de la célula lo confrontó por su infidelidad, de esa manera terminaron interviniendo en su relacionamiento. Por más que establecieron unas dinámicas de pareja por fuera del grupo, su intimidad fue intervenida por las dinámicas militares e informativas del grupo. Sobre el caso del líder, por ejemplo, se inscribe una paradoja, porque terminó vigilando una relación de noviazgo entre hombres, algo en principio prohibido en las filas.

Por otra parte, Luhman (1998), en sus reflexiones sobre el amor, se concentra en la “interacción amorosa”, prestándole atención a la comunicación exclusiva que se configuran entre los amantes. Alude a la emergencia de una semántica amorosa en la cual se constituyen unos códigos y, a la vez, unas fronteras que permiten crear un intercambio comunicativo entre los amantes. Los protagonistas de las historias lograron idear varios códigos comunicativos: sus miradas, sus frases sueltas en medio del grupo que pasaban desapercibidas, sus cartas o sus mensajes eróticos por celular y sus veladas de literatura en el búnker.

En medio de esa interacción amorosa, los secretos son un elemento con un alto valor, se constituyen en un hecho comunicativo que implica intimidad y confianza. Para Zelizer (2009) la intimidad es, justamente, tener conocimiento sobre los secretos del otro. Decirle un secreto al otro, guardarlo, o contar ciertos asuntos de la historia de vida se convierten en una prueba de confianza y en una demostración amorosa. En la vida guerrillera, el secreto de la interacción amorosa se entretrejía a la comunicación segmentada, cifrada y escondida de la

vida militar; por ello, los secretos entre amantes tenían una mayor resonancia para las relaciones amorosas.

En el fragmento de “Tengo miedo torero” de Pedro Lemebel citado al comienzo de este apartado, el amante no podía contarle muchas cosas a la “Loca del frente” -personaje principal del libro- debido a la persecución que sufrían las guerrillas urbanas en la dictadura en Chile. Una situación parecida a la de Mario y el Guerrillero, que por ser uno miliciano y el otro miembro de un campamento de montaña, tenían que callar información, no se podía contar muchas cosas. Isabella Cosse (2014), en su investigación sobre las guerrillas argentinas en la década de los setenta, también alude a esa situación entre militantes clandestinos y armados, resaltando las vicisitudes sentimentales y las reglas de seguridad que exigían el secreto de informaciones privadas.

Más allá de la situación entre milicianos y armados, el secreto reinaba en todas las relaciones sentimentales entre camaradas. Los protagonistas de las historias se guardaron muy bien su secreto máspreciado dentro de las filas: su sexualidad y su enamoramiento. Mario y el Guerrillero, a pesar de ser de estructuras diferentes se confiaron varios secretos, hablaron muchas cosas sobre el pasado de sus vidas. Y el búnker, un lugar que por su mismo nombre se asume como un escondite para escudarse de los posibles ataques en la guerra, custodió las veladas literarias y el enamoramiento entre dos camaradas. En la historia del Cabildo en Cartagena, se enmarañó un secreto colectivo de cuatro miembros clandestinos involucrados en relacionamientos homoeróticos y amorosos, de parejas de novios y amantes, que resguardaban su sexualidad no solo frente a la guerrilla, sino frente a sus propias parejas.

La historia de Javier y Pablo, por su parte, demuestra que algunas veces ese secreto transcendía la pareja y era la célula quien también guardaba la confidencia, un asunto que también fue referenciado por Cosse (2014) para el caso argentino. Sin embargo, lo interesante es que un grupo custodie la homosexualidad de dos camaradas, demostrando que las transgresiones y las fisuras de los dispositivos sexuales no se reduce solo a los amantes, también a otros miembros del grupo guerrillero que custodian esos quebramientos.

La interacción amorosa también integra unas prácticas y unos rituales entre los amantes. La escena de sexo entre capuchos simulando un tropel, las lecturas nocturnas en el búnker, las fotografías creando emblemas comunistas o guerrilleros, así como los pañuelos bordados con sus nombres -tema narrado en el primer capítulo-, evidencian tipos de rituales

eróticos y amorosos entre camaradas. Estos rituales descritos por más que emergieran de relaciones amorosas o eróticas, reproducen símbolos de la vida castrense, no se desligan de las insignias guerrilleras, como la capucha o el color rojo; e incluso reproducían ciertas figuras y escenas de los ritos de masculinización de estos escenarios.

Además de la propia interacción entre los amantes, de la comunicación y los ritos, el contexto social crea códigos y lenguajes para nombrar el amor o el enamoramiento. Sealing Cheng (2007), en su etnografía en clubes de prostitución en Filipinas frecuentados por soldados del ejército estadounidense, argumenta que algunos idiomas son insuficientes para expresar las ideas de amor, y que por ello puede ser pensado como un lenguaje producido por las relaciones sociales propias de cada contexto. En el caso guerrillero, la noción de “socio” o “socia”, una noción que fuera de ese campo es más conocida por su carácter empresarial, tiene otros sentidos, se relaciona con una lógica militar. En las filas, “socio” o “socia” aludía a hacer parte de una asociación y una asociación, en su definición más simple, es una unión de varias personas para el logro de un fin. En la historia de la Escuela, el Guerrillero quería un socio, no un novio. O en las historias de Carlos del primer capítulo, se evidencia las maneras como los noviazgos tenían ciertas cualidades de una asociación, que por más que haya unos intereses personales o de pareja, prevalecían unos fines revolucionarios.

La entrega a la causa ideológica guerrillera tenía, también, una profunda incidencia en las relaciones amorosas en los grupos guerrilleros. Las investigaciones que han indagado sobre el enamoramiento en las filas guerrilleras -Colombia (Aguilar 2013; Caicedo 2018), Argentina (Cosse 2014), Nepal (Gayer, 2013)- han recalcado una premisa: la idea de una incompatibilidad de la militancia con el amor; según esos estudios, se priorizaba el proyecto colectivo y político, y el amor se relacionaba con estar al servicio de la organización. Esta premisa contrasta con la noción expuesta por Bauman (2003) sobre la fragilidad de los vínculos amorosos producida por la individuación moderna.

El enamoramiento se consideraba como algo poco significativo o como algo que podía dispersar la energía o entrega a la insurgencia. Además, las relaciones sentimentales también eran tachadas como una amenaza, debido a que por proyectos amorosos podían presentarse deserciones o en medio de esas relaciones se podían compartir informaciones que comprometían la seguridad del grupo. Si los noviazgos causaban riesgo eran intervenidos o

prohibidos por los altos mandos. Por ello, muchas veces, como lo señala Aguilar (2013), el enamoramiento significaba una doble clandestinidad: la de ser guerrillero y la de ser amante en las filas, que en los casos de los historias se le sumaba otra: ser maricas, como el caso de Mario y el Guerrillero, y de Javier y Pablo -por más que los miembros de su célula supieran-

Los horizontes de posibilidad de Mario y el Guerrillero eran muy adversos. El control de la homosexualidad en la guerrilla, el hecho de ser de dos bandos diferentes y la separación física: uno vivía en la ciudad y el otro en medio de la selva. Sin embargo, la decisión de Mario y el Guerrillero de no luchar por esa chispa de enamoramiento que sintieron durante esas pocas semanas no estuvo marcada simplemente por esas condiciones, sino también por una razón política, porque prevalece el amor por la revolución, por la causa política, más allá que por un camarada o cualquier otra persona. En el contexto guerrillero, la máxima: “el amor es político” cobra mayor sentido; tal como lo planteaba Bell Hooks (2000) al aludir que se debería descentrar las reflexiones sobre el amor como un asunto exclusivo de las parejas, sino también pensar en los amores comunitarios.

A partir de todo este análisis sobre los elementos implicados en los enamoramientos entre hombres en las filas, entrelíneas se evidencia que el proceso de escritura no solo me permitió acercarme a sus relaciones amorosas revolucionarias, también me permitieron reconocer el sujeto amante o que ama. Por ello, quisiera cerrar el capítulo planteando que hay unos profundos imaginarios sobre los combatientes de grupos armados ilegales como unos “monstruos”, como sanguinarios. En términos de género y sexualidad, son sujetos hipersexualizados, imaginados como personas violadoras -principalmente varones- que no controlan su sexualidad, que necesitan “desfogarse”. No se imaginan como sujetos que pueden tener relaciones sexuales o sentimentales consentidas, y que pueden enamorarse. Cuando pensamos sobre la sexualidad de la guerra, lo reducimos al sexo -o la violación- dejando de lado otras aristas, como el caso de las tragas o los enamoramientos.

Sobre el estigma hacia las personas excombatientes podemos sintetizarlo en una pregunta: ¿El guerrero no ama? Justamente, Elizabeth Povinelli (2006) advierte un mecanismo de “gobernabilidad” sobre el amor por parte del contexto globalizado y neoliberal contemporáneo. En ese mecanismo hay una producción de sujetos que aman y sujetos que no aman, de acuerdo a unos contextos geográficos o sociales, o unas biografías específicas. Históricamente ha habido poblaciones designadas bajo el rótulo de “sujetos que no aman”:

indígenas, afrodescendientes, homosexuales, personas esclavizadas, discapacitados, prostitutas. En ese sentido, podríamos cuestionarnos: ¿Los guerreros o los guerrilleros son sujetos de amor? ¿Los hombres son incapaces de amar, como se lo pregunta Bell Hooks (2004)? ¿Y los guerrilleros maricas? ¿Los maricas culean, no aman? A lo largo del capítulo se intentó remediar estos imaginarios.

Capítulo 4

Violencia y homoerotismo intrafilas

En esa casa siempre fuimos bien recibidos.
Nunca sentimos vergüenza al entrar en plena luz del día,
aun cuando las paredes de la fachada estaban plagadas
de obscenas consignas: “Todas las que vienen aquí son maricas”,
“que vivan las locas, pero bien lejos”, “soy la loca paraca de las AUC”.
Éstas eran sólo una muestra de la caligrafía popular que publicitaba
los andares quebradizos de quienes allí nos refugiábamos (p.84).

-John Better. Locas de felicidad.

Al final, los penetrados: en ese estar sin estar,
parecían esculturas, estos cuerpos insertados a una estaca.
Unos, debajo, estaban en cuatro, dispuestos en círculo,
como si cada uno estuviera dentro de otro.
Más lejos, la rama de un árbol -el propio árbol-
violaba a un cuerpo para siempre.
“Sigan bailando mariposas”,
habían escrito con la sangre. (p. 48-49)

-Giuseppe Caputo. Un mundo huérfano.

Si bien este capítulo profundiza sobre la violencia, es necesario recalcar que ella está difuminada entre líneas en toda la tesis. Es un veneno, para usar la noción de Das (2006), que produjo una escritura que se fue redactando como pócimas para sobrellevar ese envenenamiento. Las texturas de las violencias intrafilas por asuntos de homosexualidad son heterogéneas y versátiles, y en este capítulo se abordarán aquellas inmersas en el material escrito con los excombatientes y con testimonios de otros agentes que me topé en el trabajo de campo.

A partir de las reflexiones de Maria Filomena Gregori suscitadas en su libro *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (1992), retomo la advertencia de no partir de una definición a priori de la violencia -o de cualquier categoría-, sino de constituirla y re-formularla en los contextos que estudiamos. Siguiendo a la autora y a otros referentes (Das, 2006; Moutinho, 2006; Efrem Filho, 2017), es fundamental concentrarnos en las relaciones sociales y en los sujetos que producen la violencia, no en la categoría. Este carácter productivo de la violencia es retomado a partir de los análisis foucaultianos sobre el carácter productivo del poder y nos permite, como plantea Das (2006), entrever esa violencia en el terreno de lo cotidiano.

Esa cotidianidad de la violencia, no solo alude al pasado de este grupo de hombres exguerrilleros, sino como se perpetúa en sus vidas en la vida civil. Sobre esto, recuerdo el largo y enrevesado proceso de escritura de uno de los relatos de este capítulo: “Usted me da la calma que la vida me quitó”. La violencia, y su veneno, permea todo ese proceso. Andrés, el protagonista, me narró su historia en nuestro primer encuentro físico en 2021. Ya lo había visto varias veces de manera digital, pero a través de ese medio no había mencionado nada sobre esos sucesos; tal vez lo consideraba un canal inseguro para compartir cierta información. Cuando mencionó la historia, me dijo con un tono muy serio: “Le voy a contar un caso, pero no lo podemos escribir”. Ante esa sentencia, ni siquiera saqué mi cuaderno de campo; quería brindarle la confianza y la certeza de que su testimonio solo quedaría en mi memoria. Y así fue, ni siquiera corrí a tomar notas después de nuestra conversación. Era domingo y estábamos en un museo en el centro de Bogotá. Andrés buscó un lugar apartado, donde nadie pudiera escuchar. Me llevé la historia en mi cabeza. En los meses siguientes, en nuestros mensajes nunca volvimos a tocar el tema, aunque me interesaba mucho integrarlo en mi tesis; respeté su posición al respecto.

Dos años después, en 2023, durante la fase final del trabajo de campo, no pude resistir y le pregunté a Andrés sobre aquella historia. Me respondió que estábamos “sintonizados” y, que tras darle muchas vueltas en su cabeza, creía que podíamos escribirla. Le tomó dos años tomar esa decisión. Le dije que recordaba los aspectos generales, pero que necesitaba que me la contara de nuevo para poder tomar apuntes y emprender la escritura con más detalle. Volvimos a buscar un lugar que le brindara confianza; esta vez, elegimos un café escondido en un pasaje comercial en el centro de Bogotá, que, según él, había sido “rojo” y en el que en otros tiempos hacían reuniones clandestinas. Para contarme otras historias, no había tanto recelo en la elección del lugar.

Me relató nuevamente los episodios y yo pregunté más detalles. En la primera ocasión, no lo había hecho porque lo consideraba imprudente ante la discreción que Andrés había solicitado. Al volverlo a narrar, la información quedó consignada en mi cuaderno: datos sobre inteligencia militar y el involucramiento sexual entre un guerrillero y un policía. El veneno de la violencia pasaba de nuestras cabezas a las hojas de la libreta.

A la hora de escribir el relato, sentía una responsabilidad profunda con Andrés, de lograr una redacción con la que él se sintiera seguro, debido a la zozobra que le generaba esa

revelación, pues pensaba que le podría traer algunas represalias de sus excamaradas o del partido político. Hasta que no se acabó la escritura de la tesis, siempre me imaginé que en cualquier momento Andrés me iba a decir que retiraríamos esa historia, la zozobra de la guerra, esa que supuestamente ya ha terminado con este grupo guerrillero, sigue concurriendo en los testimonios sobre ella. Es más, me imagino que es un relato que va a generar rencillas o discordias en ciertos grupos políticos o instituciones militares, el veneno de la violencia sobrepasa el relato y la tesis, y se esparce en terrenos insospechados.

Partiendo de las anteriores premisas, el capítulo se estructuró de la siguiente manera: primero, se presentan dos relatos y un par de testimonios. Posteriormente, se plantean cuatro apartados. El primero profundiza sobre el terror y el sufrimiento que produjeron los diferentes tipos de controles sexuales en las filas. Posteriormente, se plantea una circularidad entre diferentes violencias de orden de género y sexuales, noción que permite comprender las violencias contra la homosexualidad como un elemento imbricado con los dispositivos del grupo y de la guerra en general. Más adelante, se discute sobre los usos del homoerotismo como estrategia de guerra, más allá de asuntos estrictamente victimizantes. Y, para terminar, se presenta una reflexión frente a la escritura sobre la violencia.

Entre bandos contrarios⁷³

Después de un arduo día de trabajo, La Diosa y sus amigos se fueron a tomar unas cervezas. Su destino era un amanecedero⁷⁴ que, como muchos en el pueblo, tenía un cierto aire campestre, con techo de paja, sillas y mesas de madera y pocas paredes para que el aire circulara. Se encontraban en un municipio incrustado en las llanuras del oriente colombiano, una región históricamente disputada por los grupos armados y el Estado.

En la región, sus habitantes eran, sí o sí, de un bando o de otro, pero la comunidad se había acostumbrado a vivir en medio de una tensa calma.

El amanecedero era un salón amplio con mesas repartidas sin ningún orden. Cuando La Diosa y sus amigos llegaron, todos de las FARC, se acomodaron cerca de la entrada y vieron que había más personas al fondo. Al principio pensaron: “otro grupo de machos con putas”. Después de varias cervezas y de registrar intuitivamente el lugar, se dieron cuenta que eran elenos⁷⁵, que estaba un comandante con dos guardaespaldas, acompañados de dos mujeres. En un primer momento se preocuparon, pero esa sensación se fue relajando con el paso de las cervezas.

La Diosa salió a fumar a la parte de atrás del amanecedero, una zona al aire libre y solitaria al lado de un establo. Estaba prendiendo el cigarrillo cuando percibió la visita de alguien: era el comandante. Se le enfrió todo. Se imaginó los ataques que le podía propinar el visitante. Enfrentando la situación con altura, La Diosa siguió fumando con sus ademanes. Era un momento en el que el doblez de su mano, el recorrido del cigarrillo a su boca, su exhalación y la posición de su cuerpo simulaban a una Diosa de

⁷³ Este relato lo escribí con La Diosa.

⁷⁴ Bar con horario extendido hasta la madrugada, hasta el amanecer.

⁷⁵ Del ELN -Ejército de Liberación Nacional-, otra organización guerrillera.

Hollywood. Era un performance que había logrado con mucha dedicación. Sabía que esa puesta en escena le podía traer problemas, pero en el fondo también intuía que podría generar cierta atracción.

El comandante rompió el silencio y le pidió que le vendiera un cigarrillo. La Diosa se negó y le respondió: “Yo no vendo, no soy puta. Si quiere le regalo uno”. Esa respuesta inesperada y salida de tono para el comandante que no estaba acostumbrado a que refutaran sus órdenes, invistió de valentía a La Diosa. El comandante le reclamó por su actitud, aunque terminó aceptando la oferta. La Diosa, sobrellevando la situación, siguió con su pose ostentosa que combinaba arrogancia y miedo. Al terminar de fumar, el comandante se despidió y le mandó una mano a sus nalgas.

El comandante volvió a su guarida entre guardaespaldas y prostitutas. La Diosa volvió a la guarida de las locas⁷⁶, aunque todos no lo fueran. Sus problemas de miopía no dejaron ver si esa tensión sexual inaugurada al lado del establo estaba siendo nutrida por parte del comandante. El licor estaba haciendo de las suyas y en el amanecederó nadie estaba dispuesto a que la noche se acabara.

La Diosa volvió a la improvisada zona de fumadores, con la esperanza o la zozobra de una visita anunciada. La pose ostentosa la seguía acompañando. El comandante no tardó en llegar. El cigarrillo se había convertido a en ese momento de complicidad donde el deseo y el poderío del comandante se combinaba con la fascinación y la angustia de La Diosa. Esa complicidad era de los pocos momentos donde la ansiedad de la guerra se camuflaba en el coqueteo entre dos hombres. Sin importar el público del bar, el comandante le hizo una invitación: “nos vemos en quince minutos en el baño”.

⁷⁶ Bixas.

La Diosa no logró distinguir si había sido una invitación o una orden, no sabía si fantasear con la insinuación o si preocuparse por el lío en el que se había metido. Fueron quince minutos en los que el desenfreno y la cautela inundaron el cuerpo y la cabeza de La Diosa. Con una puntualidad militar, el comandante se dirigió al baño, pero no recibió ninguna visita. Ni el alcohol ni la nicotina fueron suficientes para que La Diosa diera paso a la calentura.

Años después, La Diosa sigue con la intriga del encuentro, pero no se arrepiente de su decisión. Nunca se pudo sacar de su cabeza que era un comandante encargado de dar de baja a los indeseables en la región.

Usted me da la calma que la vida me quitó⁷⁷

Andrés tomaba la misma ruta de bus en los mismos horarios varias veces a la semana. No le gustaba dormir en el viaje, mantenía alerta. Empezó a notar que un policía siempre se subía unas calles después. Le parecía bonito, le sonreía y le subía la ceja para saludarlo y no dejar que el intercambio de miradas pasara desapercibido. Andrés se recriminaba porque se estaba fijando en un tombo⁷⁸.

En el pueblo ambos se bajaban en el mismo paradero. Un día, para romper la miradera, el policía le preguntó: “¿qué hace un niño tan bonito solo en el bus?”. Ante esa frase ridícula y poco original, Andrés le recriminó: “qué hace un policía sin escolta y sin camioneta”. El uniformado se sonrojó y lo invitó a tomarse un café, excusándose en el frío del pueblo. Andrés siguió con su pose atrevida: “el pueblo siempre es frío, pero bueno, le acepto la invitación”.

⁷⁷ Este relato lo escribí con Andrés.

⁷⁸ Policía.

Luego de varios cafés fueron a buscar algo de comer. “¿Chorizo o empanada?”, propuso el policía. Andrés escogió el primero. Fueron a un puesto de comida callejero que era famoso.

El policía cogió el chorizo de una forma extraña y se comió medio de un bocado.

“¿Tiene afán o qué?”, reaccionó Andrés.

“No. Sino que hay que aprender a abrir bien la boca”.

“Sí, eso se aprende”.

Al terminar la comida se fueron para la parte trasera del coliseo del municipio, que les quedaba a pocas cuadras, y allí Andrés le hizo sexo oral.

Andrés le contó toda la historia a una camarada, que también era su amiga. Le confesó que le había gustado, pero que le parecía “una gonorrea”⁷⁹ que fuera un policía. La camarada no lo recriminó y solo le preguntó quién era el uniformado.

En la siguiente reunión de la célula, su amiga y el líder nombraron al policía, con nombre y apellidos completos. Compartieron información de uniformados que estaban siguiendo a presuntos guerrilleros, mostraron fotografías tipo carné y la cuarta resultó ser él. Andrés sintió escalofrío en el cuerpo y comenzó a imaginarse que iba a ser el siguiente detenido o asesinado.

El líder notó la angustia de Andrés, que al ver que se había delatado le confesó: “tengo susto, le acepté un par de citas a un policía y es él”. Sus camaradas le confirmaron que era miembro de un comando de inteligencia. “Siento que voy a ser el próximo”, insistía Andrés. “No, usted se ha cuidado muy bien, más bien adelántesele. Consígale información”, le pidió el líder. Fue así como Andrés quedó con una misión insurgente.

⁷⁹ Excesivo, extraordinario.

Desde joven, en la vereda donde creció con sus abuelos, Andrés cumplía tareas menores, pero nunca se imaginó un pedido de esa índole.

Semanas atrás, en una reunión con la célula, los camaradas se habían enterado de los gustos de Andrés. Estaban en un café en el centro de la ciudad y entró un hombre que se quedó mirándolo. Al comienzo, Andrés se hizo el despistado, pero ante la insistencia de la mirada volteó a corresponderlo, no se aguantó y se fijó en sus nalgas mientras subía unas escaleras de caracol que llevaban al segundo piso del local. Su camarada y amiga interrumpió: “es más fácil si sube la escalera con él”. A lo que el líder, sorprendido, rascándose la cabeza, añadió: “¡como así, a usted le gustan los manes!”. Andrés se agitó, solo podía respirar por la boca: “sí me gustan, pero ni usted ni usted me gustan”, y señaló a sus camaradas. “Nadie sabe, si alguien sabe es por mí. Esto es mío, nada de esto sale de acá”, terminó. “Tranquilo, yo no sabía”, intentó consolarlo el líder.

Andrés emprendió su misión. Nunca perdió el miedo de verse con el policía. Le gustaba estar con él, era muy cariñoso.

El policía lo invitó a que pasaran un fin de semana en la ciudad. Fueron a varios parques. Cuando estaban en zonas alejadas o solas, Andrés pensaba “acá me puede matar”. En esas caminatas solo se dieron un beso. Luego de ese beso el policía balbuceó: “usted me da la calma que la vida me quitó”. Andrés se sorprendió y, confundido, pensó que no iba poder hacer la tarea. Luego no se aguantaron y tuvieron sexo en el baño de un centro comercial. Tras la calma del orgasmo el policía siguió con sus muestras de cariño y le dijo: “con usted me siento libre”.

De regreso al pueblo, fueron a la casa del policía, era la primera vez que Andrés iba. Era un lugar resguardado y muy oscuro. “Si me va matar, dígame”, reaccionó Andrés.

“Tengo que protegerme a mí y protegerlo a usted”, le argumentó el policía.

Cuando le sirvió un vaso de agua y luego otro de coca cola, pensó que le iba a dar veneno. El policía prendió su computador y mientras éste encendía fue el baño. Andrés aprovechó y lo revisó. Eran muchos archivos encriptados. Al sentir que el policía regresaba, Andrés paró la búsqueda y de nuevo apareció el presentimiento: “me va matar, no voy a seguir haciendo esto”.

La zozobra nunca abandonó a Andrés, por más que se sintiera complacido con su amante.

El miedo apabullante lo sintió en esa primera visita. Las demás, unas tres o cuatro, estuvo más calmado. Andrés intentaba marcar distancia emocional: decía que se iba a quedar hasta cierta hora o, si pasaban la noche juntos, se alejaba en la cama, pero por momentos se olvidaba de la tarea. Se arrunchaban y se consentían. Algunas noches ni tuvieron sexo.

Los miembros de la célula, al ver que pasaban semanas y Andrés no presentaba ningún informe, le reclamaron. Pensaban que no había emprendido la misión. Andrés, desesperado, al salir de esa reunión le admitió a su amiga que no quería hacerlo. Su camarada, intuyendo la situación, lo interpeló: “¿usted dijo que no le gustaba el policía!”. Ante la encerrona, Andrés se convenció de que debía cumplir con la tarea.

Al volverse a ver con el policía, en su casa, Andrés estaba decidido. Ese día el policía estaba muy cariñoso con él: “hoy, hace dos meses, usted me hace sonreír”. “Mierda, ¡qué estoy haciendo!”, volvió a dudar Andrés. Antes de tener sexo, el policía lo invitó a que se ducharan juntos, pero Andrés le dijo que se había bañado antes de salir.

Mientras el policía se fue para el baño, Andrés le abrió la mesa de noche y se topó con muchos papeles. Uno de ellos era una

carta escrita a mano. Alcanzó a leer algunas líneas y la palabra final, “queriéndolo”, seguida del nombre del policía. Se le pasó por la cabeza que fuera para otro hombre, pero el policía mencionaba algo que habían hecho en la ciudad. Andrés volvió a cuestionarse, sentía que con cada cosa que pasaba o se encontraba se estaba jodiendo más. Siguió revolcando el cajón y encontró una USB⁸⁰ y la guardó en la punta de sus zapatos.

Cuando el policía salió del baño, Andrés se hizo al dormido. El policía, que seguía enternecido, entró a la cama susurrándole que se veía muy lindo así acostado. “Prefiere con o sin”, le preguntó el policía. “Sin”, respondió Andrés. “Con uniforme da morbo. Sin uniforme se ve usted”.

El policía lo abrazó y le dio un beso. Abrió la mesa de noche torpemente y se regó todo. Andrés le ayudó a recoger las cosas. Pensó que ayudándole evitaba que cayera en cuenta de la USB. Al terminar, el policía le entregó la carta. Andrés durmió intranquilo, cuestionándose si lo habían pillado o si había escondido bien la USB.

Al día siguiente, Andrés salió temprano para la ciudad a entregar el material que había incautado. Llorando, le entregó la USB al líder de la célula y le declaró que no podía continuar con ese tipo de labores. El jefe le reclamó: “pero no son solo tuyas, son nuestras”, refiriéndose a las misiones insurgentes. “Espero que lo que venga ahí sea útil”, concluyó Andrés. Al revisar la USB se dieron cuenta que tenía información importante. Tenía ubicaciones militares y nombres de presuntos guerrilleros.

Al volver al pueblo, Andrés citó al policía. Le confesó que tenía un choque de emociones, que le gustaba mucho, pero que en ese momento no podían tener ninguna relación. Le propuso seguir hablando con calma o no volver a hablar. El policía, atónito y con

⁸⁰ Memoria USB.

las palabras entrecortadas, solo le dijo “esperemos a ver qué pasa”.

Pasaron los días y se volvieron a encontrar dos semanas después. Solo se dieron un beso y continuaron con la incertidumbre. Nunca más se volvieron a citar. El policía nunca se dio cuenta de la misión o por lo menos eso cree Andrés.

A continuación presento dos testimonios de integrantes del partido Comunes en eventos digitales del año 2020 en el marco del 17 de mayo (Día contra la homofobia y la transfobia) y en el mes de junio (“mes del orgullo”). Si bien es un material que es diferente al de los relatos presentados a lo largo de los capítulos, lo integro porque es un contenido que presenta otros ángulos sobre la homosexualidad en las filas, temas que no fueron tocados por los excombatientes con los que escribí los relatos.

En esa fuerza guerrillera también nos llegaron personas de la diversidad. Pero particularmente nos llegó un joven que se formó y ocultó todo el tiempo su sexualidad. Que no estábamos preparados mentalmente para recibirlo. Pero la maravilla de persona que era, un hombre disciplinado, un hombre responsable, un hombre que sobre todo escuchaba particularmente a las mujeres, compartía, las oía, las apoyaba, las ayudaba en todo. Un día menos pensado, se descubrió, descubrimos su sexualidad, pero para nosotros en ese mundo de guerra, en ese mundo en que estábamos, en que aún no veíamos sino hombres y mujeres, hablamos con él y le dijimos: “no puede estar con nosotros. Usted puede estar vinculado en otro sector social, allá puede ayudarnos mucho”. Y efectivamente él accedió a salir y trabajar allá. Pero la noticia después que recibimos fue muy cruel. Después lo asesinaron, así, así crudamente. Así que tenemos un dolor por él, un dolor. Él estaba con nosotros y era una persona maravillosa, maravillosa y mire. Maravillosa en todo el sentido de la palabra, por eso yo digo el reconocernos.

Otro testimonio:

Yo conocí algunos casos en las FARC-EP. Ese era un tema muy complejo, pero sí, al menos desde la dirección nacional de las FARC había una determinación de conversar con compañeros, digo compañeros porque nunca conocí casos de mujeres. Conocí tres casos de homosexualismo en filas. Y la idea era que se pudiera trabajar, pero eso, no había las condiciones culturales ni de formación para poderlo asimilar como debía ser.

Les puedo contar una anécdota que pasó, que fue muy dura para quienes estábamos ahí: el caso de un comandante de un frente que se empezó a filtrar que él tenía relaciones sexuales con algunos jóvenes ahí en los campamentos y el secretariado lo mandó a llamar para hablar con él (Se interrumpió la señal) ... esa semana con el camarada “A” teníamos un cine foro, poníamos películas que generaban algunas discusiones interesantes y habíamos escogido “El

beso de la mujer araña”, era un tema muy importante porque precisamente (interrupción de señal) ... de un prisionero comunista que comparte celda con un homosexual, no les voy a contar más para que la vean. Eso iba a generar una discusión muy interesante. Esa noche el camarada “A” llama al comandante y le explica la situación y ese comandante, pues, al sentirse detectado... Pues al otro día por la mañana se pegó un tiro y eso fue terrible, porque la gente no sabía qué pasaba, entonces bueno, nos reunieron a todos, nos explicaron la situación. El compañero quedó vivo, se pegó un tiro por aquí en la cabeza (señala), eso fue muy duro. Duró quince días, le hicieron todos los auxilios que se podían en las condiciones de la montaña y finalmente murió. Y pues ante eso el camarada dijo: “no pasemos la película” porque los comentarios, todo lo que la gente comenzó a decir (interrupción de señal) ... esa problemática, entonces, eso iba a ser más complicado.

Y bueno, conocí otros dos casos: uno que era muy cercano a mí o dos muy cercanos a mí. El compañero por las noches se le pasaba a los otros hombres, muchas veces le cerrojaron el fusil⁸¹ y entonces decidieron más bien que fuera a trabajar al partido clandestino, a ubicarlo en un lugar donde se pudiera preservar su vida porque ahí iba haber algún problema. Y después otro caso de otro compañero con el que trabajábamos ya con organizaciones políticas en otros lugares. Ahí nunca entendí qué fue lo que pasó, si fue que se retiró o lo retiraron o qué.

Homosexualidad: Terror y sufrimiento en las filas guerrilleras

Premisa de Veena Das: “una orientación disciplinaria que privilegia lo cotidiano demuestra cómo las instituciones sociales están profundamente implicadas en la producción de sufrimiento” (Das, 2006, p. 437). Partiendo de este argumento, en este apartado profundizaré en la gestión del sufrimiento por parte del grupo guerrillero respecto a la homosexualidad, describiendo los mecanismos de terror, principalmente discursivos, que constituyen un conjunto de rumores, normas y dinámicas que configuraron una cotidianidad guerrillera respecto a la sexualidad.

⁸¹ “Cerrojear el fusil” era un acto de amenaza al camarada. Cerrojear era quitarle el seguro al arma y prepararla para su uso.

“A los maricas los llevan a juicio de guerra”. Este era el dictamen principal que generaba una dirección de control y amenaza para el disciplinamiento de unos cuerpos guerrilleros para la guerra, y generaba, implícitamente, unos contornos de sufrimiento para algunos miembros, no necesariamente solo a los maricas y lesbianas, sino a otros más -como se ha descrito en diferentes relatos-, que eran tentados por la zozobra del homoerotismo. Había varias versiones de ese dictamen: “en la guerrilla está prohibida la homosexualidad” o “a los homosexuales los asesinan”, las diferentes versiones se rumoreaban y se integraban a las políticas sexuales y de género del grupo armado. Si bien ninguno de mis interlocutores admitió que le hubiera tocado presenciar un consejo de guerra, sí confirmaron que era uno de los rumores más sonados en las filas.

En este apartado se analiza las diferentes repercusiones que tuvo ese dictamen para la vida de los miembros de las filas, aún más para aquellos que se implicaron en relacionamientos homoeróticos, se profundiza cómo el terror que generaba ese dictamen implicó un gobierno del sufrimiento (Bello-Urrego 2023) por parte del grupo guerrillero.

El terror era el mecanismo protagónico en la producción de sufrimiento frente a la homosexualidad en las filas guerrilleras. Este precepto no era exclusivo de las FARC-EP, en otras guerrillas de Colombia y América Latina también se estipuló (Dietrich 2012; Cosse 2014; Arévalo 2022); es más, como se analizó en los capítulos 1 y 2, la homosexualidad era una amenaza para los escenarios militares y por eso había que controlarla y, si era necesario, se hacía por medio de mecanismos de terror.

La cultura del terror como mecanismo de control para implantar un orden subrepticamente violento ha sido algo ampliamente descrito por diferentes antropólogos y sociólogos para el caso colombiano, desde Micheal Taussig en su estudio clásico sobre las caucherías en el Putumayo, hasta autoras y autores más recientes que han investigado el conflicto armado en las últimas décadas (Uribe 2004 ; Blair 2004, 2010 ; Castaño y Ruiz 2019; Bello-Urrego 2023; Pazos 2021). El terror, siguiendo a Taussig, se propaga en lo cotidiano como productor de las relaciones sociales y mediador del espacio, controlando a los sujetos y las poblaciones por medio de silencios, misterios, mitos y miedos.

El terror en la guerra también se propaga por medio de dispositivos de sexualidad, en este caso, el terror propiciado contra la homosexualidad. La guerra y la homosexualidad se articulan profundamente con la muerte. Los grupos armados -junto a las comunidades-

constituían unos terrores contra la homosexualidad: Terror a ser “anormal” o a ser “enfermo”, así lo estipulan muchos discursos sociales. Terror a ser estigmatizado, a ser violentado, a la muerte, así lo demuestran las cifras y los informes de derechos humanos. Terror a no ser un hombre, a no ser un auténtico guerrillero. Terrores que se embrollan de maneras complejas en el grupo armado y en las trayectorias de vida de sus miembros. Una trilogía con varias aristas: guerra, homosexualidad y terror.

El terror accionado por los grupos armados -y el sufrimiento producido por él- no solo se ratrea en las marcas bullosas de la violencia, también en los registros cotidianos de la sexualidad de sus integrantes. Uno de los actos de terror frente a la homosexualidad en la guerrilla fue la intensa producción de invisibilidad, de hacerla invisible en las filas: desde el hecho de no imaginarse a combatientes homosexuales -y todas las repercusiones normativas e institucionales que acarrea ese prejuicio-, hasta otras situaciones descritas en los testimonios como: el cambio de funciones insurgentes a trabajo político en zonas urbanas o frases como “no sabemos qué pasó con él, si se salió de la organización o lo sacaron”.

La mecánica de la visibilidad/invisibilidad, sus grados y sus ocultamientos, son en sí mismos mecanismos violentos que eliminan física y simbólica al otro, en este caso, a ese otro guerrillero o a ese otro “marica”. El juego entre la visibilidad y la invisibilidad se convierte en una estrategia (Farias 2020)⁸², en una gestión de gobierno del grupo armado. Unos temas se hacen visibles y otros invisibles, también unas poblaciones o algunos hechos victimizantes.

La producción de invisibilidad estratégica por parte del grupo armado pretende proteger principalmente la institucionalidad guerrillera. “La guerra es heterosexual”, “la guerrilla es heterosexual”, lo que se salga de ese dictamen hay que borrarlo. A partir de este premisa, acciones como el cambio de funciones (“no puede estar con nosotros. Usted puede estar vinculado en otro sector social, allá puede ayudarnos mucho”) o “no sabemos qué pasó con él” cobran sentido. Estos hechos se podrían considerar como desplazamientos forzados, no fue por su propia voluntad que quisieron salir del grupo o del monte a hacer trabajo

⁸² A partir de la investigación de Juliana Farias (2020) sobre los homicidios de jóvenes en las favelas de Río de Janeiro por parte de la policía, se comprende que la producción de la visibilidad e invisibilidad de ciertos fenómenos sociales tiene profundos intereses políticos y humanitarios. En su caso, la producción de la invisibilidad se articula con una gestión gubernamental de las muertes, mientras que el ejercicio de visibilidad por parte de los familiares, los movimientos sociales y de organizaciones no gubernamentales se vincula a un ejercicio de denuncia y de legitimar esas mismas muertes.

político urbano; fueron expulsados, desplazados, sus horizontes subjetivos y políticos como guerrilleros fueron truncados por su sexualidad.

En este punto de la producción de invisibilidad, podemos señalar la diferencia entre los relatos y los dos testimonios de los eventos digitales. En los testimonios se nota un mayor recelo para brindar información sobre la homosexualidad en las filas, es un estilo más cifrado, lleno de enigmas y de silencios. Por su parte, en los relatos se brindan más datos, es un lenguaje más abierto y detallado; producto -como se dijo en el capítulo 3- de una intimidad y una empatía emocional con el grupo de hombres protagonistas de las historias. Son dos materiales distintos que revelan las divergencias epistemológicas -de construcción del conocimiento- y metodológicas sobre un tema, y que en este punto evidencian las secuelas testimoniales de la violencia, mientras en los unos se envuelven tramas de invisibilidad, en los otros se intenta visibilizarlo.

Otro de los hechos marcantes en los grupos guerrilleros fue el *ocultamiento forzado*. La organización Caribe Afirmativo en su informe *¡Nosotras Resistimos! Informe sobre violencias contra personas LGBT en el marco del conflicto armado en Colombia* (2019) plantea la categoría de *ocultamiento forzado* para aludir a las situaciones de ocultamiento a las que accedían los miembros de grupos armados en su permanencia en las filas⁸³. Thersia Thylin, en su investigación con excombatientes de las FARC-EP, M-19 y AUC (Autodefensas Unidas de Colombia)⁸⁴, también confirma esta situación, alude que varios entrevistados no se involucraron en ninguna conducta sexual durante su tiempo en el grupo armado porque sabían que a nadie se le podía confiar tal secreto (Thylin, 2019). Otras referencias aluden a casos en los que guerrilleros eran obligados a corregir su sexualidad y su masculinidad⁸⁵.

⁸³ El *ocultamiento forzado* también tenía repercusiones en las experiencias de vida de mujeres trans. Prada *et al.* (2012) revela que el reclutamiento por parte del grupo armado y su estancia en él truncaba la posibilidad de vivir la identidad de género y el proceder de los proyectos de feminización de las mujeres trans.

⁸⁴ Grupos armados paramilitares.

⁸⁵ Rosa Caicedo, en su tesis de maestría presenta un caso: “Santiago experimentó una situación poco común en la compañía de la que hizo parte. Él relata que alias “el peruano” era conocido en la vereda porque le gustaban los hombres y porque “botaba pluma”, sin embargo, hacia el año 2002 entró a las FARC, a su ingreso “el comandante le habló finito y delante de todos y le dijo: ‘acá no queremos hombres afeminados ni mujeres amachadas. Hombre es hombre’”. Santiago añade que desde ese día, alias el peruano, cambió su usual forma de expresarse: “hablaba como hombre y caminaba como hombre” (Santiago, comunicación personal, 28 de febrero de 2016). (Caicedo-Bohorquez, 2018, p. 119-120).

El ocultamiento era un ejercicio que requería de una trama permanente. Alejandro, el protagonista del relato de “Las Socias” (Capítulo 1), lo pudo hacer 20 años, durante ese tiempo solo tuvo dos encuentros sexuales con otro camarada, a pesar que desde su ingreso a las filas reconocía que le gustaban los hombres. Las tramas de ese sufrimiento se desglosan en sus masturbaciones pensando en hombres, en el morboseo cautivo al ver a los hombres de las películas, de las revistas o de las etiquetas de la ropa interior -tal como se narra en el relato-. También podríamos intuir otros escenarios como ver cuerpos desnudos en los ríos o en las duchas, compartir la mayoría de su tiempo con camaradas hombres, de la realización de muchas actividades que requerían contacto y cercanía corporal, todas estas referencias son escenarios de contención, de sufrimiento; mientras los otros o él mismo podían ennoviarse o tener relaciones sexuales con las camaradas, había que enmudecer, aguantar y postergar el involucramiento con hombres. El ocultamiento forzado es uno de los hechos victimizantes más característicos de los miembros “LGBTQ+” o de disidencias sexuales y de género de grupos guerrilleros, paramilitares y de las fuerzas militares del Estado.

Los registros cotidianos del terror -y sufrimiento- del homoerotismo en las filas también los podemos rastrear a través de las condiciones de los encuentros sexuales entre camaradas, asuntos descritos en diferentes relatos en la tesis. Las geografías: a escondidas o en carpas alejadas. Los tiempos: en las noches, tenía que durar poco, no podía repetirse. Los sonidos: el silencio, contener los gemidos, los ruidos corporales atenuados por los crujidos de la selva. La homosexualidad era terrorífica, había que eliminarla de toda coordenada de espacio y tiempo -y sonido-. También podemos recordar el miedo y el terror que sentía Andrés de que el policía lo pillara, que se diera cuenta que era guerrillero, un vaso de agua o un paseo por un lugar alejado o solitario eran detonantes de esa zozobra.

Las estructuras armadas, en palabras de María Victoria Uribe, establecen un régimen de dominación que administran y organizan “pequeños terrores íntimos” (Uribe 2004). Esas condiciones son terroríficas y producían insospechadamente tramas de sufrimiento en los camaradas participantes; escenas que marcaron su trayectoria sexual en las filas y que también han repercutido en sus procesos de reincorporación (sobre esto se profundizará en el capítulo 5).

Siguiendo el postulado de Taussig sobre terror como productor de relaciones sociales, Mateo Pazos (2024), en su tesis sobre homoerotismo en el Pacífico colombiano, subraya el terror como productor de relaciones eróticas y sexuales. Como el caso de La Diosa, que por más que estuvo tentado a aceptar la invitación del comandante eleno, no lo hizo por el terror que le generaba su pretendiente. El terror como regulador y reproductor de la sexualidad en los contextos armados.

El caso del suicidio y la agonía por la que tuvo que pasar el guerrillero – podría volverlo a describir y puntualizarlo, pero no quiero caer a una pornografía del violencia, pues así también se reproduce el terror- implica pensar no solo en el poder del grupo armado sobre la sexualidad o el cuerpo, sino también en las ideas que pasaron por la cabeza de esa víctima: no se podía vincular su lucha política con su sexualidad, la culminación de la lucha política es la muerte, como lo hizo el camarada que se pegó un tiro en su cabeza.

Los consejos de guerra contra los homosexuales, como discurso, produjo un profundo mecanismo de control, con contornos de horror insospechados, que configuraron tanto una cotidianidad guerrillera como unos hechos extrorodinarios. Como lo plantea Elsa Blair, no es la finalidad ni el acto como tal lo que define el horror, sino su modalidad; se trata de la crueldad como modo dominante de comunicación (Blair, 2004), produciendo efectos colaterales o inesperados. Como el caso del suicidio del guerrillero -que la camarada narró sin mucho escozor-. La vida cotidiana en contextos como la guerra, entretejida en medio de mecanismos de terror, compone una paradoja: la fusión de rutinas y acontecimientos extraordinarios (Castaño y Ruiz 2022).

En esta discusión, también es importante recordar el caso de aborto forzado narrado en el relato “Las Socias” del primer capítulo (de nuevo: no quiero puntualizarlo porque así se reproduce el terror). El cuerpo del camarada que se autolesionó y de la guerrillera obligada a abortar, tanto ante los ojos de los y las camaradas en su momento, como en el testimonio de la firmante de paz y ahora en este escrito, son cuerpo parlantes, cuerpos que exponen el horror y el sufrimiento de unas políticas sexuales del grupo guerrillero. Los cuerpos como “textos de terror” (Uribe 2004).

Estos dos casos nos llevan a pensar en los marcadores de género y sexuales implicados en los mecanismos de terror implementados por el grupo guerrillero, y en sus efectos en unas “economías del sufrimiento”. ¡Que sufran las mujeres! ¡Que sufran los

maricas! En un escenario emblemáticamente heterosexual, como lo es la guerra y los grupos armados, ciertos sujetos son más susceptibles o más perseguidos en los marcos normativos y de control -que se convierten algunas veces en terroríficos-. María Victoria Uribe, en su libro “Antropología de la Inhumanidad” plantea:

Los procedimientos violentos empleados en contra de Otros para marcar la diferencia corporal, son producto tanto de conocimientos adquiridos como de técnicas que buscan descubrir al Otro. Según Appadurai, allí donde entran en juego una o más formas de incertidumbre social, la violencia puede convertirse en una certeza macabra y en una técnica brutal para descubrir a los Otros (2004, p. 78).

Justamente, varias autoras argumentan que las nuevas formas de la guerra se configuran de acuerdo a unas políticas de los cuerpos y de la identidad (Kaldor, 2012; Segato 2014). Los dispositivos de género y sexualidad, se enmarañan de formas complejas con las políticas propias de la violencia y entre más imbricadas estén, son más precarias las vidas de los sujetos involucrados, en especial, de los sujetos más vulnerables (Efrem Filho, 2016), las mujeres y los maricas en las filas guerrilleras eran los principales inmolados.

Para terminar quisiera dejar una discusión abierta. Cuestionar la relación entre terror, sufrimiento y sexualidad, y su legitimidad: ¿qué sufrimientos son legítimos para los grupos armados, ¿Cuáles tienen sentido para su lógica armada y política? ¿el sufrimiento por asuntos (homo)sexuales son legítimos o tienen sentido para ellos? ¿Tienen sentido para los organismos del contexto transicional? Los dispositivos de género y sexuales de los grupos armados configuraron unos mecanismos de terror y sufrimiento que marcaron profundamente los cuerpos y los traumas de sus miembros -y de la población de los territorios donde hacían presencia-. Esos terrores y esos sufrimientos que se colaron en la cotidianidad de las filas, ahora hay que indagarlos también en la cotidianidad de la vida civil (tarea que se emprende en el capítulo 5).

Más allá de la homofobia. Circularidad de la violencia: género, sexualidad y homoerotismo

A partir de los apartados sobre la producción de la invisibilidad de la homosexualidad en las filas guerrilleras y el terror y sufrimiento producidos por los discursos contra ella se podría inferir que el conjunto de hechos victimizantes contra la homosexualidad y el homoerotismo son simplemente violencias homofóbicas. Pero, en el presente apartado quiero ampliar la perspectiva y plantear que esas violencias están profundamente articuladas con otros dispositivos de género y de sexualidad de los grupos armados -y de la guerra en general- que sostienen una suerte de circularidad de la violencia.

No aludo al género o la sexualidad como marcadores sociales que se interseccionan o imbrican, premisa sobre la cual se sustenta la perspectiva interseccional, más bien pretendo exponer un movimiento circular en el que se co-producen junto a la violencia -y junto a otros elementos que se implican en los hechos victimizantes-. En lo circular es complejo reconocer el inicio y su fin porque es un proceso constante que se reproduce, también es complicado identificar un factor predominante, a partir de estas dos premisas se puede pensar las relaciones de violencia con los diferentes marcadores sociales que se implican en ella.

Para iniciar esta discusión, es necesario cuestionar la noción de “homofobia”. Guillermo Núñez Noriega (2007) enuncia diferentes críticas al término, señala que así como una identidad homosexual o gay no describe un sujeto universal, la homofobia tampoco podría ser un término aplicable universalmente. También subraya que es un término para el cual los homosexuales son el único blanco, desestimando las políticas sexuales y de género del contexto donde se manifiesta. Por ello el autor subraya la necesidad de un enfoque antropológico sobre las violencias que afectan las disidencias sexuales y de género, apunta: “Así como la antropología ha tenido la sensibilidad cultural para reconocer otras culturas sexuales, debe dar cuenta de la diversidad cultural en la construcción de las violencias que recorren el campo sexual” (p. 239).

La noción de “homofobia” contiene una perspectiva liberal, occidental y urbana, como también “no-bélica”, perspectivas que tergiversan los sentidos y las dinámicas de la violencia y, a veces, pueden desconocer o ensombrecer otros marcadores sociales o elementos implicados en ella. La indagación por las violencias contra las disidencias sexuales y de género debe considerar las particularidades históricas y políticas del contexto donde se

presentan. Para el caso del conflicto en Colombia y de los grupos armados, esas violencias están vinculadas con las lógicas de la institucionalidad e inteligencia militar, las normas y controles del grupo guerrillero, con la ruralidad y con otros componentes que pueden variar como lo regional o los mandos de cada célula o frente.

Otra arista para debatir sobre la noción de homofobia es que engloba o generaliza sus víctimas. La homofobia no es igual para todos los “homosexuales”, ni siquiera en los ámbitos militares. Hay mayor severidad contra las mujeres y los bajos mandos. En los relatos, los más violentados eran los guerrilleros rasos, sus amantes, que eran de mayores jerarquías, parecen menos afectados por las tramas de la violencia.

La noción de homofobia, además, ni siquiera es suficiente para casos de extrema violencia. En los casos de crueldad narrados en los diferentes informes del CNMH (2015, 2017, 2019), de la Comisión de la Verdad (2022) y de Caribe Afirmativo (2019, 2021b) se evidencia que son hechos en los cuales se suman otros marcadores sociales y otros elementos en la trama simbólica y de ejecución de la violencia. La misoginia, el racismo, la xenofobia y otros componentes como asumir la pertenencia a un bando enemigo, el imaginario de la hipersexualidad o la disposición sexual permanente de las mujeres trans o los hombres gais, o el deseo que estos sujetos generan en los victimarios, se entretajan en la ejecución de estos actos de sevicia. Roberto Efreim Filho, en sus análisis sobre los asesinatos a la población LGBT en Brasil argumenta: “Si la homofobia no explica el alcance de los apuñalamientos o las pedradas, ofrece pistas mínimas sobre los vínculos entre esta violencia y la sexualidad” - traducción propia- (2016, p. 329).

Todas estas referencias son una evidencia del carácter insuficiente y ambiguo que puede conllevar un análisis enfocado solamente en la homofobia. Por ello, como se recalcó al inicio del apartado, las violencias contra las disidencias sexuales y de género intrafilas -y en el marco del conflicto armado- están articuladas con otras violencias y con otros dispositivos de género y de sexualidad que complejizan y enmarañan su análisis. A partir de los relatos presentados a lo largo de los capítulos, podemos entrever algunas articulaciones.

En el capítulo 1, en el relato de “Las Socias” se aludió a un caso de violencia reproductiva, a la situación en la que una guerrillera fue obligada a abortar por el grupo guerrillero. Luisa escondió su embarazo por varios meses, un proceso evidentemente terrorífico, de disimular su barriga y callar su estado de gravidez. Junto a su socio,

obedeciendo las normas guerrilleras, informaron a la comandancia y luego de varios días de incertidumbre, Luisa fue trasladada a un procedimiento en medio del monte. Debido al avance del embarazo y a las condiciones en las cuales se realizó la intervención, Luisa tardó varios meses en recuperarse.

La violencia reproductiva intrafilas⁸⁶ es un escenario que, por supuesto, revela los dispositivos de género de los grupos armados, sus posturas patriarcales y machistas; pero, también implica un dispositivo heteronormativo en el que se implementa un modelo de heterosexualidad. Para el caso de los grupos guerrilleros, es una heterosexualidad no reproductiva. Premisa que resulta llamativa, pues la reproducción es uno de los argumentos más referidos para sustentar la heterosexualidad en los discursos políticos hegemónicos. La heterosexualidad de la guerra es, entonces, una heterosexualidad particular, que bajo unas justificaciones de las dinámicas de la guerra (“no se pueden tener bebés o niños en campamentos debido a la amenaza constante de un ataque”), controla, interviene y castiga la reproducción; violencia que recae en los cuerpos de las mujeres.

Las violencias reproductivas, en específico el aborto forzado, ha sido una de las violencias más remarcadas contra la guerrilla por parte de la opinión pública y los grupos políticos de derecha en el país. Por ello, también, es una de las violencias más resguardadas o calladas por parte de las dirigencias exguerrilleras. En ese juego de denunciar y ocultar, también hay una producción de género y de sexualidad en la memoria del conflicto armado y en el proceso transicional. La ejecución de las violencias produce unos dispositivos de género y sexualidad, y los procedimientos judiciales, testimoniales o de memoria sobre ellas también.

En los grupos armados también hubo una vigilancia y control, tanto en sus filas como en las comunidades, de las ITS (Infecciones de Transmisión Sexual) y del VIH/SIDA (Caribe Afirmativo 2021c, Comisión de la Verdad 2022). Los grupos guerrilleros, en una suerte de higienismo violento, imaginaban e instauraban un terreno “limpio”, aquella “persona infectada” era un vector de contaminación y había que expulsarla o eliminarla. Bajo esa justificativa se cometieron una serie de violencias contra las poblaciones LGBTQ+ de los territorios y en las filas armadas.

⁸⁶ Repito un pie de página del capítulo 1: “No profundizo en este tema, en las violencias sexuales/reproductivas enmarcadas en el aborto y los procedimientos de control de los embarazos en las guerrillas porque no es mi objeto de estudio. Para indagar más sobre el tema buscar: Coral (2019), Landinez (2022), Doncel *et al.* (2023)”.

El tema del VIH/SIDA también era asumido, subrepticamente, como un control sobre la homosexualidad masculina. Aquel considerado “marica” u “homosexual” era un potencial contaminante, por eso había que sacarlo o eliminarlo. Los casos de “desplazamiento forzado” narrados en páginas atrás evidencian ese carácter contaminante. Mary Douglas, en su clásico libro *“Pureza y peligro”* (1991), enfatiza que aquello que no es considerado “puro” se representa como un agente que puede contaminar y contagiar, por eso debe ser separado o eliminado; es poco humano. Más allá de la certeza de un diagnóstico, era un discurso que se acoplaba a la constitución de un “otro” enemigo que, de acuerdo a Cortés (2014), encarna una alteridad odiada y/o amenazante que debe ser destruida. Los “homosexuales” no solo eran un “paria” para el grupo guerrillero, sino también para las comunidades; por ello, las violencias contra ellos encontraron ecos, alianzas y complicidades.

Las críticas a la noción de homofobia hasta acá descritas tienen que ver con su dimensión de victimización. Ahora quisiera plantear otro ángulo, pensar en las maneras en que la homofobia se enmarañó en otros sentidos en las lógicas y dinámicas militares, que no se desatan del todo del carácter victimizante, pero que envuelven usos estratégicos por parte de los grupos armados y que, algunas veces, involucraron el erotismo y el deseo. En las violencias contra las disidencias sexuales y de género se entretajan de maneras complejas el deseo, aquel que se quiere violentar o eliminar, también se desea (Parrini 2016). La violencia emerge en los contornos, en las fronteras de ese deseo. Como se ha resaltado en otros capítulos, un enfoque de victimización nubla o tergiversa otros sentidos con los cuales son usados ciertos agentes en los escenarios de violencia.

José Fernando Serrano, por ejemplo, a partir de los casos de Sudafrica y de Colombia propone cuestionar el concepto “homofobia”. El autor propone la noción *usos políticos de la homofobia* (2019) para subrayar que esos usos varían de acuerdo con los tipos de conflictos, los actores involucrados y las estrategias de los actores en disputa. Más allá de una política de exterminio o violencias físicas contra homosexuales, la homofobia también fue usada por los grupos armados para producir miedo, para los controles sexuales en las poblaciones.

A partir de los relatos de este capítulo, esos *usos políticos de la homofobia*, se pueden articular con unas políticas de la masculinidad y con unas dinámicas propias del homoerotismo entre hombres. Las políticas de la masculinidad, y más en contextos armados, se imbrican con la violencia. La violencia y la masculinidad, en tanto actos performativos, se

co-constituyen. De acuerdo a Connell (1995), la violencia es transversal en la política de género entre hombres, los episodios de alta violencia como combates militares, homicidios y asaltos armados son transacciones entre hombres. Otras autoras, como Rita Segato (2010, 2018), plantean la noción de *mandatos de masculinidad*, o para otros contextos como las guerras *mandatos de violación* (2003, 2014). Si bien pueden ser planteamientos con un tono estructuralista, que universaliza y generaliza -algo justamente criticado a la noción de homofobia-, los dispositivos de género, aquí descritos como políticas de la masculinidad, tienen unas sinergias en los contextos de guerra. La hombría y la virilidad encuentran un terreno fértil para su despliegue.

Frente a esas políticas de masculinidad, por ejemplo, los cuerpos militares son hipersexualizados. Al guerrero varón se le atribuye un apetito sexual incontrolable que debe ser expuesto, esa potencia sexual es sinónimo de “qué tan hombre” se es (Cortés 2014). Así como en la vida militar se exhibe que se tiene competencia física, también se prueba que se tiene competencia sexual, esas ostentaciones son fundamentales para el reconocimiento entre sus pares y para legitimar lugares de mando. Esa masculinidad se tiene que demostrar, incluso, así sea penetrando a otros hombres. En ese sentido, ciertos encuentros sexuales suscitados en medio de la guerra, más allá de la búsqueda de placer sexual, se tratan más bien de la exhibición de la capacidad viril, son parte, en palabras de Rita Segato (2003, 2014), del mandato de violación⁸⁷. Como el caso del *comandante eleno*, que ante una posición de poderío quiso demostrar su competencia sexual ante *La Diosa*.

El compartamiento del comandante: su arrogancia en el bar, la apropiación del cuerpo de La Diosa al tocarle sus nalgas, así como la conquista del territorio por parte del grupo armado a su mando constituye lo que Rodrigo Parrini (2016) ha denominado *falotopía* tras analizar las situaciones de violencia extrema en México. Según el autor, la *falotopía* es un modo en el que las hipermasculinidades se adueñan de los espacios públicos y figurales. En ese sentido, la *falotopía* no es un espacio, sino una forma de apropiación y uso de este. En otros apartados, el autor complementa que esas *falotopías* son otras maneras de vislumbrar las genealogías de las políticas masculinas en contextos de violencia y que se constituyen en un espacio pedagógico de las éticas guerreras y viriles.

⁸⁷ Testimonios sobre violaciones grupales por parte de hombres militares contra mujeres indígenas en el marco del conflicto armado en Perú, señalan que aquellos miembros que se negaban a sumarse al grupo eran estigmatizados y victimizados, eran considerados “homosexuales” o menos hombres (Theidon 2012).

En el relato “Entre bandos contrarios” podemos entrever las tramas de esas *falotopías*, podemos reconocer las maneras cómo el poder guerrero y masculino se asienta en el territorio, en la cotidianidad del bar, cómo se inmiscuye en el compañerismo y en los apoyos de sus camaradas. Un componente que resulta interesante es el hecho de la implementación de un poder armado en manos de un hombre que desea a otros hombres, que estaba encantado con La Diva. En ese sentido, la *falotopia* no es estrictamente heterosexual, como tal vez podría pensarse, también puede implicar hipermasculinidades con deseos, prácticas y relaciones homosexuales. Jugando un poco con el concepto, se podrían insinuar, como lo he planteado con otro colega, como *falotopias maricas* (Gallego y Giraldo 2023).

La posición de mando del *comandante eleno* le permitía adjudicarse ciertos permisos sexuales a través de los cuales simultáneamente ejercía vigilancia y controles sobre esos cuerpos. En medio de una supuesta transgresión, preservaba su dominio. Así como la regulación es violenta, su transgresión también. Por ello, tal vez, La Diosa nunca dejó de sentir miedo de su amante en el transcurso del coqueteo, tanto así que no terminó yendo a la invitación final.

Esas posturas de mando y la capacidad de control territorial que tenía el *comandante eleno* también se pueden catalogar como un *necroempoderamiento*, denominación propuesta por la filósofa Sayak Valencia para el contexto violento de la frontera entre México y Estados Unidos (2010). Con este concepto hace referencia a un proceso en el que la violencia no es exclusiva de los aparatos militares del Estado y también es ejercida por sujetos que incurren en prácticas de crueldad y muerte para conseguir y mantener el poder, y auto-affirmarse en los territorios. Según la autora, ese *necroempoderamiento* no ocurre en cualquier lugar sino en unos cuerpos específicos de hombres, lo cual produce unas *masculinidades necroempoderadas*, que articulan mandatos heteropatriarcales y neoliberales para legitimarse socialmente y cumplir su cometido. Sin embargo, a partir de los relatos, podemos comprender que esas masculinidades violentas, necroempoderadas, integran bajo ciertas lógicas y límites el homoerotismo; no son estrictamente contradictorias. Por medio del homoerotismo también se quiere ejercer un poderío sobre los territorios y sobre los cuerpos.

Pero, los personajes de los relatos por más empoderados que estuvieran también estaban en riesgo por sus aventuras sexuales homoeróticas. De acuerdo con Gutierrez (2022) y Pazos (2024), los hombres implicados en los carteles o grupos armados no se integran en

una sola dirección en ese “necroempoderamiento”, también hay una dirección al despojo y la precarización de sus propios cuerpos al estar en constante riesgo de muerte en los contextos violentos. Esa precarización, para el caso de los sujetos de los relatos, también está marcada por su sexualidad, ante una constante amenaza de ser pillados o de traspasar ciertas fronteras de condescendencia de los camaradas o de los grupos armados.

A partir de estas aristas de las políticas de masculinidad: de la hipersexualización, las falotopías y el necroempoderamiento se revela, entonces, la reproducción de la violencia en los encuentros homoeróticos entre hombres en contextos armados, de un homoerotismo violento. Como lo señala Domínguez-Ruvalcaba (2015), el ejercicio de una sexualidad violenta es un elemento central de la configuración de modelos de masculinidad en contextos armados. La virilidad, la hipersexualidad, la competencia física y sexual asociadas a los hombres guerreros son exaltados y perseguidos en el homoerotismo entre hombres; no solo en contextos de guerra, también por fuera de ellos. Por ello, ciertos encuentros homoeróticos en medio del conflicto armado, más allá del erotismo, se tratan también de la exhibición de la masculinidad viril y agresiva. Juan Pablo Sutherland en su libro *Grindrmanías* recuerda un fragmento de Lemebel al respecto:

Masculinidad y violencia que se topan siempre en la frontera de la ciudad y el deseo (bastaría recordar esa bella y cruel crónica de Lemebel en su mejor libro, *La esquina es mi corazón*, donde la loca y el rufián bailan solos en un juego de cuchillo y sexo, del miembro de carne y metal, como metonimia posible y conjugada para ofrecer una escena voyeur y sádica a la ciudad deseante (2021, p. 81).

La escena del *Comandante eleno* y *La Diosa* podría aparecer como otra bella y cruel crónica, también la de Andrés y el policía, escenas atravesadas por la atracción y el erotismo y, a la vez, por el miedo y el terror.

A partir de lo analizado a lo largo de apartado, se sustenta entonces que la violencia produce unas relaciones de género y sexualidad particulares, y unos sujetos insertos en ellas. Las violencias reproductivas, el control o higienismo frente al VIH, la hipersexualización de los guerreros, las falotopías y el necroempoderamiento son escenarios y conceptos en los cuales se evidencia ese argumento. Este carácter productivo fue remarcado desde el comienzo del capítulo y su implicación como constituyente de género y sexualidad ha sido planteada

por diferentes autoras y autores (Butler 2010, Gregori 2008, Efrem Filho 2016). Sin embargo, no podemos olvidar el carácter circular de esa relación, es decir, que el género y la sexualidad también producen esa violencia; un carácter co-constitutivo y circular de esta trilogía. Una trilogía que tiene sus propios derroteros en los contextos de guerra.

Inteligencia militar homoerótica

El relato “Usted me da la calma que la vida me quitó”, así como las tramas de otras historias presentadas a lo largo de la tesis revelan las complejas marañas que se tejen en la producción de la violencia, la cual no es estrictamente heterosexual, como se podría pensar ligeramente, sino que involucra subrepticamente otros ángulos de la sexualidad. La homosexualidad y el homoerotismo también se infiltran en las filas armadas para su trámite militar, los grupos armados se sirven de ellas para la administración de la guerra, y los combatientes, incluso, gestionan tácticas por medio de mecanismos de seducción, erotismo, amor y deseo.

La violencia contra la homosexualidad es heterogénea y se transforma. En este sentido, la violencia se constituye como acto performativo en varios sentidos: como productora de realidades a partir de unos discursos normativos, como práctica reiterativa, como productora de subjetividades y como mecanismo que se transforma. El discurso sobre la prohibición a la homosexualidad constituyó una cotidianidad guerrilla, una realidad marcada por el rumor, la zozobra y el terror. Ese rumor se desplegaba y se repetía constantemente de maneras insospechadas, aparecía y reaparecía en los campamentos y en las células. Ese dictamen constituyó unas subjetividades en los miembros de la guerrilla, así como en las comunidades y en sus víctimas. Y esas posiciones o actos contra la homosexualidad no fueron únicos o singulares, se fueron transformando, tanto así, que emergieron episodios de uso estratégico del homoerotismo como táctica militar.

Varios autores han profundizado en esta idea: en la performatividad de la violencia (Das 2006; Gregori 2008; Maldonado 2013; Muñiz 2019). Veena Das ha insistido en el carácter productivo de la violencia, de producción de realidades, de una cotidianidad. Gregori, en sus estudios sobre BDSM en Brasil, ha profundizado en la reflexión sobre los procesos de reiteración y de cambios de las normas de género, al discutir sobre la ampliación o restricción de normatividades sexuales, en específico, sobre la creación de ámbitos de

mayor tolerancia y los nuevos límites que van siendo impuestos en ciertos escenarios y prácticas sexuales. Elsa Muñiz (2019), por su parte, en sus estudios sobre la violencia feminicida en México, plantea la violencia como productora de sujetos de género -yo agregaría de sujetos sexuales-.

La violencia, para los relatos y testimonios que venimos analizando, produce unas relaciones de género y sexualidad particulares, y unos sujetos insertos en ellas. El relato “Usted me da la calma que la vida me quitó” es una historia paradigmática, contiene varios elementos que podemos remarcar: el hecho que la célula sabía sobre los gustos sexuales de su camarada y se volvieron cómplices de ese secreto, que los miembros de la célula sabían que el policía tenía encuentros sexuales con hombres -la inteligencia guerrillera lo había descubierto-, y que el líder en vez de recriminar a Andrés o delatarlo ante la comandancia, más bien le encarga una misión insurgente. Otras tramas del relato no pueden pasar desapercibidas como dinámicas militares: las citas, las conversaciones, el paseo, los besos, el sexo, las amanecidas en la casa del policía; en todos estos escenarios se confunde el placer y las emociones con la misión guerrillera. Cada escena estuvo marcada por el objetivo militar, por conquistarlo y sacarle información, y estuvieron atravesadas también por el riesgo y el terror.

Otro caso que me topé en el trabajo de campo no fue una historia de los excombatientes con los que escribí los relatos, sino de un firmante de paz que participó en un taller que realicé con los funcionarios de la ARN. En la última parte del encuentro, en el momento de intervenciones o preguntas, el firmante expuso que conoció un caso de un campamento guerrillero en el que sabían de los gustos de unos de sus camaradas y que le encargaron, como misión, reclutar a jóvenes del pueblo más cercano, de seducirlos y convencerlos dándoles ciertos regalos. De nuevo, es llamativo la complicidad de la institucionalidad y jerarquía guerrillera con un camarada y de aprovechar estratégicamente su condición sexual. En esta historia es relevante el hecho de aguzar una mirada que descubra o fiche los “gais” del pueblo, la promoción de una mirada homoerótica para fines militares. También es sobresaliente la situación de reclutar “gais” en medio de unas políticas de heterosexualidad y de masculinidad promovidas en las filas guerrilleras.

Sobre los usos militares de la homosexualidad, también podemos recordar la historia del capítulo 1 sobre la inteligencia del ejército y de contra inteligencia de la guerrilla inmersa

en los discursos sobre los consejos de guerra contra homosexuales. Este referente demuestra el uso estratégico de todos los bandos, no solo de los guerrilleros. En los informes del CNMH y de Caribe Afirmativo se encuentran otras referencias sobre los usos estratégicos de personas “LGBT” para labores militares de grupos guerrilleros y paramilitares, entre ellas: llevar comida a zonas aisladas, actividades de peluquería en los campamentos o informar sobre actividades de otros grupos armados. También, hay referencias del empleo de mujeres trans para el transporte de municiones o de droga, ya que eran personas que regularmente no eran requizadas por las fuerzas militares.

Núñez y Espinoza en sus análisis sobre el contexto del narco en México, plantean que las disciplinas criminológicas y jurídicas no se imaginan que hombres con deseos homosexuales sean capaces de participar o de dirigir organizaciones criminales, ya que asumen que estas tareas exigen un despliegue “natural” y “excesivo” de “hombría” presente, supuestamente, solo en varones con deseos heterosexuales (Núñez y Espinoza, 2016, p. 104). Yo agregaría que esa premisa también se replica en los estudios sobre el conflicto armado en Colombia y sobre las guerras en general. Esta suposición acarrea profundas repercusiones epistemológicas, teóricas y metodológicas, como también políticas, a la hora de reflexionar sobre las implicaciones del género y de la sexualidad en los contextos armados, pues limita o nubla un espectro de análisis del accionar violento. Siguiendo con los autores:

No se trata de identificar a los criminales mediante su precisa o imprecisa identidad o deseo, sino ante todo de entender la relevancia que este deseo tiene o no en la comisión misma del crimen o en la lógica existencial del crimen organizado (2016, p. 104-105).

Las tramas de los relatos del presente capítulo, como de otros, evidencian cómo el deseo homoerótico se convierte en un elemento que participa, a veces de maneras explícitas y otras subterráneas, en el trámite de acciones de militares. Estas acciones pueden envolver varios objetivos, más allá del erótico o sexual: como la consecución de información, la delación de enemigos, el reclutamiento e, incluso, otras acciones letales como la amenaza, los atentados o el asesinato. Al que se desea, también se violenta o se mata.

El deseo erótico o sexual no es un artefacto ajeno a la dinámica o interacción violenta. No son asuntos estrictamente separados: que uno vaya en una dirección y el otro por otra, más bien son factores que se integran de maneras complejas en escenarios de violencia.

Algunos autores han discutido sobre la intermediación del deseo en las violencias entre hombres en contextos armados (Dominguez 2015; Giraldo y Gallego 2020; Gallego y Giraldo 2023), plantean que no se puede desestimar los indicios de erotismo implicados en las interacciones violentas, asuntos como la corporalidad, la virilidad y la rudeza, los uniformes militares o la jerarquía militar son elementos que inciden en los encuentros entre hombres armados. Gallego (2023), en su estudio sobre violencia sexual contra hombres heterosexuales en el marco conflicto armado en Colombia, incluso subraya que no se pueden desestimar asuntos como la erección del pene del agresor en actos de penetración o sexo oral. Las tramas de erotismo y deseo no solo se presentan en relaciones suscritas por el consentimiento, también en hechos victimizantes con marcadores de dominación y de terror. Como se evidencia en los relatos, por más que el deseo y la sexualidad intermedien, los trazos de violencia no desaparecen.

En su tesis de libre docencia “*Prazeres perigosos. Erotismo, gênero e limites da sexualidade*”, Maria Filomena Gregori retoma a Georges Batailles (1987) para profundizar en dos ideas: primero, en la articulación entre placer y transgresión como una premisa fundamental para la definición de erotismo por parte del autor. Y, segundo, en el nexo entre violencia y éxtasis erótico. La violencia, a partir de estas posturas, no solo es un elemento que controla o atenta, sino que también propicia el erotismo.

Ciertos episodios sexuales y eróticos emprendidos por los protagonistas de los relatos en medio de los campamentos o con fines militares, conjugan una tensión entre placer y peligro, y eso los hacía más excitantes, según varios de ellos. En esa misma línea, son escenarios sexuales que se pueden considerar como *empreendimentos de risco* -o *emprendimientos del riesgo* en español-, noción planteada por la misma Gregori y por Barreto en Brasil. Según la autora, son eventos en los que “el riesgo a la integridad física y moral de las personas es una posibilidad abierta y no dada de antemano” (Gregori, 2010, p. 4). Bajo esa noción, advierte Barreto (2020), no se quiere justificar el riesgo en pro de la valorización del placer, sino más bien cómo ese riesgo participa, en sí mismo, en la erotización de esos eventos; el riesgo aparece aquí como un tensor libidinal (Perlongher, 1993) en esas situaciones.

Otras referencias han delatado las tácticas por parte de grupos militares, legales o ilegales, para descubrir, seducir e instrumentalizar a sujetos homosexuales. En varios

apartados de la literatura que se ha integrado como epígrafes a lo largo de la tesis se insinúan estas tácticas: Puig lo refiere en el “Beso de la mujer araña”, Perlongher para la dictadura en Argentina (“El sexo de las locas”), Reinaldo Arenas para el caso cubano (“Antes que anochezca”) y Lemebel en Chile (“Tengo miedo torero”). De manera que no es algo novedoso o exclusivo del ámbito guerrillero de las FARC-EP o del contexto del conflicto armado en Colombia. La seducción homoerótica, tanto auspiciada por la institucionalidad militar como por planes individuales de los miembros de las filas, ha sido un mecanismo usado históricamente. Esta táctica ha sido empleada por diferentes facciones, estatales y subversivas, de derecha y de izquierda, y ahora por los grupos al servicio del narcotráfico; todas involucran de maneras subterráneas el homoerotismo en sus estrategias militares. Como el caso de la célula, que había descubierto que el policía se involucraba sexualmente con otros hombres, hicieron inteligencia para ello.

Otro tema de análisis es el enamoramiento como estrategia de guerra. Hasta ahora - principalmente en el capítulo 3- se había discutido sobre el amor y sus implicaciones en las lógicas guerrilleras. Se aludió a los peligros del enamoramiento porque podía generar desapego a la organización, infiltración de información o desertiones cuando se implicaba con milicianos o personas externas a la guerrilla. El informe del CNMH “*La Guerra Inscrita en el Cuerpo*” (2017) planteó el “enamoramiento” como hecho victimizante en el marco del conflicto armado en el país, al analizar modalidades reclutamiento por medio de dinámicas de seducción y enamoramiento realizadas por miembros de grupos guerrilleros y paramilitares. Sin embargo, el planteamiento del CNMH presume un marco heterosexual.

El material narrativo de las primeras páginas evidencia que el enamoramiento también fue usado estratégicamente entre hombres. El testimonio del firmante de paz menciona que a un camarada le encargaron seducir y, de ser posible, reclutar a los jóvenes del pueblo más cercano. El relato “Usted me da la calma que la vida me quitó”, por su parte, revela otra arista del enamoramiento en los contextos de guerra: como mecanismo para conseguir información.

Bajo la misma lógica que se analizó el deseo erótico y sexual como un artefacto que no es estrictamente separado del accionar violento, el enamoramiento tampoco. Incluso, no se puede presumir que, porque se esté aludiendo al amor, entonces se higienice, se salve o se escude la producción de la violencia. A través de dinámicas amorosas también se tramita la

violencia en contextos de guerra. No podemos poner en sospecha los sentimientos que se implican en esas misiones militares estratégicamente amorosas, no es que obedezca simplemente a una táctica bélica, en medio de las misiones militares surgen y se afianzan sentimientos amorosos entre los implicados. Por medio del enamoramiento se tramitaron acciones insurgentes guerrilleras -y del enamoramiento entre hombres también-, son relaciones afectivas producidas por la violencia (Padovani 2022) y para la violencia. Como el caso de Andrés -y se podría suponer del policía- que se estaban enamorando de su enemigo.

Por último, quisiera remarcar otra arista: la formación de cuerpos militares para la guerra, en el caso que nos convoca en este estudio: la formación de cuerpos militares homoeróticos. Varios autores y autoras (Feldman 1991, Aranguren 2007, Castellanos 2011, Neira 2021) que han discutido sobre corporalidad, género y guerra, plantean la formación militar como un proceso que forja y dispone unos cuerpos para la guerra. Allen Feldman, en su clásico libro *“Formations of Violence: The Narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland”* (1991), insiste que esos cuerpos no solo están formados para la violencia, sino también significados por ella.

Esos cuerpos, por supuesto, están marcados por el género y la sexualidad, principalmente por profundizar ciertos prototipos de masculinidad y por la heterosexualidad. Con los relatos y lo planteado a lo largo del apartado, podemos insinuar que la formación de esos cuerpos no es estrictamente heterosexual, que también a veces se auspicia -y se forman- cuerpos homoeróticos, cuerpos que con las miradas reconozcan a hombres homosexuales -a comandos policiales y militares en las dictaduras del Cono Sur les encargaron estas tareas (Perlongher 1984; Sutherland 2019)-, cuerpos que seduzcan a otros varones, cuerpos que se besen y acuesten con ellos. Cuerpos homoeróticos producidos para la guerra.

Las tramas descritas a lo largo del apartado trazan un argumento: el involucramiento del homoerostimo en la inteligencia y en las labores militares. A partir de esta premisa podríamos formular una noción: *usos políticos del homoerotismo*. Así como se discutió sobre la idea de unos “usos políticos de la homofobia” en el apartado anterior, podríamos plantear el argumento de unos *usos políticos del homoerotismo*. Usos que, como se ha insistido, trancenden las perspectivas victimizantes y que involucran el deseo, la seducción, el erotismo, el enamoramiento y el amor, como también la violencia, para los trámites militares

de los grupos armados. El homoerotismo no es un enemigo o un hijo bastardo de la guerra, a veces es un aliado de ella.

Puntadas sobre la escritura de la violencia

La escritura propuesta en los relatos presentados a lo largo de la tesis implicó una apuesta estilística en la cual emerge la ficción, no como un invento o tergiversación, sino como un camino para soportar la violencia. Esta relación con la ficción en la escritura antropológica ha sido tachada de posmoderna y se remonta a un planteamiento de Clifford Geertz en su clásico libro “La interpretación de las culturas”:

(las interpretaciones antropológicas) son ficciones; ficciones en el sentido de que son algo «hecho», algo «formado», «compuesto» -que es la significación de FICTIO- no necesariamente falsas o inefectivas o meros experimentos mentales de “como si” (1987, p. 28).

Más allá de la ficción como un hecho compuesto por el antropólogo, considero que también se debe considerar la ficción del testimonio y de la memoria de quienes narran los hechos de la guerra. La discusión sobre la ficción no descansa solo en el quehacer antropológico y su reflexividad, sino que también se involucran otros registros en los cuales emerge la ficción: en lo narrado y representado de la guerra por parte de las víctimas y combatientes. Siguiendo la lectura de Nicolás Espinosa sobre Veena Das:

(para la autora) algunas realidades necesitan ser hechas ficción antes de ser aprehendidas (1997), trabajar el registro de aquello imaginario que se construye desde lo real, y que a su vez construye lo real desde dimensiones simbólicas (lo real, lo simbólico y lo imaginario, tres registros que formuló Lacan para comprender la psique humana) constituye entonces un trabajo que conceptualiza a la sociedad en sí misma (Espinosa citando a Das 2007, p. 46)

Para Espinosa, el registro de lo real, lo simbólico y lo imaginario propuesto por Das, es una estrategia analítica para aprehender esas realidades marcadas por el dolor y el sufrimiento.

La ficción, por tanto, no es solo una elección premeditada del investigador o un capricho de cierta escuela antropológica, es una herramienta para aprehender e interpretar realidades violentas, para escribirlas, y podría constituirse en canales para encontrar otros porvenires. Sobre al tema, Michael Taussig nos advierte:

Un punto fundamental para mí sobre la cuestión de la violencia es que es como una trampa. Yo pienso que la gran mayoría de escritos sobre la violencia, sus representaciones, no tienen ningún efecto y que incluso corren el riesgo de ponerlo peor. Entonces yo creo que es mejor frenar, o no hablar, o no representar, o, si se hace, si se tiene la posibilidad de hacerlo, no entrar más en ello. Soy muy crítico con esto, con la gente que se mete más y más, y más, en las violencias. Pienso que es una trampa psicológica y cultural (Entrevista a Taussig. Montesinos y González, 2018: 143)

No creo que yo esté por fuera de esa trampa, me veo representado como el que me meto más y más, y por eso hablo de los rincones de la guerra; pero creo -en términos de disculpa- que una forma de no caer en la trampa es intentar otros formatos y otras escrituras. Pensar que la trampa de la guerra, entre muchas otras, nos marcó unos caminos para estudiarla. Los mismos caminos conducen a los mismos destinos. Tal vez debemos emprender otros senderos -que hasta pueden servir como atajos- para llegar a otros rincones. Y la apuesta por otras escrituras puede ser, entre otras apuestas, esos otros caminos. Por ello, el mismo Taussig, recurrió a la magia y la ficción para hablarnos, desde otras perspectivas, del terror en Colombia.

Los relatos co-construidos para esta tesis tantean la ficción por la forma o el género en que fueron escritos, también por las cargas de imaginación y simbolismos con los que los protagonistas narran su pasado, pero no porque yo como investigador o escritor en mando haya inventado o tergiversado sus historias. En la escritura de los relatos algunos énfasis, acentos o decisiones son mías, no lo voy a negar, pero por más que haya sido una iniciativa propia, dicho estilo o dicha composición fue escuchada, leída y avalada por el excombatiente, ratificando la narración sobre su pasado. La ratificación no solo pasó por un acto racional de un juicio, de un “sí fue así” o “no fue así”, pasó también por las experiencias emocionales que ellos sintieron cuando escucharon los relatos. Esas marcas corporales y emocionales también fueron parte del juicio sobre la escritura de los relatos; la ficción, como la plantea

Osorio (2013) en sus estudios sobre paramilitarismo en Antioquía (Colombia), también implica una (de)construcción de los sentidos.

Aurora Vergara (2017), en su estudio sobre Bojayá (Colombia), plantea que la etnografía en contextos de violencia es reflexiva, audaz, camaleónica y perentoria; características que pueden referirse también a la escritura sobre esas realidades violentas. Me llama la atención la noción de “camaleónica”, de trasladarla a la escritura, de cómo la escritura puede ir adoptando diferentes estilos y facetas, de cómo debe adecuarse a las condiciones y límites de esa realidad sobre la que pretende escribir. La escritura de los relatos, más allá de la ficción de los testimonios y de la memoria de los protagonistas, también se adecuó a condiciones propias de la guerra, del contexto guerrillero y del estigma a la homosexualidad; ella se adecuó a los rumores y silencios, busco las maneras de sobrepasarlos, pero también, a veces, los reprodujo. Una escritura camaleónica que intenta retratar esos contextos violentos, no solo para representarlos, sino para sobrevivir en medio de ellos.

Para cerrar, esa noción de lo camaleónico también nos podría llevar a pensar en otros sentidos de la ficción, por ejemplo, como un recurso que traza una distancia donde se cuestiona el mandato de la guerra (Sarlo 2005; Ehrmantraut, 2013), la autoridad del grupo armado o la legitimidad guerrillera (o de cualquier mando). Si bien la ficción es producto del poder, también lo desvía. Por medio de trazos ficcionales se tensiona, se trasciende o se burla la prescripción de la violencia. Los relatos de este capítulo -y del resto de la tesis- son narraciones camaleónicas, narraciones desviadas y de sujetos “volteados” -maricas- que sobrepasaron un profundo y rumoreado mandato sobre las consecuencias de ser homosexual en las filas.

Capítulo 5

El doble clóset: la sexualidad y la guerra. Precariedad y políticas sexuales de reincorporación

Hablo de situaciones, las llamo *subterráneas*
y pienso que se pueden trasladar y develar para el bien de todos.

Aun cuando este río lleva sus aguas sucias,
es posible que lleguen a buen puerto, a un buen destino,
a una construcción común.

Como el río que baja del cerro de Monserrate,
nosotros también bajamos de la montaña,
y así como el río trae noticias

nosotros también traemos buenas noticias del monte.

Traemos noticias frescas.

No es posible que se ensucie o se enturbie la memoria
de la historia no contada de este territorio

-Elkin Carabalí. “Río moribundo”

Agua Corriente. Relatos de no ficción de excombatientes para la reconciliación

En este último capítulo se discute sobre los procesos de reincorporación de algunos de los protagonistas de los relatos, y sus vinculaciones con las agendas de género y de sexualidad en el escenario transicional del país. El capítulo está compuesto por tres partes. Primero, se expone una breve contextualización histórica de los procesos de DDR (desarme, desmovilización y reintegración) en el país y la tardía integración del enfoque de género en ellos. Posteriormente, se presentan cuatro relatos. Luego, a partir de la trama de esas historias, se presenta un análisis, por separado, de las políticas sexuales de la reintegración a la vida civil de poblaciones LGBTQ+ o disidencias sexuales y de las redes de apoyo, así como de las enfermedades y otras referencias de precariedad en las trayectorias de reincorporación. Para cerrar, se realiza una reflexión sobre los trazos de incertidumbre y de esperanza para sus vidas y, de paso, para el escenario transicional colombiano en su conjunto.

Breve historia de los procesos de desarme, desmovilización y reintegración (DDR) en Colombia y su incorporación de la perspectiva de género y LGBT

Colombia tiene una larga experiencia en procesos de DDR debido a las diferentes negociaciones con grupos armados ilegales, que desde los años ochenta han depuesto las armas y han apostado a los procesos de reintegración. Uno de los acontecimientos insignias fue la desmovilización a comienzos de los años noventa del Movimiento 19 de abril (M-19), el Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL) y el Ejército Popular de Liberación (EPL), al igual que de otros grupos menores como la Corriente de Renovación Socialista (CRS) y el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT); este proceso se realizó en el marco de la composición de la Constitución Política de 1991. Otro hito fue la desmovilización de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) en los años 2005 y 2006, escenario a partir del cual se fortalecieron los programas de DDR en el país. Por último, los Acuerdos de paz con las FARC han constituido otro parteaguas de este camino, ampliando los enfoques de atención de las poblaciones excombatientes. Si bien estos antecedentes son los principales referentes, es

importante resaltar que en las últimas dos décadas ha permanecido una política de promoción a la desmovilización individual y colectiva de los grupos armados, como una iniciativa contrainsurgente del Estado.

Los procesos de DDR en el Estado colombiano están liderados actualmente por la Agencia para la Reincorporación y la Normalización (ARN). Los orígenes de la ARN se remontan a la creación del Programa para la Reincorporación de la Vida Civil (PRVC), que funcionó entre los años 2003- 2006 y que se dirigió, principalmente, a las desmovilizaciones individuales y colectivas en el marco de una política contrainsurgente promovida por el gobierno de la época. Posteriormente, para responder a las exigencias del proceso de desmovilización masiva de las AUC, en el 2006 se creó la Alta Consejería Presidencial para la Reintegración, que según la propia institución, fue un hito para los programas de DDR en Colombia; porque se pasó de ser un programa de corto plazo a uno de largo plazo, con mayor capacidad de cobertura y gestión, y con mejores herramientas y capacidades para realizar

acompañamiento a los y las excombatientes. Años después, en el 2011, la Alta Consejería pasó a ser la Agencia Colombiana para la Reintegración -ACR- (Decreto 4138/2011), con esta reforma se convierte en Agencia del Estado, lo que significó un avance para garantizar la continuidad y el fortalecimiento de las políticas de DDR, al tener una mayor autonomía administrativa, financiera y presupuestal, y con una estructura organizacional sólida. Finalmente, atendiendo los Acuerdos con las FARC, la ACR debió modificar sus funciones y su estructura para dar respuesta a los nuevos mandatos normativos y a los procesos de reincorporación de los integrantes de este grupo armado, y pasó a llamarse Agencia para la Reincorporación y la Normalización -ARN- (Decreto 897/2017).

En medio de este panorama histórico y administrativo hay un hecho para destacar: la incorporación tardía e insuficiente de la perspectiva de género. Durante los procesos de desmovilización de los años noventa, no se tuvo en cuenta una discusión sobre el tema de género, a pesar que entre 24% y el 27% de las filas de los grupos estaban constituidos por mujeres (Meertens, 1995; Londoño y

Nieto, 2006; CNMH, 2013). Algunas excombatientes del M-19, que fue el grupo con más participación de mujeres, denunciaron esta situación. A pesar de estos reclamos, los posteriores procesos de DDR, como las desmovilizaciones individuales y colectivas en la década de los noventa y comienzos de los 2000 y la desmovilización masiva de las AUC, no implementaron dicha perspectiva. Fue hasta finales de los 2000 que se empezaron a vislumbrar algunos indicios dirigidos, principalmente, a la consideración de las mujeres como dinamizadoras de la política de reintegración social y económica, a través de dos vías: como mujeres desmovilizadas y como parte del núcleo familiar de un desmovilizado, en acciones orientadas a la detección y atención de la violencia intrafamiliar y de la violencia sexual (CONPES 3554/2008).

Durante la década de 2010, la perspectiva de género se ha integrado de una manera más decidida en los programas de DDR debido a los nuevos marcos normativos para la atención del conflicto armado que inscribieron, entre sus orientaciones de acción, el enfoque diferencial; principalmente a partir de la Ley 1448 de 2011 (Oettler 2024), conocida como la Ley de Víctimas y Restitución de

Tierras. Sumado a lo anterior, las negociaciones de paz con las FARC también fueron un escenario que advirtió la importancia de dicho enfoque, la Comisión de Género de los Acuerdos de Paz e iniciativas del propio partido Comunes, como la de feminismo insurgente, han impulsado la premisa de una reincorporación diferencial para las mujeres de los grupos armados.

En medio del proceso tardío y lento de la incorporación de la perspectiva de género, hay una agenda todavía más rezagada: la LGBTQ+. La historia de los movimientos LGBTQ+ en el país está profundamente enlazada con el conflicto armado y las negociaciones de paz (Erazo, Martínez, Palta 2023). Planeta paz, un movimiento ciudadano que acompañaba los diálogos del Caguán (1998-2002) es un referente para los primeros indicios de organización y políticas públicas LGBT en el país, varios de sus integrantes comenzaron a señalar el impacto diferencial del conflicto en estas poblaciones. Es más, una de las frases

insignias del movimiento fue: “Mi cuerpo, primer territorio de paz”.

A pesar de este antecedente, los temas sobre diversidad sexual y de género siguieron siendo evadidos. Un escenario para revelar este argumento es la Agencia para la Reincorporación y la Normalización (ARN), que en su historia y en su arquitectura institucional se evidencia una escasa integración de dicha perspectiva en sus planes de acción. Algunas entrevistas con las personas funcionarias de la ARN confirman esta hipótesis, al revelar que la institución, hasta el año del 2021⁸⁸, no había implementado de una manera clara y decidida este enfoque. Cuando se rastrean los diferentes documentos (CONPES, decretos, leyes y resoluciones) sobresale la ausencia de términos como LGBT o diversidad sexual. En algunos documentos se introducen referencias al respecto, pero son citas de documentos de otras instancias del Estado o de otros organismos institucionales, como el caso del CONPES 3554/2008 que contiene el término “opción sexual”, pero citando el

⁸⁸ Los juicios y reflexiones sobre ARN se enmarcan en un periodo: hasta el año 2022. El trabajo de campo con funcionarios de una regional de la Agencia se realizó en el año 2020 y la revisión documental hasta el año 2021. Con la llegada del

nuevo gobierno en el 2022, el primero de izquierda en el país, algunas directrices sobre la perspectiva de género se han profundizado, entre ellas, algunos asuntos relacionados con la población LGBT.

Plan Nacional Decenal de Educación 2006-2016, o el CONPES 3931/2018 que alude a la sigla LGBT, pero citando un documento de la Mesa de Conversaciones en La Habana.

En medio de este panorama histórico y político, se revela, entonces, el vacío, la omisión y la negligencia del Estado colombiano y del escenario

transicional frente a los asuntos de género y sexualidad, en específico, respecto a la diversidad sexual y de género en los programas de DDR. Este panorama se discutirá en el presente capítulo, se reflexionará sobre los impactos de estas omisiones en las trayectorias de reincorporación de los protagonistas de las historias.

Entre hombres y Grindr⁸⁹

Después de varios años en la guerrilla, iniciaba un nuevo rumbo para Marco. En términos legales comparecía ante un proceso desmovilización, pero para él era algo más trascendente, era iniciar una nueva vida. Desde los 16 años había estado en las filas.

Marco desde muy joven lo tuvo claro: a él le gustaban los hombres. Desde pequeño descubrió su interés por ellos, le llamaban la atención sus músculos y sus labios, sentía cosquilleo en su cuerpo cuando veía los torsos desnudos de sus vecinos o de cualquier hombre en la calle.

Antes de ingresar a la guerrilla alcanzó a tener varias aventuras sexuales. A pesar de este historial, en los años que estuvo en el monte se contuvo y solo tuvo un encuentro sexual con un camarada. El resto del tiempo, sostuvo relaciones con mujeres. En la vida civil el rumbo era otro. Desde los primeros meses, Marco comenzó a tener varios amoríos. El primero fue con un funcionario de la alcaldía.

Debido a su condición de excombatiente, Marco debía asistir a diferentes actividades organizadas por la ARN⁹⁰ y por otras entidades del Estado. Desde las primeras reuniones, a Marco le pareció extraño la ayuda que el funcionario le brindaba, le hacía favores extras y se acercaba a él más que a otras personas.

La historia con él no trascendió mucho. Un día Marco estaba en su casa y recibió una llamada, el funcionario resultó yendo y tuvieron sexo, “no más”. El rollo terminó así. “Mató al tigre y se asustó con el cuero”, dijo Marco.

Sin embargo, para Marco era un buen augurio, pues uno de sus primeros ligues había sido un miembro de la alcaldía.

⁸⁹ Este relato lo construí con Marco.

⁹⁰ Agencia para la Reincorporación y la Normalización.

A pesar que su familia vivía en la misma ciudad, Marco decidió vivir solo en una habitación. El auxilio económico que recibía del Estado le alcanzaba ajustadamente para suplir estos gastos. Marco tenía otras ayudas como formación escolar y técnica para ingreso al mercado laboral. En la guerrilla, Marco tenía la comida y no era responsable de ningún tipo de gastos. Ahora tenía que pagar arriendo, alimentación, servicios públicos, transporte y uno que otro gusto; tenía que asumir cosas que antes ni se le pasaban por la cabeza.

En el transcurso de las semanas que estuvo saliendo con el funcionario de la alcaldía, Marco conoció con otro hombre. Con el fin de tener otros ingresos económicos, le servía de auxiliar a un dentista. En las filas guerrilleras, además de sus funciones militares, era el dentista de sus unidades y había aprendido mucho sobre ese oficio.

Un día, saliendo de trabajar, un cliente se ofreció a llevarlo a su casa en su moto. En la ruta, pararon en una estación de gasolina y el cliente se encontró con una sobrina. Ella también iba acompañada de un hombre que desde un principio le echó la mirada a Marco. Mientras el tío y la sobrina hablaban, Marco y el hombre no desaprovecharon la oportunidad y con la excusa de la realización de un blanqueamiento dental, intercambiaron sus números.

La etapa de la conquista pasó muy rápido, como pasó casi todo en esa relación. El fin de semana tuvieron su primera cita. Los primeros días “No se paraban de la cama”. Marco no supo en qué momento, pero la relación se fue tornando más seria y comenzaron a pasar la noche juntos. Un día cualquiera, Marco resultó teniendo un compañero de habitación, su novio.

Para Marco era algo totalmente nuevo, nunca había tenido un socio y nunca había vivido con un hombre. O sí, había vivido con

muchos, con sus camaradas, con los que compartía comida, abrigo y protección, pero bajo la lógica de la guerra.

Fueron tres meses intensos en los que Marco quiso dar lo mejor de sí, pagando el arriendo, dando regalos, invitando a comer y a salir de fiesta. Era algo novedoso para él.

La relación no terminó bien. El noviecito era un hombre con problemas de drogas y quería que Marco lo mantuviera, le pedía dinero hasta para su familia. A las pocas semanas, empezó a llegar a altas horas de la noche y casi no compartían tiempo juntos. El día del cumpleaños de Marco terminaron. Fue un descanso para él, pero quedó con muchas deudas.

Algo totalmente novedoso para Marco eran las aplicaciones de citas. En el monte no tenía acceso a estos dispositivos, la tecnología estaba al servicio militar. Marco estaba acostumbrado a conquistar cara a cara, en circuitos del ligue muy cerrados. Pasar la mayor parte del tiempo con los camaradas y la cercanía corporal, hacía que el cortejo tuviera otros libretos. En la vida civil debía cambiar de estrategia y había que incursionar en otros terrenos.

Marco conoció las aplicaciones con el noviecito, con el mantenido. Fue él quien le habló de unos sitios para encontrar parejas. Después de terminar su relación, comenzó a descargar varias en su celular. La zozobra y la ansiedad lo acechaban, no sabía como afrontar esos espacios.

Las indicaciones del noviecito no fueron muy acertadas. Al comienzo Marco descargó Tinder, un sitio que es más usado para encuentros heterosexuales. A los pocos días de percatarse de esta situación, descargó Grindr y sintió que ahora sí estaba en lo suyo. Al ver ese ramillete de hombres, sintió mucha ilusión. En el monte, solo se relacionaba con los de su grupo, a veces de muy pocos integrantes. Ahora tenía en su celular un listado amplio de hombres dispuestos a aprovechar la desnudez.

Con la novedad, Marco aprovechó al máximo. Estuvo con el uno y con el otro, aprovechó las facilidades que le brindaba la aplicación. Marco nunca se imaginó que fuera a tener a tantos hombres en su cama en tan poco tiempo.

“Me volví una puta”, dijo.

Marco se convirtió en un experto de las aplicaciones, alcanzó a tener varias en su celular. No bastaba con una, era mejor tener más oportunidades de conocer hombres o que algún día, quizá, pudiera conocer el “amor de su vida”. Con esta variedad conoció a muchos contactos de otras regiones del país y del mundo. Hasta alcanzó a interactuar con un hombre de Afganistán, ni recuerda cómo carajos se comunicaban. La travesía de ir a un lugar a otro por misiones militares cambió, ahora iba de un lado a otro desde su celular, coqueteándole a hombres.

En el monte jamás se imaginó que hubiese tecnologías para encontrar amantes, que se compartieran fotos de torsos desnudos, de vergas o de culos sin tanto problema, ni que fuera fácil llevar a varios hombres a la cama. Este escenario contrastaba con el control de la guerrilla, en el monte veía los cuerpos desnudos de sus camaradas a la hora de la ducha, pero no se podía hacer nada, intentar algo más era una osadía.

Con el pasar de los meses, le empezó a quitar fascinación a su travesía. “Mató la fiebre” y comenzó a buscar otro tipo de historias. Al noviecito también se le olvidó decirle que la mayoría de los contactos resguardan su identidad, que ni siquiera mostraban sus rostros, que en ciudades pequeñas, como en la que estaban, era mejor ocultarse. Un pormenor que no le llamaba mucho la atención a Marco, pues venía de una vida envuelta de circuitos de secretos, de tácticas militares y de ocultamiento de su sexualidad. Ahora quería cambiar, tampoco es que fuera a salir a gritarlo a los cuatro

vientos, pero quería ver rostros, quería conocer hombres, conversar y tener citas con ellos.

Marco quería encontrar amigos para chismosear de sus encuentros con otros hombres, de sus tragas y sus despechos. Solo tenía una amiga que sabía de sus aventuras y le contaba algunas cosas, pero quería encontrar otros hombres que estuvieran más sintonizados con “el cuento”. A pesar de acostarse con muchos, Marco no había conocido a otros hombres en plan de amistad.

Marco nunca fue a un bar gay o a alguna organización LGBT, le daba miedo encontrarse con conocidos y que se regara el chisme. Marco no le había contado ni a su propia familia.

Cuando vuelva a caminar⁹¹

Ernesto estaba dejando las armas. La esperanza de paz de las que les habían hablado los últimos años en la guerrilla, se estaba haciendo realidad. Por un tiempo, cinco o seis meses, estuvo en un Espacio Territorial de Capacitación o Reincorporación, pero se cansó de estar bajo el mando de sus superiores y decidió irse para la ciudad donde estaba su familia.

Tenía muchos planes para su nueva vida: conocer a sus sobrinos, trabajar y enredarse con muchos hombres.

Al año de estar de civil, Ernesto comenzó a sentir unos mareos y a tambalearse al caminar. Cada día el desequilibrio era mayor, le gente que lo veía en la calle pensaba que estaba borracho. Sus más allegados se reían, le decían que eso era por dar tanto culo. Con el paso de los meses sus piernas fueron cediendo más, su caminado era más lento y descobalado.

⁹¹ Este relato lo escribí con Ernesto.

Ernesto se resistía de ir a un médico, pensaba que era algo pasajero, pero el ver al avance del rengueo decidió ir. Le mandaron muchos exámenes y lo remitieron a varios especialistas. El diagnóstico nunca fue claro, la hipótesis más factible era esclerosis múltiple, una enfermedad con diversas secuelas físicas y cognitivas.

Sus camaradas decían entre rumores que ese trastorno era consecuencia de una explosión en sus años en el monte. Ernesto hablaba muy poco de esa historia.

A Ernesto lo habían mandado a una misión con otro par de camaradas y un paso obligatorio del camino era un campo minado. Sus superiores les habían asegurado que la zona estaba despejada, que no tenían de qué preocuparse. Iban en fila, como siempre lo hacían, y de repente hubo una explosión. Cuando despabiló del aturdimiento, Ernesto vio que el compañero que iba adelante estaba desmembrado en una ladera y que la otra camarada había salido corriendo de vuelta al campamento. Ernesto quedó tirado por varios minutos hasta que llegaron los camaradas a auxiliarlo, tenía cinco esquirlas en las piernas y otra en un brazo.

La enfermedad cada día avanzaba más y la incertidumbre sobre ella también. Mientras el diagnóstico se postergaba, su cuerpo fue cediendo. Ernesto caminaba apoyándose en las paredes y luego tuvo que buscar una silla de ruedas. La enfermedad también afectó su habla y su visión. Confesaba que se sentía enredado al hablar y que lo hacía más lento, y que su visión era distorsionada, que leía y escribía mensajes en su celular porque ya conocía el teclado.

La cita con un médico o un especialista era esporádica, la realización de exámenes o el suministro de medicamentos era un proceso dilatado. El papeleo y la burocracia de los servicios de salud hacían que perdiera viajes, dinero y tiempo. En una ocasión

le prometieron llevarlo a Bogotá e internarlo por varios días para realizarle un monitoreo más detallado, pero quedó en promesas.

En su mesa de noche tenía un archivador en la que guardaba el papeleo de su historial médico, era una carpeta abultada y desordenada, en todos esos papeles se confundía toda la incertidumbre sobre su enfermedad.

Ernesto solo salía de su casa para ir a citas médicas o esporádicamente para ir a un centro comercial. Desde que salía de la puerta era un calvario, las calles de su barrio eran de tierra y por tramos ni había andenes. La silla de ruedas, una silla remendada que había comprado de segunda, se atascaba. Ernesto tenía que contar con suerte que el taxista que llegara fuera paciente y lo ayudara a subirlo y guardar ese armatoste que muchas veces ni cabía en las cajuelas de los carros. Al llegar al destino, debía sortear la infraestructura de las calles y que llegara la ayuda de cualquier transeúnte. Ernesto siempre salía con un bolso en el que cargaba una sonda y un tarro de xilocaina por si le daban ganas de orinar.

Ernesto no pudo volverse a presentar a ningún trabajo. Sabía varios oficios aprendidos en sus años en la guerrilla y había recibido varias capacitaciones por parte de la institución de reintegración, pero tenía que arraigarse en su casa. Con un auxilio económico, puso una tienda en la sala de la casa para poder ganarse unos pesos.

El sueldo que recibía por ser firmante de paz cada vez se postergaba más, debido a las maromas burocráticas que le sugerían algunos camaradas o funcionarios del gobierno, aunque siempre existía la amenaza de perderlo.

Aprovechaba el juego de miradas con los hombres que iban a la tienda, uno que otro tenía ese gesto que Ernesto había aprendido a detectar en los campamentos guerrilleros, pero no

pudo pasar de ese coqueteo, nunca lo dejaban solo en su casa. En los primeros años, cuando aún no había perdido mucha movilidad, compró un dildo y un masturbador, todavía podía tener una privacidad en su cuarto, pero cuando tuvo que recibir más asistencia, que lo tenían que ayudar para levantarse de la cama o ir al baño, Ernesto botó esos juguetes, le daba miedo que su madre los descubriera.

Al ver que la enfermedad avanzaba y los médicos no conseguían mejorarlo, Ernesto buscó una bruja. Varios allegados le habían hablado muy bien de ella. Era una bruja internacional, vivía en Venezuela y atendía virtualmente. Sus servicios eran costosos, Ernesto hizo un préstamo para pagarle. Ella, sin conocer su historia, le dijo que le habían echo una maldición para que dejara de caminar y que iba ser de manera paulatina, que le habían echo un muñeco con varias agujas clavadas en las piernas. Le aseguró que iba a deshacer ese conjuro y le mandó hacerse varios riegos.

Ernesto no quería saber nada del monte, su ensimismamiento guardaba una desazón con la guerra. “Cuando yo me alivie” y “cuando vuelva a caminar” se volvieron sus frases favoritas. Se imaginaba haciendo muchas cosas, pero caminando.

El accidente⁹²

Debido a un accidente, Esteban decidió desvincularse de la guerrilla. No fue un plan para volarse o un acogimiento a un proceso de reincorporación, ni un retiro forzoso por parte del grupo, fue por un atentado. Eran los comienzos de los 2000, una década agitada del conflicto armado en el país.

⁹² Este relato lo construí con Esteban.

Esteban decidió dejar las filas porque consideró que con su nueva condición corporal no podía seguirle sirviendo a la guerrilla. Lo mejor para el grupo era desertar, a pesar que desde muy joven había crecido bajo su doctrina y había servido a su lucha.

Esteban pasó su niñez y su juventud en tierras donde la guerrilla era voz y mando. Para Esteban, los camaradas eran sus paisanos; sus camuflados eran la moda, su lucha política y armada eran el ejemplo a seguir. Los veía todos los días. Su mamá los invitaba a entrar a su casa y les preparaba algo de tomar. Los fines de semana hacían jornadas de aseo comunitario y había programaciones recreativas para los niños. En navidad, la guerrilla les repartía regalos a los más pequeños. Esteban no ingresó a la guerrilla, creció entre ella.

Vivieron en esa región hasta una masacre, un ataque de grupos paramilitares en colaboración con el ejército. Asesinaron cerca de cincuenta personas. Murió un hermano y tuvieron que desplazarse para la capital del departamento⁹³. Era una ciudad desconocida para ellos y un mundo que contrastaba con su vida campesina. Su mamá los mantuvo haciendo aseo en casas. Esteban, aprovechando que uno de sus hermanos estaba al mando en un frente cercano, decidió ponerse al servicio de la guerrilla y se vinculó como miliciano.

Los primeros meses después del accidente fueron difíciles. Al ser miliciano y de llevar una vida alejada de los campamentos generó una profunda incertidumbre: ¿Quién lo cuidaría? ¿Quién lo ayudaría económicamente? A los guerrilleros que estaban en el monte los acogía la misma tropa.

Su vida cambió drásticamente. La vida civil que llevaba: su trabajo, su novio, el gimnasio y la rumba se estancaron. La

⁹³ Departamento: Estado. División político-administrativo en Colombia.

inteligencia que hacía de familias ricas del país y la compra de uniformes y otras dotaciones también paró.

En los primeros años Esteban todavía se sentía parte del grupo, dejar la militancia era difícil. Seguía teniendo comunicación con ellos, le pedían que les contara qué había pasado, con detalles, que querían vengarse. El grupo guerrillero quería saldar su honor y su lealtad. Esteban nunca les quiso contar, quería que esa historia se cerrara y no continuara cobrando más vidas.

Esteban no recibió ningún tipo de ayuda por parte de la guerrilla, ni siquiera económica, solo su disposición de tomar represalias.

En los primeros años de recuperación, Esteban buscó ayudas del Estado. En la Unidad de Víctimas su caso sigue abierto, a la espera de que algún día sea reconocido como víctima. Lo último que intentó fue entrar a la JEP⁹⁴, al enterarse que uno de sus camaradas más cercanos logró un refugio fuera del país. Esteban se alcanzó a ilusionar con una vida en Europa.

Entre tantas búsquedas, Esteban consiguió que el sistema de salud atendiera su caso, brindándole una estancia permanente en albergues. Los últimos quince años de su vida ha estado en estas casas, al cuidado permanente de enfermeros. Ellos lo ayudan a levantarse, a bañarse, le dan de comer, también lo acompañan a sus citas médicas, a sus terapias y lo llevan de vez en cuando a un centro comercial. El poco dinero que Esteban recibe son ayudas de sus amigos y familiares más cercanos.

En la ventana de su habitación, al lado de su cama, Esteban acomodó la imagen de la Virgen La Milagrosa, del Arcángel San Miguel y de San Benito. A la Virgen le reza para que interceda por

⁹⁴ La Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) es el componente de justicia del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y no Repetición, creado por el Acuerdo de Paz entre el Gobierno Nacional y las Farc-EP.

las cosas que no están saliendo bien. A San Miguel le confía su protección y la de su familia. Y a San Benito le implora que lo proteja de una muerte violenta. La esperanza, la protección y la salud, tres tramas que se han confabulado de maneras paradójicas en su vida, son las compañías espirituales que Esteban venera.

Como un videojuego⁹⁵

Andrés ingresó a las FARC cuando estaban dejando las armas, en la última etapa de las negociaciones de paz con el gobierno. Andrés nació en el Guaviare, una región entre las llanuras y la selva amazónica en el sur del territorio colombiano. Una tierra históricamente olvidada por el Estado, dejada a la merced de proyectos de explotación colonial en el siglo XIX, de proyectos insurgentes desde mitad del siglo XX y al narcotráfico en los últimos 30 años.

Andrés y su familia vivían en una finca dedicada a la ganadería, a veces también sembraban coca, algo común en la región. La finca quedaba en un corregimiento apartado de los pocos indicios urbanos que había en esas tierras, y las condiciones de las carreteras acentuaban ese aislamiento. Su mamá, una mujer anclada en su destino de ser madre y campesina, le insistía a él y sus hermanos que estudiaran. A pesar que en la primaria tenían que caminar dos horas para llegar a la escuela, ella no dejó que la vida del campo o de la coca absorbiera la vida de sus hijos. Andrés tiene eso tallado en su cabeza: “Mijo⁹⁶ estudie. Estudie para que sea alguien en la vida”.

⁹⁵ Este relato lo escribí con Andrés.

⁹⁶ Contracción de “mi hijo”.

En los años 90 y 2000 la coca se convirtió en el comodín de la región, a veces hasta funcionaba como moneda entre sus pobladores. Las familias hacían sus pesos de más cultivando algunas matas de coca junto a los frutos y las hortalizas, los jóvenes ahorraban para los fines de semana y para sus primeras citas recogiendo coca en sus tiempos libres y en sus vacaciones. Andrés recuerda que cuando era niño, bajaba al pueblo y estaban los raspachines tomándose las cervezas de fin de la jornada, con toldos llenos de coca o de dinero. No pagaban con billetes, sino con hojas de coca.

Andrés recuerda su niñez como una época tranquila. La guerrilla, con su presencia histórica, lograba mantener un control en la población. La situación cambió con los gobiernos de Álvaro Uribe⁹⁷ y la profundización del Plan Colombia, un proyecto político con alianzas internacionales que agudizó la lucha contra las drogas y la lucha anti insurgente, tanto del Estado como de grupos paramilitares. El sosiego que Andrés sentía en sus primeros años de vida por las trochas cambió drásticamente. El ruido de ráfagas, helicópteros y aviones se convirtió en el sonido común de las montañas. Era “común” ir caminando y encontrarse con la banda de un grupo armado y más adelante, unos 10 o 15 minutos después, encontrarse con los de otro bando. “Era como un videojuego”, dijo Andrés. Las fiestas y los bares se convirtieron en un campo de batalla, siempre terminaban en riñas y muertos.

El proyecto antidroga, una tarea articulada con Estados Unidos, integraba la erradicación de cultivos considerados ilícitos, entre ellos -por supuesto- la coca, y su método principal era la aspersión de glifosato. Las tierras de la finca y de las trochas para ir a la escuela fueron rociados por este herbicida. La jornada siempre iniciaba con el vuelo de dos helicópteros, pasaban como a

⁹⁷ Gobiernos del 2002-2006 y 2006-2010.

rondar la zona, uno alto y otro con un vuelo más bajito, y luego pasaba la gavera, el avión que esparcía el glifosato. Caía como una pequeña brisa, no tenía un olor fuerte, pero generaba una molestia al respirarlo. Si alguna persona estaba raspando coca en ese momento o por los alrededores, la recomendación era lavarse la cara o bañarse.

Más de una década después hay algo que está remarcando esa época en su cuerpo: una enfermedad en sus músculos. Hace unos años, exactamente en el 2020, el año de la pandemia -¿cómo olvidarlo?-, comenzó a sentir mucho cansancio y mucho calor en algunos músculos de sus brazos. Al comienzo, por condiciones propias de la pandemia y la levedad de la molestia, no buscó ninguna ayuda médica, Andrés se auto medicaba. Debido a la persistencia del dolor y que hubo momentos en que se tenía que postrar en la cama, buscó a un médico. Luego de varios exámenes fue diagnosticado con Miopatía, una enfermedad autoinmune en la que el sistema inmunológico ataca a los músculos, inflamándolos. Sobre las causas de la enfermedad hay dos hipótesis: que sea algo hereditario, premisa que no tiene mucho sentido porque su familia más próxima no padece la enfermedad, solo un tío lejano. O que sea por causa del glifosato, un supuesto en el que cada vez las investigaciones científicas descubren más relaciones.

Debido al poco conocimiento que hay sobre las causas y los efectos de la enfermedad, y a la ineficacia del sistema de salud, Andrés ha aprendido a sobrellevarla a partir del autoconocimiento que ha ido elaborando de sus crisis musculares. La actividad física es una de las recomendaciones para evitar las molestias, por ello hace ejercicios de estiramiento diarios en su casa y convirtió la bicicleta en su medio de transporte cotidiano. También siempre carga analgésicos en su mochila. Ante la incertidumbre del progreso de la enfermedad en sus músculos y del glifosato esparcido

en su cuerpo, Andrés convive con la zozobra de las crisis, en un cuerpo de apenas 30 años. El glifosato le hizo una mala jugada a su sistema inmunitario. Las historias de su niñez, de aviones esparciendo líquidos por las montañas, una escena que “parecía un video juego”, se convirtió en una marca que perdurará toda su vida.

Primeros ligues, ilusiones y decepciones. Políticas sexuales en los procesos de reincorporación

Cuando se analiza la situación de los excombatientes se hace un énfasis en su tránsito de guerrero a civil, dejando de lado otros tránsitos u otras transiciones que también están inmersas en ese proceso, como los tránsitos de género (no estoy haciendo referencia a asuntos trans, sino a las transformaciones implícitas de ser un hombre en las filas guerrilleras, a ser un hombre “civil”) y los tránsitos sexuales, en los cuales los sujetos están enfrentados a asumir y practicar de otras maneras su sexualidad.

Los controles sobre sus cuerpos, sobre su feminidad o masculinidad, o la inspección sobre los encuentros sexuales que existían en los campamentos, como la supervisión de las parejas, de los días, de los horarios y de los permisos, ahora cambian por otros controles más sutiles de la vida civil, del Estado y de las comunidades. El mercado sexual y sentimental limitado de las filas, cambia a un contexto más amplio con otros guiones y con otras formas de relacionamientos sexuales o sentimentales. En principio parece algo sencillo -y para algunos algo insignificante-, pero las transformaciones de los dispositivos de género y sexuales tienen profundas repercusiones personales, familiares y comunitarias en los procesos de reincorporación de población excombatiente (CNMH 2013). La reincorporación no solo es un proceso legal, también es un proceso subjetivo, como también un proceso cultural y familiar (Aguilar 2015; Laverde *et al.* 2020; Zapata *et al.* 2020; Giovanni *et al.* 2021).

A lo largo de la tesis, se ha planteado repetidamente que el conflicto armado y los grupos armados configuran un dispositivo de género y de sexualidad; en ese sentido, se asumiría que la población excombatiente transita de esos dispositivos a otros, a los de las comunidades y a los del Estado, pero, ¿esos dispositivos son estrictamente distintos? Quisiera plantear, más bien, que son dispositivos que están articulados bajos unos principios patriarcales, machistas, cisgeneristas y homofóbicos; por ello, en vez de pensar solo en términos de rupturas o fracturas, quisiera pensarlo en términos de permanencias, como situaciones en las cuales hay elementos novedosos, sí, pero que están marcados también por unas continuidades (Aranguren 2011; Castellanos 2011; Hoyos 2011).

En Colombia, además, ese *continuum* está determinado por la situación política del país. Supuestamente, la guerra produce unos dispositivos de género y de sexualidad y el

periodo transicional otros, pero en el caso colombiano por la permanencia de la violencia con grupos armados y por la incertidumbre de no estar ni en lo uno ni el lo otro, esas liminalidades producen retos analíticos y políticos. Fuera de ello, en cuanto a la transición de lo ilegal a lo legal, en el Estado colombiano lo “legal” está impregnado en sí mismo de ilegalidad; por lo que se transita a unas zonas grises.

Debido a posturas morales y políticas de los agentes involucrados en los procesos reincorporación y del escenario transicional, a veces se quiere borrar totalmente el pasado del excombatiente (Theidon y Betancourt 2006; Aranguren 2011; CNMH 2013), de su vida en armas; dejando atrás las experiencias, aprendizajes y traumas que esa trayectoria como guerrillero conlleva para su experiencia de vida, eliminando ese *continuum*, esas permanencias de los dispositivos del grupo armado en su vida civil. Considerar las cicatrices e inscripciones de género, sexuales y corporales de la guerra en las vidas de las y los excombatientes es fundamental para pensar los procesos de reincorporación. Un cuestionamiento central para la discusión que convoca esta tesis es: ¿si antes era prohibida - y hasta castigada- la homosexualidad, cómo se asume una vida homoerótica en la vida civil?

El proceso de reincorporación planeado por el Estado e ideado con otros organismos internacionales y nacionales, se concentra en algunas dimensiones que, según su perspectiva, son las más importantes para la inserción a la vida civil. Ese proceso privilegia un enfoque legalista y económico, que implica una preparación educativa y laboral, pero que deja de lado otros asuntos cotidianos que se escapan de esa lógica, como son algunas cuestiones relacionadas con el género y la sexualidad.

Respecto a la sexualidad, en particular, emerge una profunda grieta. El hermetismo y el control del grupo armado, que implicaron una serie de estrategias, prácticas y tipos de relacionamiento, no se ajustan a los sentidos y mecanismos de la sexualidad por fuera de la guerra. Por ello, es necesario insistir en otros ángulos y otros formatos de los procesos de reincorporación, que instauren -o que por lo menos imaginen- las transformaciones, los reajustes y los tránsitos del dispositivo sexual no solo de los sujetos conocidos como LGBTQ+, sino de la población excombatiente en su conjunto. Unas “*políticas sexuales de reincorporación*” que consideren la construcción social de la sexualidad de la vida civil, y sus contrastes y continuidades con los dispositivos de género y sexuales en las filas guerrilleras.

La vida civil no solo involucra cuestiones legales o de orden económico, también implica una ciudadanía íntima o una ciudadanía sexual. Frente a la noción de ciudadanía íntima, Maximiliano Marentes retoma los planteamientos de Ken Plummer en el libro *Telling sexual stories*:

Plummer propone una nueva dimensión de la ciudadanía. Partiendo del esquema de Marshall en torno a la dimensión económica, política y social de ciudadanía, Plummer denomina ciudadanía íntima a lo referido a los más íntimos deseos, placeres y formas de ser en el mundo, de las que muchas refieren a nuevas esferas, debates e historias (p. 151). Plummer considera que en el mundo contemporáneo —desde los noventa en adelante— las personas tendrán que tomar decisiones en torno al control, o no, de sus propios cuerpos, sentimientos y relaciones. La ciudadanía íntima no implica un único modelo, patrón o camino. Por el contrario, es un término que designa un campo de historias, una colección de decires, de los que nuevas vidas, comunidades y políticas pueden emerger (p. 152). Del surgimiento de esta ciudadanía íntima asoman nuevos tipos de narrativas, en torno a las familias, las emociones, las representaciones, los cuerpos, los géneros, el erotismo y las identidades (Marentes 2019, p. 28-29).

La ciudadanía, entonces, también implica cuestiones sexuales y de género, aún más en un contexto histórico como el actual, en el cual los movimientos feministas y *queer*/LGBTQ+ se han encargado de denunciar y colocar estas agendas en las discusiones políticas globales (Ashe 2019; Hiner *et al.* 2022; Ritholtz *et al.* 2023; Biddolph 2024). Temas como el cuerpo, el erotismo, el sexo, el emparejamiento, que antes se arrinconaban en la esfera de la “privado”, ahora son protagonistas de las discusiones contemporáneas sobre ciudadanía. Aún así, la ciudadanía pensada por los organismos involucrados en los procesos de reincorporación pareciera que es ajena a estas nociones, pareciera ser un mecanismo de higienización por parte de sus posturas morales y políticas.

Podría leerse como absurdo o intrascendente, pero así como se dan capacitaciones sobre “ingreso al mercado laboral” o “emprendedurismo empresarial”, por qué no pensar -o por lo menos imaginar- charlas sobre erotismo, sexo, relaciones de pareja o amor -sin que estos temas se reduzcan a salud sexual y reproductiva o a violencia de género-. Son maneras de pensar sobre ciudadanía íntima o ciudadanía sexual en los programas de reincorporación. Si la sexualidad -o el sexo- y el amor son dimensiones que potencian de vida a las personas,

por qué se ignoran en los procesos de reincorporación que procuran, palabras más palabras menos, proveer de vida la trayectoria de las y los excombatientes. A Marco nunca le hablaron de cómo era la “vida civil homoerótica”, cómo afrontar su sexualidad o su vida sentimental a la llegada a la ciudad, ni siquiera tuvo amigos que lo hicieran.

Los circuitos homoeróticos de la vida civil implican una serie de representaciones y prácticas que pueden generar procesos de extrañeza y de ansiedades, como también de revelaciones y regocijos. Las posibilidades de tener encuentros, de conocer amantes, de emprender exploraciones sexuales, de conocer prácticas y realizarlas, entre otras situaciones, se potenciaron con la salida del grupo armado. Pero, a pesar de tener ese contexto enfrente, se requiere de disposiciones y habilidades para asumir y afrontar ciertas situaciones, factores que se van acumulando en una trayectoria sexual o amorosa y que no se logran de un día para otro, como en el caso de Marco, que fue tanteando su incursión al escenario homoerótico en medio de su relación con el funcionario de la alcaldía, posteriormente con su novio y luego en los aplicativos.

Para profundizar en esas continuidades y transformaciones en los circuitos sexuales homoeróticos de la población excombatiente, abordaré varios aspectos: unas condiciones subjetivas propias de los excombatientes, algunos límites de la vida civil, los ligues o búsqueda de compañeros sexuales, las prácticas sexuales y las relaciones sentimentales o noviazgos.

Para comenzar, frente a las condiciones subjetivas, se debe partir de la premisa que el pasado guerrero permanece y hace eco en la vida y en los cuerpos de los excombatientes. La etiqueta de “combatiente” es un marcador profundo en su trayectoria de vida, no es algo puntual o pasajero. En la guerrilla no se podía ser “marica” o si lo era, había que esconderlo muy bien, precedente que tiene profundas repercusiones a la hora de asumir su sexualidad en la vida civil. Esto produce diferentes repercusiones, uno de ellas -la más remarcada a lo largo de la tesis- es que estén inmersos en el anonimato, que no se lo cuenten a nadie o a muy pocas personas, que no lo sepa ni su familia, ni siquiera la ARN.

Un antecedente que marca la disposición a asumir una vida homoerótica o “gay” después de la desmovilización es el tipo de vinculación que tenía en el grupo guerrillero, si era miliciano -de trabajo político en zonas urbanas- o si era guerrillero de campamento. Los milicianos o clandestinos, tenían una mayor relación con los discursos contemporáneos sobre

diversidad sexual y con las dinámicas sexuales homoeróticas propias de las ciudades, al mismo tiempo que los controles del grupo armado tenían otros alcances sobre sus vidas, por ello tenían menos trabas para emprender exploraciones sexuales y sentimentales con otros hombres cuando estaban en las filas y ahora que están en la reincorporación. Mientras que los guerrilleros que vivían los siete días de la semana en un campamento tenían y aún siguen teniendo más impedimentos personales. Esta diferencia se ha retratado en los relatos a lo largo de la tesis.

Por otra parte, en aquellos que, por decirlo así, han “salido del clóset”, también se podría resaltar una diferencia: entre los que militan en el partido político Comunes o que están en los AETCR -Antiguos Espacios Territoriales de Capacitación y Reincorporación-, y los que están por fuera con poco involucramiento en ellos. En el primer grupo, en los cuales persisten unas continuidades de dinámicas de poder, de controles y jerarquías de lo que fuera el grupo armado, se nota un mayor titubeo y obstáculos para hablar sobre su sexualidad. Recuerdo el caso de un personaje que vive con su novio o *socio* en un AETCR y que logré su contacto. Me comuniqué dos veces con él, pero en la conversación evadía el tema, lo posponía o sospechaba sobre mi interés en estas realidades, por más que intenté ganarme su confianza y programar más encuentros, justificaba que estaba muy ocupado, que le era muy difícil sacar tiempo en medio de la apretada agenda del AETCR; fuera de ello, las condiciones de conectividad eran malísimas. En contraste, aquellos que están más alejados del partido han emprendido con menos trabas su sexualidad, algunos de ellos, incluso, han incursionado en trayectorias políticas de género y sexuales de carácter más disidente, críticos a posturas hegemónicas “LGBTQ+”.

Sumado a esas condiciones subjetivas, también hay unas condiciones propias del contexto civil que también inciden en los procesos sexuales de reincorporación. La salida del grupo armado se representa como un momento de liberación, pero el proceso de reincorporación también tiene sus propios límites. A pesar que la política sexual de la vida civil presenta algunas aperturas, el tránsito hacia ella no se encamina necesariamente a un proceso de menores ansiedades individuales o sociales sobre su sexualidad. Las personas excombatientes se encuentran estigmatizadas y segregadas por su pasado militante, sumado a que los protagonistas de los relatos también se encuentran tachados por su sexualidad,

premisa que repercute de maneras directas o insospechadas en sus trayectorias de reincorporación.

Sobre este asunto, tan solo es preciso recordar la discusión respecto a la diversidad sexual y a los excombatientes suscitada en el plebiscito del 2 de octubre del 2016 (Esguerra 2017, Serrano 2017), un hecho que, como se planteó en el capítulo 1, se puede considerar un punto de inflexión para la presente tesis. Si en un evento paradigmático como el Plebiscito, en el cual la población colombiana iba a darle un mensaje de acogida a los firmantes de paz, hubo manifestaciones profundas de estigmatización y discriminación; por un lado, a la población LGBT argumentando que se iba a “homosexualizar el país”, “que iban a volver gays a los niños y niñas”, y, por otra, a la población excombatiente, etiquetándola como monstruos y violadores, ¿cuál es el horizonte de acogida en la vida civil para los protagonistas de los relatos? Los discursos difundidos en el marco del plebiscito son una muestra contundente -y duradera, pues provenían de sectores políticos que aún siguen teniendo un alto poder en el país- del panorama adverso y de los límites de la vida civil para las vidas de la población excombatiente.

Pasando a los ligues o búsqueda de compañeros sexuales, podríamos cuestionarnos: ¿cómo se transita de un escenario de intrigas y estrategias milimétricas -muy militares- para conseguir algún posible amante, a un escenario más abierto y con más posibilidades de compañeros sexuales? ¿De qué manera esas habilidades aprendidas en el contexto guerrillero inciden ahora en la vida civil? ¿Cuáles estrategias son inéditas o desconocidas? Recuerdo que cuando iba a los centros comerciales con Marco o con Esteban, eran muy insistentes en decirme quién tenía “mirada de gay”: “¿Sí vio ese qué pasó?”, “¿Sí vio como me miró?”. Si bien el régimen de la mirada es algo común en los contextos homoeróticos masculinos, de allí el refrán: “ojo de loca no se equivoca”, Marco y Esteban, a partir de su experiencia guerrillera y de la inteligencia militar, tenían aguzada esa estrategia.

Otro cuestionamiento es: ¿cómo interfiere su historia como guerrero en sus ligues sexuales y sentimentales? Mientras los soldados de las fuerzas militares del Estado pueden hacer alusión a esa historia como elemento a favor para sus ligues sexuales, los excombatientes no tanto, debido a la noción de ilegalidad; mientras a unos los reviste de rudeza, virilidad y potencia sexual, a ellos de rudeza y “monstruosidad”. En las conversaciones con los protagonistas de los relatos, admitían que en las primeras citas

escondían su condición de excombatiente, es más, que muchos de sus amantes efímeros ni siquiera terminaron sabiéndolo; que se lo habían confesado, que “habían salido del clóset” como guerrilleros, con muy pocos y después de cierto tiempo o nivel de confianza. Sobre el tema, Aguilar (2015) en su estudio en un centro de la ACR (Agencia Colombiana de Reintegración, ahora ARN) en Sumapaz, revela justamente que la población excombatiente tiene precaución al emparejarse con personas civiles, como ocurría cuando estaban en armas, o que cuando se tiene este tipo de parejas se evita el tema de la experiencia en el grupo armado.

Uno de los escenarios actuales para el lígüe entre hombres son los aplicativos, mecanismos que para los guerrilleros que vivían en los campamentos, como el caso de Marco, eran novedosos. Un dato curioso sobre estos aplicativos es que dichas herramientas surgieron, precisamente, de las técnicas militares de ubicación del enemigo en los desarrollos tecnológicos de las guerras en el siglo XX (Sutherland 2021); ahora, son herramientas usadas para ubicar posibles amantes. La inteligencia y la tecnología militar, de la cual los guerrilleros tenían ciertas habilidades, ahora servía para emprender la búsqueda de encuentros sexuales y posibles relaciones de amistad o sentimentales. Además, eran escenarios que se adecuaban a las condiciones de encubrimiento de su sexualidad en la que algunos excombatientes aún estaban inmersos.

Este escenario protagonizado por los aplicativos, no obstante, implica un entorno de relaciones frágiles, fracturadas y precarias (Ahmed 2018). Gibran Teixeira Braga, en sus reflexiones sobre el homoerotismo digital, afirma que “las performatividades que se despliegan en el universo virtual son siempre incompletas y abiertas a fallas y desplazamientos” (traducción propia) (Braga 2015, p. 226). Las relaciones digitales de aquellos aplicativos son con personajes que a veces están, a veces no, a veces responden, a veces no, a veces se enganchan en la conversación, a veces no. Además, son mecanismos hechos para el anonimato y lo efímero, algo que, tal vez, no sabía Marco. Las fracturas de este tipo de relaciones son literales, son cuerpos fracturados, son cuerpos sin rostro, son pedazos, son torsos, nalgas o piernas hablando con otras fotografías. A pesar de lograr algunos encuentros reales o de entablar conversaciones duraderas con hombres de otras ciudades u otros países, Marco empezó a darse cuenta de la fragilidad de este tipo de relaciones; además, estaba cansado de esa dinámica de ocultamiento, muy propio de estos

dispositivos y también muy propios de la guerra, y por ello dejó el uso frecuente de ellos como mecanismo de ligue.

Las novedades del circuito homoerótico no solo tienen que ver con los temas de ligue, también con el descubrimiento e inmersión en ciertas prácticas sexuales. En unas de las conversaciones con Marco, me confesó que un día en *Grindr* le habían propuesto hacer un trío, que hasta le habían compartido las fotos de los eventuales participantes. Uno de ellos era alguien que conocía, no cara a cara, sino que sabía quién era. Era un hombre que le gustaba; un personaje que también hacía parte de los circuitos políticos de izquierda. Con un tono de sinceridad y sin titubeos, Marco me confesó: “no estoy preparado para eso, para hacer tríos ni otras cosas”. En principio, la respuesta me sorprendió, lo confieso, pues asumía que, debido al historial de Marco en las aplicaciones, ya había tenido que sortear varias veces este tipo de proposiciones y que estaba dispuesto a tener estas experiencias sexuales. Pero me di cuenta que era un prejuicio producto de mi trayectoria sexual, de unos presupuestos de la vida civil que, necesariamente, no se ajustaban a la historia de vida o a las expectativas de Marco.

En los campamentos guerrilleros los encuentros sexuales con otros hombres tenían que ser rápidos, efímeros, suscritos a unas geografías y unas arquitecturas, supeditados a un contexto de escondite y prohibición -como se describió en el capítulo 2-. Estas condiciones incidían en variados aspectos de las prácticas sexuales: posiciones, ruido, duración, cuidados, número de participantes, aspectos que marcarían las trayectorias sexuales de los implicados. Ahora, en la vida civil, los formatos son diferentes, lo cual podría generar algunas inquietudes o miedos. Los procesos de extrañeza y ansiedad respecto a las prácticas o circuitos sexuales también emergen en otro tipo de tránsitos o movilidades, como en los desplazamientos de lo rural a lo urbano o en los procesos migratorios internacionales. De acuerdo a França (2013), en esas movilidades se ponen en tensión convenciones de género y de sexualidad, así como sistemas de clasificación relacionados a la homosexualidad. Esas movilidades, en este caso, no son solamente geográficas, son también legales y civiles, y esos tránsitos inciden en sus formas de representar y practicar su sexualidad.

Para terminar, no se puede desestimar las relaciones sentimentales, ¿cuáles son las transformaciones de tener una relación de pareja en las filas a tenerla en la vida civil? ¿de tener una *socia* a tener un novio? ¿si nunca había podido tener un *socio* en las filas, ni siquiera

amantes sexuales, cómo es tener un novio en la vida civil? Como se señalaba párrafos atrás, las políticas de reincorporación se enfocan en asuntos económicos y legales, relegando otros aspectos, como las relaciones de pareja a pocas iniciativas institucionales o a catalogarlas como asuntos privados o íntimos (y las relaciones de pareja “LGBT”, están en un limbo). Pareciera un escenario de poca transcendencia para la reincorporación, pero la convivencia de las relaciones de pareja es un tema central en los procesos familiares y comunitarios de las poblaciones excombatientes (Román 2013; Aguilar 2015; Laverde *et al.* 2020).

Si uno de los temas más destacados en la agenda de género de los procesos de DDR ha sido la prevalencia de violencias contra las mujeres en las familias y comunidades que acogen a población excombatiente (Caicedo 2005; Barraza y Caicedo 2007; Ávila y Cogollo 2011), ¿por qué no se hace un énfasis en trabajar sobre las relaciones sentimentales y de pareja? Para el caso de Marco, la situación fue aún más difícil, nadie le advirtió de los peligros al emprender búsquedas sexuales o sentimentales en su nueva etapa de vida, de la inseguridad o estrategias de cuidado con los hombres contactados en *Grindr*, de recelo frente a perfiles que solo quisieran aprovecharse de su economía o de prevención frente a perfiles violentos.

A partir de las páginas anteriores, se evidencia, entonces, los desafíos de analizar e incorporar -o por lo menos imaginar- asuntos de sexualidad en los procesos de reincorporación. Ashe (2019) advierte la marginalización de los temas de sexualidad y de género en el derecho internacional, los acuerdos de paz y la justicia transicional a nivel global. Tal vez, hasta ahora, las pocas incorporaciones estén relacionadas con el género -y a veces con una visión reducida a “mujeres”-, pero se requiere ampliar esa perspectiva no solo introduciendo temas LGBTQ+ o de masculinidades (Hamber 2007), sino temas sexuales en general, de unas *políticas sexuales transicionales* o, frente al tema que convoca este tesis, de unas *políticas sexuales de reincorporación*.

Biddolph (2024) plantea que la justicia transicional debe estar sometida a una constante transformación para ampliar su alcance social, político y conceptual, y buscar mundos más radicales y liberadores dentro y más allá de los mecanismos formales de justicia, y los asuntos sexuales podrían ser una agenda de esa transformación. De la mano de ese argumento podemos integrar, particularmente, los mecanismos de DDR: ¿Qué espacios tiene el sexo o la sexualidad dentro del espectro de la reincorporación -más allá de las agendas de

derechos o de salud sexual y reproductiva⁹⁸-.? De nuevo, parece algo intrascendente, pero ¿de qué manera los escenarios o mercados sexuales de la vida civil, las prácticas sexuales, el erotismo, o el amor y las relaciones de pareja entran en juego en los procesos de reincorporación y en el escenario transicional en su conjunto? La sexualidad, el amor y el emparejamiento son potencias de vida en medio de un proceso complejo como lo es la integración a la vida civil.

Redes de apoyo y comunidades afectivas: familia, amistades, organizaciones políticas y amantes

Páginas atrás se subrayó que Esteban no tuvo personas o espacios para hablar sobre su sexualidad en los periodos iniciales de su proceso de reincorporación, tampoco contó con ningún tipo de advertencias para sus primeras incursiones en los circuitos homoeróticos de la ciudad a donde había llegado. Para otros protagonistas de los relatos, la situación fue parecida: las pocas redes de apoyo para hablar, tramitar y gozar de su sexualidad. El involucramiento de su sexualidad con otros espacios es escaso – a veces nulos- y selectivos, condición que termina teniendo profundos efectos subjetivos, emocionales y políticos para sus procesos de reincorporación.

La llegada a la vida civil requiere de unos soportes que no todos tienen por igual, para los casos de las y los excombatientes, en particular de los bajos mandos -como Marco, Esteban y Ernesto-, esos sostenes son más débiles o, a veces, ni siquiera existen. Para muchos o muchas excombatientes “LGBTQ+”, “gais”, “lesbianas”, “maricas” o como se quieren nombrar, la situación es parecida. Kimberly Theidon (2007) plantea que los procesos de DDR implican múltiples transiciones: desde los combatientes que deponen las armas, pasando por los gobiernos que buscan poner fin al conflicto armado, hasta las comunidades que reciben – o rechazan– a estos combatientes desmovilizados. La reincorporación, como proceso, requiere de redes y alianzas que no solo estén supeditadas al Estado; otros agentes como la

⁹⁸ Sobre el tema, Sergio Carrara (2015) argumenta que tales derechos pueden ser considerados como un símbolo del surgimiento histórico de un "nuevo" régimen secular de la sexualidad, acompañado de un estilo de regulación moral. En este caso, una regulación moral de los agentes implicados en el trama transicional.

familia, los amigos, la vecindad, la comunidad y los colectivos sociales son fundamentales para las diferentes etapas y dimensiones de la reincorporación a la vida civil.

Una reflexión sobre las redes de apoyo de la población excombatiente conlleva a una paradoja: mientras en las filas estaban inmersos en un contexto profundamente colectivo y de apoyo, en la vida civil esos soportes del grupo se transforman -a veces desaparecen- y no cuentan con otras redes para tramitar esa pérdida. La “colectividad guerrillera” abarcaba unos apoyos permanentes como compañía, cuidado, alimentación y camaradería, asuntos que se pierden en el tránsito a la vida civil; aún más para aquellos que emprendieron procesos de reincorporación alejados a espacios como los AETCR o al partido político -como los casos de Marco, Esteban y Ernesto-; contextos en donde, en cierta medida, se conservan esos lazos comunitarios guerrilleros. El proceso de reincorporación, en ese sentido, conlleva una pérdida de su red de apoyo fundamental, apoyos que, tal vez, no se vayan a reemplazar en la vida civil, se pasó de un contexto acentuadamente colectivo a uno individualista o atomizado, como lo es el de la ciudadanía (neo)liberal.

Además de este antecedente, debido a su inmersión en el grupo armado, muchos miembros perdieron sus redes familiares, de amistad y comunitarias; ahora, en la vida civil les toca reconstituirlas o iniciarlas. La inteligencia militar, el sentido de colectividad (Bolívar 2006) y la adhesión al grupo (Medina 2008) propias de la guerrilla, condujeron a la pérdida de esos vínculos sociales. Siguiendo con la idea de *continuum*, ¿cómo pensar la continuidad de redes de apoyo en el proceso de reincorporación? ¿Qué o quiénes suplen los apoyos que les brindaba la colectividad guerrillera? ¿Cómo tejer y consolidar redes que estaban perdidas, como la familia y las amistades? ¿Cómo constituir redes de apoyos que trasciendan al Estado? ¿Qué redes son importantes para apoyar sus procesos sexuales de reincorporación?

El silencio y el secreto tiene una repercusión para el establecimiento de unas redes de apoyo en la reincorporación sexual: ¿cómo construirlas si ni siquiera se habla o se sabe sobre su sexualidad? Marco, así como camaradas de otros relatos, han tenido una relación permanente con el secreto y esa relación no se termina al dejar el grupo armado, pues la condición de excombatiente se debe mantener en reserva en muchos espacios y la de su sexualidad también. Esa maraña de ocultamientos parece una condición permanente en sus vidas, algo de lo que no se pueden desligar, siempre hay algo por esconder; circunstancia que

tiene profundos efectos en sus trayectorias de vida, en sus relaciones sociales y sus redes de apoyo.

El juego entre el secreto y asumir su condición de excombatiente y de su sexualidad; por decirlo de algún modo, de “salir del clóset”, es una maniobra compleja que deben sortear permanentemente en su vida cotidiana. Hay algunas semejanzas entre esos dos “clósets”, el de la sexualidad y el de excombatiente: algunas veces se sale de manera amplia, radical y en todos los contextos sociales se asume una posición sin tapujos; mientras en otras ocasiones se apuesta por un juego selectivo, en evidenciarlas en algunos escenarios y en otros encubrir las. En ambos casos, también, hay una comunilidad, al estar con otros como ellos, con excombatientes o maricas, se manifiesta sin tanto problema su condición, mientras al estar en otros espacios sociales, se esconde. Algo que también asemeja esos “dos closets” es la condición de protección, de protegerse ante un contexto violento que estigmatiza y persigue a maricas o a excombatientes, como el caso colombiano. Erin McFee (2016), precisamente, en su trabajo etnográfico en dos centros de servicios de la ACR (Agencia Colombiana de Reintegración, ahora ARN), plantea que los excombatientes deben “jugar doble”, por una parte remarcar su condición para recibir la ayuda del Estado y, por otra, ocultarla en su vida cotidiana como mecanismo de protección personal y familiar.

También podríamos cuestionarnos por las cuestiones que diferencian los “closets” de la sexualidad y el de excombatiente. Por ejemplo, preguntarnos de cuál se sale primero en la vida civil, lo cual está muy influenciado por su proceso legal de reincorporación, pues el proceso burocrático del Estado se ha encargado de remarcar su condición de excombatiente, no solo para sí mismos, sino ante un sinnúmero de instituciones, escenarios y funcionarios, mientras el tema de su sexualidad está en un limbo. Otra pregunta que podríamos hacernos es: ¿si salir de uno conlleva a salir del otro o son procesos divergentes? A partir de los historias de los protagonistas, podríamos asumirlo como procesos separados que a veces pueden cruzarse cuando se emprenden procesos de politización de uno o de otro, procesos de participación en el partido político o en organizaciones sociales.

Más allá de salir del clóset o no, lo importante es considerar las implicaciones subjetivas, colectivas e institucionales que conllevan esos clósets, esas culpas y estigmas; o en otras palabras, esas posiciones morales y políticas inmersas en ellos. Los clósets, en este sentido, son una figura que no solo estaría haciendo alusión a un proceso personal del sujeto

excombatiente, sino también a un proceso colectivo y gubernamental: la ARN y, en otros niveles, el Estado y el proceso transicional no han salido del clóset.

Si bien la figura del clóset podría ser impertinente, por su carácter globalizado, estructural y colonial, considero que es una noción que nos permite caracterizar las situaciones descritas en los párrafos anteriores. La “epistemología del armario” o del clóset, según Sedgwick (1998), implica una relación con estructuras más amplias sobre el secreto y la revelación, y sobre lo privado y lo público. La autora también plantea que el descubrirse es una cuestión de intuiciones o convicciones que han establecido sus propios circuitos de poder a partir del desdén, el chantaje o la complicidad silenciosa. Esas nociones: silencio, secreto o privado han sido transversales a lo largo de la tesis, por ello el “armario” o el “clóset” podría ser una herramienta para comprender ciertos procesos de ocultamiento y revelación de la condición de excombatiente.

En cuanto a los contextos familiares, los parientes de Marco no saben sobre su gusto por los hombres, a pesar que vive con ellos desde que el novio lo dejó tirado y con muchas deudas. Marco podía hablar con muchos amantes desde su casa, desde la cercanía de su madre, sus hermanos y sus sobrinos, pero de manera digital, una guarida perfecta para su secreto. Su madre le abrió las puertas de su hogar, le brindó el tercer piso de su casa solo para él. Desde allí hablaba conmigo, lo hacíamos cuando no estaba nadie para poder contar sus historias sin problemas. En varias ocasiones nuestras conversaciones tuvieron que terminarse o cambiar de tema porque algún familiar llegaba.

La familia es un escenario central para los procesos de reincorporación, es un agente que opera como un factor de atracción a la desmovilización y de protección del proceso de reintegración (CNMH 2013, Laverde *et al.* 2020; Zapata *et al.* 2020; Giovanni *et al.* 2021). Marco logró esa acogida y protección de su familia, a pesar de estar más de una década en la guerrilla, su madre lo recibió en su casa y le brindó un hogar. Para el caso de Ernesto, no solo le abrieron las puertas de la casa, también lo están cuidando y acompañando en su enfermedad. Las consecuencias de la guerra, sus quebrantos corporales, no las está soportando el grupo armado, sino su familia.

Pero hay algo, una información que se escapa de ese acogimiento en el hogar: su sexualidad. La fascinación por los hombres, una dimensión muy importante para su vida, debe mantenerla oculta en el retorno a la vida civil hasta en su propia casa, así como lo hacía

en las filas. La casa es su refugio y, a la vez, ese lugar donde debe callar y esconder. Como lo plantea Eribon (2020) e su libro “Retorno a Reims”, las ambivalencias del retorno para los sujetos homosexuales o gais, implican un re-encuentro y una reflexión sobre el pasado, sobre las razones por las cuales salieron -y vuelven- a casa. Si bien los protagonistas de los relatos no se fueron de sus familias estrictamente por cuestiones sexuales, sino por una convicción política, el regreso a ellas genera una interpelación sobre sus vidas, sobre una vida marcada por una experiencia guerrillera y, para el caso de Marco, por un deseo por los hombres. El entorno de rechazo o de evasión sobre la sexualidad en las familias, se convierte, entonces, en otro factor que incide en los procesos de reincorporación sexual del excombatiente.

Otro espacio al que aludieron los protagonistas de relatos fueron los colectivos LGBT. A pesar que algunos casos contaron con algunas organizaciones, otros no. Estos escenarios, más allá de su accionar comunitario y político, terminan siendo un sostén para procesos individuales: para asumir la sexualidad, para conocer otros casos parecidos, para escuchar y ser escuchado, para hacer amigos y hasta para conocer posibles amantes. A Marco algunas veces le llamaba la atención estos grupos y a veces no, no es un asunto simple, de querer lo uno o lo otro, cada trayectoria tiene sus particularidades y sus paradojas. Pero, a pesar de esta circunstancia, la presencia de estos colectivos han sido refugios de vida; para el caso del conflicto armado en Colombia, han sido refugios para las víctimas LGBT (Caribe Afirmativo 2020; Erazo, Martínez y Palta 2023), apoyos con los cuales también podría contar la población excombatiente. Fuera de ser un sostén para las personas, según Ritholtz *et al.* (2023), el protagonismo de las organizaciones LGBTQ en los territorios afectados por el conflicto ha ampliado las discusiones conceptuales sobre la paz, ha creado nuevas formas de alianzas entre movimientos sociales y ha exigido ajustes institucionales del Estado y de los organismos transicionales.

Cuando se alude a la inexistencia de redes de apoyo para los excombatientes también estamos hablando simplemente de relaciones de amistad. Muchos de ellos no tuvieron ni siquiera un amigo con el cual conversar sobre sus vidas, tanto como excombatientes o como maricas. A Marco nadie le habló de cómo usar Grindr, qué estrategias o cuidados tener, tampoco nadie lo llevó a un “bar gay”, ni le presentó algún hombre. Para muchas víctimas LGBT, las amistades fueron fundamentales para sus procesos de sobrevivencia, ante la inoperancia de la atención psicosocial del Estado (CNMH 2015; Caribe Afimativo 2019).

Pero en el caso de excombatientes la situación es distinta, los escasos círculos de amistad son camaradas, con los cuales históricamente no se habló -y tal vez ni se hablará- sobre sus embrollos sexuales, y los nuevos circuitos sociales están muchas veces supeditados a las instancias transicionales del Estado y de los organismos humanitarios, espacios frecuentados por esos antiguos círculos sociales y, además, en donde se trata muy poco estos temas.

A partir de todo este panorama, de esta radiografía de los vínculos sociales para su “reincorporación sexual”, una cuestión sobresaliente fue el hecho de haberme convertido en el confidente de su pasado sexual en las filas guerrilleras y de su proceso fuera de ellas; de ser de las pocas personas con las que hablaban de esos temas. Marco me confesó: “Me siento bien, tranquilo y en confianza (...) porque hablamos el mismo dialecto”. En su trayectoria guerrillera no tuvo personas que hablaran ese mismo “dialecto”. Con otros, como Esteban y Andrés, que tienen una apertura sobre su sexualidad y que en varios escenarios, como el partido político, lo saben, era la primera vez que hablaban de algunos episodios homoeróticos de su vida en el grupo.

Esta situación implica, en cierto sentido, que en la encrucijada de redes, vínculos sociales y apoyos sobre su proceso de reincorporación relacionado con su sexualidad, mi presencia como investigador terminó siendo primordial. Esa centralidad me permitió conocer y profundizar en sus historias, ganarme una confianza y conocer rincones de su vida que a nadie le habían contado; es más, que habían dejado en el olvido y que fueron recordando en el proceso de nuestros encuentros. Pero, esa centralidad, también ha sido una responsabilidad que me interpela, que me lleva a considerar las limitaciones de ese acompañamiento, que a pesar de brindarles una escucha y una escritura, fue un vínculo parcial con encuentros esporádicos, que algunas veces fueron por medios digitales; condiciones que reproducen la fragilidad de ese apoyo. Por más que intente remediar esa situación, mis apoyos nunca fueron o serán suficientes para sus trayectorias; más bien quisiera pensar que los relatos, que también son su escritura, podrían convertirse en un mecanismo que acompañe y que genere alianzas para sus procesos de reincorporación.

Estas pocas conexiones o soportes sociales conforman unas condiciones subjetivas y sociales que impiden la conformación de unas “comunidades morales” (Das 2006) o “comunidades afectivas” (Pollak 1989) que reúnan, acompañen y visibilicen la situación de los y las excombatientes LGBTQ+. Las comunidades morales o afectivas se conforman a

partir de experiencias de violencia o traumáticas comunes y emprenden procesos de reconocimiento y acompañamiento de su victimización y de su sobrevivencia. Las y los excombatientes LGBTQ+ no cuentan con instancias u organismos que emprendan decididamente procesos de reconocimiento de su victimización ni de sus condiciones de reincorporación. Esas redes o comunidades pueden ser conformadas por las mismas poblaciones o también pueden ser promovidas por el mantra transicional (Estado, agencias internacionales, partido político, iglesia). Los excombatientes no han emprendido este tipo de grupos o comunidades -o lo hicieron, pero solo sobresalieron en los primeros años de implementación del Acuerdo-. Otros, por su parte, no les interesa este tipo de comunidades y quieren mantener su sexualidad en el anonimato, pero, aún así, no cuentan, algunas veces, con los mecanismos o los soportes suficientes para lograr una inmersión eficaz en su reincorporación sexual a la vida civil.

Las redes de apoyo, de solidaridad y acogida han sido protagonistas en la historia de las poblaciones homosexuales, *queer* o LGBT a lo largo de la historia. Para el caso del conflicto armado en Colombia ha sido igual, para las víctimas de los territorios más azotados por la violencia han sido decisivas para sus procesos de sobrevivencia, resistencia y luto (Caribe Afirmativo 2019; Gallego y Giraldo 2023), en especial, las amistades maricas. Los vínculos, apoyos y alianzas entre aquellos que están en condiciones de vulnerabilidad son fundamentales para (sobre)vivir (Ahmed 2018; Butler 2017); pero, los excombatientes, por distintas circunstancias descritas a lo largo de este apartado, no han recibido acogida ni construyen redes de apoyo, o a veces sí, pero son puntuales y esporádicas, y son espacios que comprenden muy poco sus tránsitos, tanto como excombatiente como los de su sexualidad.

Enfermedades y precariedad en los procesos de reincorporación

Un tema que sobresalió en los relatos, y del cual no pensé toparme, fue las enfermedades de este grupo de hombres en sus procesos de reincorporación. Los casos de Ernesto, Esteban y Andrés demuestran los efectos evidentes de la guerra en sus cuerpos. Recuerdo los encuentros con Ernesto, las primeras veces cuando iba a su casa todavía podía caminar, pero con mucha dificultad; no quería desfallecer ante su padecimiento, él se paraba y caminaba prendido de las paredes para brindarme una bebida o para ir al baño. Cuando volví un año

después, Ernesto definitivamente no podía caminar, su cuarto lo habían trasladado al primer piso y había puesto una tienda en la sala de la casa gracias a un auxilio económico de la ARN, porque desistió de buscar trabajos fuera de ella.

Para poder hablar sobre sus historias con hombres en las filas, teníamos que irnos para un centro comercial. Él aprovechaba esas salidas para hacer sus diligencias mensuales y para estar el mayor tiempo posible fuera de la casa donde mantenía encerrado, llegábamos desde la mañana y nos quedábamos hasta la noche. Iba hasta su casa a recogerlo para poder ayudarlo a subir al taxi y maniobrar con su silla de ruedas. En el centro comercial lo asistía todo el día, dábamos vueltas varias veces por los mismos pasillos, lo acompañaba a sacar dinero del cajero, a pagar deudas en las tiendas y a esperar que llegaran otros cobradores informales para abonar a varios préstamos que tenía.

El momento más penoso era la ida al baño. Lo acompañaba hasta la puerta del inodoro y esperaba hasta que me gritara o me diera una señal para entrar por él, en ese transcurso no sabía qué hacer, me cuestionaba si lo estaba asistiendo de manera correcta. Una vez lo estaba esperando fuera del baño y se estaba demorando mucho, al entrar hablé fuerte para preguntarle y me confesó que me estaba esperando, que necesitaba ayuda. Con una pena profunda marcada en su rostro, tuve que entrar para ayudarlo a subirse los pantalones y guardar la sonda y la xilocaina que cargaba en su bolso para poder orinar.

Con Esteban también me encontré en ese mismo centro comercial, era un establecimiento que tenía una arquitectura apropiada para su movilidad. Esteban, además de las asistencias que requería Ernesto, también necesitaba que le dieran de comer, su movilidad en los brazos y manos era muy reducida. Su enfermero, el que le brindaba el sistema de salud, siempre iba con él y se encargaba de todas estas asistencias. El enfermero terminó siendo otro participante inesperado de nuestras conversaciones, de cuando Esteban me contaba sus historias o leíamos los relatos, a veces estaba u otras a veces se iba a dar una vuelta por las tiendas.

Las condiciones de salud se suman, entonces, a las trabas de los procesos personales de reincorporación, por más que desde la institucionalidad se proyecten unas rutas o trayectorias para sus vidas “civiles”, las enfermedades son elementos inesperados que inciden en ese camino, son rutas para cuerpos sanos y autosuficientes. La guerra implicó unas marcas corporales y psíquicas muy fuertes, marcó de maneras profundas e insospechadas sus

cuerpos. Sin embargo, pareciera que esos efectos atroces, como son las enfermedades de sus combatientes, se esconden o se evitan porque son pruebas fehacientes de la precariedad de la vida en la guerrilla. Poco se habla de las enfermedades de pos-guerra -más allá del trastorno de estrés postraumático (TEPT)-, de lo que podríamos llamar *enfermedades transicionales*, pero los cuerpos de muchos y muchas excombatientes son una evidencia de un sinnúmero de afecciones físicas, emocionales y psíquicas⁹⁹. El *continuum* de la guerra también implica los efectos corporales y de salud de ella en sus vidas, secuelas que a veces van apareciendo de maneras imprevisibles y paulatinas, no solamente en el transcurso del conflicto.

A las enfermedades, se le agrega la atención deficiente del sistema de salud, una suma de circunstancias que empeoran sus procesos de reincorporación. Los problemas para agendar una cita, la demora para conseguir un encuentro con un especialista, los obstáculos para conseguir medicamentos o exámenes, entre otras situaciones constituyen un panorama que denota unas “economías del abandono” (Povinelli 2011, Parrini 2018; Restrepo y Parrini 2021), en las cuales los sistemas de salud neoliberales por medio de su acción -y omisión- constituyen unas prácticas y burocracias de descuido sobre la población. Rodrigo Parrini, en su etnografía con migrantes en el sur de México se cuestiona: ¿no están jugándose entre ellas economías del abandono cuando alguien llega a un hospital y simplemente no es atendido, porque no hay remedios o no hay presupuesto para él, para ese homosexual con sida? (Restrepo y Parrini 2021). El progreso de la enfermedad de Marco, ese que me tocó comprobar a primera vista en mis visitas, en parte está relacionado con esa dilatación y negligencia del sistema de salud en el país.

Otra repercusión que tiene las enfermedades en su trayectoria de reincorporación es en el escenario laboral, ni Ernesto ni Esteban han podido tener un trabajo. A Ernesto, por más que desde la ARN le ayuden a conseguir oportunidades para engancharse laboralmente, nunca consiguió un empleo. Al principio intentó sacar adelante un negocio de venta de mercancía por redes sociales, a través de los estados de WhatsApp exhibía relojes, perfumes y ropa, pero no lo fue muy bien. Luego puso la tienda en su casa, aunque las ganancias son

⁹⁹ De acuerdo a varias investigaciones sobre la salud de la población excombatiente de las filas de las FARC-EP, entre las enfermedades con más prevalencia se encuentran: Diabetes, tensión arterial, cáncer (Prieto 2022) Fuera de ello, también hay que tener en cuenta las personas que quedaron con secuelas de acciones directas de la guerra como enfrentamientos, bombardeos y minas antipersona; registros que están diluidos y ensombrecidos para el caso de las guerrillas en comparación con las fuerzas militares del Estado.

pocas, por lo menos tiene algún sustento para ayudar a su familia. Esteban, por su parte, debido a su inmovilidad en los brazos y las piernas, nunca pudo, es más, ni buscó engancharse a algún trabajo. Su economía depende de las ayudas de familiares y amigos más cercanos. La EPS cubre los gastos del hogar de paso donde vive y del enfermero, y los demás gastos debe cubrirlos con el dinero que le dan sus más allegados.

Debido a sus condiciones de movilidad, Ernesto y Esteban se la pasan gran parte del tiempo en su casa, casi no salen, situación que ha afectado profundamente sus relaciones sociales, sus redes de apoyo -como se profundizó en el apartado anterior-. Las actividades recreativas se reducen al celular o al televisor y, eventualmente, van a un centro comercial; salen de sus casas más por asuntos médicos, que por otros motivos. Tienen pocos amigos, los que tenían se fueron alejando con el paso de sus enfermedades, algunos los llaman esporádicamente y otros les hacen llegar ayudas puntuales, como la silla de ruedas que le dieron a Ernesto, debido a que el proceso burocrático para conseguir una en el EPS era muy lento.

Otra repercusión son las pocas posibilidades de encontrar parejas sexuales o sentimentales. Aprovechan al máximo sus salidas para ilusionarse con el juego de miradas con hombres, Ernesto también lo hacía con los clientes que iban a la tienda. A veces lograban conversar con ese “mirón” e intercambiar números, pero sus condiciones de movilidad y corporales le generaba ansiedad y alejamiento de esos efímeros amantes. Ernesto, al comienzo de su enfermedad, como se describe en el relato, compró algunos juguetes sexuales para satisfacerse, pero la evolución de su inmovilidad hizo que se deshiciera de ellos, ya no tenía ni privacidad, ni autonomía para su sexualidad; además tenía que seguir escondiendo su maricada frente a la familia.

La *teoría queer* y la *teoría Crip* (o *teoría tullida* en español) (Platero y Rosón 2012; McRuer 2021) han señalado la importancia de crear articulaciones frente a unos elementos que comparten, como el hecho de considerar a las poblaciones que cobijan su accionar político y teórico como “anormales”, “enfermas” y “monstruosas”. Su lucha se alía para confrontar unos paradigmas que crean jerarquías y segregaciones sociales a partir del cuerpo, el género y la sexualidad. Esos cuerpos “monstruos” son considerados como asexuados, no son deseados, son exóticos y a partir de ese conjunto de rótulos son despreciados. Sin embargo, esos cuerpos emprenden estrategias para agenciar su sexualidad, bien sea en

interacción con otras personas o consigo mismos. Como el caso de Ernesto, que consiguió un dildo y un masturbador, artefactos que desplazan la centralidad del falo y del coito (Preciado 2002), y, de paso, la centralidad de esos cuerpos “normales”.

Las condiciones relatadas a lo largo del capítulo son rastros de la precariedad que atraviesa la población excombatiente. Ellas y ellos le apostaron al Acuerdo de Paz, le apostaron al relato de la vida civil; un relato político que es fácil de referir por la ciudadanía en general, pero que pareciera un relato fantástico para la vida de algunos y algunas excombatientes. La población excombatiente, siguiendo los planteamientos de Didier Fassin (2016) sobre la razón humanitaria, están en una condición de precariedad sujeta inevitablemente al Estado -y yo agregaría: al mantra transicional en su conjunto-. Esa sujeción produce unas gestiones políticas sobre sus vidas; implica una condición de dependencia para tramitar sus vidas, una condición de ser ayudado, de un favor a ser concedido.

A lo largo de los relatos, los protagonistas han tenido que luchar por conservar su “condición humana”. Sus casos podrían leerse como una “vida nuda” -o nuda vida- (Agamben 1998), como vidas que no valían cuando estaban en el grupo armado y que ahora, en la transición a la vida civil, todavía enfrentan la inercia de esa invalidez; todavía no son reconocidos como ciudadanos, y a veces pareciera que ni siquiera como humanos. Pareciera un castigo por parte del Estado o de la sociedad civil a la población excombatiente, castigos encubiertos y disimulados, incógnitos para la trama jurídica del mantra transicional. Sus vidas son juzgadas como sin valor; se “dejan morir”, implementándose una suerte de mecanismo necropolítico (Mbembe 2011, 2016) en sus procesos de reincorporación. La precariedad de la población excombatiente, que es subjetiva, social, material y legal es el escenario a través del cual la persona exguerrillera emprende su tránsito, un tránsito a la pretendida vida civil. En muchas ocasiones la precariedad de la guerra podría confundirse con la precariedad de esa vida civil.

Trazos de esperanza: incertidumbre, ilusiones y reincorporación

A lo largo del capítulo ha sido frecuente la alusión a la incertidumbre, pero esa desazón ha sido acompañada, repetidamente, por trazos de ilusiones y esperanza. La incertidumbre de

dejar una cotidianidad guerrillera y reincorporarse a una vida civil trae consigo muchos cuestionamientos personales, interpelaciones que son afrontadas, en parte, con mecanismos de esperanza, de creer que es un camino que va traer una mejor vida. Los escenarios transicionales son, en sí mismo, contextos atravesados subjetiva, social y políticamente por la incertidumbre, pero también por la ilusión y la esperanza (Castillejo 2015, 2017) ¿De qué manera, entonces, los estudio sobre esos escenarios debaten sobre estos conceptos? ¿Qué cabida tiene una discusión sobre la esperanza, en la paradoja de hablar sobre ella en contextos de violencia? O en últimas: ¿Cómo trazamos una antropología de la esperanza?

En el caso de Ernesto, la incertidumbre es transversal en su vida. Un día en una conversación cualquiera no recuerdo por qué llegamos al tema de VIH. Él sabía muchas cosas sobre la enfermedad y sobre sus tratamientos, sobre la condición de “no detectable”, sobre los tratamientos PreP y PosP y sobre la calidad de vida que puede tener una persona que vive con el virus si lleva bien su tratamiento. En medio de la charla me dijo “Ojalá tuviera VIH, pues al menos así sabría mi diagnóstico, pero con esto que tengo no se sabe nada”. Cuando terminó la frase, la franqueza de su voz me desconcertó, solo días después pude discernir su argumento. La situación física, psíquica y emocional de Ernesto no solo estaba atravesada por una condición médica, sino por una profunda incertidumbre. Al desasosiego de un diagnóstico médico que ha esperado por años se le suman otros: en qué trabajar, qué hacer con los estudios que ha hecho, cómo emprender un negocio; en fin, qué hacer con su vida en la reincorporación. Cuando Ernesto dejó la guerrilla, tenía muchas expectativas y con el paso del tiempo fue construyendo proyectos que se han truncado por su situación de salud.

Los casos de Esteban y Andrés también están marcados por la incertidumbre, para Andrés la evolución de su enfermedad es impredecible, hay pocos estudios científicos sobre su causa y sobre su evolución, el glifosato inmerso en su cuerpo actúa discreta y permanentemente; por ahora afronta su condición corporal con prácticas de autocuidado que ha venido descubriendo por sí mismo. Y en el caso de Esteban, esa incertidumbre es más densa, el hecho de estar a merced de la ayuda de otros, de sus familiares o amigos cercanos, o de estar intentando periódicamente acceder a algún auxilio del Estado, es un viacrucis con el que ha cargado permanentemente. Cada vez que se abre alguna posibilidad en las diferentes instancias de DDR o transicionales que van apareciendo, Esteban procura un reconocimiento y una ayuda más contundente de su situación.

El proceso de Marco, Ernesto, Esteban y Andrés -y de gran parte de la población excombatiente- podría considerarse como una *quiebra*, siguiendo la noción de Sara Ahmed (2018). El proceso de dejación de armas y de reincorporación, no es simplemente un proceso legal o democrático, es una quiebra para sus vidas. Una quiebra, según el diccionario, es una interrupción, pero también podría ser una grieta o en una versión más melancólica: una pérdida. A partir de estas versiones podríamos aventurar algunas reflexiones sobre la quiebra en la vida de los excombatientes.

Su vida se ha interrumpido, el proyecto de la guerra ya no es su horizonte, ahora sus perspectivas se articulan a la idea de una vida civil con sus propias dificultades. La guerra ha dejado una profunda grieta en la vida política del país y, en especial, en la población víctima y excombatiente, algunos o algunas logran recubrir esa grieta, pero para otros sigue siendo una herida difícil de cerrar. Pareciera paradójico aludir a la guerra como una pérdida, como algo que se añora, pero esa misma guerra que denunciábamos y queremos superar, también ha sido el rumbo que le otorgó -o le sigue otorgando- sentido a la vida de muchos y muchas.

Ante esa quiebra, surgen un sinnúmero de dudas y expectativas. La incertidumbre, según Arias y Valencia (2021), es uno de los sentimientos que más define la vida de la población excombatiente. Sus trayectorias individuales de reincorporación van teniendo sus propias coyunturas, que van profundizando -o alivianando- esa incertidumbre. Sumado a esas cuestiones individuales, el contexto social y político de la transición es en sí mismo incierto, y más en un país como Colombia. Siguiendo con las autoras, las vicisitudes en la implementación de los acuerdos, el debilitamiento y falta de respaldo institucional a la justicia transicional y el asesinato de excombatientes han sido amenazas que alimentan ese desasosiego del proceso transicional en el país.

Pero ante ese panorama sombrío se asienta un complejo de ilusiones y de esperanzas. Se le apostó por algo, por dejar las armas, ahora hay que llenar de sentido ese camino. Ernesto siempre me hablaba de las novedades de su tratamiento médico, de los exámenes y citas con especialistas, en una ocasión también le prometieron un traslado hasta Bogotá para internarlo una semana y poder hacerle un montón de pruebas médicas. Ante esas propuestas, las palabras de Ernesto se llenaban de ilusión, su frase más común por esos meses era: “cuando vuelva a caminar”. Por más que su condición física empeoraba, se aferraba a esa ilusión. Una día que vimos la valla promocional de un concierto de uno de sus cantantes favoritos, uno de

los que escuchaba frecuentemente en su radio en el monte, me dijo que quería ir, pero que quería llegar caminando, o también me decía que cuando lanzara el “libro” -nunca comprendió que era una tesis para un doctorado- iba a estar caminando.

Enesto, como se dice en Colombia, era “echado pa’lante” (echado para adelante), emprendió varios proyectos: ventas de ropa, de relojes y de lociones por WhatsApp y puso una tienda en la sala de su casa. Ernesto le ponía mucho empeño a esos proyectos y algunas veces también le imprimía unas dosis de fantasía, por eso les ponía nombres con tintes esotéricos – y que también tenían un tono sexual-. “El palacio de Afrodita” le puso a un emprendimiento de fragancias, que era el proyecto final para la carrera técnica que cursó en farmacia. También llamó “Afrodisiaco” a uno de los personajes con los que tuvo un encuentro sexual en las filas guerrilleras. Estas metáforas, según Avtar Brah (2011), lejos de ser simples abstracciones, son parte de la materialidad discursiva de las relaciones de poder en las cuales se encuentran inmersas los sujetos; en este caso, son líneas de vida discursivas que intentan encontrarle un sentido a un futuro profundamente incierto.

Las metáforas y el esoterismo son recursos, en sí mismos, esperanzadores; ante el panorama de la promesa transicional (Castillejo 2018), son mecanismos que, si bien hacen parte de unas prácticas que son comunes e históricas de ciertos sectores poblaciones en el país, implican otros sentidos en el escenario transicional. Ernesto buscó una bruja como un recurso esperanzador ante un panorama de salud profundamente incierto, a pesar que le costó un dineral que sobrepasaba su capacidad financiera, Ernesto no dudó en endeudarse, prestó dos millones de pesos para poder pagar sus servicios. Así como lo brujesco fue algo común para buscar protección o brindarle sentido al horror del conflicto armado (Uribe 2003; Lozano 2009), también es un recurso para sustentar los derroteros de ilusión y de esperanza en el periodo transicional.

Esteban, por su parte, tiene un altar en un rincón de su habitación, un altar improvisado en su mesa de noche, con imágenes predominantemente blancas y a veces acompañadas por la luz de una vela. La Virgen la Milagrosa, el Arcangel San Miguel y San Benito crean una trilogía de protección para él y para su familia. A la Virgen, en especial, le reza cuando no se concreta ningún reconocimiento como víctima del conflicto armado, a ella también le pidió sobre la posibilidad de una asilo fuera del país; un proyecto en el que se ilusionó por varios meses. Como se narra el final del relato: “La esperanza, la salud y la

protección, tres tramas que se han confabulado de maneras paradójicas en su vida, son, justamente, las compañías espirituales que Esteban tiene en su habitación”.

Ernst Bloch plantea el “principio esperanza” justamente como un elemento clave de la apertura del porvenir (2007). Bloch, a pesar de su condición de exiliado por cuenta del nazismo, no dejó de creer política y teóricamente en la utopía, a partir de sus posiciones marxistas enrutó una propuesta teórica sobre la esperanza como herramienta para enfrentar una idea determinista y fatalista de la historia. Alejandro Castillejo (2017), por su parte, reflexiona sobre la noción de ilusión en los escenarios transicionales, considerando que son contextos liminales en los cuales se instauran elementos ambivalente sobre ella: como una “illusio” o “espejismo”, pero también como una acto que alberga “esperanzas” o “expectativas”. Estas dos versiones de la ilusión, insiste el autor, deben ser consideradas en las reflexiones sobre los escenarios transicionales.

A pesar que en Colombia se puede vislumbrar un proceso desescalado de la esperanza: que en los primeros años de los Acuerdos de Paz había una alta ilusión y con el paso de los años ese entusiasmo se ha venido rebajando, los escenarios transicionales son escenarios propicios para pensar ética, política y teóricamente sobre la esperanza; casi una década después de los Acuerdos aún podemos y es urgente seguir hablando sobre ella. La noción de esperanza, incluso, está inmersa en conceptos que han ganado protagonismo en los últimos años en los estudios sobre el conflicto armado en el país, conceptos como sobrevivencia, porvenir, promesa transicional, entre otros, (Castillejo 2015, 2017, 2018; Jaramillo *et al.* 2021) son artefactos teóricos -y también políticos- que trazan un panorama para pensar el futuro en términos “esperanzadores”. Una lectura muy rápida sobre el proceso conceptual en los estudios sobre el conflicto en Colombia, revela que esas nociones han emergido justamente en los últimos años, en un periodo histórico marcado por el contexto de la “transición”; antes los conceptos estaban más cargados -o ensimismados- por el aturdimiento de la guerra.

Jefferson Jaramillo *et al.* (2021) afirman que temas como el futuro y las maneras de enfrentarlos localmente habitan cada vez más los trabajos sobre memoria en el país -yo agregaría que en los estudios sobre el conflicto en general-. Plantean:

la imaginación social del porvenir es un recurso cotidiano para enfrentar contextos afectados o fracturados por violencias diversas. La principal conclusión es que las memorias que se reconocen en su potencial transformador abogan por la activación de la esperanza local y la ilusión comunitaria, más que por ser solo ejercicios reconstructivos de las afectaciones sufridas (Jaramillo *et al.* 2021. p. 324)

Ante el horror de la guerra, frente al cual se han planteado un sin número de nociones para describirla y analizarla, también emergen apuestas conceptuales para sobrepasar ese escenario, fungiendo como herramientas -o dispositivos- que le prestan atención a las líneas o fugas de vida en medio de la precariedad y desolación que produce el conflicto armado. Como lo planteo en el capítulo dos: “las gramáticas de la guerra también pueden componer e imaginar otros formatos donde las tramas de la vida sobrepasen las tramas de la muerte”, no solo en términos narrativos, sino también conceptual y teóricamente.

Veena Das y Poole (2004), deliberando sobre los estudios de antropología en contextos de guerra, plantean que una de sus tareas ha sido rastrear cómo ese escenario violento ha configurado el sentido que las personas tienen de la comunidad y de sí mismos, así como del futuro político. Por ello, los antropólogos, siguiendo a las autoras, muestran cómo diferentes deseos, esperanzas y miedos se enmarcan en esa experiencia. A través de los relatos se ha intentado realizar esa tarea, en medio de sus tramas se revelan directa o implícitamente esos indicios de esperanza y de futuro en la trayectorias de vida de este grupo de excombatientes.

Esas marcas de futuro no solo están inmersas en el contenido de los relatos, ellos mismos, como producto escrito, son herramientas -o dispositivos- esperanzadores. Desde los primeros encuentros con los protagonistas de los relatos, la propuesta de investigación les ha generado ilusión, de saber que hay personas que quieren indagar por estas historias, algo que parecía que no le importaba a nadie, incluso ni a ellos mismos. Al plantearles la escritura de los relatos, esa escritura colaborativa, y de imaginarse que van a ser leídas por otras personas, esa esperanza se extiende más; me preguntan que si voy a publicar un libro, que si van a ser los protagonistas de él, uno de ellos hasta me dijo que si quería escribir un libro solo de él estaría dispuesto a hacerlo. De esa manera, entonces, nos damos cuenta cómo la antropología -y la investigación social en general- son chispas de esperanza en medio de la precariedad de sus procesos de reincorporación.

La esperanza requiere de imaginación para afrontar la incertidumbre; para el caso colombiano, hay que aprovechar que esa imaginación todavía no ha sido cooptada por el aturdimiento o la desesperanza de la guerra. Por ello, la investigación, la escritura y muchas narrativas más pueden figurarse como activación de la esperanza; las narrativas tienen la capacidad de construir nuevos cuadros morales y políticos para afrontar tiempos sombríos. Los protagonistas de las historias le otorgan, según lo que me han confesado, rastros de memoria, regocijo y esperanza a los relatos presentados a lo largo de la tesis; en medio de unas vidas acechadas por la incertidumbre y la precariedad. Ellos quieren dejar huella.

Reflexiones finales

En la introducción de la tesis se propuso una noción: *escrituras transicionales*, para aludir a unas grafías que son posibles en un contexto político transicional. Este planteamiento, implícitamente, se puso en marcha a través de los relatos, como una apuesta para ampliar los *regímenes de lo escribible*. En esta aventura escritural emergieron varias reflexiones, algunas se fueron detallando en medio de los capítulos, pero quiero apuntar otras dos para el cierre de la tesis.

Primero, retomaré la discusión sobre la ficción y la violencia iniciada en el capítulo 4. Las reflexiones sobre la ficción también nos llevan a cuestionarnos sobre el encantamiento y la simpatía con los interlocutores de campo; en este caso, pensar si he sido encantado por este grupo de hombres o por sus historias, nublando los horrores de la guerra en Colombia. El antropólogo colombiano Marco Martínez-Moreno (2022) subraya la idea de “seducción etnográfica” y de cómo nuestras contra-transferencias con los interlocutores guían nuestro proceder en la práctica etnográfica y en la creación de teoría social; yo agregaría cómo guían el proceder de la escritura, en especial cuando son escrituras con estilos narrativos y colaborativos. Al leer los relatos podría haber una impresión de romantización o de simpatía con la guerra o la causa guerrillera, mucho más cuando son historias de amor o de encuentros sexuales, pero más bien creería -en tono de justificación- que es porque son registros de los cuales no estamos acostumbrados que nos hablen sobre la guerra. Los relatos no están romantizados, están plagados o atravesados por registros de violencia.

Al investigar y escribir de maneras diferentes al formato jurídico o testimonial, que es el “oden narrativo” transicional (Castillejo 2014), también se alertan unos pánicos morales. Al escribir con excombatientes, estamos lidiando con un estigma que recae sobre ellos. Nitzan Shoshan (2016), en su etnografía con grupos neonazis en Alemania, alerta sobre las implicaciones éticas y políticas al indagar la perspectiva del violento. En una economía moral de la guerra en Colombia, donde se acostumbra a hablar de las víctimas, trabajar con excombatientes implica unos retos políticos -como también epistemológicos- que deben lidiar con esos pánicos que no permiten darle cabida a la perspectiva del guerrillero. La ficción de los relatos, entonces, no solo está soportando los embates guerra, también está sobrellevando los pánicos morales que producen los y las excombatientes en la población colombiana.

Para cerrar estas reflexiones sobre la escritura, considero que la ficción, como concepto y como proceso, también se relaciona de maneras insospechadas con el silencio. La escritura intenta remediar y romper ciertos silencios, pero, a la vez, reproduce otros. Isabella Cosse en su estudio sobre organizaciones guerrilleras en Argentina en los años setenta (2014), plantea que las huellas escritas y testimoniales están marcadas por las condiciones históricas de clandestinidad y represión en las que vivieron los militantes, y que, por ello tuvo que recomponer vestigios, ensamblar retazos y auscultar fragmentos de las memorias conseguidas en su trabajo. En este sentido, por más que la escritura irrumpa ciertos silencios, como la de los relatos de la presente investigación, en ella permanecen registros silenciosos y clandestinos propios de la lógica militar y de la sexualidad, algunas cosas no se pudieron escribir y otras están de forma encubierta. La guerra pervive, sigue haciendo de las suyas, en su escritura, en lo que pude y no pude escribir.

En los relatos, la ficción de la guerra, junto a la ficción/fantasía de la sexualidad, la ficción/espejismo del sufrimiento y la ficción/esperanza del porvenir, conforman una maraña escritural que resistió a una arquitectura del silencio (Malkki 1995) que, como se escribió en la introducción, enfrentó transversalmente la presente investigación. La ficción, en este sentido, también apareció como una forma de zigzaguear ese silencio, como una forma de barrer esos *rincones de la guerra*. No se podía llegar de frente, de forma directa, había que encontrar ángulos para narrar esas historias, no solo por un asunto estilístico, sino para lidiar con los asuntos emocionales de los protagonistas y para afrontar las políticas implícitas de la guerra, de los grupos armados y del escenario transicional.

El propósito general de la tesis fue indagar los relacionamientos sexuales y sentimentales entre hombres de las filas de las FARC-EP y del partido Comunes, y las tensiones con los dispositivos de género y de sexualidad del grupo y de la guerra en general. A continuación, presento una reflexión de cada capítulo, no como un resumen, sino para destacar ciertas ideas que -para mí- son relevantes de cada uno.

En el capítulo 1 se tejieron tres “marañas” transversales para la composición de la tesis. En la “Maraña de género” se planteó la centralidad del Plebiscito del 2 de octubre del 2016 como antecedente para la consolidación de un dispositivo de género y sexual heterosexual para el proceso transicional colombiano. En la “Maraña de masculinidad”, quise insistir que la participación de los hombres en las guerras o en los escenarios armados la

asumimos tan evidente o tan obvia, que muchas veces no la rastreamos. Por ello, el estudio de la población excombatiente puede ser una arista para reflexionar sobre las posibilidades, los límites y las contradicciones de los estudios de género de los hombres y las masculinidades en las guerras. Y en la “Maraña de heterosexualidad” se propuso la idea de unos *usos políticos de la homosexualidad* a partir de las distintas posiciones de los contextos militares frente a ella: la invisibilización, negación, control, reglamentación, de ser considerada una amenaza y hasta de uso estratégico en la inteligencia militar; todas estas posiciones denotan la complejidad y las paradojas de los dispositivos de sexualidad frente a la homosexualidad en los escenarios castrenses.

Sobre el capítulo 2 quise destacar que los acercamientos a la sexualidad en los contextos de guerra, como el caso del conflicto armado colombiano, presentan una focalización en la victimización. Y que los enfoques LGBTQ+ o *queer* se focalizan en la identidad de género y la orientación sexual, dejando de lado otra arista: las prácticas sexuales. Estos encuadramientos se convierten en mecanismos que limitan la *imaginación antropológica sobre el homoerotismo* (Núñez-Noriega 2007), y los análisis que hacemos sobre él en los contextos armados. Son mecanismos que producen unos rincones -unas *políticas de arrinconamiento*- sobre ciertas realidades, prácticas y figuraciones relacionadas con el género y la sexualidad en la guerra. Los eventos homoeróticos entre guerrilleros o miembros de otros grupos armados, además, están cargados de rumores, premisas, prejuicios, exotismos y morbos que también limitan esa *imaginación antropológica*. Se concentran en el acto sexual, dejando de lado los escenarios, circunstancias y condiciones que también constituyen el contexto homoerótico,

Sobre este capítulo también quisiera reseñar que el homoerotismo no es un elemento antagónico de las instituciones militares, sino un elemento encubierto por los dispositivos sexuales propios de ellas. El homoerotismo es posible mientras no traspase unos límites y, a veces, hasta es incentivado por los rituales, la jerarquía y la inteligencia militar. El homoerotismo en las instituciones militares se enmaraña en situaciones de camaradería, complicidad masculina, protección, homosociabilidad, como también de placer y deseo.

En el capítulo 3 me cuestioné: ¿El amor qué tiene que ver con la guerra? Partí con esta pregunta porque hay varios precedentes que desconsideran esta arista de investigación. Primero, porque cuando pensamos sobre la sexualidad de la guerra, lo reducimos al sexo o

la violación, dejando de lado otras dimensiones, como el caso de los enamoramientos y las relaciones sentimentales entre los miembros de los grupos armados. Segundo, los estigmas sobre los combatientes de grupos armados ilegales -difundidos por la opinión pública-, producen un imaginario como sujetos que no tienen relaciones sexuales o sentimentales consentidas, y que no pueden enamorarse. A partir de estos precedentes, quise insistir en una pregunta: ¿El guerrero no ama? Partiendo de todos estos cuestionamientos, quiero reiterar que por medio de los enamoramientos se pueden indagar otros *rincones de la guerra*.

¿Y los guerrilleros maricas? ¿Los maricas culean, no aman? Para indagar cómo se gestaron las relaciones amorosas entre hombres guerrilleros fue crucial superar una premisa: cuando pensamos o imaginamos los enamoramientos entre hombres en los grupos armados, también lo reducimos al sexo, dejando de lado las relaciones íntimas y sentimentales que se tejen en las interacciones entre camaradas. Para remediar esas premisas, fue clave retomar la noción de *intimidad masculina*, propuesta por Guillermo Núñez-Noriega (2007), porque es una perspectiva que trasciende el acto sexual y vislumbra varios componentes que se tejen en las relaciones entre hombres, en este caso, en un contexto militar, un escenario con un alto componente homosocial.

Del capítulo 4, en el que profundizo en la violencia, quiero destacar los mecanismos discursivos de terror, concentrado en el rumor de “consejo de guerra a homosexuales” y sus efectos en la producción de invisibilidad de la homosexualidad en las filas guerrilleras y en el *ocultamiento forzado* de sus integrantes. También, quiero remarcar el terror como productor de relaciones eróticas y sexuales; el terror como regulador y reproductor de la sexualidad homoerótica en los contextos armados (Pazos 2024). Por otra parte, es importante cuestionar la noción de “homofobia” para estudiar las violencias contra las poblaciones LGBTQ+ o disidencias sexuales y de género en los contextos bélicos; es una noción universalista, no-bélica e insuficiente para analizar casos de extrema violencia.

Por último, sobre el capítulo 4, quiero aludir a la performatividad de la violencia, al proponer unos *usos políticos del homoerotismo*. A partir de diferentes tramas de los relatos, se evidenció que el homoerotismo se infiltró en las filas armadas para trámites militares. Por una parte, los grupos armados se sirvieron de ellas para la administración de la guerra: promovieron el enamoramiento entre hombres como estrategia militar y la formación cuerpos militares homoeróticos para la guerra. Los combatientes, por su parte, gestionaron tácticas

por medio de mecanismos de seducción, erotismo, amor y deseo. Se revela, entonces, que el homoerotismo se convierte en un elemento que participa, a veces de maneras explícitas y otras subterráneas, en el trámite de acciones de militares.

En el capítulo 5 se planteó la idea de unas *políticas sexuales de la reintegración*, con el objetivo de subrayar que los procesos de reincorporación también implican cuestiones de sexualidad. El mercado sexual y sentimental limitado de las filas, cambia a un contexto más amplio de la vida civil con otros guiones y con otras formas de relacionamientos sexuales o sentimentales. Por ello es pertinente pensar en temas de sexualidad en los programas de DDR del Estado y de los Organismos Internacional -más allá de las agendas de derechos o de salud sexual y reproductiva-. Pensar en la articulación entre una *ciudadanía íntima* (Plumer 1995) y los programas de DDR, seguir pensando en las maneras que la sexualidad, el erotismo, o el amor y las relaciones de pareja entran en juego en los procesos de reincorporación y en el escenario transicional en su conjunto.

En este capítulo también se señalaron dos escenarios que evidencian marcas de precariedad en los procesos de reincorporación de los excombatientes gais/maricas. Primero, las pocas redes de apoyo: no tienen redes familiares, de amistad o de colectivos para hablar sobre su sexualidad. Estas pocas conexiones o soportes sociales conforman unas condiciones individuales y sociales que impiden la conformación de unas “comunidades morales” (Das 2006) o “comunidades afectivas” (Pollak 1989) que acompañen y visibilicen la situación de los y las excombatientes LGBTQ+. Y segundo: las enfermedades, lo que podríamos llamar *enfermedades transicionales*. Los cuerpos de varios protagonistas de los relatos son una evidencia de las afecciones físicas, emocionales y psíquicas, secuelas que a veces van apareciendo de maneras imprevisibles y paulatinas, no solamente en el transcurso del conflicto. A las enfermedades se le suma, además, la deficiente atención del sistema de salud, en una suerte de unas “economías del abandono” (Povinelli 2011; Parrini 2018). Por más que desde la institucionalidad se proyecten unas rutas o trayectorias de reincorporación, las enfermedades son elementos inesperados que inciden en ese camino, son rutas para cuerpos sanos y autosuficientes. Por ello, es perentorio explorar la articulación entre teoría *queer* y teoría *crip* para pensar las *enfermedades transicionales*.

Si bien puede haber muchos temas o categorías conceptuales que no fueron profundizadas y que podrían constituirse en sentencias críticas a la tesis, quiero señalar un

tema: la memoria. No es que la memoria no aparezca a lo largo del análisis, sino que aparece de manera secundaria. Debido a que mi interés principal eran los estudios de género y sexualidad, me enfoqué en este campo y no profundicé en los estudios de la memoria, un campo consolidado en el país. Por esta razón, la memoria no fue una categoría inicial para la investigación, más bien ha venido apareciendo como un fruto de ella. Las historias de este grupo de hombres, de unas trayectorias poco indagadas en los estudios sobre el conflicto armado en Colombia, y el ejercicio escritural que se realizó con ellos puede catalogarse como artefactos con potencia de memoria. Por ello, la memoria pueda ser una línea futura para potenciar el material de la tesis.

Para cerrar estas reflexiones finales, también quiero señalar algunas líneas o temas de estudio para investigaciones venideras. Uno de ellos es seguir indagando sobre las articulaciones del homoerotismo en los trámites militares y de violencia en otros grupos armados y en las nuevas configuraciones de la guerra en Colombia. De qué manera la sexualidad entre hombres participa en los trámites de los grupos armados actuales: disidencias de las FARC, guerrilla del ELN, grupos paramilitares, carteles al servicio del narcotráfico. Cuestionarnos por la economía transnacional del narcotráfico y las violencias que producen en los territorios del país. ¿Cómo se articulan las violencias y las guerras transnacionales a unas prácticas sexuales, a unos controles territoriales y de los cuerpos? ¿Cómo se han configurado y articulado diferentes dispositivos sexuales y de género y de violencia entre los diversos grupos armados? ¿Cómo se puede hacer un análisis interseccional de estas nuevas configuraciones?

Otra agenda, que ha venido siendo remarcada por varios autores (Ritholtz *et al.* 2023; Biddolph 2024; Schulz *et al.* 2024), es la apuesta por implicar y profundizar la perspectiva *queer* en los estudios transicionales y en los estudios de paz. Esta propuesta ha venido siendo señalada principalmente desde el norte-global. Retomando la postura “volteada” planteada en la introducción, de torcer los estudios sobre el conflicto armado y sobre el escenario transicional en Colombia, podríamos torcer esas posturas del norte-global -con ciertos tonos neoliberales y colonialistas sobre los conflictos de otras regiones del mundo-, y atreverse a instigar apuestas *cuir* y decoloniales latinoamericanas que revelan otras aristas, otros *rincones*, para seguir “queerizando” -o “mariqueando”- estos campos de estudios.

Para terminar, quiero volver aludir al cierre del capítulo 5, a la esperanza. Colombia, desde el 2016 con los Acuerdos de Paz, se sumergió en un periodo histórico esperanzador; sin embargo, la nueva configuración de la violencia ha truncado ese proyecto. Los hombres de los relatos están afrontando muchos reveses e incertidumbres en su proceso de reincorporación con varios registros de esperanza. Las poblaciones homosexuales, LGBTQ+ o *queer* históricamente se han aferrado a la esperanza, en medio de contextos precarios y violentos contra sus cuerpos, parece que no hay de más, que aferrarse a ella. Siguiendo ese ejemplo, a lo largo de la tesis quise aferrarme a esa esperanza, quise trazar caminos esperanzadores para pensar otras tramas de la guerra y de la paz. Quise delinear una *esperanza cuir*, porque como lo manifestó un firmante de los Acuerdos: “Hablar de paz era de maricas, era mariquearse”.

Referencias bibliográficas

ACOSTA, M. R. *La escucha radical como tarea de la memoria. Los Encuentros por la Verdad de la Comisión* (Policy Brief no.7). Bogotá: Instituto Colombo-Alemán para la Paz - CAPAZ, 2022.

ACIKSOZ, S. C. Queer Terrorists, Terrorist Queers: The Sexual Politics of Turkey's War on Terror. *Men and Masculinities*, 0(0), 2024, s.p.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Madrid: Pretextos, 1998.

_____. "Dispositivo", *Sociológica*, 26 (73), 2011, pp. 249-264.

AGUILAR, F. *Celebración del amor en medio de la guerra: una antropología de las relaciones de pareja en la guerrilla colombiana*. Tesis (Maestría en Comunicación) – FLACSO, Quito, 2013.

AGUILAR, V. *Representaciones y procesos de construcción familiar y laboral. Caso de personas en proceso de reintegración ACR Sumapaz*. Trabajo de grado (Maestría Derechos Humanos) - Pontificia Universidad Javeriana, Cali, 2015.

AGUILERA, M. Claves y distorsiones del régimen disciplinario guerrillero. *Análisis Político*, 26(78), 2013, pp. 45-62.

AHMED, S. *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others*. Durham: Duke University Press, 2006.

_____. *Vivir una vida feminista*. Barcelona: Bellaterra, 2018.

AHLBÄCK, Anders and KIVIMÄKI, V. "Masculinities at war: Finland 1918-1950". *Norma. Nordic Journal for Masculinity Studies*, 3(2), 2008, pp. 114-131.

ALBARRACÍN, M.; RINCÓN, J. C. De las víctimas invisibles a las víctimas dignificadas: los retos del enfoque diferencial para la población LGBTI en la Ley de Víctimas. *Revista de Derecho Público*, 31, 2013, pp. 1-31.

ÁLVAREZ, J. *Agua Corriente. Relatos de no ficción de excombatientes para la reconciliación*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo y Centro de Memoria, Paz y Reconciliación, 2022.

ARANGUREN, J. P. Construcción de un combatiente o el desdibujamiento del sujeto en la guerra. *Maguaré*, (21), 2007, pp. 243-269.

_____. De un dolor a un saber: cuerpo, sufrimiento y memoria en los límites de la escritura. *Papeles Del CEIC*, 63, 2010, pp. 1-27.

_____. *Las inscripciones de la guerra en el cuerpo de los jóvenes combatientes: Historias de cuerpos en tránsito hacia la vida civil*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011.

ARENAS, R. *Antes que anochezca*. Barcelona: Tusquets, 1992.

ARÉVALO, AMARAL. Oráculos discoteque: orientación sexual, clase social y violencias en la época de la guerra interna de El Salvador. En: DE FREITAS, E.; PINTO, R.; ZANOLI, V. (Orgs.). *Cultura, política, sexualidade e gênero na América Latina*, Rio de Janeiro: Universidade Federal de Catalão e Autografia, 2022, pp. 203-231.

ARIAS, B. E.; VALENCIA, J. Reconciliación y salud mental colectiva. La reincorporación de los excombatientes de las FARC-EP en Colombia, 2020. *El Ágora*, 21(2), 2021, pp. 539-561.

ASHE, F. (2019). Sexuality and Gender Identity in Transitional Societies: Peacebuilding and Counterhegemonic Politics. *International Journal of Transitional Justice*, 13(3), 2019, pp. 435–457.

ATUK, T. Comrades-in-[Each Other's]-Arms: Homosociality, Masculinity and Effeminacy in the Turkish Army. *Men and Masculinities*, 24(1), 2021, pp. 127-143.

ÁVILA, J.; COGOLLO, L. Motivos asociados a la conducta violenta contra la pareja en hombres desmovilizados del conflicto armado. *Investigación y desarrollo*, 19(1), 2011, pp. 88-115.

BARRAZA, C.; CAICEDO, L.P. (2007). *Mujeres entre mafiosos y señores de la guerra: impacto del proceso de desarme, desmovilización y reintegración en la vida y seguridad de las mujeres en comunidades en pugna: caso Villavicencio*. Bogotá: Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, 2007.

BARRETO, V. *Festas de orgia para homens: territórios de intensidade e socialidade masculina*. São Paulo: Editora Devires, 2020.

BASHAM V. Gender and militaries: the importance of military masculinities for the conduct of state sanctioned violence. In: SHARONI S (eds.), *Handbook on Gender and War*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016, pp. 29-46.

BATAILLE, G. *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BAUMAN, Z. *Liquid love: On the frailty of human bonds*. Cambridge: Polity press, 2003.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. *The normal caos of love*. Cambridge: Polity press, 1995.

BELKIN, A and LEVITT, M. Homosexuality and the Israel defense forces: did lifting the Gay Ban undermine military performance? *Armed Forces and Society* 27(4), 2001, 541–565.

- BELL HOOKS. *All about love: new visions*. New York: Harper Collins, 2000.
- _____. *The will to change: men, masculinity, and love*. Washington: Washington Square Press, 2004.
- BELLO-URREGO, A. Crueldad contra personas LGBTIQ+ y poder soberano en las nuevas formas de la guerra. *Colombia Internacional*, 115, 2023, pp. 113-137.
- BETTER, J. *Locas de felicidad. Crónicas travestis y otros relatos*. Barranquilla: La iguana ciega, 2009.
- BIDDOLPH, C. Queering the Global Governance of Transitional Justice: Tensions and (Im)Possibilities. *International Journal of Transitional Justice*, 18(2), 2024, pp. 281–298.
- BLAIR, E. Mucha sangre y poco sentido. La masacre. Por un análisis antropológico de la violencia. *Boletín de Antropología*, 18(35), 2004, pp. 165-184.
- _____. La política punitiva del cuerpo: "economía del castigo" o mecánica del sufrimiento en Colombia. *Estudios Políticos*, (36), 2010, pp. 39-66.
- BLOCH, E. *El principio esperanza (I)*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- BOLÍVAR, I. *Discursos emocionales y experiencias de la política. Las FARC y las AUC en los procesos de negociación del conflicto (1998-2005)*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2006.
- BOTERO, J. E. *Espérame en el cielo capitán*. Bogotá: Ocean sur, 2016.
- BOURDIEU, P. "Comprender". En Pierre Bourdieu, *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999, pp. 527-543.
- BRAGA, G. "Não estou cobrando o que eu não posso dar": masculinidade simétrica no homoerotismo virtual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (21), 2015, pp. 225-261.
- BRAH, A. *Cartografías de la diáspora-identidades en cuestion*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.
- BRAZ, C. *À meia luz...uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos*. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 2010.
- BRONFMAN, M. y MINELLO, N. Hábitos sexuales de los migrantes temporales mexicanos a los Estados Unidos de América. Prácticas de riesgo para la infección por VIH. En BRONFMAN et al. *SIDA en México, migración, adolescencia y género*. Ciudad de México: Conasida, 1995, pp. 15-90.
- BROWN, J & AYRES, I (2004) The inclusive command: voluntary integration of sexual minorities into the US military. *Michigan Law Review*, 103(150): 150–188.

BUTLER, J. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*, México D.F., Paidós, 2010.

_____. *Cuerpos aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea*. Barcelona: Paidós, 2017.

_____. Prefacio. En: LOREY, I. *Estado de Inseguridad. Gobernar la precariedad*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016, pp. 13-16.

CAICEDO, L. P. *Riesgos para la seguridad de las mujeres en procesos de reinserción de excombatientes. Estudio sobre el impacto de la reinserción paramilitar en la vida y seguridad de las mujeres en los municipios de Montería y Tierralta departamento de Córdoba*. Bogotá: Unifem, Corporación Humanas, 2005.

CAICEDO, R. 2018. *Mujeres Farianas: Orden institucional y relaciones de género (1998-2016)*. Tesis (Maestría en Estudios Políticos) -Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2018.

CAMELO, B. Nuevas masculinidades y narrativas de excombatientes de las FARC después del posacuerdo de la Habana. *Hachetepé. Revista científica de Educación y Comunicación*, (21), 2020, pp. 44-55.

CAPUTO, G. *Un mundo huérfano*. Bogotá: Penguin Random House, 2017.

CARABALLO, Pablo. El cuerpo utópico de los gais. Masculinidad, blanquitud y deseo en Tijuana. *Estudios Sociológicos*, 39(116), 2021, pp. 534-562.

CARIBE AFIRMATIVO. *¡Nosotras Resistimos! Informe sobre violencias contra personas LGBT en el marco del conflicto armado en Colombia*. Barranquilla: Caribe Afirmativo, 2019.

_____. *Resistimos callando, re-existimos gritando. Memorias y experiencias de sujetos colectivos LGBT en el marco del conflicto armado en Colombia*. Barranquilla: Caribe Afirmativo, 2020.

_____. *Entre silencios y palabras: conflicto armado, construcción de paz y diversidad sexual y de género en Colombia*. Barranquilla: Caribe Afirmativo, 2021.

_____. *Nos decían: “Tras de negras, maricas”. Experiencias e impactos del conflicto armado en personas Afro-LGBT del sur de Bolívar y el pacífico sur colombiano*. Barranquilla: Caribe Afirmativo, 2021b.

_____. *VIHdas truncadas: informe sobre violencias contra personas viviendo con VIH en relación con el conflicto armado en Colombia*. Bogotá: Caribe Afirmativo; Red Somos; Universidad de los Andes, 2021c.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, 21(2), 2015, pp. 323-345.

CASTAÑO, D.; RUIZ, G. "Con el Jesús en la boca": Miedo y vida cotidiana en sociedades en guerra. El caso de Tumaco (Nariño, Colombia). *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 2019, pp. 23-50.

CASTELLANOS, J.M. (2011). *Formas actuales de la movilización armada*. Manizales: Universidad de Caldas.

CASTILLEJO, A. *Los archivos del dolor: ensayos sobre la violencia y el recuerdo en Sudáfrica contemporánea*. Bogotá, Universidad de los Andes, 2009.

_____. La localización del daño: etnografía, espacio, y confesión en el escenario transicional colombiano. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 2014, pp. 213-236.

_____. La Imaginación Social del Porvenir: reflexiones sobre Colombia y el prospecto de una Comisión de Verdad. En CASTILLEJO, A. et al. *Proceso de paz y perspectivas democráticas en Colombia*. Buenos Aires: CLACSO, 2015, pp. 13-73.

_____. *La ilusión de la justicia transicional: Perspectivas críticas desde el Sur global*. Bogotá: Ediciones Uniandes-Universidad de los Andes, 2017.

_____. Del ahogado el sombrero, a manera de manifiesto: esbozos para una crítica al discurso transicional. *Vibrant*, 15(3), 2018, pp. 1-16.

CAVANAGH, S. *Queering bathrooms. Gender, sexuality and hygienic imaginations*. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

CHENG, S. *On the Move for Love: Migrant Entertainers and the U.S. Military in South Korea*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

CLIFFORD, J. "Sobre el surrealismo etnográfico". En James Clifford, *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna*. Barcelona: Gedisa 1995.

CLIFFORD, J. & MARCUS, G. *Writing culture: The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 2010.

CNMH. *Desafíos para la reintegración. Enfoques de género, edad y etnia*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

_____. *Textos corporales de cureldad. Memori histórica y antropología forense*. Bogotá: CNMH, 2014.

_____. *Aniquilar la diferencia. Lesbianas, gays, bisexuales y transgeneristas en el marco del conflicto armado colombiano*. CNMH - UARIV - USAID – OIM, 2015.

_____. *La guerra inscrita en el cuerpo. Informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado*. CNMH, 2017.

_____. *Un carnaval de resistencia Memorias del reinado trans del río Tuluní*. CNMH, 2018.

_____. *Ser marica en medio del conflicto armado. Memorias de sectores LGBT en el Magdalena Medio*. CNMH, 2019.

COMISIÓN DE LA VERDAD. *Hay futuro si hay verdad. Informe final*. Bogotá: Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición, 2022.

COMISIÓN DE ESTUDIOS SOBRE LA VIOLENCIA. *Colombia: Violencia y democracia. Informe presentado al Ministerio de Gobierno*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Colciencias, 1988.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

_____. Organized Powers. Masculinities, Managers and Violence. In A. Cornwall, A., Edström, J. & Greig, A. (Eds.). *Men and Development. Politicising Masculinities*. London: Zed Books, 2011, pp. 85-97.

_____. Masculinities, the reduction of violence and the pursuit of peace. In R. Jamieson (Ed.) *The criminology of war*. London: Routledge, 2014, pp. 479 – 488.

_____. Masculinities in global perspective: hegemony, contestation, and changing structures of power. *Theory and Society*, 45, 2016, pp. 303-318.

CORAL, S. *Aborto forzado en mujeres combatientes de las FARC-EP. Debates sobre su posible calificación como crímenes internacionales*. Tesis (Maestría en Derecho) - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2019.

CORREA, G. *Locas de pueblo. Maricas mayores en los municipios de Antioquia*. Medellín: Universidad de Antioquia y Caribe Afirmativo, 2022.

CORTÉS, E. A. Feminización y subalternización del otro enemigo. Construcción y destrucción de corporalidades en contextos de conflicto armado y violencia extrema. *Colombia Internacional*, (80), 2014, pp. 57-82.

COSSE, I. Infidelities: Morality, Revolution, and Sexuality in Left-Wing Guerrilla Organizations in 1960s and 1970s Argentina. *Journal of the History of Sexuality*, 23(3), 2014, pp. 415–450.

CROCE, J. Brotherhood in Tension: The Militarized Appropriation of Homosocialism and Homoeroticism. *FLUX: International Relations Review*, 2021, pp. 9-17.

CRUZ, S. Sociabilidad gay en contextos de violencia. En: RODRÍGUEZ, F.; CARRASCO, R. (comps.). *Queer & cuir. Políticas de lo irreal*. Ciudad de México: Fontamara, 2015, pp. 93-110.

CRUZ, S. Ligue gay masculino en Ciudad Juárez. En: SARRICOLEA, J., IBARRA, K., *Leer los cuerpos desde el género y la sexualidad*, Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2019, pp. 97-112.

CURRIER, A. Political Homophobia in Postcolonial Namibia. *Gender & Society*, 24(1), 2010, pp. 110-129.

DANIEL, H. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DAS, V. Language and Body: transactions in the construction of pain. In: KLEINMAN, A. et al. (Eds). *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997, pp. 67-91.

_____. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. University of California Press, 2006.

DAS, V.; POOLE, D. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DE LAURETIS, T. Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

DIETRICH, L. Looking Beyond Violent Militarized Masculinities: Guerrilla Gender Regimes in Latin America. *International Feminist Journal of Politics* 14(4), 2012, pp. 489-507.

_____. Multiple masculinities in guerrilla movements: co-existence of hegemonic and non-hegemonic patterns in gender relations among M-19 militants in Colombia. *Masculinities. Journal of Identity and Culture* 4, 2015, pp. 5-46.

DOLAN, C. "Victims Who Are Men". In: AOLÁIN FN, CAHN NR, HAYNES DF, ET AL. (eds), *Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-20.

DOMÍNGUEZ, H. 2015. *Nación criminal. Narrativas del crimen organizado en México*, Ciudad de México, Ariel, 2015.

DONCEL, C. A., GONZÁLEZ, K. T. & GUTIÉRREZ, G. A. Violencia sexual y reproductiva en el conflicto armado interno: una vulneración a los derechos de las mujeres excombatientes en Colombia. *Diálogos de Saberes* (54), 2023, pp. 95-111.

DUNCANSON, C. Forces for Good? Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. *International Feminist Journal of Politics*, 11(1), 2009, pp. 63-80.

_____. Hegemonic masculinity and the possibility of change in gender relations. *Men and Masculinities* 18(2), 2015, pp. 231–248.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, (46), 2016, pp. 311-340.

_____. A reivindicação da violência: Gênero, sexualidade e a constituição da vítima. *Cadernos PAGU*, (50), 2017, e175007.

EHRMANTRAUT, P. *Masculinidades en guerra: Malvinas en la literatura y el cine*. Córdoba: Comunicarte, 2013.

ERAZO-GÓMEZ, A.; MARTÍNEZ-CARRILLO, H.; PALTA-CALAMBAS, L. A. Entre la invisibilidad y la libertad: construir paz desde organizaciones LGBT en el norte del Cauca. *Revista CS*, 41, 2023, a02.

ERIBON, D. *Retorno a Reims*. São Paulo: Ayine, 2020.

ESGUERRA, C. Cómo hacer necropolíticas en casa: Ideología de género y acuerdos de paz en Colombia. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*-, (27), 2017, pp. 172-198.

ESPINOSA, N. Etnografía de la violencia en la vida diaria. Aspectos metodológicos de un estudio de caso. Informe de investigación. *Universitas Humanística*, (67), 2009, pp. 105-125.

FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2020.

FASSIN, D. *La razón humanitaria. Una historia moral del tiempo presente*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

FELDMAN, A. *Formations of Violence: The Narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

FERREIRA LEITE, J.; DIMENSTEIN, M. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 6(8), 2013, pp. 187-203.

FIGUEROA, J. G. Elementos para el estudio de la sexualidad y la salud de los varones integrantes de las Fuerzas Armadas. En: PANTELIDES, E.; LÓPEZ, E. (eds). *Varones latinoamericanos. Estudios sobre sexualidad y reproducción*. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 47-80.

FOUCAULT, M. *Dits et Ecrits, 1954-1988, tome III: 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Espacios diferentes*. En: Obras esenciales, vol. III. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *Historia de la sexualidad. Volumen I. La voluntad del saber*. Madrid: Siglo XXI, 2012.

FRANÇA, I. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 2010.

_____. “Frango com frango é coisa de paulista”: erotismo, deslocamentos, e homossexualidade entre Recife e São Paulo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (14), 2013, pp. 13-39.

GALLEGO, G. Prostitución en contextos de conflicto armado en Colombia. *Revista CS*, (31), 2020, pp. 413-437.

_____. *Robar el alma Masculinidades y violencia sexual contra hombres en el marco del conflicto armado colombiano*. Manizales: Universidad de Caldas, 2023.

GALLEGO, G. & GIRALDO, S. ¿La guerra siempre es de antemano heterosexual? Homoerotismo, emparejamiento y luto entre hombres combatientes de grupos armados ilegales en Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*, 59(1), 2023, pp. 8–31.

GARAY, F. *El hacerse hombre en la guerra: la construcción de las masculinidades en el caso de Bahía Portete*. Tesis (Pregrado en Sociología) - Universidad del Rosario, Bogotá. 2014.

GARCÉS-AMAYA, D. P. De silencios y aperturas: reconocimiento de las victimizaciones de sectores sociales LGBTI en los modelos recientes de Justicia Transicional en Colombia. *Revista De Estudios Sociales*, 1(83), 2023, pp. 23-40.

GARCÍA, D. *Cruzando los umbrales del secreto. Acercamiento a una sociología de la sexualidad*. Bogotá: PUJ-Instituto Pensar, 2004.

GAYER, L. ‘Love-Marriage-Sex’ in the People’s Liberation Army: The Libidinal Economy of a Greedy Institution. In: LECOMTE-TILOUINE, M. (ed.). *Revolution in Nepal: An Anthropological and Historical Approach to the People’s War*. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 333-366.

GIDDENS, A. *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies*. Standford: Standford University Press, 1993.

GIL, F. Prólogo. En: CORREA, G. *Locas de pueblo. Maricas mayores en los municipios de Antioquia*. Medellín: Universidad de Antioquia y Caribe Afirmativo, 2022, pp. 9-17.

GIOVANNI, I., DURÁN, A. DEL S., APONTE, D. M., & LAVERDE, D. J. Factores que facilitan y dificultan los procesos de reintegración de excombatientes y sus familias. *Universitas Psychologica*, 19, 2021, pp. 1-17.

GIRALDO-AGUIRRE, S. Diversidad sexual y de género en el marco del conflicto armado en Colombia. Algunas reflexiones para su estudio. *Revista Eleuthera*, 19, 2018, pp. 115-133.

_____. Victimización y sobrevivencia de mujeres y hombres considerados homosexuales en el marco del conflicto armado en Colombia. *Cadernos Pagu*, 58, 2020, e205808.

_____. “Homoerotismo armado: sexualidad, masculinidad y violencia en relatos de excombatientes en Colombia”. En “*Encrucijadas del género y la diversidad sexual. Tomo 1: Complejidades corporales, interseccionalidad y diversidad sexual*”. Ciudad de México: CIEG-UNAM, 2023, pp. 163-189.

GIRALDO-AGUIRRE, S.; GALLEGU, G. Regulación y victimización del homoerotismo entre hombres en contextos de conflicto armado en Colombia. *Debate Feminista*, 60, 2020, pp. 75–99.

_____. Stories of homoeroticism amongst male ex-combatants of illegal armed groups: Unexplored areas of the armed conflict in Colombia. *Sexualities*, 0(0), 2022.

GOLDMAN, E. Marriage and love. In *Anarchism and other essays*. London: Mother Earth Publishing Association, 1910.

GOLDSTEIN, J. *War and gender: How gender shapes the war system and vice versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GÓMEZ, AMARAL. Travestis, marimachas y maricones: el camino del arco iris en El Salvador. *Revista Punto Género*, (6), 2016, 93-112. doi:10.5354/0719-0417.2016.42918

GONZÁLEZ, J; MALDONADO, R. Mujeres “guerrilleras”: la participación de las mujeres en las FARC y el PCP -Sendero Luminoso, los casos de Colombia y Perú. *Revue du GRIC*, (7), 2016, pp. 1-29.

GOODE, W. The theorical importance of love. *American Sociological Review* 24(1), 1959, pp. 38-47.

GOOSSES, A. La tierra gira masculinamente, compañero: el ideal de masculinidad del guerrillero. En: SILKE, H. y SANDOVAL, M. (ed.). *Género, feminismo y masculinidad en América Latina*. El Salvador: Ediciones Heinrich Böll, 2011, p. 207-223.

GREGG, J. He can be sad like that: Liberdade and the Absence of Romantic Love in a Brazilian Shantytown. In: HIRSCH J.; WARDLOW, H. (eds.). *Modern Loves: The Anthropology of Romantic Courtship and Companionate Marriage*. Michigan: University of Michigan Press, 2006, pp. 157-174.

GREEN, J. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*, 10(18-19), 2003, pp. 13-43.

GREGORI, M. F. *Cenas y queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminista*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

_____. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. *Revista de Antropologia*, 51(2), 2008, pp. 575-606.

_____. Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese de livre docência (Departamento de Antropologia-IFCH). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

GUEVARA, E. *El Socialismo y el hombre nuevo*. México: Siglo Veintiuno, 1977.

GUIMARÃES, E. *Um grito chamado silêncio. Uma errância etnográfica da pegação à produção social dos parques Ibirapuera*. Dissertação (Maestría em Antropología social) - UNICAMP, Campinas, 2017.

GUTIÉRREZ, J. R. Subjetividad, trabajo y neoliberalismo: indagaciones sobre la conformación de masculinidades dentro del sicariato en México. *Revista Punto Género*, (17), 2022, pp.236–270. <https://doi.org/10.5354/2735-7473.2022.67661>

GUZMÁN, G., FALS BORDA, O. Y UMAÑA, E. *La Violencia en Colombia*. Bogotá: Taurus, (2005) [1962].

HAGEN, J.. Queering Women, Peace and Security in Colombia. *Critical Studies on Security*, 5(1), 2017, 125–129.

HALPERIN, D. *How to do the history of homosexuality*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

_____. “Queer love”. *Critical Inquiry*, 45(2), 2019, pp. 396-419.

HAMBER, B. Masculinity and Transitional Justice: An Exploratory Essay. *International Journal of Transitional Justice*, 1(3), 2007, pp. 375–390.

_____. 2016. There is a Crack in Everything: Problematising Masculinities, Peacebuilding and Transitional Justice. *Human Rights Review* 17 (1), 2016, pp. 9-34.

HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza*. Madrid: Cátedra, 1995.

HENDRIKS, T. “Erotiques Cannibales”. A Queer Ontological Take on Desire from Urban Congo. *Sexualities*, 21(5-6), 2018, pp. 853-867.

HINER, H., BADILLA, M., LÓPEZ, A., ZÚÑIGA-FAJURI, A. & HATIBOVIC, F.

Patriarchy is a Judge: Young Feminists and LGBTQ+ Activists Performing Transitional Justice in Chile. *International Journal of Transitional Justice*, 16(1), 2022, pp. 66–81.

HINOJOSA, R. Military, Men, and Constructing a Hegemonic Masculinity. *The Journal of Men's Studies*, 18(2), 2020, pp. 179-194.

HOLLAND, C., & RABRENOVIC, G. Masculinities in Transition? Exclusion, Ethnosocial Power, and Contradictions in Excombatant Community-based Peacebuilding in Northern Ireland. *Men and Masculinities*, 21(5), 2018, pp. 729-755.

HOYOS, J.F. (2011). *Capitales para la guerra y el testimonio en un contexto transicional. Etnografía de la producción narrativa de desmovilizados*. Tesis (Maestría en Antropología Social) -Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2011.

ILLOUZ, E. *Consuming the romantic utopia*. Berkeley: University of California, 1997.

INSAUSTI, S. J. ¿Hedonistas o revolucionarios? Política homosexual radical e izquierda trotskista en Argentina y Brasil (1967-1983). *Mora*, (25), 2020, pp. 85-110.

JANKOWIAK, W.; NELSON, A. The State of Ethnological Research on Love: A Critical Review. In: MAYER C.; VANDERHEIDEN, E. (eds.). *International Handbook of Love, Transcultural and Transdisciplinary Perspectives*. London: Springer, 2021, pp. 23-39.

JARAMILLO, J. *Pasados y presentes de la violencia en Colombia: estudio sobre las comisiones de investigación (1958-2011)*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014.

JARAMILLO, J.; PARRADO, E. P., RODRÍGUEZ, M. E.; SOLARTE, M. R. (2021). Imaginar el futuro en medio del conflicto en el Magdalena Medio, Colombia. *Hallazgos*, 18(36), 2021, pp. 323-363.

KALDOR, Mary. *New & old wars: organized violence in a global era*. Cambridge, Polity Press, 2012.

LANDINEZ, S. L. *Natalidad, poder y cuerpo: una comprensión de la violencia reproductiva durante el conflicto armado*. Tesis (Pregrado Ciencia Política y relaciones internacionales) - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2022.

LANGARITA, J. A. *En tu árbol o en el mío. Una aproximación etnográfica a la práctica del sexo anónimo entre hombres*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2015.

LAVERDE, D. J., ZAPATA, J. G., DURAN, A., APONTE, D. M., GIOVANNI, I., GRANADOS, A., & MANRIQUE, J. G. Estructuras, dinámicas y configuraciones familiares en el proceso de reintegración en Colombia. *Revista Latinoamericana Estudios De La Paz Y El Conflicto*, 2(3), 2020, pp. 98-113.

LEMEBEL, P. *Tengo miedo torero*. Santiago de Chile: Editorial Planeta, 2009.

LONDOÑO, L. M.; NIETO, Y. *Mujeres no contadas. Proceso de desmovilización y retorno a la vida civil de mujeres excombatientes en Colombia. 1990-2003*. Medellín: La Carreta Editores, 2006.

LOZANO, L. ¿Guerra espiritual evangélica o brujería indígena? Prácticas mágico-religiosas de los excombatientes paramilitares en contextos de guerra en Córdoba (Colombia). *Universitas Humanística*, (68), 2009, pp. 69-95.

LUHMANN, N. *Love as Passion: The Codification of Intimacy*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

MALDONADO, S. Desafíos etnográficos en el estudio de la violencia: Experiencias de una investigación. *Avá*, (22), 2013, pp. 00.

MALKKI, L. H. *Purity and exile: violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MARENTES, M. *¿El mismo amor? Un estudio sobre especificidades del amor gay a partir de historias de varones jóvenes del Área Metropolitana de Buenos Aires, 2017-2018*. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Universidad Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.

MARTÍNEZ-MORENO, M. “Cosas que no están escritas en el texto”: Una exploración sobre la investigación antropológica con los violentos. En: JIMENO, M.; GÓNGORA, A.; MARTÍNEZ-MORENO, M.; OLMOS, A. (eds.). *Antropología, violencia y actores sociales en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2022, pp. 279-305.

MASON, Gail. *The spectacle of violence: homophobia, gender and knowledge*. London: Routledge, 2002.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Barcelona: Melusina, 2011.

_____. *Crítica de la razón negra. Ensayo sobre el racismo contemporáneo*. Barcelona: Futuro Anterior-NED, 2016.

MCFEE, E. The double bind of “playing double”: Passing and identity among ex-combatants in Colombia. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 22(1), 2016, pp. 52–59.

MCRUER, R. *Teoría crip: signos culturales de lo queer y de la discapacidad*. Madrid: Kaótica libros, 2021.

MEDINA, C. 2008. *No porque seas paraco o seas guerrillero tienes que ser un animal. Procesos de socialización de combatientes al interior de organizaciones y grupos armados ilegales en Colombia (1996-2006)*. Tesis (Maestría en Ciencia Política) -Universidad de los Andes, Bogotá, 2008.

MEERTENS, D. Mujer y Violencia en los Conflictos Rurales. *Análisis Político*, (24), 1995, pp. 36-50.

MIZINOVA, A. Book Review: Masculinity and New War: The Gendered Dynamics of Contemporary Armed Conflict. *Men and Masculinities*, 22(4), 2019, pp. 740-741.

MOHANTY, C. *Feminismo sin fronteras. Descolonizar la teoría, practicar la solidaridad*. Ciudad de México: CIEG-UNAM. 2020.

MONTESINOS, L., & GONZÁLEZ, O. Michael Taussig: el arte de narrar y el poder transformador de la escritura. *Ankulegi. Revista De Antropología Social*, (21), 2018, 135–147.

MOSER, C.; CLARK, F. *Victims, Perpetrators or Actors? Gender, Armed Conflict and Political Violence*. London: Zed Books, 2001.

MUÑOZ, E. Los actos violentos: performatividad y cultura de género. En: ESPINOSA, E. (Coord.). *Mujeres en las organizaciones*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, 2019, pp. 21-55.

MUÑOZ, D. Masculinidades bélicas como tecnología de gobierno en Colombia. *La Manzana*, 5(9), 2011, pp. 96-107.

_____. “Deshacer la guerra: Est(é)ticas y culturas de paz en la experiencia de hombres colombianos”. Tesis (Doctorado en Antropología Social) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

MYRTTINEN, H. Stabilizing or challenging patriarchy? Sketches of selected “new” political masculinities. *Men and Masculinities*, 22(3), 2019, pp. 563-581.

NEIRA, A. Masculinidades insurgente: El grupo armado como tecnología de género. *Hybris*, 12, 2021, pp. 11-44.

NEIRA, A.; CASTILLO, A. “Hombres de verdad”: urdimbres y contrastes entre masculinidades paramilitares y farianas. *Nómadas*, (53), 2020, pp. 123-139.

NÍ AOLÁIN, F; CAHN, N; HAYNES, D.; VOLJI, N. *Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-20.

NÚÑEZ-NORIEGA, G. *Masculinidad e intimidad: identidad, sexualidad y sida*. Ciudad de México: UNAM y Colegio de Sonora, 2007.

_____. *Vidas Vulnerables. Hombres indígenas, diversidad sexual y VIH-Sida*. México: CIAD-CEDEMEX, 2009.

_____. *Sexo entre varones. Poder y resistencia en el campo sexual*. Ciudad de México: UNAM-PUEG-IIS-CIAD-El Colegio de Sonora, 2015.

_____. “Los estudios de género de los hombres y las masculinidades: ¿qué

son y qué estudian?”. *Culturales*, 4(1), 2016b, pp. 9-31.

NÚÑEZ-NORIEGA, G.; ESPINOZA, C. El narcotráfico como dispositivo de poder sexo-genérico: crimen organizado, masculinidad y teoría queer. *Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género*, 3(5), 2016, pp. 90–128.

OCHOA, V. *Del arma de palo al arma de verdad. Construcción de masculinidad en jóvenes desvinculados del conflicto armado en Colombia*. Tesis (Maestría en Ciencias Sociales) – Universidad de Caldas, Manizales, 2015.

OETTLER, A. Peacebuilding and Transitional Justice in Colombia. Institutionalized and Challenged Meanings of Gender. In: P. SCHULZ., B. HAMBER., & TOUQUET, H. (Eds.). *Masculinities and Queer perspectives in transitional justice*. London: Routledge, 2024, pp. 136-157.

OSORIO, R. Paramilitarismo y vida cotidiana en San Carlos (Antioquia): etnografía desde una antropología de la violencia. *Boletín De Antropología*, 28(45), 2013, pp. 130–153.

OSPINA, J. *Reconfiguración de las masculinidades en el proceso de reintegración para excombatientes de las FARC – EP*. Tesis (Maestría en Política Social) - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2017.

PADOVANI, N. *Sobre casos e casamentos. Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado Antropologia Social) -UNICAMP, Campinas, 2015.

PARRINI, R. *Falotopías: indagaciones en la crueldad y el deseo*. Ciudad de México y Bogota: PUEG-UNAM, Universidad Central, 2016.

_____. *Deseografías : una antropología del deseo*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana/Unidad Iztapalapa/ Unidad Xochimilco, CIEG-UNAM, 2018.

_____. Etnografía y heteronormatividad. En Parrini, R. y Tinat, K., *El sexo y el texto: etnografías y sexualidad en América Latina*. Ciudad de México: Colegio de México, 2022, pp. 283-313.

PARTIS-JENNINGS, H. Military Masculinity and the Act of Killing in Hamlet and Afghanistan. *Men and Masculinities*, 22(2), 2019, pp. 254-272.

PASSAMANI, G. O casamento como “armario”: historias de um homem com conduta homossexual no Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Sexualidad, salud y sociedad*, (21), 2015b, pp. 111-135.

_____. *Batalha de Confete. Envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS*. Río de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PAYNE, W. Death-squads contemplating queers as citizens: What Colombian paramilitaries are saying. *Gender, Place & Culture*, 23(3), 2016, 328–344.

PAZOS, M. Necropolítica y capitalismo gore en la región del Pacífico sur colombiano. *Sociedad y Economía*, (42), s/p, 2021.

_____. Género, sexualidad y homoerotismo entre hombres negros/ afrocolombianos en el Pacífico sur colombiano”. En: CRUZ, C. CABRERA, M., RAMÍREZ, F. *Encrucijadas contemporáneas del género y la diversidad sexual en América Latina: diálogos entre México y Colombia*, Ciudad de México: CIEG/UNAM, 2023, pp. 109-138.

_____. *El canto de los esteros: género, procesos de racialización, sexualidad y (homo)erotismo entre hombres negros del pacífico sur colombiano*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -UNICAMP, Campinas, 2024.

PAZOS-CÁRDENAS, M. & GIRALDO-AGUIRRE, S. Putos, liberales y arrechos: reflexiones etnográficas sobre el deseo homoerótico entre hombres en una sala de videos “porno” en Pereira, Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*, 57(1), 2020, pp. 163–187.

PERLONGHER, N. *La prostitución masculina*. Buenos Aires: Ediciones de la Urraca, 1993.

PERLONGHER, N. “El sexo de las locas”. En: PERLONGHER, N. *Prosa plebeya. Ensayos 1980-1992*. Buenos Aires: Colihue, 1997.

PLATERO, R; ROSÓN, M. De “La parada de los monstruos” a los *monstruos* de la cotidiano: la diversidad funcional y sexualidad no normativa. *Feminismo/s*, (19), 2012, pp. 127-142.

PLUMMER, K. *Telling sexual stories: power, change, and social worlds*. London: Routledge, 1995.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 1989, pp. 3-15.

POVINELLI, E. *The Empire of Love*. Durham: Duke University Press, 2006.

_____. *Economies of Abandonment. social Belonging and Endurance in Late Liberalism*. Durham/Londres: Duke University Press, 2021.

PRADA, N.; HERRERA, S.; LOZANO, L. T.; ORTIZ, A. M.. “¡A mí me sacaron volada de allá!”. *Relatos de mujeres trans desplazadas forzosamente hacia Bogotá*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá y Universidad Nacional de Colombia, 2012.

PRECIADO, P. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama, 2002.

PRIETO, J.A. *Influencia de la guerra en personas mayores de 65 años: caso excombatiente que estuvieron inmerso en el movimiento FARC-EP*. Dissertação (Mestrado Gerontologia Social) -Universidade de Lisboa, Lisboa. 2022.

PUIG, M. *El beso de la mujer araña*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2005.

RAMÍREZ, F. *De cruising por Chapinero: gubernamentalidad, consumo y transgresión en tres lugares de encuentros sexuales entre hombres en Bogotá*. Tesis (Maestría en Estudios Culturales) -Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2014.

RESTREPO, E. Y PARRINI, R. 2021. Etnografía y producción conceptual: de la descripción densa a la teorización singular. Conversación con Rodrigo Parrini. *Tabula Rasa*, 38, 2021, pp. 329-362.

RIANÑO, P. Memorias metodológicas. *Revista Estudios Sociales*, 1(7), 2000, pp. 48-60.

RILEY, H. Male Collective Identity in the People's Liberation Army of Nepal. *International Feminist Journal of Politics* 21(4), 2019, pp. 544-565.

_____. *Rethinking masculinities: ideology, identity and change in the people's war in Nepal and its aftermath*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2022.

RITHOLTZ, S., SERRANO-AMAYA, J. F., HAGEN, J. J., & JUDGE, M. En construcción: hacia una teoría y praxis de la construcción de paz queer/cuir. *Revista De Estudios Sociales*, 1(83), 2023, pp. 3-22.

ROJAS, R. *¿Una cuestión de machos? Reproducción y exacerbación de las masculinidades de adolescentes en los grupos armados del conflicto colombiano entre 1999-2009*. Tesis (Maestría en Estudios de Género) - Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2020.

ROMÁN, A. P. *La reintegración social de ex secuestrados y de ex guerrilleros en Colombia: representaciones sociales, modelos de intervención y matrices familiares*. Tesis (Doctorado en Psicología) -Università Cattolica del Sacro Cuore, Milán. 2013.

SAGGESE, G. *Quando o armario é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SARLO, B. Tiempo pasado: *Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SCHULZ, P. Displacement from gendered personhood: sexual violence and masculinities in northern Uganda. *International Affairs* 94(5), 2018, pp. 1101-1119.

SCHULZ, P; HAMBER, B. & TOUQUET, H. (Eds.). *Masculinities and Queer perspectives in transitional justice*. London: Routledge, 2024.

SEDGWICK, E. *Epistemología del armario*. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

SEGATO, R. L. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

_____. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Ciudad de México, Pez en el árbol, 2014.

_____. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SERRANO, J. F. Agenciamiento e (in)visibilidad de la diversidad sexual y de género en la construcción de paz. En SERRANO, J. F. Y BAIRD, A (comps.), *Paz, paso a paso. Una mirada a los conflictos colombianos desde los estudios de paz*. Bogotá: CINEP y Universidad Javeriana, 2013, , pp. 53-78.

_____. La doble salida del closet de Simon Nkoli: “heterosexismo” y luchas anto-apartheid. *Ciudad Paz-andó*, 7(1), 2014, pp. 86-105.

_____. ¿Qué le pueden decir las orientaciones sexuales y las identidades de género a la justicia transicional? En: CASTILLEJO, A. (ed.). *La ilusión de la justicia transicional. Perspectivas críticas desde el Sur global*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2017. pp. 173-194.

_____. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana-*, (27), 2017, pp. 149-171.

_____. *Homophobic Violence in Armed Conflict and Political Transition*. London: Palgrave MacMillan, 2018.

_____. “Ideología de género”, populismo autoritario y políticas sexuales. *Nómadas*, (50), 2019, pp. 155-173.

SHOSHAN, N. *The management of hate: Nation, affect, and the governance of Right-Wing extremism in Germany*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

SOSA, A.; ARIAS, D. Desarticulando la guerra y el patriarcado, una propuesta museográfica de Medellín – Colombia. *Cadernos Pagu*, (60), 2020, e206014.

SUTHERLAND, J.P. *Papelucho gay en dictadura*. Santiago de Chile: Alquimia ediciones, 2019.

_____. *Grindermanías. Del ligue urbano al sexo virtual*. Santiago de Chile: Alquimia ediciones, 2021.

THEIDON, K. Y BETANCOURT, P. A. Transiciones conflictivas: combatientes desmovilizados en Colombia. *Análisis Político*, 19(58), 2006, pp. 92–111.

THEIDON, K. Transitional Subjects: The Disarmament, Demobilization and Reintegration of Former Combatants in Colombia. *International Journal of Transitional Justice*, 1(1), 2007, pp. 66–90.

_____. *Reconstrucción de la masculinidad y reintegración de excombatientes en Colombia*. Bogotá: Ideas para la paz, 2009.

_____. *Intimate enemies: violence and reconciliation in Peru*. University of Pennsylvania Press, 2012.

TOVAR, C.; PAVAJEAU, C. Hombres en situación de desplazamiento: transformaciones de la masculinidad. *Revista de Estudios Sociales*, (36), 2010, pp. 95-102.

THYLIN, T. Leaving war and the closet? Exploring the varied experiences of LGBT ex-combatants in Colombia. *Women, Gender and Research*, 2–3, 2018, pp. 97-109.

_____. Violence, toleration, or inclusion? Exploring variation in the experiences of LGBT combatants in Colombia. *Sexualities*, 23(3), 2019, 445-464.

URIBE, C. Magia, brujería y violencia en Colombia. *Revista de Estudios sociales*, (15), 2003, pp. 59-73.

URIBE, M. V. *Antropología de la inhumanidad: un ensayo interpretativo sobre el terror en Colombia*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

URIBE, M. Y PARRINI, R. *La violencia y su sombra. Aproximaciones desde Colombia y México*. Bogotá: Univerisdad del Rosario y Universidad Autónoma Metropolitana, 2020.

VALENCIA, S. 2010. *Capitalismo gore*. Madrid: Melusina, 2010.

VANCE, C. *Pleasure and danger. Exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1984.

VARGAS, S. *Memorias censuradas: el silencio de lo hombres víctimas de violencia sexual en el conflicto armado colombiano*. Tesis (Pregrado en Ciencia Política) - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2018.

VERA LUGO, J. P. Antropología y “estudios de la violencia” en Colombia: en busca de una perspectiva crítica. *Revista Colombiana De Antropología*, 51(1), 2015, pp. 245–269.

VERDERY, K. *My Life as a Spy. Investigations in a Secret Police File*. Durham: Duke University Press, 2018.

VERGARA, A. *Afrodescendant resistance to deracination in Columbia: Massacre at Bellavista - Bojayá - Chocó*. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

VIVEROS, M.; RODRÍGUEZ, M. Hacer y deshacer la ideología de género. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (27), 2017, pp. 118-127.

_____. *As cores da masculinidades. Experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WEEKS, J. *Sex, politics and society. The regulation of sexuality since 1800*. New York: Routledge, 2017.

WEINBERG, M. & WILLIAMS, C. Gay Baths and the Social Organization of Impersonal Sex. *Social Problems*, 23(2), 1975, pp. 124–136.

ZAPATA, J.; LAVERDE, D.; MANRIQUE, J.; DURÁN, A. Y APONTE, D. Familia y proceso de reintegración de excombatientes en el conflicto armado colombiano: estado del arte 2010-2018. *Quaderns de Psicologia*, 22(1), 2020, e1501.

ZELIZER, V. Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos PAGU*, (32), 2009, pp. 135-157.